

**GRUPO DE PESQUISA
HISTÓRIA DO PENSAMENTO ECONÔMICO E MULHERES (HPE&M)
Página: <https://hpemulheres.ufsc.br/>**

CADERNO DIDÁTICO Nº 1:

**HISTÓRIA DO PENSAMENTO ECONÔMICO (HPE) E MULHERES:
UMA *HERSTORY* FEMININA E FEMINISTA
(versão não-revisada)**

Solange Regina Marin (UFSC)
Liana Bohn (UFSC)

**UFSC
2024**

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	3
	11
CAPÍTULO 1 – Pensamento Clássico	
O contexto	11
Vida, obra e contribuição de algumas pensadoras	13
Vida e obra de Jane Marcet (1769-1858)	15
Vida e obra de Harriet Martineau (1802-1876)	34
Vida e obra de Millicent Garrett Fawcett (1847-1929)	40
CAPÍTULO 2 - Pensamento Marxista	48
O contexto	48
Três vidas dedicadas ao marxismo: Eleanor Marx, Rosa Luxemburgo e Raya Dunayevskaya	49
Vida, obra e contribuição de Rosa Luxemburgo (1871 – 1919)	57
Vida, obra e contribuição de Beatrice Webb (1858-1943)	61
Vida, obra e contribuição de Flora Tristan (1803-1844)	64
CAPÍTULO 3 - Pensamento Austríaco	66
Pensamento da escola austríaca e as mulheres da escola austríaca	66
Principais contribuições teóricas das economistas da Escola Austríaca	71
Vida, obra e contribuição de Vera Smith (1912 - 1976)	73
CAPÍTULO 4 – Pensamento Neoclássico	81
O contexto	81
Vida, obra e contribuição de Mary Paley Marshall (1850-1944)	86
Vida, obra e contribuição de Edith Penrose (1914 - 1996)	111
CAPÍTULO 5 - Pensamento Institucionalista	125
O contexto	125
Vida, obra e contribuição de Charlotte Perkins Gilman (1860 – 1935)	128
Vida, obra e contribuição de Hazel Kyrk (1886–1957)	136
CAPÍTULO 6 - Pensamento Keynesiano	148
Pensamento keynesiano e pós keynesiano	148
Vida, obra e contribuição Joan Robinson (1903-1983)	149
Vida, obra e contribuição Ester Boserup (1910-1999)	150
CAPÍTULO 7 - Pensamento brasileiro	153
Pensamento brasileiro	153
Vida e obra de María Lugones (1944-2020)	153
Vida e obra de Maria da Conceição Tavares (1930-2024)	156
Vida, obra e contribuição de Lélia Gonzalez (1935-1994)	162
Considerações Finais	171
Referências	171

INTRODUÇÃO

As histórias, nas mais diversas áreas de conhecimento, da Literatura, Química, Física à Economia, silenciaram as mulheres por séculos. Por exemplo, a história *Frankenstein*, foi publicada em 1818 sem crédito para a autora, Mary Wollstonecraft Shelley, porque não se tinha o reconhecimento das mulheres como exercendo outras atividades que não a de “anjo do lar” nesse momento da Inglaterra.

Para Schiebinger (2004), as mulheres, durante séculos, têm sido excluídas das academias e universidades em razão pura e simplesmente de seu sexo. As poucas que triunfaram na ciência, muitas vezes não usufruíram do reconhecimento, por exemplo, Marie Curie, a primeira a obter dois primeiros Nobel nas áreas de Física (1903) e Química (1911), foi impedida de entrar na prestigiosa *Academie des Sciences* em 1911 porque era mulher.

Na Economia, mulheres que tiveram grande alcance na divulgação da nova ciência, por meio de um estilo literário próprio, como nos casos de Janet Marcet (1816), Harriet Martineau (1832) e Millicent Fawcett (1911) foram apagadas e não constam na história do pensamento clássico em Economia. Sem mencionar as pensadoras que ficaram obscurecidas pelo sucesso de seus maridos economistas, como por exemplo, Harriet Taylor Mill (1851), Mary Paley Marshall (1879) e Alva Myrdal (1956).

Schiebinger (2001) afirma que a ciência, na sua ânsia de ter reconhecimento enquanto tal, recorreu a uma imagem vinculada à valores considerados masculinos e com isso relegou as mulheres ao papel de coadjuvantes na produção do saber por suas características tidas como femininas. A autora destaca a importância de uma ciência feminista, e não feminina, por conta da conotação política do termo, e não por características herdadas geneticamente¹.

Para Schiebinger (2001), o feminismo aplicado à ciência teve êxito em diversos campos que, ao questionar visões assentadas de masculinidade e feminilidade, ou de quaisquer outras questões que abarquem pressupostos androcêntricos tomados como certos, forneceu análises menos viesadas e ampliaram o entendimento humano sobre diversos assuntos, tais como sobre a evolução humana na Paleontologia e na Arqueologia, a seleção sexual na

¹ Nos anos 80, debates sobre a existência (ou não) de uma “ciência feminina” eclodiram com entusiasmo. Contudo, assim como Schiebinger (2001, p. 32) destaca, o uso do termo “ciência feminina”, ao invés de “ciência feminista”, exibe uma vinculação das *características biológicas* das mulheres ao modo de fazer ciência, ao invés de vincular este último à *agenda política* proposta pelas feministas. Essa escolha não é inocente, como poderia ser imaginado: ao não reconhecer a necessidade política de estabelecer novas maneiras de fazer ciência, impede a plena compreensão do termo “feminista”, assegurando que seu entendimento seja adiado e, conseqüentemente, retarda as decorrentes mudanças na cultura científica androcêntrica. Embora seja um assunto trazido há 40 anos, a desconsideração das intenções políticas do feminismo na ciência, que propõem alterar a prática científica significativamente com a inclusão de métodos e visões pluralistas, ainda é algo recorrente nos dias de hoje, e a compreensão do que realmente significa ser feminista também permanece muito deturpada no entendimento coletivo.

Primatologia, e a concepção humana na Biologia (Schienbinger, 2001, p. 43). A contribuição do feminismo na ciência é mais pronunciada nas humanidades e nas ciências sociais e naturais, relacionado à percepção e/ou atribuição de sexo e gênero em seus objetos de estudo, motivo pelo qual o feminismo é tão pertinente para o estudo da Economia (Schienbinger, 2001, p. 44).

Kuiper (2022) destaca a necessidade de considerar a contribuição das mulheres para a construção do pensamento econômico. Afirma que pesquisadores e cientistas, incluindo economistas, tendem a construir seus trabalhos considerando as ideias dos seus professores passados e dentro de uma estrutura teórica ou programa de pesquisa onde foram treinados. Muitas das histórias, suposições e valores se tornam parte das noções básicas desses programas de pesquisa que assumiram implicitamente o controle da área de pensamento.

Therefore, after decades, if not centuries, during which women were left out by the authorities in the field, it takes conscious action – with a risk to reputation and career – to bring them back in, as this means going against both the theoretical framework and the academic norms and values of the times. The absence of women in the room to ask the question “Where are the women?” has made it easier to normalize the invisibility of women in science, including economic issues. This, of course, was the same, if not more so, for people of color. Their absence protected those who were present – white male economists – from having to acknowledge their privilege and enabled them to rationalize the absence of women, and women of color in particular, as a matter of merit (Kuiper, 2022, p. 7).

Schmidt (2019) chama a atenção para a contribuição, via literatura, das escritoras para o entendimento da cultura brasileira e sua subordinação europeia, e destaca trabalhos de mulheres que escreveram nos idos de 1900 sobre a sociedade brasileira e o papel dos indígenas e dos negros na construção da nossa sociedade para além da influência portuguesa. Mas essas mulheres foram silenciadas. Além disso,

...os textos de autoria de mulheres levantam interrogações acerca de premissas críticas e formações canônicas, bem como tensionaram as representações dominantes calcadas no discurso assimilacionista de um sujeito nacional não marcado pela diferença. A hegemonia desse sujeito sempre esteve calcada em formas de exclusão de outras vozes, outras representações. Nesse sentido, o processo de desconstrução da nacionalidade implica reconhecer textos marginalizados em razão da diferença de gênero, raça e classe social (Schmidt, 2019, p. 66).

Nossa argumentação segue a necessidade de uma ampliação de horizontes no sentido de constituir uma história do pensamento econômico com as luzes voltadas para as contribuições de diferentes mulheres que foram apagadas ao longo dos séculos de estudo e de existência da Economia. O Quadro 1 destaca as pensadoras mulheres juntamente com os pensadores reconhecidos numa linha de tempo.

paradigma². Os pais fundadores – Marshall, Pigou, Edgeworth, and Jevons – escreveram como uma voz guiada pela condescendência patriarcal e essa atitude para com as mulheres continua a mesma (Pujol, 2003).

Para romper com isso, Pujol (2003) destacava que para o homem não ser o único objeto de investigação (de uma economia neoclássica patriarcal) é imperativo: i) dar voz às mulheres, feministas, que escrevem sobre questões econômicas e discordam do *status quo* na sociedade e dentro da profissão e adicionar as vozes dos poucos homens economistas que abordam a questão da mulher com um olhar mais simpático e inovador e ii) ir além de uma mera história do pensamento para desafiar o monólito neoclássico via ênfase na crítica feminista contemporânea na história da própria disciplina.

Segundo Pujol (2003), somente com o enfrentamento desses pontos pode ocorrer o desenvolvimento de uma epistemologia e ontologia feminista, chamando atenção para a seguinte questão³: Quem está escrevendo a teoria e para qual propósito? Mediante essa interrogação, a autora desafia a noção de que uma epistemologia que tenha como base os pontos de vista das mulheres e de outros grupos marginalizados no sistema patriarcal/capitalista poderia encontrar um lugar dentro do pensamento neoclássico. Isso porque tal abordagem tem que enfrentar dois dos principais silenciamentos existentes nesse paradigma: o apagamento da mulher como voz dissidente e a negligência das críticas metodológicas.⁴

Ainda é importante destacar que, numa releitura da história do pensamento econômico é necessário considerar o papel das mulheres pensadoras a margem das discussões no cenário euro-americano, isto é, tornar visível o trabalho de pensadoras latinas e africanas com o debate, por exemplo, de colonialidade e gênero (Lugones, 2008).⁵

A partir desse breve recorrido de ideias, a questão que permeia nossa argumentação é existe contribuição das pensadoras mulheres nos diferentes momentos do pensamento econômico? O objetivo é enfatizar a importância da história do pensamento econômico mediante uma *releitura da história* – a “*herstory*” no lugar de uma “*hisstory*”, como argumenta Kuiper (2022) - ao dar voz às mulheres. Aqui ampliamos a argumentação de Pujol (2003) para incluir, também, mulheres que pensaram sobre temas econômicos gerais, reorientando e

² A Era Vitoriana (1832-1901) vigorou na Inglaterra, sob o governo da rainha Vitória, tendo como característica uma sociedade patriarcal que tinha como base a família, em que a mulher era vista como a ‘a dama do lar’.

³ Para uma discussão sobre filosofia, metodologia e epistemologia da economia feminista ver: Anderson (1995, 2001); Harding (1987, 2007), Curiel In: Hollanda (2020), Ferber: Nelson (1993). Introduction, Cap.1, Nelson (2001).

⁴ Ver Becchio (2020), cap. 1.

⁵ Ver Betancourt; Espine (2019), Santos (2016).

ampliando o escopo da leitura do pensamento econômico tradicional numa “*herstory*” feminina (para dar voz às mulheres que pensaram temas econômicos, sem necessariamente serem feministas), somada à “*herstory*” feminista (para dar voz às mulheres feministas, com forte natureza política, que trataram de temas em Economia). O Quadro 2 destaca as pensadoras nos diferentes momentos do pensamento econômico que serão foco da nossa discussão.

Quadro 2 – Autores, autoras, principais obras e acontecimentos

Autores (as)/ Pensamento Econômico	Principais Obras	Principais acontecimentos
<p>Clássico Adam Smith (1723-1790) Thomas Malthus (1766-1834) David Ricardo (1772-1823) Jane Marcet (1769-1858) Harriet Martineau (1802-1876) Millicent Garrett Fawcett (1847-1929)</p>	<p>Smith – A Riqueza das Nações (1776) Malthus - Princípios de Economia Política (1820) Ricardo - Princípios da economia política e tributação (1817) Marcet – Conversações sobre economia política (1816) Martineau – Ilustrações de Economia Política (1832-1833) Fawcett - Economia Política para Iniciantes (1870)</p>	<p>Revolução Americana, 1776-83. Revolução Francesa, 1789-99. Primeira Revolução Industrial 1760-1850. Wollstonecraft, <i>The Vindication of the Rights of Women</i>, 1790. Guerras napoleônicas, 1799-1815. Abolição da escravidão no império britânico, 1807. Era Vitoriana (1837-1901).</p>
<p>Marxista Karl Marx (1818-1883) Friedrich Engels (1820 – 1895) Eleanor Marx (1855 – 1898) Raya Dunayevskaya (1910 – 1987) Rosa Luxemburgo (1871 – 1919) Beatrice Webb (1858-1943) Flora Tristan (1803-1844)</p>	<p>Engels, Marx - O Manifesto comunista (1848). Marx - O Capital (1867). Luxemburgo - <i>Social Reform or Revolution?</i>, 1899 Luxemburgo - <i>The Accumulation of Capital</i>, 1913. <i>Women's suffrage and class struggle</i>” (1912). Webb, <i>The Co-operative Movement in Great Britain</i>, 1891. Webbs - A história do sindicalismo (1894). Webbs – Democracia industrial (1897). Tristan – União Operária (1843). Tristan- Peregrinações de uma pária (1848).</p>	<p>Revoluções liberais da classe média na Europa contra a democracia e aristocracia, 1848. Convenção dos direitos das mulheres - Seneca Falls, 1848. Guerra de Crimeia, 1856. Darwin, <i>The Origin of the Species</i>, 1859. Associação Internacional dos Trabalhadores, Inglaterra, 1864. Guerra Civil Estadunidense, 1861-65. Abolição escravidão nos Estados Unidos 1865. John Stuart e Harriet Taylor Mill - <i>On the Subjection of Women</i>, 1869.</p>
<p>Friedrich Hayek (1899 – 1992) Ludwig Von Mises (1881-1973) Vera Smith (1912 - 1976)</p>	<p>Hayek – Preços e Produção (1931). Hayek – O caminho da servidão (1944). Mises – Ação Humana (1949). Smith - <i>The Rationale of Central Banking and the Free Banking Alternative</i> (1936). <i>Italy, a Study on Economic Development</i> (1962). <i>Central Planning for the Market Economy: An Analysis of the French Theory and Experience</i> (1969).</p>	<p>Segunda Revolução Industrial 1870-1914.</p>

<p>Marginalista/ Neoclássico William Stanley Jevons (1835-1882) Carl Menger (1840-1921) Leon Walras (1834-1910) Alfred Marshall (1842 – 1924) Mary Paley Marshall (1850-1944) Edith Penrose (1914 - 1996)</p>	<p>Jevons - Teoria de Economia Política (1871). Menger – Princípios de Economia política (1871). Walras - Elementos de Economia Pura (1874). Marhalls - <i>The Economics of Industry</i> (1879). Marhall – Princípios de Economia Política (1890). Penrose - A teoria do crescimento da firma (1959).</p>	<p>Unificação da Alemanha com Bismarck, 1871. Fim da reconstrução, início da segregação, leis de Jim Crow, lei do linchamento nos Estados Unidos. Casos sobre Direitos civis nos Estados Unidos tornam possível que indivíduos, de forma privada (ou corporações) discriminem com base na raça, 1883. Fundada a Sociedade Fabiana na Inglaterra, 1884. Massacre de Haymarket, sinal da agitação operária nos Estados Unidos, 1886. Formação da <i>American Federation of Labor</i>, 1886</p>
<p>Institucional Thorstein Veblen (1857-1929) Wesley Mitchell (1874-1948) John Commons (1862-1945) Hazel Kyrk (1886–1957) Charlotte Perkins Gilman (1860 – 1935)</p>	<p>Veblen – A teoria da classe ociosa (1899). Mitchell – Ciclo de negócios (1913). Commons – Economia Institucional (1934). Kyrk – <i>A theory of Consumption</i>, (1923). Kyrk – <i>The economic problems of the Family</i> (1929). Kyrk - <i>The family in the American economy</i> (1953) Gilman – O papel de parede amarelo (1892). Gilman – <i>Women and Economics</i> (1898). Gilman, <i>The Man-Made World or Our Androcentric Culture</i> (1911). Gilman – Terra das Mulheres (1915).</p>	<p><i>Hull-House</i>, centro social de Chicago, fundado por Addams y Ellen Cares Starr, 1889. Continua campanha pelo sufrágio das mulheres. Começa Era Progressista de reforma dos Estados Unidos ao final da década de 1880. Bismarck é substituído como chanceler da Alemanha, 1890. Fundação da Universidade de Chicago, 1891. Exposição Colombiana em Chicago para comemorar o 4º centenário da viagem de Colombo; protesto dos afro-americanos pela sua exclusão; 1892 <i>Plessy v Ferguson</i> defendem a doutrina segregacionista «separados mais iguais», 1896. Guerra Hispano-americana, 1898. Lake Placid Conference, Nova Iorque, emergência de uma nova disciplina “home economics”, 1899. Estabelecimento do <i>International Lady Garment Workers Union</i>, 1900. <i>Women`Social and Political Union</i> (as sufragettes), 1906-1914. Campanha contra o tráfico de escravas brancas resultou na Lei Mann, EUA, 1910. Primeira Guerra Mundial, 1914.</p>
<p>Keynesiano John Maynard Keynes (1883-1946) Ester Boserup (1910-1999) Joan Robinson (1903-1983)</p>	<p>Keynes – Teoria Geral (1936). Boserup - <i>Woman’s Role in Economic Development</i> (1970). Robinson – A economia da concorrência imperfeita (1933).</p>	<p>Revolução Comunista na Rússia, 1917. Estados Unidos entra na Primeira Guerra Mundial, 1917. Líderes militares alemães permitiram que a recém-formada república alemã se rendesse</p>

		<p>formalmente e encerrasse a Primeira Guerra Mundial, 1918. Mulheres alemãs conseguem o voto na nova República de Alemanha, 1918.</p> <p>O Tratado de Versalles finaliza guerra, castiga a Alemanha, promete a Liga das Nações, 1919. A Décima Nona Emenda garante o direito de voto às mulheres nos Estados Unidos, 1920.</p> <p>Era da Idade do Jazz, crônica de F. Scott Fitzgerald nos Estados Unidos, Mussolini chega ao poder na Itália, 1922.</p> <p>Primeiro governo trabalhista na Grã-Bretanha, 1924.</p> <p>Começa a Grande Depressão Mundial, 1929</p> <p>Governo de Hitler na Alemanha, 1933 e 1945.</p> <p>Segunda Guerra Mundial, 1939-45.</p>
<p>Brasileiro Celso Furtado (1920 – 2004) Maria da Conceição Tavares (1930-2024) Lélia Gonzalez (1935-1994)</p>	<p>Furtado – Formação Econômica do Brasil (1959). Desenvolvimento e subdesenvolvimento (1966). Teoria e Política do Desenvolvimento econômico (1984). Tavares – Da substituição do capital ao capital financeiro (1980). Tavares - Acumulação de capital e industrialização no Brasil (1986). Gonzalez; Hasenbalg - Lugar de Negro (1982).. Gonzalez - Festas Populares no Brasil (1987) - Racismo e Sexismo na Cultura Brasileira (1983). A mulher negra no Brasil (1984), Festas Populares no Brasil (1987) Por um Feminismo Afro-latino-Americano (1988), A categoria político-cultural de amefricanidade (1988)</p>	<p>Abolição da escravidão, 1888. Direito ao voto das mulheres, 1932. Ditadura Militar, 1964-1985.</p>
<p>Nobel Eleanor Ostrom (1933 – 2012) Esther Duflo (1972 -) Claudia Goldin (1946 -)</p>	<p>Ostrom – <i>Governing the Commons</i> (1990). Banerjee; Duflo – Repensar a pobreza (2012). Goldin - <i>Understanding the gender gap</i> (1990).</p>	<p>Primeira mulher economista ganha Prêmio Nobel, 2009. Pandemia Covid, 2020-2022.</p>

Fonte: Autoras

O foco está em aprofundar o estudo das pensadoras no âmbito da história do pensamento em Economia. Nesse primeiro material, que é resultado de pesquisa desenvolvida no âmbito do Programa PIBIC/UFSC, de discussões no Grupo de Pesquisa História do Pensamento

Econômico e Mulheres (HPE&M) e da disciplina de História do Pensamento Econômico e Mulheres, destacamos a contribuição de algumas mulheres no pensamento clássico, marxista, neoclássico, austríaco, institucional, keynesiano e latino-americano.

CAPÍTULO 1 - Pensamento Clássico O que veremos?

O contexto

Vida, obra e contribuição de algumas pensadoras
Vida e obra de Jane Marcet (1769-1858)
Vida e obra de Harriet Martineau (1802-1876)
Vida e obra de Millicent Garrett Fawcett (1847-1929)

O contexto

Abaroa (2007) afirma que as condutas e tradições que dominavam a sociedade britânica do século XIX, especialmente no que se refere ao comportamento das mulheres, eram dos tempos das cavernas dentro e fora da família. As mulheres eram impedidas de cursar a educação secundária e universitária; era suficiente apenas ler e escrever e aprender algumas questões próprias às mulheres, como bordar ou tocar algum instrumento musical. A Grã-Bretanha estava na vanguarda mundial e em pleno desenvolvimento industrial. Surgiram grandes economistas, Smith, Ricardo e Malthus, e o surgimento de uma nova ciência que seriam as bases de uma nova disciplina: a economia política. Os novos economistas assentaram a teoria do sistema produtivo na propriedade privada, na liberdade de escolha dos indivíduos e no modelo dinâmico de crescimento econômico. Nesse século de grandes avanços, especialmente para a classe masculina dominante, as mulheres ficaram a margem do processo econômico e social, mas foi nesse século XIX que iniciam as mudanças e uma onda de demandas para começar o acesso a uma melhor educação, ao trabalho e ao direito ao voto.

Para Becchio (2020), o debate sobre a questão da mulher se tornou central no período do Iluminismo. Durante a Revolução Francesa, foram fundadas várias associações. Em 1791, Olympe de Gouges publicou a *Declaration of the Rights of Woman and the Female Citizen*, e em 1792 Mary Wollstonecraft publicou *A Vindication of the Rights of Woman* – primeiras publicações feministas no tempo moderno. Entre Wollstonecraft e John Stuart Mill, *The subjection of women* de 1869, a questão da mulher foi incorporada na economia política: a batalha para a educação das mulheres começou a focar na necessidade de incluir estudos econômicos. Na Grã-Bretanha, no período entre o liberalismo clássico e o Fabianismo, as economistas liberais feministas pretendiam que o papel da educação em economia política e assuntos econômicos fosse central para o processo de emancipação da mulher.

O período da tradição clássica durante a Era Vitoriana, Reinado da rainha Victoria (1837-1901) na Inglaterra, foi importante porque representou o momento de mudanças políticas, culturais, industriais, científicas e militares. A mulher britânica, nesse período, era educada para casar-se, constituir família e ser submissa ao marido e que, se assim fizessem,

seriam felizes. A educação das mulheres estava em afazeres considerados femininos (aprender línguas, estudar literatura, arte, bordar, costurar) para o bom cuidado do lar e da família. O maior obstáculo para a emancipação econômica das mulheres era a educação desigual. O principal objetivo das mulheres ativistas era a proposta de uma reforma na educação das mulheres jovens (Becchio, 2020).

O contexto do Vitorianismo, na Inglaterra do século XIX, propiciou o progresso das ciências e da técnica e criou o ambiente ideal para o surgimento de um tipo feminino de perfil peculiar. O questionamento religioso junto a um processo de evolução indiferente aos anseios da sociedade gerou a necessidade de encontrar um ponto de equilíbrio entre o privado e o público – essa base foi o lar e seu representante tinha que ser alguém com as qualidades de guardião da moral e da castidade; da necessidade de um *anjo do lar* fez nascer a mulher vitoriana (Monteiro, 1998, p. 61).

Janet Marcet, Harriet Martineau, Harriet Taylor Mill e Millicent Garrett Fawcett vivenciaram o período vitoriano. Essas mulheres foram bem conhecidas em suas épocas, mas foram simplesmente apagadas do meio acadêmico e seus trabalhos foram esquecidos e se tornaram invisíveis por séculos, especialmente na história do pensamento econômico.

Dessas autoras, o destaque para Marcet e Martineau, juntamente a De Grouchy⁶, está em seu pioneirismo: foram as primeiras a escrever sobre economia política, inspiradas por Smith, Ricardo e Malthus, e estavam interessadas na popularização dos princípios da economia clássica. Marcet queria popularizar a economia política entre as pessoas comuns; Martineau também desejava ampliar a educação de economia, popularizar o conhecimento econômico via narrativa econômica. Seu trabalho foi elogiado por James Mill, John Ramsey e John Stuart Mill (Becchio, 2020).

De maneira geral, seus escritos são uma poderosa ferramenta de como a retórica é importante na divulgação de ideias. Yates (1985) afirma que Martineau ficou famosa com as *Ilustrações de Economia Política* de 1832-1833, mas foi sempre preocupada politicamente com as mulheres. Sua primeira publicação, quando tinha 19 anos, foi *Female Writers of Practical Divinity*. Para Yates (1985), Martineau não foi uma pensadora original, mas seu gênio estava na sua habilidade de discernir novas ideias de forma muito rápida e comunicar essas ideias para a mente popular.

Mrs Jane Marcet in *Conversations on Political Economy* even invented the format she first used, the simplified lesson in print aimed at educating common people. Martineau took the ideas as perfected the form – the primer textbook in a sophisticated

⁶ Becchio (2020) destaca que De Grouchy, esposa de Condorcet, traduziu a *Teoria dos Sentimentos Morais* de Adam Smith.

field, the how-to manual – at a time when the desire for general education was highly developed, but the instructional materials for it were not (Yates, 1985, p. 4).

Além disso, em suas viagens Martineau desenvolveu um método (não apenas descritivo) mas comparativo para estudar e comparar as sociedades. Possivelmente, ela escreveu o primeiro ensaio metodológico já publicado, *How to Observe Moral and Manners* de 1838, indicando sua originalidade (Yates, 1985).

Junto à Marcet e Martineau, é possível destacar os esforços de Millicent Fawcett que considerou o sufrágio para todas as mulheres e destacou a importância da educação feminina, sendo contrária à tendência de os pais considerarem investimento em educação como uma escolha válida e própria apenas para os filhos homens. Escreveu textos (1892, 1917, 1918, 1918) sobre o *gap* de trabalho e salário de gênero e debateu com Sidney Webb que defendia que o *gap* de salário era consequência inevitável da inferioridade da mulher em termos de qualidade e quantidade de trabalho dispendido por elas. Fawcett responde que a baixa *performance* das mulheres no trabalho decorre da forma peculiar que o mercado as tem relegado, com menores salários, criando *de facto* uma segregação ocupacional e uma política e exclusão (Becchio, 2020).

Embora grandiosas sejam as contribuições dessas pensadoras, ambas não tiveram uma formação universitária. Tinham, por seu turno, conhecimento dos mecanismos de acumulação de recursos e distribuição de bens via mercados, que pressupunha o comportamento dos agentes negociadores sob a condição de liberdade individual de escolha e natureza humana dos clássicos: as pessoas desejam melhorar sua condição no tempo e o ser humano tende a se especializar em diferentes tarefas produtivas. Nesse contexto, essas mulheres desejaram ter a mesma liberdade assumida pelos mecanismos teóricos.

Além delas, cabe destacar Harriet Taylor Mill, cuja história intelectual pode ser apenas revivida por meio dos escritos de John Stuart Mill. Como autora principal ou também em parceria com seu esposo, apresentou fortes argumentos em defesa dos direitos das mulheres na sua época. Para explorar melhor sua contribuição e daquelas referidas anteriormente, a próxima seção traz um recorrido histórico da vida das primeiras economistas esquecidas.

Vida, obra e contribuição de algumas pensadoras

De acordo com Dimand; Dimand; Forget (2000) nem todas as mulheres citadas em “*A biographical dictionary of women economists*” teriam uma formação acadêmica como economistas, entretanto seus escritos, no período em que os desenvolveram, seriam

considerados dentro do âmbito da economia. Durante o desenvolvimento da coletânea houve ainda as barreiras linguísticas, uma vez que os revisores dependiam da colaboração de terceiros; economistas chinesas e latino-americanas são pouco exploradas na obra.

Nomes de peso da economia clássica tais como Adam Smith, David Ricardo e John Stuart Mill, os mais conhecidos e celebrados da área, influenciaram e ainda influenciam, em maior ou menor grau, a economia teorizada e praticada hoje em dia. Não é de se estranhar, porém, que a economia clássica, muito além de se desenvolver somente por estes nomes, teve outros contribuidores, ou melhor, outras contribuidoras, contemporâneas de Thomas Malthus, Ricardo e Mill, e que tiveram a proeza de serem as primeiras mulheres a escreverem sobre economia. São elas: Jane Marcet, Harriet Martineau e Millicent Garrett Fawcett (Abaroa; Reeder, 2007).

Apesar da impossibilidade de ascenderem à posição universitária, essas mulheres demonstraram estar cientes do debate econômico da época, seja em relação à economia política, aos mecanismos de mercado, à distribuição de bens, ao comportamento dos agentes ou a qualquer que seja o tema de seu período. Sempre seguindo o modelo clássico em que *“las personas desean mejorar su condición en el tiempo y el ser humano es tendente a especializarse en diferentes tareas productivas”* (Abaroa; Reeder, 2007, p. 18), deve-se frisar que essas mulheres lutaram para desfrutar da mesma liberdade assumida nos modelos teóricos clássicos.

Marcet, Martineau e Fawcett são consideradas as três grandes economistas britânicas do século XIX, com publicações que despertaram o interesse de milhares de pessoas ao longo dos anos. São publicações de diferentes temas que não se restringem à economia, e que cobrem os aspectos históricos e sociais da sociedade britânica do século XIX. Usufruindo de uma qualidade de vida elevada, com acesso à educação e com possibilidades de acompanhar o debate econômico de perto, todas as três foram responsáveis por divulgar a economia para aqueles que não lograram a disciplina, isto é, as classes mais pobres, os trabalhadores e as mulheres. Importante mencionar que, apesar de elas não serem as criadoras originais das teorias, elas adquiriram, com sua perseverança e seu esforço pessoal, o crédito de serem conhecidas como as grandes divulgadoras dos princípios teóricos de seu tempo, especialmente em relação à compreensão da *“importancia de una colaboración acoplada entre trabajadores y empresarios”* (Abaroa; Reeder, 2007, p. 18-19). Como resultado, elas *“contribuyeron a la integración de las mujeres a la vida profesional, a la igualdad de derechos entre mujeres y hombres y, en definitiva, colaboraron en el nacimiento de una nueva sociedad”* (Abaroa; Reeder, 2007, p. 18).

A seguir, são destacadas a vida, obra e contribuição de Marcet, Martineau e Fawcett.

Vida, obra e contribuição de Jane Marcet (1769-1858)

Jane Marcet (1769-1858) nasceu e morreu em Londres. De família de banqueiros e importantes homens de negócios, Marcet foi a mais velha dos dez filhos gerados pelo matrimônio de Anthony Francis Haldimand, suíço emigrado à Grã-Bretanha, com a inglesa Jane Pickersgill. Aos quinze anos de idade, Marcet perdeu sua mãe e, a partir de então, ficou a seu cargo a organização da vida doméstica e familiar, especialmente no cuidado dos irmãos menores. Marcet recebeu uma esmerada educação, tal como ditava a tradição suíça, por meio de tutores especializados que frequentavam sua residência para educar os seus irmãos. Apesar de receber uma instrução mais superficial do que a recebida pelos seus irmãos, indícios biográficos apontam que ela provavelmente conduziu seus próprios estudos e os perseguiu em anos posteriores. Sem dúvida, sua educação inicial contribuiu para as suas publicações nas áreas de Química, Física, Biologia e Economia (Abaroa; Reeder, 2007).

Marcet se casou em 1799, aos trinta anos de idade, mais velha do que o costume da época, com o médico Alexander John Gaspar Marcet, pretendente que a própria Marcet havia escolhido com o aval de seu pai. Em 1808, Alexander foi eleito para a *Royal Society* londrina como reconhecimento do trabalho exercido em seu campo. Desse matrimônio, Marcet deu à luz quatro filhos e viveu bem próxima de seu marido até a morte dele em 1822 (Abaroa; Reeder, 2007).

O fato de Alexander ser médico impulsionou a carreira de escritora de Marcet, especialmente quanto a assuntos envolvendo química e biologia. Sua carreira como escritora começou com *Conversações sobre química*, publicado em 1809. O livro abordou conceitos básicos de química e foi incentivado por seu marido e pelo editor Longman logo depois que Marcet havia terminado o curso de química. A estrutura do livro segue conversas entre as personagens da instrutora Mrs. Bryant e das duas alunas, Emily e Caroline. Por meio de perguntas que as alunas faziam à Mrs. Bryant e das respostas e explicações da instrutora, Marcet conseguia esclarecer e avançar nos temas propostos (Abaroa; Reeder, 2007).

Conversações sobre química obteve grande aprovação por parte do público e chegou a ser publicado nos Estados Unidos com altas tiragens e traduzida para o francês. Interessante notar que apenas a partir da décima terceira edição de *Conversações sobre química* que o nome de Jane Marcet apareceu na obra, apesar de sua autoria ser conhecida previamente (Abaroa; Reeder, 2007).

Não obstante, o prestígio e impacto dessa obra foi “[...] *tal que en los libros que escribió posteriormente desde entonces, y en los que tampoco figuraba su nombre en la portada en las*

primeras ediciones, se la presentaba como “el autor de las Conversaciones sobre química” (Abaroa; Reeder, 2007, p. 22). Em 1819, Marcet publicou outro livro sobre ciências naturais chamado *Conversaciones sobre filosofía natural, una exposición de los elementos básicos de la ciencia para gente joven*. Esse livro objetivava colaborar com a formação dos estudantes do ensino médio (Abaroa; Reeder, 2007).

Conversações sobre economia política foi o trabalho seguinte de Marcet. Editado em 1816, o livro foi grandemente influenciado pelo “debate bullionista” do começo do século XX na Grã-Bretanha. Nas palavras de Abaroa e Reeder (2007), o debate

...hacía referencia a la vuelta al patrón oro de Gran Bretaña y a la función del Banco de Inglaterra como banco de emisión de dinero papel, decisión que implicaba ajustar la proporción adecuada entre las reservas de oro del banco y la cantidad de billetes que debía poner en circulación (Abaroa; Reeder, 2007, p. 23-24).

Ademais, a obra também abordou princípios de autores como Smith, Malthus, Jean-Baptiste Say e Jean Charles Léonard de Sismondi (Abaroa; Reeder, 2007).

Marcet nutria relações com círculos financeiros londrinos devido à posição de seu pai e a um de seus irmãos, William Haldimand, que chegou a ser diretor do Banco da Inglaterra. Nos encontros sociais sediados na residência dos Marcet, frequentavam economistas de renome como Ricardo e Malthus, bem como mulheres de relevância tais como Harriet Martineau, Mary Fairfax Somerville e Maria Edgeworth. Daí sua inspiração e excelência em escrever sobre economia política e desenvolvimento industrial. Marcet destaca, no prefácio do livro, que sua obra é destinada às pessoas mais jovens de todos os sexos e objetivava mostrar a relação entre economia política e o progresso da humanidade (Abaroa; Reeder, 2007).

De forma geral, *la obra sigue una estructura lógica que va asentando los conceptos sobre las bases de la organización capitalista* (Abaroa; Reeder, 2007, p. 26), tais como propriedade privada e divisão do trabalho, e usa explicações clássicas a respeito das regras da livre concorrência dos mercados. Como *Marcet estaba familiarizada con las exposiciones clásicas referidas a la teoría de la población malthusiana y al concepto del estado estacionario de Ricardo* (Abaroa; Reeder, 2007, p. 26), ambas visões reconhecidas como pessimistas, ela sustentou uma interpretação otimista quanto às possibilidades do crescimento econômico britânico. Dentre o grande leque de contribuições de Marcet, pode-se citar a retomada da teoria smithiana sobre o valor de mercado dos bens e inúmeras referências às obras e conceitos de Ricardo. A obra de Marcet não passou despercebida por autores como Joseph Schumpeter e Say, nem por Ricardo e Malthus (Abaroa; Reeder, 2007).

Marcet ainda escreveu dois outros livros sobre economia que não obtiveram a mesma popularidade que *Conversações sobre economia política*. O primeiro é *Las nociones de economía política de John Hopkins*, de 1833, que objetivava “*instruir en los principios de la economía a la clase trabajadora*” (Abaroa; Reeder, 2007, p. 27). O livro é protagonizado por Hopkins, um agricultor do século XIX que possuía muitas dificuldades, dentre elas o grande tamanho de sua família: ele, sua esposa e dezesseis filhos. No percorrer da obra, Marcet aborda temas como a evolução dos salários, crescimento populacional, produtividade do trabalho, emigração, maquinário e inovações tecnológicas, comércio exterior e preço do pão. O livro destaca o perigo que a superpopulação poderia causar em termos de depressão salarial. O segundo livro é de 1851, e se intitula *Ricos y pobres*. Trata-se de uma obra para aproximar “*los niños las bases del entramado económico y social del siglo XIX*” (Abaroa; Reeder, 2007, p. 27), e segue os mesmos moldes dos anteriores: a instrutora Sra. Bryant leciona em uma escola de uma cidade rural e os alunos, organizados em grupos, têm contato com temas como trabalho, lucros, capital, salários, máquinas, preços, comércio, dinheiro e bancos (Abaroa; Reeder, 2007).

Em suma, é possível afirmar que o grande papel de Jane Marcet foi a divulgação, especialmente entre a classe média, as mulheres, os trabalhadores e os jovens britânicos, e a popularização de uma ampla variedade de disciplinas teóricas que abrangem desde as ciências naturais até a economia. Neste último campo, é importante destacar o impacto e prestígio da obra *Conversações sobre economia política*, e conceitos como a lei dos rendimentos decrescentes da produção e a teoria subjetiva do valor, que só foram difundidos em textos de economistas clássicos anos posteriores. Marcet também participou do avanço da posição das mulheres na sociedade contribuindo com a incorporação delas à educação e ao trabalho (Abaroa; Reeder, 2007).

A seguir, destacamos algumas ideias de Marcet no seu livro *Conversações sobre Economia Política*.

Conversações sobre Economia Política (1816)

No prefácio de *Conversações sobre Economia Política (1816)*, Marcet esclarece que sua intenção com a obra é trazer a Economia Política para perto dos jovens de ambos os sexos. Também deixa claro que seus escritos só foram possíveis graças às obras dos grandes mestres da área: Smith, Malthus, Say, Sismondi, Ricardo e William Blake. Seguindo a estrutura de *Conversações sobre Química (1806)*, obra anterior de Marcet e a responsável por alçá-la ao

patamar de escritora, *Conversações sobre Economia Política* (1816) é organizada em conversas e os argumentos são expostos a partir de perguntas e respostas. As personagens são Mrs. Bryant, a instrutora, e sua aluna Caroline. O uso dessa estrutura didática coloquial tem o objetivo de fazer com que as questões se tornem “*vehicle of some collateral remarks contributing to illustrate the subject*” (Marcet, 1816, p. 1).

O capítulo I, "introdução", inicia com Caroline lendo para Mrs. Bryan uma passagem, na qual duas personagens conversam sobre o rumo que a cidade de Salentum tomou. Antes exuberante, suntuosa, Salentum sofreu uma metamorfose que a transformou em uma cidade diferente, com habitantes dedicados a hábitos simplórios, com construções simples e muito cultivo. Uma das personagens do conto se refere à mudança como algo positivo, alegando que o novo estado da cidade, agora muito cultivada e com pouca pompa, era superior ao estado precedente, no qual os arredores de Salentum eram mal cultivados e os hábitos superficiais (Marcet, 1816, p. 1-2).

Em resposta à exposição, a instrutora afirma que "*flourishing cities are the means of fertilising the fields around them*" (Marcet, 1816, p. 3), ou seja, que a prosperidade e o cultivo das terras andam juntos, não constituindo antagonismo. É com essa consideração que o capítulo procede em um caminho por meio do qual Marcet busca mostrar a importância de compreender os conceitos básicos da Economia Política, à época uma ciência nascente, para enxergar os erros e acertos presentes em discussões e nas opiniões emitidas pelas pessoas. Compreendendo isso, Caroline resolve abster-se de assuntos relacionados ao tema, por considerar tal ciência inacessível devido aos inúmeros jargões presentes nas obras que a fundamentam. Em resposta, Mrs. B afirma que "*so many things are more or less connected with the science of political economy, that if you persevere in your resolution, you might almost as well condemn yourself to perpetual silence*" (Marcet, 1816, p. 8). Essa passagem reflete perfeitamente a importância dada, por Marcet, à Economia Política.

Questionando a importância de as mulheres compreenderem os princípios da Economia Política uma vez que, na época, elas eram impossibilitadas de serem legisladoras e de, sendo assim, alterar os problemas gerados no campo da Economia Política, Caroline recebe de Mrs. Bryant uma resposta que exhibe quão importante é o conhecimento de tais princípios na vida das mulheres já que são elas as constituintes da educação de seus filhos e, portanto, as inculcadoras de conhecimentos e ideias: "*we should [diminish] the number of errors imbibed in early youth, and by inculcating such ideas only as are founded in truth!*" (Marcet, 1816, p. 11).

Uma das partes mais importantes do primeiro capítulo refere-se à exposição trazida por Mrs. Bryant a respeito da aplicabilidade dos conhecimentos extraídos do mito de Midas à vida

real: "*The story of King Midas shows, that gold alone does not constitute wealth, and that it is valuable only as it bears a due proportion to the more immediately useful productions of the earth*" (Marcet, 1816, p. 13). O que se percebe aqui é a clara alusão ao verdadeiro constituinte da riqueza, do valor, que, segundo a visão de Marcet, são os produtos úteis gerados pela produção da terra, e não o meio de troca que os adquire.

No capítulo II, Mrs. Bryan atende ao pedido de Caroline e lhe dá uma explicação mais detalhada dos limites do estudo da Economia Política. Expondo as origens da civilização versada em artes e comércio, a instrutora percorre a história ao contar como as populações antigas, as quais eram andarilhas, tornaram-se sedentárias com a descoberta da lavoura e da posse de rebanhos, esta última servindo a um grande papel ao introduzir a propriedade privada e as consequentes leis (Marcet, 1816).

Tomando como exemplo os Estados Unidos, cuja opulência e cujo avanço de riqueza são opostos por Mrs. Bryan aos estados decadentes da riqueza de países como Egito e Síria (Marcet, 1816), Marcet explicita que tais exemplos devem ser analisados e estudados dentro da Economia Política para que os motivos que levaram à prosperidade do primeiro país sejam entendidos e incentivados, contemplando, para isso, as limitações a serem impostas ao comércio e aos preços.

Segundo Marcet, a má administração posta em prática por governantes, que desconhecem os conceitos basilares da Economia Política, opera de modo a prejudicar a divisão igualitária da prosperidade entre as diversas classes da sociedade, favorecendo algumas em detrimento de outras. Caroline aborda o caso de algumas pessoas ricas que, como indivíduos, são menos felizes do que pessoas pobres. Ela recebe de Mrs. Bryan uma réplica na qual são mencionados os abusos atrelados à riqueza, os vícios morais e, também, os meios que provisionaram tal riqueza: afinal de contas, Marcet acredita que é a riqueza alcançada por meios industriais, pela expansão da indústria, a riqueza que proporciona a felicidade e o bem-estar da sociedade, uma vez sendo a indústria responsável por produzir novas gratificações a novos desejos humanos. Andando de mãos dadas com a moralidade, a religião, um bom governo e a difusão do conhecimento, a riqueza, para Marcet, converge em direção da felicidade social. Carecendo dessas virtudes e de uma origem industrial da riqueza – devendo sua obtenção a saques ou roubos, a economista aponta que nações tais como as antigas Grécia e Roma têm grandes chances de decaírem (Marcet, 1816).

Ainda, Marcet (1816) considera a riqueza como uma composição de artigos comerciáveis, sendo eles utilitários, de luxo ou de conveniência que são alcançados e buscados

através da posse do dinheiro, do ouro e da prata, algo que sobrepuja a conceituação de riqueza como sendo referente à análise comparativa da riqueza de dois indivíduos.

No capítulo III, focado na discussão sobre propriedade, temos seu começo sendo marcado pela colocação de Mrs. Bryan que atribui à humanidade uma tendência à indolência, à ociosidade, que é contraposta pela educação e pela capacidade de previsão do homem, as quais fazem com que floresçam desejos que vão além das necessidades básicas da vida, tais como o desejo de conforto e o desejo de diversão. O “selvagem” retratado na obra, sem compartilhar desse conhecimento proporcionado pela educação, satisfaz-se com aquilo que está ao seu imediato alcance, não percebendo as possibilidades a serem desfrutadas no longo prazo: com isso, após satisfazer suas necessidades básicas de sobrevivência – tais como comer –, ele retorna a um estado de ócio (Marcet, 1816).

Com o tempo, contudo, alguns selvagens poderiam ser apresentados à civilização, ao conhecimento dos prazeres desfrutados por ela. O grande problema seria referente ao resultado provocado por mudanças em sua postura: caso o selvagem exposto aos possíveis benefícios a serem auferidos através de um trabalho mais duro realizasse tal trabalho, a consequência provável seria a tomada, por parte dos demais selvagens que não mudaram de postura, das posses que seu trabalho melhorou ou das provisões que armazenou para o inverno (Marcet, 1816). E é nesse ponto que é introduzida a grande vantagem das leis referentes à propriedade: a segurança. É através de tais leis, oriundas do interesse comum da humanidade em preservar suas posses, e estabelecidas após inevitáveis conflitos como os de usurpação que o estímulo à indústria. Segundo Mrs. Bryan, “*security is the grand point; it is security which stimulates industry, and renders labour productive; every step towards security is a step towards civilisation, towards wealth, and towards general happiness*” (Marcet, 1816, p. 38).

A discussão continua e expõe uma dúvida crucial: qual o papel exercido pelo estabelecimento de propriedades no tocante à igualdade? Segundo Marcet, oriunda de tempos de conquista, a divisão das terras sujeita os povos a uma desigual divisão de propriedade, a qual não pode ser evitada, algo provado por tentativas frustradas de nações como Roma e Esparta. O contraponto benéfico seria as virtudes estimuladas por tal desigualdade: se, na parte dos afortunados, há o estímulo à benevolência, à compaixão e à caridade, na parte dos desafortunados as virtudes estimuladas são a paciência, a resignação e a força moral (Marcet, 1816).

O papel fundamental da propriedade assegurada pelas leis, como é trazido por Marcet no fim do capítulo III, refere-se ao incentivo desta à atividade produtiva: quem se dedicaria à produção que excede o necessário à sobrevivência, sabendo que o fruto de seu trabalho seria

saqueado? Nas palavras de Marcet (1816, p. 43) – ou de Mrs. Bryan: “[p]roperty in land is therefore of necessity a preliminary step to cultivation”.

No capítulo IV, Marcet procede argumentando a favor da propriedade, e afirma que sua implementação é vantajosa, impossibilitando sua total abolição nas nações que a adotam. O cenário negativo que pode ocorrer em decorrência da insegurança em relação à propriedade já estabelecida, porém administrada de modo falho, é um cenário no qual o país retorna a um estado comparativamente mais bárbaro e mais pobre, e como exemplos disso sua porta voz na conversa, Mrs. Bryan, cita a cidade de Tyre e o Egito (Marcet, 1816). A propriedade constitui a segurança sobre a qual se garante que a dificuldade enfrentada em um trabalho mais duro seja recompensada. Trazendo um trecho do capítulo, “*who would protect what was not his own; or who would economise when all the stores of nature were open to him? [...] If the earth were possessed in common, who would set about cultivating this or that spot of ground?*” (Marcet, 1816, p. 61).

Tomando o exemplo da Síria, Marcet traz a leitura de alguns trechos de “As viagens de Volney”, feita por Caroline para argumentar que a propriedade descuidada pode reduzir cidades prósperas a um estado de abandono comparável ao de um deserto, impossibilitando melhorias físicas e tornando-as permanentemente rudes:

The people, denied the enjoyment of the fruits of their labour, restrain their industry to the supply of their necessary wants; the husbandman sow only to prevent himself from starving, the artifeer labours only to maintain his family; if he makes any savings, he strives to conceal- them (Marcet, 1816, p.56).

Ao abordar as virtudes do povo suíço, Marcet (1816) ressalta que a industriiosidade leva à exploração intensa dos recursos dos países, de modo a promover a emigração de seus povos para outros lugares.

No capítulo V, Marcet (1816) foca primordialmente na divisão do trabalho. O início do capítulo mostra, sob a fala de Mrs. B., que a garantia da propriedade, levando ao incremento da produção, conduz as pessoas a armazenarem mais mercadorias, sejam elas necessárias, convenientes ou confortáveis para suas vidas. É assim que há a introdução da barganha, do escambo, por intermédio da qual uma pessoa troca o excesso de mercadorias que possui por alguma mercadoria que outra pessoa tem e que lhe interessa e/ou de que necessita.

Outro ponto abordado por Marcet é o referente à habilidade desenvolvida nos ofícios incentivados pelo escambo. Considerando que cada pessoa foca em uma atividade específica para trocar sua produção excedente por outros bens de seu desejo, sua habilidade na atividade focada seria desenvolvida. A conclusão é que haveria um longo período de tempo até que cada

pessoa de uma sociedade pudesse tornar-se compradora, ou seja, até que tivesse desenvolvido habilidade o suficiente para que seu produto fosse desejável por outras pessoas (Marcet, 1816). O que ecoa no decorrer deste capítulo são as elaborações teóricas feitas por economistas anteriores a Marcet, como Adam Smith e David Ricardo.

Citando um longo trecho de Adam Smith, exposto no seu primeiro capítulo de “A Riqueza das Nações”, Mrs. Bryan busca mostrar a Caroline que o esforço comum entre inúmeras pessoas proporciona, nos países civilizados, as mais diversas mercadorias comumente encaradas como simplórias, sendo elas dotadas de uma composição tão complexa de trabalhos diversos a ponto de serem destacadas das mercadorias postas ao alcance de países não civilizados ou, nas palavras do economista escocês, selvagens (Marcet, 1816).

Marcet (1816) aborda o argumento de Adam Smith sobre a fábrica de alfinetes, exalta a divisão de trabalho como uma fonte de produtividade muito eficiente. Há, também, a retomada do argumento feito pelo economista de que o foco de um trabalhador em uma atividade específica lhe conduz a descobrir maneiras de melhorar a execução dela. É introduzida a questão do surgimento das máquinas, instrumentos através dos quais o trabalho é abreviado e mais eficazmente executado.

Uma questão de grande importância trazida por Caroline, e respondida por Mrs. B., refere-se à ignorância imposta sobre trabalhadores dedicados a uma única e exclusiva atividade. A resposta da instrutora a esse receio é que, estando os trabalhadores em uma localização comum, realizando atividades lado a lado, o natural a ocorrer é o desenvolvimento de debates e conversas sobre o dia a dia, sobre a política, sobre o Estado:

Social intercourse, in whatever class of the community it takes place, cannot fail to promote the diffusion of knowledge; the lower orders of people become acquainted with the comforts and conveniences which have been acquired by the more skilful and industrious; they learn to appreciate the value, and are stimulated to acquire the means of obtaining them; a mode of instruction which we have observed to be the most essential step towards dispelling ignorance, and exciting industry (Marcet, 1816, p. 83).

Outra consideração de grande importância feita por Marcet faz referência à expansão do conhecimento proporcionada pelo desenvolvimento de debates dentro das indústrias. Mrs. Bryan afirma que há menos violência e crimes entre os manufactureiros do que entre os agricultores. Sua explicação para a visão negativa que recai sobre as populações das manufaturas, enxergadas como pessoas que possuem mais vícios do que outras classes, é que os crimes são mais noticiados do que os atos de bondade que recheiam a vivência dessa classe, algo motivado pela sua suscetibilidade às leis (Marcet, 1816).

Na sexta conversa, Marcet (1816) elabora a discussão sobre o capital. Dentro do tema, é trazido debates sobre as distinções das pessoas ricas e pobres, acumulação de riqueza, contratos e produtividade do trabalho, definição de capital e de rendimentos de capital, indústria e poupança. O objetivo geral de Marcet é defender que o avanço da sociedade pela defesa da propriedade e da divisão do trabalho resulta em mais felicidade para as pessoas.

O primeiro debate que surge é sobre a desigualdade de condição. Marcet (1816) argumenta que a desigualdade de condição entre as pessoas, ou “*diversity of rank*” em suas palavras, é mais um estado geral da sociedade do que um mal em si. A emergência da civilização, isto é, da superação do estado de natureza, permite com que as pessoas usufruem das vantagens encontradas na defesa da propriedade e na divisão do trabalho, o que, por sua vez, possibilita aos sujeitos mais habilidosos e industriosos a aquisição de uma riqueza superior, maior do que seria suficiente para suprir todos os seus desejos e anseios. Com o tempo, esse excesso de riqueza torna a pessoa rica. Se, ao contrário, uma pessoa é menos industriosa e trabalhadora e, portanto, adquire apenas o suficiente para sua subsistência, ela permanecerá pobre, justamente porque ela não acumulou um estoque de riqueza ao longo do tempo. Quanto mais se gasta a riqueza, maior prazer uma pessoa obterá. A acumulação de riqueza a que Marcet se refere não é necessariamente aquela dada em moeda, mas consiste também em bens comerciáveis, especialmente bens agrícolas e manufaturados.

Uma pessoa rica aumenta sua riqueza com a troca que faz com o trabalhador: o rico troca com o trabalhador, destituído de posses, o produto ou o trabalho já realizado, por um trabalho ainda por fazer. O rico não somente adquire um comando sobre o trabalho dos pobres, como aumenta sua riqueza pelos lucros que obtêm dele. Aos pobres, para sobreviverem, cabem entrar nessa troca por salário (Marcet, 1816). Essa é uma relação de benefício mútuo, resalta Marcet (1816, p. 94): “*without the rich the poor would starve; without the poor the rich would be compelled to labour for their own subsistence*”.

A riqueza gerada nesse ciclo, isto é, aquelas *commodities* comercializáveis, são consumidas e produzidas pelas classes trabalhadoras. A riqueza destinada à reprodução pelo emprego de trabalhadores é chamada de capital e o lucro derivado do trabalho dos empregados é chamado de renda. Dessa forma, “*the capital consumed by labourers is re-produced with increased value in the articles of their workmanship*” (Marcet, 1816, p. 95). Se um trabalhador, por seus próprios esforços, produz mais do que vale o seu salário pago pelo capitalista, não seria mais justo que ele pudesse manter a totalidade de seu ganho? Contra essa questão, Marcet argumenta que nenhum capitalista aceitaria o emprego de um trabalhador sob essas condições, ao mesmo tempo que nenhum trabalhador ofereceria sua força de trabalho dizendo que “*for the*

food you give me during the present year, I will produce an equal quantity of food next year" (Marcet, 1816, p. 96). O trabalhador sabe que a comida do seu prato dependerá do que ele produzirá a mais, seja de bens agrícolas, seja de bens manufaturados. Essa é a condição que impele o capitalista a empregar mão de obra (Marcet, 1816).

A renda do capitalista é derivada do emprego do capital (lucro) em trabalho, ou no "*employment of the poor*" (Marcet, 1816, p. 98). Sem tal condição, o capitalista empobreceria e sua capacidade de empregar diminuiria. A riqueza somente "*is reproduced and augmented by the labour of the poor*" (Marcet, 1816, p. 98). Marcet (1816, p. 98) defende ainda que "*the employment of the poor should be a necessary step to the increase of the wealth of the rich*", que se mantém rico porque distribui capital entre os trabalhadores. Os trabalhadores, por seu turno, consomem esse capital e o reproduzem em mais valor. Daí o nome que obtém: trabalhadores produtivos. O capital é, portanto, essencial para manter a economia em funcionamento, já que nenhum empreendimento seria levado a cabo sem seu emprego. Até mesmo as operações de crédito dependem do emprego de capital de outrem para ocorrerem. Há, contudo, empreendimentos que fogem dessa regra, especialmente aqueles que demandam poucos recursos e cujo sustento pode ser obtido com o uso da terra; os remanescentes do "savage state" ou estado de natureza, como Marcet denomina. Porém, esses casos são irrelevantes no todo da sociedade (Marcet, 1816).

Alguém poderia argumentar que aqueles que ganham mais (os capitalistas, em geral), o ganham justamente porque já nascem com recursos, ao passo que aqueles que começam com nada não teriam muitas alternativas de se livrarem da pobreza. Marcet (1816) explica que a pobreza é um termo de significação vaga. Se de um lado, a pobreza é empregada para expressar um estado de "positive indigence", aquele trabalhador que ganha a subsistência dia a dia não se enquadraria nessa condição. Porém, se empregada em oposição à riqueza ou à posse de capital, os trabalhadores não estão necessariamente condenados a ela para sempre, pois "*a healthy and hard-working man, may, if he be economical, almost always lay aside something as the beginning of a little capital, which by additional savings accumulates*" (Marcet, 1816, p. 101).

Marcet (1816) conclui que não existe mal em acumular riqueza, muito pelo contrário, as fortunas beneficiam a sociedade pela possibilidade de geração de emprego. A felicidade em Marcet depende mais da trajetória de adquirir riqueza do que possuir a riqueza em si. Um trabalhador ordinário, por exemplo, teria mais felicidade no processo de antecipação de sua riqueza futura, isto é, no trabalho empregado para adquirir essa riqueza, do que na posse em si dessa riqueza, considerando que seja possível o emprego contínuo desse capital em recursos e trabalho, depois dos gastos necessários para a manutenção de sua sobrevivência e família. Se

esse trabalhador é prudente, ele guardará uma quantia, o mínimo possível que lhe permita aprimorar seu negócio. É natural, portanto, que a felicidade esteja atrelada ao processo gradual de aquisição de riqueza que impulsiona a prosperidade e conduz a felicidade da sociedade.

Ainda sobre o capital, Marcet (1816) introduz temas como os diferentes tipos de capital (capital fixo e circulante), as vantagens de incorporação de maquinários, e discorre sobre a situação dos escravos. Marcet começa argumentando que um capitalista, seja um dono de terras ou um empresário da manufatura (“*manufacturer*”), pode achar mais vantajoso empregar o capital adicional (lucro obtido pela aquisição de mais valor no processo de trabalho), ou pelo menos parte dele, em mão de obra com vias a “*to build barns and outhouses, to store his crops and shelter his cattle*” ou ainda, no caso de um industrial, empregar esse capital para “*enlarge his machinery or implements of industry*” (Marcet, 1816, p. 107). Em outras palavras, a desenvolver e aprimorar as instalações da fazenda ou da indústria, e não necessariamente a produzir mercadorias e as vendê-las no mercado. O retorno desse tipo de consumo de capital pode não ser tão imediato quando o retorno que se obteria no emprego do capital em salários para os trabalhadores, mas o capitalista sabe disso; ele pensa no futuro. O uso de mais máquinas, por exemplo, aumenta a produção e permite o emprego de menos pessoas - menos salários serão despendidos - ao mesmo tempo em que um fazendeiro, que tem a sua disposição um celeiro pode manter por mais tempo sua produção agrícola e vendê-la em um tempo mais oportuno. Os lucros obtidos desse investimento seriam proporcionais ao emprego desse capital.

O emprego de capital em terras, máquinas e outros instrumentos de trabalho é chamado de capital fixo. Já o capital gasto na manutenção da força de trabalho e aquele em que o lucro é mais imediato é chamado de capital circulante: “*The produce of a farm, or the goods of a manufacturer, afford no profit until they are brought to market; and sold or exchanged for other things. This description of capital is, therefore, constantly circulating*” (Marcet, 1816, p. 108). A diferença entre capital fixo e circulante para um fazendeiro pode ser difícil de ser apreendida; para isso, Marcet (1816) fornece o seguinte exemplo: o gado, os implementos em agricultura, os cavalos que puxam o arado, assim como o próprio arado, constituem o capital fixo; as ovelhas e bois destinados diretamente ao mercado formam o capital circulante. A manutenção do gado, bem como dos trabalhadores, é capital circulante, porém o valor do gado em si é capital fixo. Essa diferença é mantida para os escravos, pois seus donos possuem o direito à sua força de trabalho sem remuneração; são considerados, portanto, capital fixo. Marcet ainda deixa claro que a experiência já provou que quanto mais livre e independente os homens são, mais trabalhadores eles se tornam, e melhor a terra é cultivada.

Marcet (1816) fornece outros exemplos para melhor diferenciar capital fixo e circulante: o dinheiro gasto para preparar terrenos para cultivo e aquele empregado na melhoria da terra já cultivada é capital fixo; o dinheiro gasto no curso regular do cultivo consiste, em parte, em capital fixo e, em parte, em capital circulante. Essas duas formas de capital são essenciais para a sobrevivência e felicidade da sociedade, considerando tanto o lado dos capitalistas quanto o lado dos trabalhadores: *“the greatest good you can do the labouring classes, is to increase the consumable produce of the country”* (Marcet, 1816, p. 112).

Em outras palavras, uma abundante riqueza só seria benéfica para o todo se empregada na manutenção do trabalho produtivo. Pode parecer paradoxo que o emprego de capital em máquinas, que substituiriam a mão de obra manual e jogariam os trabalhos na rua, possa significar o benefício desses mesmos trabalhadores. Porém, Marcet (1816) é enfática ao dizer *“that whatever abridges and facilitates labour will eventually increase the demand for labourers”* (Marcet, 1816, p. 13). Qualquer nova máquina ou processo que reduza ou facilite o trabalho empregado na produção, faz com que a mercadoria seja produzida com um custo menor e, como consequência, o preço cai. Com preço baixo, maior é o número de compradores dessa mercadoria; a demanda cresce e a oferta aumenta proporcionalmente. Com a demanda e a oferta em alta, mais trabalhadores são, eventualmente, empregados em sua fabricação. Ou seja, na mesma medida em que *“where there is capital the poor will always find employment”*, *“the demand for labour is therefore proportioned to the extent of capital”* (Marcet, 1816, p. 115).

Marcet (1816) enfatiza ainda mais os benefícios do emprego do capital nas formas discutidas ao citar passagens da obra de Macpherson *‘History of Commerce’*. Na passagem, Macpherson faz um elogio a Mr. Arkwright, homem de grande fortuna - merecida, enfatiza Macpherson - por não privar as pessoas do trabalho. A introdução da máquina no processo produtivo é elogiada por uma passagem da obra *“Political Economy”* de Say em que cita o caso da introdução da máquina de impressão na confecção de livros e do efeito consequente na profissão dos copistas: depois do emprego dessa inovação, mais pessoas foram empregadas para exercer trabalhos relacionados a impressão de livros do que antes havia de copistas, sem contar que a redução do preço do livro permitiu com que mais pessoas tivessem acesso à eles.

Para concluir suas dissertações sobre capital, Marcet (1816, p. 119) as sintetiza da seguinte forma: *“capital, whether fixed or circulating, invariably promotes the increase of the produce of the country”*. Dessa forma, é possível defini-lo como sendo *“any accumulated produce which tends to facilitate future productions”*, a medida em que o capital de um país é *“composed of the aggregate property of all its inhabitants”* (Marcet, 1816, p. 119).

Nas conversas sobre salário e população, Marcet (1816) argumenta que o salário do trabalhador não deve ser menor do que o necessário para ele sobreviver, caso contrário, ele não forneceria sua força de trabalho. Se, por outro lado, o salário ganho não for suficiente para o trabalhador manter uma família, a classe como um todo se reduziria, o que, por sua vez, elevaria os salários e permitiria uma vida mais confortável. Porém, os capitalistas sempre manterão os salários tão baixos quanto possível e aos trabalhadores e sua família cabem viver com apenas o necessário para sobreviver. A esse necessário, Marcet (1816, p. 122) se refere a “*food, clothing, and general accommodation, as the climate and custom of the country have rendered essential to the preservation of the life, health, and decent appearance of the lowest classes of the people*”.

Marcet (1816) ainda desejaria que essa escala de necessidades aumentasse, uma vez que reduzi-la impactaria negativamente no prazer e no aproveitamento da vida dos trabalhadores. Seria, portanto, desejável que os salários fossem em tal proporção que permitiriam à classe trabalhadora uma vida além da mera subsistência. Mas, afinal, o que determina os salários? Para Marcet, a taxa de salários vai depender da proporção em que o capital pode ser empregado para a classe trabalhadora do país.

Compreendendo que a demanda de trabalhadores é dada não pela demanda do pobre por trabalho, mas pela demanda daqueles que têm os meios de pagá-los por seu trabalho, Marcet (1816) argumenta que o capitalista sempre obterá o maior lucro possível com o trabalho de seus trabalhadores e quando seu capital aumentar, preferirá aumentar o número de seus trabalhadores do que os salários. O poder de empregar mais trabalhadores aumenta a demanda por mão de obra, o que, por seu turno, aumenta o salário ou a recompensa do trabalho. Assim, “*whenever capital for the maintenance of labourers abounds, the capitalist must content himself with smaller profits, and allow his workmen a more liberal remuneration*” (Marcet, 1816, p. 128). Marcet ainda alerta que não importa se o trabalhador tenha ou não família, seu salário permanecerá o mesmo. Por isso, um trabalhador não deve se casar a menos que seu salário seja adequado à manutenção de uma família ou que ele tenha alguma forma de compensar o que falta.

Para continuar a exposição de seus argumentos, Marcet (1816) introduz o seguinte exemplo: supõe-se uma situação de escassez ou desastre que resultou em uma redução de capital na economia e uma redução na oferta de bens agrícolas básicos de subsistência como o milho e o pão; supõe-se também que seja uma economia pequena, como a de uma ilha. Nesse cenário, é possível que haja um aumento do número de desempregados; o capitalista pode perceber que o seu capital não manterá mais da metade dos trabalhadores que antes mantinha. Será, portanto,

mais fácil para o empregador encontrar mão de obra que aceita condições mais degradantes de trabalho e com salários mais baixos. Dada a escassez, é desnecessário fazer qualquer redução na taxa de salários, porque o alto preço das provisões já provocaria um efeito redutor nos salários. Pelo ponto de vista do capitalista, quando o capital reduz, a alternativa é reduzir o número de seus trabalhadores ou remuneração do trabalho, pois os salários em dinheiro usualmente permanecem os mesmos.

Ainda considerando esse cenário de escassez, Marcet (1816) infere que o aumento do preço de provisões básicas afetará as pessoas como um todo, desde o dono de terras até os trabalhadores empregados nela: *“the farmer consumes as well as produces provisions [...]. If he sell his corn for twice the usual price, what he consumes at home stands him in the same value, for such is the price it would fetch at market”* (Marcet, 1816, p. 134). Supondo, agora, que seja possível evitar alterações nos preços da economia, tanto para alimentos quanto para trabalho, e que essa seja uma decisão imposta por força de lei, ou seja, pelo Governo. Quais consequências seriam observadas? Sabe-se que houve queda na colheita e que os preços permaneceram os mesmos; os trabalhadores, porém, continuam comprando e consumindo uma quantidade usual de alimentos. Ao final de determinado período de tempo, as provisões se deteriorariam completamente, deixando as pessoas à beira da fome.

Marcet conclui que:

...the rise in the price of provisions is the natural remedy to the evil of scarcity” e que o “Government should never interfere, either with the price of provisions or the rate of wages: they will each find their respective level if left uncontrolled”. De forma geral, “when the number of labourers remains the same, the rate of wages will increase with the increase of capital, and lower with the diminution of it”; porém “if the amount of capital remain stationary, the rate of wages will fall as the number of labourers increase, and rise as the number of labourers diminish (Marcet, 1816, p. 136).

A demanda por mão de obra dependerá tanto da demanda de trabalho a ser executada (um efeito mais imediato) quanto da quantidade de subsistência fornecida aos trabalhadores, ou melhor, a demanda por mão de obra deve sempre ser limitada pela extensão do capital, isto é, para a manutenção ou pagamento dos trabalhadores. Antes de finalizar essa parte, Marcet faz duas observações: 1) baixo preço do trabalho pode estar atrelado a quantidade de capital que um país possui, mas também por outros fatores como a atuação do Governo; 2) as diferenças de salário dentro de um mesmo país são resultado da habilidade do trabalhador (Marcet, 1816).

No nono capítulo, Marcet (1816) reafirma que quanto maior o estoque de capital de um país (*“stock of subsistence”*), maior é o número de pessoas que podem ser mantidas por ele. Porém, isso não significa que a taxa de salário subirá em direção proporcional ao volume de capital. A taxa de salário depende da quantidade de capital em relação ao número de pessoas

que deve manter. Isso pode ser observado em países como a China, que possui grandes volumes de capital, mas as classes despossuídas vivem com salários extremamente baixos, e os Estados Unidos, que, ao contrário da China, mantém os salários do trabalho altos, pois o capital aumenta com rapidez. Nos Estados Unidos, ou em qualquer outro país pouco habitado, a terra é abundante e produtiva, mas os trabalhadores para cultivá-la são escassos. Isso faz com que a competição entre os proprietários de terra para obter trabalhadores se torne acirrada, permitindo à classe aumentar suas demandas. Quanto maior o salário, mais rápido um trabalhador angariaria os fundos necessários para se tornar proprietário de terras e mais fácil seria para manter a saúde e prosperidade de sua família e filhos. Assim, *“the class of labourers is continually passing into the class of proprietors, and making room for a fresh influx of labourers, both from the rising generation and from emigrations from foreign countries”* (Marcet, 1816, p. 144). Essa prosperidade pode ser eterna enquanto durar um conjunto de leis que assegurem a propriedade privada para todas as classes de homens e enquanto durar um governo livre para tal.

Como a taxa de salários não depende do volume absoluto de capital para aumentar, a riqueza de um país não depende necessariamente do número absoluto de habitantes. Na Inglaterra, por exemplo, ou em qualquer outro país antigo da Europa, a população aumentou gradualmente até se igualar aos meios de subsistência. Como não é mais possível oferecer as mesmas facilidades para o crescimento do capital como o é em um país recém-estabelecido (como os Estados Unidos, por exemplo), se a população continuar aumentando, pode exceder os meios de subsistência e, nesse caso, os salários do trabalho reduzirão, afetando negativamente a condição geral dos pobres e outorgando à geração futura um ciclo de pobreza e indignidade. Por isso, uma grande população é altamente vantajosa para um país, mas somente se há um capital capaz de oferecer salários que baste para um trabalhador criar seus filhos (Marcet, 1816). Nas palavras de Marcet (1816, p. 150) *“when capital augments very rapidly, labour is in great demand and well rewarded”*, porém *“when wealth, however great, has long been stationary, population has risen up to the means of subsistence, or perhaps gone beyond it, so that wages fall, and distress comes on”*.

Marcet (1816) enfatiza que não se deve confundir causa e efeito e creditar toda a prosperidade de um país apenas em relação ao número de habitantes, ação que tem sido incentivada até mesmo por governos *“conceiving that by so doing they were promoting the happiness and prosperity of their country”* (Marcet, 1816, p. 152). A população não deve aumentar, ou melhor, os trabalhadores não devem aumentar a família até que haja suficientes recursos para sustentar a todos.

Se o povo for trabalhador, o capital aumentará, afirma Marcet (1816). Para que as classes trabalhadoras continuem performando bem o seu trabalho, não basta estimular suas habilidades e talentos, deve-se estimular também a instrução para que suas mentes possam ser despertadas para as consequências, imediatas ou não, de seus atos; em especial, para o fato de que quando alcançarem uma condição de vida mais confortável, eles não aumentem precipitadamente seus números além dos meios de subsistência. Poderá existir um período em que “*the world will be so perfectly cultivated, and so fully peopled, that no further augmentation either of population or of subsistence can take place*” (Marcet, 1816, p. 159). Antes que esse tempo chegue espera que “*the human character will be so far improved in virtue and knowledge, that population will no longer trespass upon the bounds of subsistence*” Marcet (1816, p. 159).

Para concluir essa discussão, Marcet (1816) cita uma passagem de Malthus em *Principles of Political Economy*. Alguns trechos são destacados a seguir.

From high wages, or the power of commanding a large portion of the necessaries of life, two very different results may follow”: 1) “that of a rapid increase of population, in which case the high wages are chiefly spent in the maintenance of large and frequent families; 2) “that of a decided improvement in the modes of subsistence, and the conveniences and comforts enjoyed, without a proportionate acceleration in the rate of increase (Marcet, 1816, p. 160).

Esses diferentes resultados são causados pelos hábitos diversos pertencentes às diferentes comunidades em diferentes períodos de tempo. Malthus (*apud* Marcet, 1816) alerta para os hábitos que resultarão nesses dois diferentes resultados: no primeiro caso, os hábitos que:

...contribute to depress the lower classes of the people, which make them unable or unwilling to reason from the past to the future, and ready to acquiesce, for the sake of present gratification, in a very low standard of comfort and respectability” e no segundo caso, “which tend to elevate the character of the lower classes of society [...] and who consequently cannot acquiesce patiently in the thought of depriving themselves and their children of the means of being respectable, virtuous, and happy (Marcet, 1816, p. 160-1).

Entre as circunstâncias que contribuem para o primeiro caso, “*the most efficient will be found to be despotism, oppression, and ignorance*”, enquanto as circunstâncias que contribuem para o segundo caso, “*civil and political liberty, and education*” são as soluções (Marcet, 1816, p. 161).

Nas dissertações sobre a condição do pobre, Marcet (1816) aborda, dentre outros temas, a questão da cultura de terras comunais, a educação das classes mais baixas, a emigração, e algumas questões religiosas e de caridade. Marcet retoma alguns argumentos

expostos nos capítulos anteriores. A começar com a questão de que a indústria cresce de acordo com a extensão do capital e que os trabalhadores podem ser empregados conforme a disponibilidade dos recursos para manter os meios de subsistência. A classe trabalhadora ofertará mão de obra se houver compensação pelo seu trabalho. Marcet questiona se seria melhor empregar mão de obra em terras já cultivadas ou em novas terras e conclui que, apesar de haver capital para ambos os casos e de ser uma decisão que deva ser tomada pelos proprietários, é mais vantajoso empregar capital em terras já cultivadas do que novas, pois o solo de novas terras pode não ser tão fértil quanto se espera.

Em seguida, Marcet entra no debate sobre a emigração. Se há obstáculos em permitir que uma população sobressalente trabalhe em terrenos baldios (“*waste lands*”), qual seria a objeção em enviar aqueles que não conseguem encontrar emprego na sua terra natal a países que demandam mão de obra? Marcet responde que a emigração é um recurso a ser usado em tal situação, entretanto, é uma medida adotada com grande relutância pelos indivíduos e desencorajada pelos governos, por causa de “*a mistaken apprehension of its diminishing the strength of the country*” (Marcet, 1816, p. 165). Fatores como os fortes laços à terra natal, as dificuldades que os imigrantes enfrentarão em um novo país, e certa quantidade de capital para levar a cabo o empreendimento, desencorajam ainda mais a emigração de mão de obra. Há ainda casos em que o movimento de emigração é extremamente maléfico para a prosperidade de um país, não por causa da pobreza que pode gerar, mas pela atuação arbitrária do governo em relação aos homens da classe (Marcet, 1816).

De qualquer forma, quanto maior a incapacidade de suprir uma população em crescimento contínuo, maior serão os desejos de usar daqueles meios “*which tend to prevent the evil*” (Marcet, 1816, p. 168), como é o caso da difusão geral do conhecimento. A difusão do conhecimento capacita as pessoas, moral e religiosamente, bem como os tornam diligentes, frugais e previdentes, pois se tornam capazes de vislumbrar as consequências de seus atos (Marcet, 1816). A educação aos pobres, especialmente a nova geração,

gives rise to prudence, not only by enlarging our understandings, but by softening our feelings, by humanising the heart, and promoting amiable affections”, ao passo que o “rude and inconsiderate peasant marries without either foreseeing or caring for the miseries he may entail on his wife and children (Marcet, 1816, p. 168).

Marcet (1816) cita alguns clubes e sociedades de caridade destinadas à educação dos pobres e da classe trabalhadora, que focam em lições sobre prudência e economia como *Benefit Clubs* e *Friendly Societies*. Um grande elogio é dedicado também às instituições conhecidas como *Savings Banks*, encontradas primeiro na Escócia, mas que se espalharam profusamente

para outros países e regiões. O objetivo dessas instituições é atender às classes pobres com a abertura de contas para depósito de poupança a um custo de juros mensais razoáveis e com plena liberdade de sacar o dinheiro, a qualquer momento, no todo ou em parte. Ao assegurar a propriedade dos trabalhadores pobres, essas instituições fornecem grandes incentivos à indústria.

Em relação à assistência paroquial, Marcet (1816) espera que a influência dos hábitos prudenciais e da educação contribua para elevar os pobres de tal forma que não precisem recorrer a esse degradante recurso e que semeie o caminho para a abolição da taxa de pobres, um imposto que recai pesadamente sobre a classe média, e que acaba gerando ainda mais pobreza. A assistência paroquial é um recurso à disposição dos mais necessitados; sabendo que a paróquia é obrigada a atender às suas necessidades, os pobres se tornam menos apreensivos com a sua possível indigência. Um homem perdulário, por exemplo, sabe que, se ele gastar todo o seu salário em um bar em vez de sustentar sua família, sua esposa e filhos podem recorrer à paróquia. Marcet advoga que, embora sentimentos de caridade sejam partes naturais da humanidade, as pessoas devem agir com bom senso e verificar se o sujeito, objeto de ajuda, está realmente em necessidade real. A ajuda deve ser proporcional “*not only to his distress, but also to his merits*” (Marcet, 1816, p. 179). Sistemas de recompensas, em que beneficia aqueles trabalhadores dedicados e industriais, é uma forma de ação exaltada por Marcet e que pode contribuir grandemente com a futura independência do trabalhador e de sua família.

E qual seria o remédio para aqueles trabalhadores “*idle and vicious*” (Marcet, 1816, p. 176)? Marcet (1816, p. 176) afirma que não vê outra solução senão o gradual efeito da educação: “*by enlightening the minds of the lower classes their moral habits are improved, and they rise above that state of degradation in which all feelings of dignity and independence are extinguished*”. Apesar de ser uma solução cujos efeitos são observados gradualmente ao longo de um grande período de tempo, Marcet (1816) ainda era otimista com o futuro e o desenvolvimento da sociedade, mesmo que seja incapaz de vivenciá-lo. O Quadro 2 abaixo apresenta algumas contribuições de Marcet.

Quadro 2 - principais temáticas abordadas por Marquet (1816)

Temas	Principais ideias
Riqueza	Não depende necessariamente do número absoluto de habitantes, mas da capacidade do capital em reproduzir e do trabalho. A acumulação de riqueza pode ser dada tanto por dinheiro quanto por bens comerciáveis.
Condição dos Ricos	Aumentam sua riqueza pelos lucros que obtêm do trabalho.
Condição dos Pobres	Trocam sua força de trabalho por um salário. Podem se tornar ricos se, com diligência, prudência e esforço, acumulam um estoque de riqueza ao longo do tempo.
Dependência entre ricos e pobres	Relação benéfica: sem os ricos os pobres passariam fome; sem os pobres, os ricos seriam obrigados a trabalhar para garantir sua própria subsistência.
Renda	Derivada do emprego do capital (lucro) em trabalho.
Capital	Qualquer produto acumulado que tenda a facilitar produções futuras, seja na forma de bens ou de dinheiro. É a riqueza destinada à reprodução pelo emprego de trabalhadores.
Capital Fixo	Empregado em terras, máquinas, instalações e outros instrumentos de trabalho.
Capital Circulante	Usado para a manutenção da força de trabalho e de retorno imediato.
Demanda por Trabalho	Proporcional à extensão do capital.
Máquina e novos processos produtivos	Tudo o que reduz e facilita o trabalho acabará, eventualmente, aumentando a demanda por trabalhadores.
Salários	Depende da quantidade de capital em relação ao número de pessoas que deve manter. Não deve ser menor do que o necessário para a sobrevivência.
Estado	Não deve interferir nos preços da economia.
População	Uma grande população é altamente vantajosa para um país, mas somente se há um capital capaz de oferecer salários em um nível que reproduza a força de trabalho de forma saudável.
Educação	Com a educação, as classes mais baixas adquirem valores morais e religiosos, e se tornam mais diligentes, frugais e prudentes, com uma percepção clara da consequência de seus atos. É essencial para garantir que os pobres não aumentem precipitadamente seus números além dos meios de subsistência.

Fonte: Relatório Final PIBIC/UFSC, 2021/2022

Vida, obra e contribuição de Harriet Martineau (1802-1876)

Martineau nasceu em 12 de junho de 1802 em Norwich, a sexta de oito filhos. Seu pai era fabricante de tecidos, o que proporcionou que Harriet fosse educada em casa, e aprendesse latim com seu irmão mais velho, até 1813, quando foi enviada para uma escola, onde estudou francês, latim e composição inglesa. Entretanto em 1815, ela deixou a escola, e continuou seus estudos clássicos em casa (Forget, 2000).

Como a saúde de Martineau era debilitada, visto que sofria de indigestão e fraqueza nervosa, bem como de surdez; foi enviada pelos pais em 1817, a casa de seu tio materno em Bristol, onde passou 15 meses. Lá ela se tornou uma discípula do ministro unitarista Lant Carpenter e, por sua influência, começou a ler filosofia, incluindo especialmente Joseph Priestley e David Hartley. A partir destes autores, ela adotou a doutrina materialista e determinista da “necessidade filosófica” que modificou substancialmente suas crenças religiosas. Seu primeiro esforço literário foi um artigo sobre “*Female Writers on Practical Divinity*”, que ela submeteu ao Repositório Mensal, um periódico unitário. Os elogios que se seguiram a esse esforço a induziram a começar a escrever Exercícios Devocionais e a tentar um romance teológico (Forget, 2000).

Em 1825 a família Martineau enfrentou fortes dificuldades financeiras, e em 1826 o pai de Harriet faleceu. Com isso, a pensadora ficou noiva de um homem chamado Worthington, contudo, seu noivo morreu antes que um casamento pudesse acontecer (Forget, 2000).

Segundo Forget (2000) em 1827, Harriet Martineau enfrentou uma longa doença, foi tratada por seu cunhado em Newcastle, durante este período ela se distraiu escrevendo alguns textos curtos, incluindo uma história, ‘*The Rioters*’, que tratava da questão salarial, e conheceu William Johnson Fox, que era o novo editor do periódico Repositório Mensal e que desempenhou um papel importante em seu emprego literário posterior e encorajou a publicação de *Traditions of Palestine*.

Devido ao fracasso de alguns investimentos em 1829, Martineau foi forçada a ganhar a vida em parte com bordados. As dificuldades financeiras de Martineau, sem dúvida, a levaram a participar, em 1829, de um concurso promovido pela Associação Unitária Central que premiava os ensaios destinados a converter católicos, judeus e muçulmanos. Ela recebeu os três prêmios, uma soma de 45 guinéus, o que lhe permitiu visitar seu irmão James em Dublin em 1831. Lá, ela traçou um plano para uma série de histórias destinadas a ilustrar as doutrinas da economia política, os princípios do que ela aprendera com as *Conversations* de Jane Marcet, e *Elements of Political Economy* de James Mill. Depois de muitas lutas para encontrar uma editora, ela negociou um acordo com Charles Fox, irmão de William Fox, para publicar suas

histórias. A série foi iniciada em fevereiro de 1832 e em 10 de fevereiro a primeira edição de 1.500 exemplares estava esgotada, induzindo Fox a imprimir mais 5.000. À vista disso, vinte e cinco histórias foram produzidas, juntamente com quatro contos de “*poor-law*” para a “Sociedade para a Difusão de Conhecimento Útil” (Forget, 2000).

Já em 1834, Harriet escreveu cinco ilustrações suplementares sobre impostos. Memorável por ilustrar o entusiasmo popular contemporâneo, suas histórias eram tão didáticas e tão intensas que eram facilmente caricaturadas. A classe trabalhadora lia menos do que ela esperava, mas era muito admirada por aqueles que se converteram. Sua fama a colocou em contato com muitas das principais figuras do período: Brougham, Sidney Smith, Malthus e Carlisle. Os ministros do gabinete passaram a procurar seu conselho, assim como primeiro-ministro, Brougham forneceu-lhe documentos privados para que ela pudesse escrever artigos de apoio às propostas de reformas da Lei dos Pobres (Forget, 2000).

Com o excesso de trabalho, Martineau enfrentou novamente sua saúde prejudicada e diante disso viajou para a América a fim de gerar uma mudança de cenário. No seu retorno, em 1836, ela aceitou uma oferta de Saunders e Otley para um livro intitulado “Sociedade na América”, este trabalho incluiu um capítulo sobre o *status* das mulheres na América, contrastando seus baixos salários e direitos de propriedade limitados com a ideologia americana de igualdade⁷ (Forget, 2000).

Em 1839 ela viajou para Veneza, onde novamente adoeceu e voltou aos cuidados de seu cunhado em Newcastle. Em 1840, publicou *The Hour and the Man* e uma série de histórias infantis chamada *The Playfellow*; em 1843, escreveu *Life in the Sick Room*. Sua saúde precária a tornou incapaz de qualquer trabalho, e suas dificuldades de saúde a levaram ao mesmerismo, sob a influência do qual ela fez uma cura rápida. Ela contou sua experiência em “Cartas sobre Mesmerismo” (Forget, 2000).

Em 1845, ela decidiu construir uma casa em Westmorland e voltou sua atenção para *Forest and Game-Law Tales*. Ela viajou para o Egito e Palestina em 1846 e voltou para escrever *Eastern Life, Past and Present* (1848). Nesse mesmo ano, ela começou “História da Paz” (1849), que apresentou as visões dos radicais filosóficos. Em 1851, ela publicou com as cartas de H.G. Atkinson, *Laws of Man’s Nature and Development*. Em 1852, ela começou uma tradução e abreviação do *Philosophe positive of Comte*, que foi publicado em 1853. Antes de começar a tradução, ela começou a escrever artigos para o *Daily News*. Em 1855, ela publicou

⁷ ver Frawley (1992).

uma autobiografia em antecipação de sua morte devido a doença cardíaca, entretanto distanciando-se da previsão, Martineau faleceu em 1876 (Forget, 2000).

Illustrations of political economy

No Prefácio de *Illustrations of Political Economy: Life in the Wilds n. 1*, de Harriet Martineau (1832), a autora ressalta a falta de interesse da população com a Economia Política, pois a natureza e a relação com outros estudos da Economia são incompreendidas. Ela também apontou que a Economia Política era mal compreendida pelos governos, porém destacava que isso se devia tanto aos governados quanto aos seus governantes.

However true it may be that governments ought to look over the world at large for the purpose of profiting by universal experience and improving their measures in proportion as knowledge advances, it is equally true that the people should look abroad also, and observe and compare and reflect and take to heart whatever concerns the common interests of the millions of their countrymen. If many of them occupy such a position as that they cannot do this, is it not at least their duty, should it not be their pleasure, to listen to those who have observed and compared and reflected and come to a certain knowledge of a few grand principles, which, if generally understood, would gradually remove all the obstructions, and remedy the distresses, and equalize the lot of the population? Such ought to be the disposition of the people (Martineau, 1832, p. 9).

Entretanto, a população possui um conhecimento de Economia Política bastante limitado, e as obras que professam ensiná-los foram escritas para os eruditos e só podem interessar aos eruditos, visto que utilizam de uma linguagem rebuscada e pouco didática a indivíduos com pouco ou nenhum conhecimento prévio sobre o assunto (Martineau, 1832).

Conforme Martineau (1832) é natural que o primeiro livro sobre uma nova ciência seja muito longo, e em algumas partes extremamente difícil e não tão claro e preciso em seu arranjo quanto poderia ser, como é o caso de “A Riqueza das Nações”, de Smith. A obra é de grande excelência quando todas as circunstâncias são consideradas, porém não é projetado para ensinar a ciência econômica à grande massa do povo. Este é o caso de quase todas as obras já escritas sobre Economia Política; a maioria dos livros faz alusão a autores anteriores. Estas referências e discussões são bastante válidas para aqueles a quem interessam, contudo oferecem uma introdução pobre para aqueles cujo assunto é novo. Há alguns estudiosos da área que ensinam a ciência sistematicamente até onde ela ainda é compreendida, mas ainda não abordam a ciência em uma forma prática e familiar.

A narrativa de Martineau (1832) transcorre em assentamentos na África do Sul, pois, como exposto pela autora, em seu primeiro volume visou demonstrar conceitos primordiais da Economia em uma realidade distinta e “primitiva”. A narrativa inicia descrevendo as qualidades do ambiente sul africano e sua capacidade de gerar riquezas.

There are few climates in the world more delightful to live in than that of the south of Africa. The air of the mountains behind the Cape of Good Hope is pure and wholesome; and the plains which stretch out towards the north at a great height above the sea, are fertile in native plants when uncultivated, and richly repay the toil of the farmer. The woods are remarkable for the variety of trees and shrubs, and there are as many animals which may serve for food or for beasts of burden as in this country (Martineau, 1832, p. 3).

Entretanto, por mais impressionante que fosse a riqueza dos solos e o clima da região, grupos de homens “selvagens” impossibilitavam o assentamento de vilas e pequenas fazendas, ao incendiarem seus pastos e matarem seus animais. Conforme Martineau (1832, p.4) pontua “*it is no wonder that settlers are disposed to sacrifice many advantages of climate, soil, and productions, rather than be subject to the continual dread of a visit from the Bushmen, as these people are called*”.

No Capítulo I, um pequeno assentamento britânico na região norte da África do Sul, é inutilizado após a visita dos *Bushmen*, como era chamado o grupo de homens “selvagens”. E a questão primordial dos personagens era se deveriam permanecer no local e construir suas ruínas da melhor maneira possível, ou partir para o sul com a esperança de encontrar um espaço de descanso mais seguro ou ajuda de seus compatriotas. O Sr. Stone que era o homem mais instruído do assentamento e, portanto, era muito valorizado como capelão e professor; propõe que todos os indivíduos se apresentem para dizer quais provisões restaram em suas mãos ou em sua porção de terreno. Havia apenas o antílope do Sr. Stone, algumas laranjas, uvas e figos; alguns ovos que foram encontrados perto dos poleiros, e algumas aves que começaram a aparecer novamente depois de terem sido afugentadas pelo fogo. Esta era toda a provisão que poderia ser coletada para cinquenta e quatro pessoas (Martineau, 1832).

Mediante isso o Sr. Adams, que foi chamado de Capitão ao assumir a direção dos negócios de assentamento, anunciou

that the greater number of us must disperse in search of food, and that all considerations of removal must be deferred till to-morrow, at least. We are in no condition to travel this day. But our night's shelter must also be thought of. Let any one speak who has a plan to propose (Martineau, 1832, p. 8).

Diante da situação a população da vila dividiu-se em funções, enquanto alguns caçavam alimentos e outros contruíam ferramentas, indivíduos organizavam os grupos. Trabalhadores foram empregados sob a direção do capitão em várias tarefas, enquanto outros homens construíram uma espécie de forno com pedras que foi preenchido com madeira em chamas até que as pedras foram completamente aquecidas; e a carne, que havia sido esfolada e cortada com fragmentos de granito, foi colocada (Martineau, 1832).

Betsy, filha do ferreiro e da Sra. Links seguiu os pássaros *Honeycuckoo*, e encontrou mel, e com plantas nativas construiu uma cesta e um pincel e uma espécie de colher, para retirar

e comer o mel. Percebendo a conquista da jovem, a Sra. Stone, esposa do Sr. Stone, e a Sra. Links, solicitaram-lhe que levasse o mel e os pincéis para o Capitão, visto que ele atuava como zelador e recebedor-geral de tudo o que fosse produzido. Ele deu-lhe a sua parte dos frutos, realizando uma troca, e informou que o mel deveria ser para quem chegasse tarde demais para a fruta, assim todos do assentamento teriam algum tipo de alimento vegetal (Martineau, 1832).

Já no Capítulo II, Martineau (1832) introduz o conceito de riqueza por meio de um diálogo entre o Capitão e o Sr. Stone. De acordo com a autora a riqueza é constituída de diversos itens, sejam: terras, casas, roupas, móveis, alimentos e dos meios pelos quais estas coisas podem ser obtidas. Tudo o que vive, cresce ou pode ser produzido, que é necessário, útil ou agradável à humanidade, é fortuna. O ouro e a prata podem ser chamados de riquezas, desde que possam ser utilizados, uma vez que segundo seu exemplo:

Put a man with a bag of gold into an empty house, in England or anywhere else, and he will starve in a week, unless he is allowed to give his gold in exchange for what will supply his wants. But give a man, who has not a shilling, a room well stocked with meat, and bread, and beer, and he has wealth enough to maintain him for a week or a fortnight, or as long as his provision lasts. And this is a test which holds good all the world over (Martineau, 1832, p. 23).

Durante o diálogo entre os personagens, Martineau (1832) ressalta a importância e o valor do trabalho. Esse deve ser aplicado antes que as produções mais comuns possam se tornar riqueza, como exemplificação cita-se o linho, que deve ser recolhido, seco, penteado e tecido, antes de fazer uma camisa; e os animais devem ser apanhados, e muito trabalho deve ser gasto em suas peles antes de se tornarem aptos para roupas; e o galho deve ser derrubado e serrado, e a peça deve ser montada habilmente, antes de possuí-la na forma de mesas e cadeiras. Nada pode ser obtido sem o esforço de obtê-lo; isto é, que não há riqueza sem trabalho.

Através da fala do Sr. Stone, Martineau (1832) ainda discorre quanto à relação do trabalho com a natureza, enquanto este primeiro pode ser necessário para tornar úteis aos indivíduos as produções da Natureza; é a Natureza que fornece os materiais para o desenvolvimento dos produtos.

How little we can do in comparison with what is done for us! Labour may be necessary to make the productions of Nature useful to us ; but how much greater are the powers of Nature in preparing them for us! To look back no farther than to-day,--the antelope could not have been food for us unless human hands had prepared it ; but how much was done beforehand ! It was nourished, we know not how, by the grass it fed upon; it was made, we know not how, fit food for our bodies: and our bodies were so formed as to be strengthened by this food. Neither do we understand how fire acts upon the flesh so as to make it tender; or even how wood in its turn nourishes the fire. All that human labour has done was to bring together the world, and the fire, and the animal, and then to eat the food prepared. Nature did the rest (Martineau, 1832, p. 25-26).

Com isso, o homem trabalha com a Natureza, e sua única maneira de fazê-lo é pelo movimento. Ele move seus materiais juntos; um atua sob o outro; ao colocar uma tocha de madeira na chama, ela arde. O homem reúne os materiais; mas a Natureza primeiro os fornece e depois os faz agir uns sobre os outros; sob este viés quando um curandeiro ou médico aplica certas ervas a uma ferida, ou dá certos remédios, e seus pacientes são curados; ou, se morrem, não sabem como evitar (Martineau, 1832).

Por fim os personagens discutem como seria diferenciado perder tudo na Inglaterra em comparação com a África do Sul. Em sua vila na África as produções naturais são abundantes; o trabalho o único meio para fornecer o que é necessário, e neste ambiente a perda de posição ou sacrifício de independência é mínimo, pois todos os indivíduos estão na mesma condição, diferentemente da população britânica que depende de outros para sua subsistência (Martineau, 1832).

Martineau (1832) expõe a questão do valor do trabalho, ao introduzir a situação em que o Sr. Arnall, que até então não havia realizado contribuições para sua vila, não podia receber provisões visto que eram um direito de quem trabalhava, segundo as leis naturais do local. Ao ser empregado por Betsy para auxiliar na construção das cestas; o Sr. Arnall realizava o trabalho por egoísmo, pois este não o reduzia a labuta com trabalhadores ou a fornecer seu próprio jantar. Enquanto ela, acreditava que Arnall estava trabalhando com o intuito de estar numa relação vantajosa para ambos.

Quadro 3 - principais temáticas abordadas por Martineau (1832)

Temas	Principais ideias
Riqueza	Consiste nas mercadorias que são úteis, isto é, necessárias ou agradáveis à humanidade; e deve ser obtida pelo emprego do trabalho em materiais fornecidos pela natureza. Como os materiais da natureza parecem inesgotáveis, e como a oferta de trabalho é continuamente progressiva, nenhum outro limite pode ser atribuído às operações do trabalho além dos da inteligência humana.
Trabalho	É uma força benéfica, e toda economia desse trabalho deve ser benéfica.
Novos processos produtivos	Facilita o trabalho do homem e o encurta, deixando-o assim em liberdade para outro trabalho.
Salários	Derivado do trabalho, baseado nas leis naturais, e necessário para sobrevivência.
Divisão do Trabalho	Os homens fazem melhor o que estão acostumados a fazer e de maneira mais rápida, e gera-se a otimização do tempo ao ter várias partes de um trabalho acontecendo ao mesmo tempo.

Fonte: Relatório Final PIBIC/UFSC, 2021/2022

Vida, obra e contribuição de Millicent Garret Fawcett (1847-1929)

Millicent Garrett nasceu em uma família com alto padrão de vida. Seu pai dirigia uma próspera empresa dedicada ao comércio de grãos e transporte marítimo em Alderburh, na Inglaterra. Em 1867, aos 19 anos, Millicent Garrett casou-se com Henry Fawcett, e se tornou “os olhos e mãos de seu marido” já que este era cego, ingressando por influência do marido, no mundo parlamentar e universitário (Abaroa; Reeder, 2007).

Os primeiros anos de seu casamento foram uma espécie de curso intensivo em ciências políticas e econômicas. O resultado desse processo é a coletânea de artigos e ensaios que ela assinou em conjunto com seu marido, *Ensaio e Palestras sobre Assuntos Sociais e Políticos de 1872*, uma coleção de quatorze estudos dos quais ela assina oito (Abaroa; Reeder, 2007).

Já em 1870, havia publicado um texto introdutório de economia para adolescentes, *Economia Política para Iniciantes*, um *best-seller* que teria uma dúzia de reedições. Com um enfoque ortodoxo liberal como seu marido, no entanto, Millicent ousa discordar de John Stuart Mill em vários pontos, sobretudo em termos de socialismo, criticando as falhas e as impraticabilidades. No mesmo ano publicou uma longa carta sobre os aspectos econômicos da educação pública gratuita, opõe-se a qualquer serviço público gratuito porque considera que na realidade não será gratuito, mas significará um aumento na carga fiscal local, forçando precisamente os mais pobres a pagarem mais impostos (Abaroa; Reeder, 2007).

No mundo parlamentar, Fawcett teve seu primeiro contato com o sufrágio feminino em 1867 em um debate no parlamento britânico. Ingressando após a morte do seu marido em 1884, ao movimento sufragista em que foi presidente por 12 anos (Abaroa; Reeder, 2007).

Fawcett avançou em diversos debates levantados em sua época principalmente após discordar de um artigo comparativo de salários e atuação profissional entre homens e mulheres. Afirmava que a mulher de fato produzia menos que o homem, havendo, portanto a menor remuneração referente a menor produtividade e que essas práticas não ocorriam apenas devido aos costumes ou práticas da sociedade, mas devido ao excesso de oferta do trabalho feminino em algumas profissões (Abaroa; Reeder, 2007).

Ao fim da primeira guerra esse tópico é retomado pela autora com outra perspectiva, em um ensaio de 1917, chamado *A Posição das Mulheres na Vida Econômica*, escreve sobre o papel da mulher durante a guerra nas tarefas produtivas da economia “destruído a ficção de que as mulheres eram incapazes de trabalho qualificado” (Fawcett, 1918, p. 4). Entende-se que há uma igualdade de eficiência entre homem e mulheres, e ressignificando a diferença de salários entre esses gêneros, devido a falta de formação profissional das mulheres, em suas palavras “liberdade de entrada em indústrias e trabalhos especializados e oportunidades para uma melhor

formação profissional, além da organização das mulheres em sindicatos, ou nos dos homens, ou nos seus próprios, e poder político, ou seja, o sufrágio feminino, para apoiar suas reivindicações industriais” (Fawcett, 1918, p. 4).

Political economy for beginners (1911)

O livro escrito inicialmente em 1870 por Fawcett, intitulado “*Political economy for beginners*”, teve como principal objetivo introduzir os estudos da economia política à população. A autora começou a introdução de sua obra definindo a Economia Política como: “*is the science which investigates the nature of wealth, and the laws which govern its Production, Exchange and Distribution*” (Fawcett, 1911, p. 1).

Fawcett salientou a importância do entendimento preciso da riqueza, uma vez que esta é um assunto da Economia Política. A riqueza é descrita como qualquer objeto que possua um valor de troca. Como esta definição pode ser árdua de ser compreendida em um primeiro momento, Fawcett utilizou de exemplos para ilustrar seu ponto de vista. O ar que respiramos não tem valor de troca; ninguém trocará nada por qualquer quantidade de ar, já que todos podem livremente e sem nenhum trabalho obter tanto ar quanto precisarem. Da mesma forma, a luz do sol não tem valor de troca. Em muitos lugares, a água não tem valor de troca, porém, adquire valor de troca em todos os lugares onde a oferta natural é insuficiente para atender às necessidades dos habitantes. Nas grandes cidades, por exemplo, a água é fornecida por meio de canais e aquedutos e, neste caso, tem valor de troca, podendo, portanto, ser considerada como riqueza (Fawcett, 1911).

Antigamente, os termos “riqueza” e “dinheiro” eram sinônimos; a riqueza era estimada pela quantidade de ouro e prata que um indivíduo continha ou que um determinado objeto representava. Contudo, conforme Fawcett expõe é errôneo achar que a riqueza é sempre estimada em dinheiro, o que não se mostra na prática; o dinheiro de fato é apenas um dos meios de troca. Houve épocas na história de todos os países em que o uso do dinheiro, mesmo de forma grosseira, era desconhecido; todas as trocas tinham então de ser realizadas por meio de escambo. Se um homem que tivesse dois barcos precisasse de uma lança, ele ofereceria um barco em troca a quem lhe desse uma lança. Embora o comércio não pudesse florescer sob um sistema de troca como esse, é inútil afirmar que estas comunidades bárbaras não possuíam riqueza; a riqueza era qualquer coisa que tivesse valor de troca (Fawcett, 1911).

Fawcett (1911) também disserta sobre o dinheiro, que seria uma medida de valor e um meio de troca. Quando a autora enuncia que o dinheiro é uma medida de valor, afirma também que qualquer objeto selecionado por consentimento universal para servir como um padrão pelo

qual o valor de todas as outras *commodities* podem ser estimadas, pode ser considerado dinheiro. Uma substância não precisa ser ouro ou prata, pois qualquer artigo pode ser selecionado para servir como medida de valor. Este sistema mercantil, associado ao favorecimento da acumulação de ouro e prata, fez com que nações impusessem restrições comerciais, ao estimular o comércio de exportação de seu próprio país e desencorajar as importações do exterior, impondo pesadas taxas sobre mercadorias importadas e dando recompensas às exportações.

Na “*Section I*” de seu livro, Fawcett (1911) introduz “*the three requisites of production*”, pela ação combinada da qual a riqueza é produzida, sendo eles a Terra, o Trabalho e o Capital. Esta primeira possui um caráter indispensável na produção de riqueza; os artigos comerciais ou seus componentes se originam direta ou indiretamente da terra. Um aumento do poder produtivo da terra seria vantajoso, tendo isso em vista o manejo de máquinas e equipamentos, drenagem e o adubo são importantes fatores para o desenvolvimento deste requisito. Outro ponto destacado na produção de riqueza advinda na terra está nos diferentes benefícios entre os grandes agricultores, quanto a acessibilidade a maquinários apropriados, e dos pequenos produtores, referente aos interesses próprios que o levam a realizar um maior esforço, já que não há possibilidade de negligência.

Estas características influenciam na distinção entre proprietários camponeses e arrendatários camponeses, o proprietário camponês colhe todos os frutos de seu trabalho árduo; o arrendatário camponês muitas vezes sabe que o aumento dos esforços beneficiaria não a si mesmo, mas a seu senhor de terras (Fawcett, 1911). A autora cita como exemplo dos males decorrentes do sistema de camponeses arrendatários na Itália e na Irlanda,

The peasant tenants in some parts of Italy suffer almost incredible hardships from want of sufficient food. Everything which their land produces, except the barest pittance of Indian corn, is taken from them in the form of rent. Ireland, before the passing of the Land Acts of 1870, 1881, 1885, 1887, 1903-9, afforded another example of the evils arising from the system of peasant tenant farmers (Fawcett, 1911, p. 7).

Fawcett (1911) salientou que a compreensão quanto ao aumento das fazendas nos tempos modernos faz ligação direta com os benefícios entre a grande e pequena agricultura, “*the farmer and his wife are therefore removed from the social position they formerly occupied, and they will no longer work like their own labourers*” (Fawcett, 1911, p. 10). Cabe combinar as vantagens de ambos os sistemas dando aos trabalhadores um interesse pecuniário direto no solo que cultivam.

No capítulo II define-se o serviço exato que o Trabalho presta à Produção. Quando a natureza da riqueza foi explicada, deu-se o exemplo de uma mercadoria que em algumas

circunstâncias não pode ser considerada como riqueza, mas em outras circunstâncias certamente constitui riqueza. Foi demonstrado que a água não tem valor de troca enquanto for fornecida espontaneamente em quantidade suficiente pela generosidade da natureza, porque ninguém comprará o que pode obter gratuitamente e sem trabalho; mas a água imediatamente se torna riqueza quando se exige trabalho para transportá-la até o local onde é necessária. Da mesma maneira, todas as mercadorias que têm valor de troca foram disponibilizadas para consumo por muitos tipos diferentes de trabalho. O pão, por exemplo, pode ser considerado o resultado do trabalho do padeiro, mas seu trabalho é apenas uma parte muito pequena da grande quantidade de trabalho empregada na produção do pão. Há o moleiro que mói o trigo, o ceifeiro e o semeador, o lavrador que prepara a terra, o fabricante de implementos agrícolas que fabrica o arado e os mineiros que obtêm o metal de que é feito o arado; além destes há os carroceiros, barqueiros, marinheiros e outros, que levam os materiais aos lugares onde são procurados; os construtores navais que constroem os navios, e assim por diante (Fawcett, 1911).

Sob este viés, Fawcett cita em sua obra uma definição desenvolvida por Mill quanto ao serviço que o trabalho presta à produção *“putting things into fit places”* ou *“moving one thing from or to another”*; e *“Labourthen, in the physical world, is always and solely employed in putting objects in motio; the properties of matter, the laws of nature, do the rest”* (Fawcett, 1911, p. 11).

Conforme Fawcett (1911), embora a riqueza não possa ser gerada sem trabalho, alguns tipos de trabalho podem ser bastante úteis, mas não contribuem para a geração de riqueza. Tal trabalho é chamado improdutivo, ou seja, ele não contribui direta ou indiretamente para a riqueza material de uma comunidade, como exemplificação é citado um cantor de ópera. Após a distinção entre trabalho produtivo e improdutivo, a obra discorreu sobre o consumo produtivo e improdutivo. De tal modo que se verá que o trabalhador produtivo é também o consumidor produtivo, e vice-versa, logo todos os luxos são consumidos improdutivamente; o consumo deles não auxilia a produção futura. Por fim, todo desperdício é consumo improdutivo; e é prejudicial a sociedade.

Há muitas circunstâncias que aumentam grandemente a força produtiva do trabalho, tendo isso em vista Fawcett cita Adam Smith ao elencar os benefícios da divisão do trabalho. A destreza do trabalhador é aumentada; o tempo é economizado, já que há uma diminuição da alternância de funções exercidas pelo trabalhador; e é mais provável que máquinas adequadas sejam inventadas se a mente do trabalhador estiver concentrada em um processo especial, e cada trabalhador pode ser empregado somente no trabalho que ele possui maior habilidade. Com isso, Fawcett levantou algumas desvantagens como: a limitação da inteligência e

capacidade artística devido a repetição contínua do mesmo exercício, podendo reduzir o trabalhador a uma mera máquina; ele pode realizar uma operação particular com grande destreza, mas se sua tarefa for mudada, sua habilidade e utilidade desaparecem (Fawcett, 1911).

A divisão do trabalho influenciou também no desenvolvimento do livre comércio, ao derrubar as barreiras artificiais que foram erguidas entre as nações, cada país, em vez de ser obrigado a depender inteiramente das manufaturas domésticas, pode dedicar suas energias aos ramos do comércio ou da agricultura aos quais as circunstâncias naturais ou as peculiaridades nacionais o adaptaram especialmente. Entretanto ainda que a divisão do trabalho exerça um grande efeito em aumentar sua produtividade, é provável que a cooperação do trabalho seja um agente ainda mais poderoso. A cooperação é dividida em duas categorias a simples e a complexa: a primeira ocorre quando várias pessoas se ajudam mutuamente no mesmo emprego 3 a segunda sucede-se quando várias pessoas se ajudam em diferentes empregos (Fawcett, 1911).

Tendo mencionado duas causas que atuam muito poderosamente no aumento da produtividade do trabalho, a Divisão do Trabalho e a Cooperação do Trabalho, passamos agora a uma terceira, o uso de ferramentas e maquinários. Segundo Fawcett (1911, p.19), “*there is no industry which is independent of the use of tools; even the rudest agriculture could not be carried on without a spade, nor the plainest sewing without a needle; and in nearly all branches of industry the introduction of elaborate machinery is rapidly becoming general*”. Sob este viés há duas principais maneiras pelas quais a maquinaria aumenta a produtividade do trabalho: a máquina pode substituir o lugar dos indivíduos, como no caso da máquina de costura; e a maquinaria alcança o que nenhuma quantidade de trabalho humano sem assistência poderia realizar, como impulsionar um trem expresso. No primeiro caso, a maquinaria, ao permitir que poucas pessoas realizem o trabalho anteriormente realizado por muitas, libera uma grande quantidade de mão-de-obra, que busca emprego em outras direções. Já no segundo caso, abrem-se novos campos de negócios, que tendem a absorver o trabalho liberado pela introdução de máquinas em outras indústrias (Fawcett, 1911).

Existem também outros agentes não materiais que aumentam a força produtiva do trabalho, sendo eles a habilidade, a inteligência, a moralidade e a credibilidade do trabalhador, a primeira e a segunda oferecem melhorias na execução do trabalho, enquanto a terceira e quarta habilidades fazem com que não seja necessário criar um novo posto de trabalho apenas com o intuito de vigiar o que está sendo feito (Fawcett, 1911).

No capítulo III, “*On Capital*”, o capital é definido como uma parte da riqueza que é poupada para auxiliar a produção futura, pode ser um garantidor de recebimento de salário para

os trabalhadores entre o plantio e a colheita por exemplo. Pode-se afirmar ainda que, nas condições da vida moderna e da indústria moderna, o capital é um dos requisitos da produção, e Fawcett ilustra isso com o seguinte exemplo (Fawcett, 1911).

It is sometimes objected that capital is not really necessary to the production of wealth, because a savage, for instance, may gather the berries and roots on which he subsists without the help of any previously stored up wealth; or a civilised man ' thrown naked on a desert island may by his labour applied to the land gradually accumulate and create wealth. The objection however is fanciful rather than essential. The moment the savage shapes a flint and uses it as a tool, he is no longer independent of capital; the moment Robinson Crusoe saves back half the berries gathered on Monday to supply himself with food while he works uninterruptedly at his canoe on Tuesday, he is no longer without capital (Fawcett, 1911, p. 26).

Para Fawcett (1911) é fundamentalmente errôneo dizer que os salários são pagos com capital, já que os salários são pagos a partir do valor daquilo que o trabalho produz, e que o trabalho produz assim sua própria remuneração. Por conseguinte, o trabalhador criou riqueza, e a riqueza assim criada ou parte dela é o salário do trabalho, e esta riqueza gasta em salários é chamada de fundo salarial, e pode ser dividido em duas partes: aquele que sustenta o trabalho produtivo e faz parte do capital geral do país; aquele que sustenta o trabalho não criador de riqueza, e vai em gastos improdutivo.

Sustentar os trabalhadores não é o único serviço que o capital fornece para a produção de riqueza. Toda riqueza reservada para ajudar a produção futura é capital; os edifícios, máquinas e ferramentas que ajudam a criar riqueza constituem capital. O capital se subdivide em dois tipos: capital de giro, que é utilizado em qualquer indústria, como o fornecimento de alimentos e combustível, que só podem desempenhar uma função; e o capital fixo, que são as edificações e máquinas. O retorno sobre o capital circulante é imediato, já o do capital fixo é estendido ao longo do período durante o qual o capital é usado. Todo o valor do capital circulante junto com os lucros sobre ele é substituído pelo valor do produto imediato, enquanto no caso do capital fixo o valor do produto imediato cobre apenas o que se desgasta junto com o lucro do capital circulante (Fawcett, 1911).

Em seu livro Fawcett enuncia que o capital é o resultado da poupança, e não do gasto. *“The spendthrift who wastes his substance in riotous living decreases the capital of the country, and therefore the excuse often made for extravagance, that it is good for trade, is based upon false notions respecting capital”* (Fawcett, 1911, p. 33). Entretanto para que este capital cumpra suas funções deve ser consumido; embora o capital seja o resultado da poupança, não se deve supor que a riqueza acumulada aumente o capital do país. Deve-se ter em mente que o capital é a parte da riqueza que é reservada para auxiliar a produção futura, e que o modo pelo qual ele

auxilia a produção é alimentando e mantendo os trabalhadores e fornecendo abrigo, proteção, ferramentas e materiais que o trabalho requer (Fawcett, 1911).

Na “*Section III*”, Fawcett (1911) comenta sobre a distribuição da Riqueza, que é dividida em Aluguel, Salários e Lucros. A Produção de Riqueza depende dos três agentes de Produção: Terra, Trabalho e Capital. É, portanto, evidente que a Riqueza se distribui entre aqueles que possuem, respectivamente, esses agentes de produção, ou seja, entre o senhor da terra, o trabalhador e o capitalista. A parte atribuída ao senhor da terra é denominada aluguel; o que o trabalhador possui é chamado de salário, enquanto o do capitalista é o lucro.

O aluguel é reivindicado pelo proprietário; é o preço pago a eles pelo uso da terra. A renda da terra agrícola é regulada por duas condições: fertilidade do solo e adequação ambiental. Quando qualquer uma dessas condições está completamente ausente, a terra não pode gerar renda. Ninguém quer pagar aluguel por uma terra tão estéril que o produto que produz não é suficiente para compensar o capital e o trabalho despendidos em seu cultivo. Por outro lado, as terras mais férteis às vezes não geram renda por causa de seu ambiente inconveniente. (Fawcett, 1911).

Segundo a teoria do aluguel e os princípios da terra estéril de Ricardo, Fawcett (1911) argumenta que em cada país há alguma terra tão estéril ou tão inconvenientemente situada que a produção por ela produzida é suficiente apenas para pagar os salários dos trabalhadores que a lavram. Esta terra obviamente não pode pagar aluguel, pois se pagasse aluguel o agricultor não receberia a taxa normal de lucro sobre seu capital, a terra, portanto, deixaria de ser cultivada. Outra questão levantada pelas teorias ricardianas é a posição na escala de produtividade da margem de cultivo, que determina o preço dos produtos agrícolas, já que estes valores são estimados pelo custo pelo qual a parcela mais cara é arrecadada; ou, em outras palavras, pela posição na escala de produtividade da margem de cultivo.

Quadro 4 - principais temáticas abordadas por Fawcett (1870-1911)

Temas	Principais ideias
Riqueza	É qualquer objeto que possua um valor de troca.
Economia Política	É a ciência que investiga a natureza da riqueza e as leis que regem sua produção, troca e distribuição.
Dinheiro	É uma medida de valor e um meio de troca.
Trabalho	É empregado para colocar os objetos em movimento.

Capital	Parte da riqueza que é poupada para auxiliar a produção futura, é o resultado da poupança.
Capital Fixo	É o capital em sua forma permanente, e que não é destruído por um único uso.
Capital Circulante	Uma parte do capital empregado em qualquer indústria, que só pode desempenhar sua função uma vez.
Máquina e novos processos produtivos	A maquinaria aumenta a produtividade do trabalho e conseqüentemente os lucros, ao substituir ou tomar o lugar do indivíduo, e ao alcançar o que nenhuma quantidade de trabalho humano sem assistência poderia realizar.
Salários	Os salários representam a riqueza acumulada, e prestam assistência à produção futura, sendo um serviço essencial à produção mantendo o trabalhador enquanto ele está empenhado em auxiliar a produção futura. Os salários que são distribuídos representam os bens necessários para sobrevivência e permanência do indivíduo.
Divisão do Trabalho	Com a divisão do trabalho a destreza do trabalhador é aumentada; o tempo é economizado pelo trabalhador não passar de um emprego para outro; e é mais provável que máquinas adequadas sejam inventadas se a mente do trabalhador estiver concentrada em um processo especial.
Aluguel	É aquela parte da riqueza que é reivindicada pelos proprietários de terras; sendo o preço que se paga a eles pelo uso de suas terras.
Educação	A importância da difusão do conhecimento entre trabalhadores, como meio de aumentar a força produtiva do trabalho.

Fonte: Relatório Final PIBIC/UFSC, 2021/2022

CAPÍTULO 2 - Pensamento Marxista

O que veremos?

O contexto

Três vidas dedicadas ao marxismo: Eleanor Marx, Rosa Luxemburgo e Raya Dunayevskaya

Vida, obra e contribuição de Rosa Luxemburgo (1871 – 1919)

Vida, obra e contribuição de Beatrice Webb (1858-1943)

Vida, obra e contribuição de Flora Tristan (1803-1844)

O contexto

Segundo Brue (2006), a Economia Política Clássica recebeu críticas de diferentes grupos de pensadores, dentre os quais estão os chamados socialistas, em especial Karl Marx. No contexto histórico que circunscreve o socialismo, destaca-se que a Revolução Industrial com as grandes fábricas que acabou com a segurança da economia artesã. Dentre os diferentes fatores que contribuíram para essa situação estava: o não ressarcimento das famílias quando seus familiares sofriam acidentes de trabalho, os assalariados não tinham direitos e os sindicatos eram ilegais. Todas as transformações econômicas, políticas e sociais que ocorreram na Europa no fim do século XVIII e início do século XIX influenciaram o pensamento marxista.

Nesse cenário, mesmo que as indústrias criassem trabalhos, muitos artesãos estavam indo para o mercado de trabalho e os postos de trabalho criados eram incipientes. O que passou a existir foi a coexistência de pobreza e de grandes fortunas. Isso requeria a presença de alguma reforma econômica, mas os proprietários do capital defendiam que o melhor governo é que aquele que interfere mesmo na economia. Disso, surge o socialismo e na sua versão marxista, tem como base a teoria do valor do trabalho e a exploração dos assalariados pelos capitalistas (Brue, 2006).

Para Oliveira; Gennari (2009), o pensamento original de Karl Marx causa assombro até os dias de hoje, tanto para os liberais e os defensores do capitalismo quanto para os intelectuais e trabalhadores que se opõem ao status quo. Desde o século XIX sua influência vem se estendendo a todos os campos das ciências humanas. Na sociologia, na economia, na psicanálise, na teoria da administração, na antropologia, entre outras, podemos encontrar adeptos da escola marxista. Talvez o principal motivo esteja na profundidade e agudeza da crítica empreendida e desenvolvida ao longo de toda a obra. Nenhum trabalho de filosofia, de ciência natural, literatura ou pensamento social escapou aos estudos e à avaliação crítica de Karl Marx. Karl Marx não se limitou a estudar e entender a realidade histórica com os olhos de seus contemporâneos. Foi além e criou seu próprio método de abordagem: o materialismo histórico e dialético. Por sua originalidade e contundência, o método criado por Marx é

considerado revolucionário até nossos dias, sendo estudado e utilizado por todos os intelectuais que se consideram pertencentes à Escola Marxista.

A seguir destacaremos algumas pensadoras que tiveram contribuições ao marxismo.

Três vidas dedicadas ao marxismo: Eleanor Marx, Rosa Luxemburgo e Raya Dunayevskaya

O objetivo de Sherman (2019) foi discutir a respeito das experiências de vida e das práticas teórica e política de Eleanor Marx, Rosa Luxemburgo e Raya Dunayevskaya. Essas três pensadoras passaram suas vidas imersas na ação política, especialmente no que tange às suas práticas derivadas do entendimento teórico de Marx e do marxismo, “*a theory of the process of change and therefore a practical tool for participating in the practice of making change*” (Sherman, 2019, p. 191). Eleanor Marx nasceu em 1855 na Inglaterra, sendo a filha mais nova de Marx com sua esposa Jenny. Ela foi mais politicamente ativa a partir da década de 1880 até sua morte em 1898. Rosa Luxemburgo nasceu em 1871 de uma família judia na Polônia. Foi mais ativa na Alemanha e na Polônia a partir de meados da década de 1890 até ser assassinada em 1919. E Raya Dunayevskaya nasceu na Ucrânia em 1910, mas emigrou para os EUA com sua família quando ainda era criança. Sua longa carreira centrou-se nos EUA, especialmente entre as décadas de 1930 e 1980, quando veio a falecer em 1987.

Apesar dos contextos diferentes, as três vivenciaram o momento em que o desenvolvimento do capitalismo estava gerando notáveis avanços tecnológicos e aumentos na produção de bens de consumo. Não obstante esse desenvolvimento, a sociedade ainda era castigada pela distribuição desigual do trabalho produtivo e das recompensas econômicas, pela persistente pobreza e pela subjugação de populações pelas economias centrais do capitalismo. As três viam essa realidade cruel e encontraram na avaliação de Marx de que o capitalismo é inerentemente explorador e alienante uma forma de tentar entender e lutar contra essa realidade opressora. Temas como consciência revolucionária, agência humana e estruturas institucionais, que são bem explorados na obra *The German Ideology* de Marx e Engels como mostra o trecho abaixo, perpassam a luta das três pensadoras e são nestes temas que Sherman (2019) concentra suas atenções.

Marx and Engels’ story is braided together from three major strands: institutional structure of the economy (the capitalists have power over the lives of workers), the workers’ potential to develop a revolutionary consciousness (they can come to recognize that capitalists wield power over them and object), and their agency (they resist the capitalists’ exercises of power and try to increase their own power). Someone intent on influencing the course of history must work with the strands of this braid (Sherman, 2019, p. 193).

Uma maneira que Eleanor, Luxemburgo e Dunayevskaya encontraram de se envolverem nas lutas revolucionárias é por meio do fio da consciência. A estrutura institucional, quando resulta em opressão de classe, fomenta um descontentamento geral que, por sua vez, incentiva a busca de respostas, de soluções e abre espaço para a crítica. Quanto maior a persuasão das pessoas, maior o potencial de transformar o descontentamento incipiente em uma consciência revolucionária (Sherman, 2019).

Embora falasse abertamente sobre política desde a infância, Eleanor começou sua carreira profissional como professora, seguindo sua paixão pela literatura e teatro. A partir de meados da década de 1880 até a década de 1890, os assuntos a que Eleanor passou a tratar foram sendo mudados paulatinamente pela política. Sua experiência no teatro a permitiu apresentar uma versão pública de si mesma em comícios públicos, por exemplo, o que deu à ela fama de grande oradora pública. O compromisso de Eleanor com a revolução não dizia respeito somente a sua eloquência, mas também a sua posição combativa e idealizadora (Sherman, 2019).

Luxemburgo também era conhecida como uma excelente oradora. Como ela progrediu muito mais em sua educação formal do que Eleanor, teve a chance de debater em sala de aula com o professor Julius Wolf enquanto estava matriculada na Universidade de Zurique, na Suíça. Sua ambição de ser influente a fez se mudar para a Alemanha, logo depois de concluir seus estudos de pós-graduação em 1898, e oferecer seus serviços ao Partido Social Democrata Alemão (SPD). A liderança do SPD prontamente a despachou para a Silésia, uma região da Alemanha de língua polonesa ou uma região da Polônia ocupada pelos alemães. Depois de algum tempo, ela foi chamada para Berlim, cidade que se tornou o centro da maioria de suas atividades pelo resto de sua vida. Luxemburgo deixou um grande legado como palestrante e excelente oradora do SPD e em encontros internacionais e também como professora, um legado até maior do que Eleanor (Sherman, 2019).

Dunayevskaya, tal como Luxemburgo, deixou sua marca nos debates dentro do marxismo organizado. Quando Leon Trotsky foi exilado no México, depois de suas críticas ao controle político autocrático de Stalin, Dunayevskaya serviu por um tempo (1937-1939) como sua secretária pessoal. Na década seguinte, 1940, ela se tornou uma voz proeminente de dissidência entre os aliados de Trotsky e na década subsequente, ela rompeu inteiramente com o trotskismo e começou a escrever extensivamente sobre a emergente vertente marxista-humanista. Além dos debates, Dunayevskaya também ouviu, falou e escreveu para ativistas que se organizavam em torno de questões trabalhistas, de justiça racial e de libertação das mulheres (Sherman, 2019).

Eleanor, Luxemburgo e Dunayevskaya estavam convencidas de que o mundo poderia ser melhor do que era, mas para torná-lo melhor seria necessário compreendê-lo, o que não seria uma tarefa simples. O caminho que as três encontraram foi compartilhar o seu entendimento com os outros por meio de discursos públicos e textos para um amplo público. De certa forma, elas compartilharam sua consciência de tal forma que essa consciência deixou de ser uma experiência privada e passou a ser uma força social (Sherman, 2019).

Segundo Sherman (2019), quando a experiência diária de opressão de classe, institucionalizada no tecido da sociedade, é combinada com a exposição a ideias revolucionárias, o resultado é uma consciência revolucionária amplamente compartilhada, passível de se manifestar em ações concretas e que permite com que os oprimidos passem a usufruir de arbítrio para resistir à opressão. Em Eleanor, esse entendimento pode ser bem observado em suas práticas quando da desaceleração econômica ocorrida na Inglaterra no outono e no inverno de 1887-1888, que deixou uma ampla faixa da classe trabalhadora com fome e frio. Pessoas magras e desnutridas infestavam as ruas de Londres. A situação dos estivadores foi a que Eleanor mais sentiu. Nos anos seguintes, as condições de trabalho tornavam-se cada vez mais insuportáveis, o que instigou os trabalhadores a assumirem riscos consideráveis para lutar por mudanças. Cada ação engendrada produzia uma mudança na consciência entre aqueles que ainda não haviam agido, o que gerava um efeito de onda, arregimentando mais pessoas a agirem. Nesses anos tumultuados, Eleanor se envolveu com o vai-e-vem entre consciência e ação. Ela participou de passeatas e manifestações – pela liberdade de expressão, pela legislação da jornada de oito horas, pelos trabalhadores em greve – como organizadora e palestrante.

Uma década e meia depois, Luxemburgo assistiu ao desenrolar dos acontecimentos na Rússia. Com uma escala ainda maior, os anos sem muita organização trabalhista e manifestações políticas se acumularam até chegar ao auge em 1905. Os trabalhadores russos não tinham direitos políticos à liberdade de assembleia e liberdade de expressão, não obstante ainda se reuniam para debater as pautas mais sensíveis. Em 1905, eles (ainda) não derrubaram inteiramente as instituições de governança pela monarquia e pelo controle capitalista da produção econômica (Sherman, 2019).

Para Sherman (2019), no entanto, os atos trabalhistas obtiveram alguns resultados como redução da jornada de trabalho e aumento dos salários, e maior liberdade cívica. Luxemburgo divulgou sua análise dessa erupção russa no panfleto *The Mass Strike, the Political Party, and the Trade Unions* em 1906. O argumento central era que cada ação altera a consciência da classe revolucionária, o que muda as chances de uma próxima ação acontecer e molda a forma que a

próxima ação tomará. Por essas razões, Luxemburgo entende que a lição política mais urgente a ser tomada no seu tempo era que a mudança revolucionária não poderia ser planejada com antecedência, porque não seguia um calendário previsível e linear de fases. Ao contrário, uma série de ações imprevisíveis e eruptivas, avanços parciais e retrocessos se desenrolam fora do controle de qualquer estrutura de comando central. Uma greve em massa, por exemplo, não pode ser marcada no calendário com antecedência (Sherman, 2019).

Dunayevskaya, por sua vez, reconheceu a relação recíproca entre consciência e agência ao derrubar a distinção entre as duas. A greve geral dos mineiros de carvão dos EUA de 1949-1950 foi o ponto de virada em seu desenvolvimento intelectual. Ela via essa greve como uma forma de teoria: as demandas dos grevistas, que transcendiam a simples negociação salarial para exigir melhor qualidade de vida, estavam elaborando uma filosofia humanista. A ação ou as “massas em movimento” é uma força da história e também uma força da razão. Nesse caminho, tanto Marx quanto Hegel são creditados: Marx pelo reconhecimento de que a prática era uma fonte de filosofia e Hegel pela ênfase no conceito de negação, ou seja, um movimento positivo de negação (reação contra) às condições do mundo como ele é e de reação contra esta negação. Nas décadas seguintes, Dunayevskaya encontrou a filosofia nos movimentos de luta contra a exclusão racial e as hierarquias baseadas no gênero. Raça, gênero e classe estão embutidos na estrutura das instituições sociais. Os movimentos que visavam dismantelar e substituir as instituições existentes de desigualdade são como encarnações vivas do conceito de negação de Hegel. A filosofia marxista-humanista em desenvolvimento de Dunayevskaya estava enraizada nas lutas vividas por dignidade: “*Absolute humanism is surely the articulation needed to sum up a classless, non-racist, non-sexist society, where truly new human relations self-develop*” (Dunayevskaya, 2002, p. 282–283 *apud* Sherman, 2019, p. 196-197).

Embora a ação seja uma fonte de teoria, ela também deve, para ter alguma esperança de sucesso além do momentâneo, vir da teoria. A filosofia era, para Dunayevskaya, mais do que uma ferramenta para interpretar a mudança revolucionária, era uma ferramenta para fazer mudanças revolucionárias – e as ferramentas filosóficas necessárias para fazer mudanças surgiram da prática de fazer mudanças. Em maior ou menor grau, Eleanor e Luxemburgo também reivindicam essa compressão (Sherman, 2019).

Quando a consciência revolucionária exerce seu poder de ação com sucesso, um tipo diferente de instituição se torna importante no meio da história: os revolucionários precisarão de instituições de menor escala de filiação voluntária, como sindicatos, partidos políticos e organizações ativistas para coordenar suas ações coletivas. Eleanor, Luxemburgo e Dunayevskaya estavam intelectualmente engajadas e politicamente ativas na questão de como

construir instituições eficazes desse tipo, organizações que engendram mudança social. “*Some action for social change can bubble up, seemingly spontaneously, and an effective organization must harness the impetus for positive change through organizing, but without stifling the impulses that emerge unplanned*” (Sherman, 2019, p. 197).

Durante as décadas de 1880 e 1890, Eleanor participou de organizações socialistas inglesas que almejavam uma transformação de classe em nível nacional e até mesmo internacional. Essas organizações estavam espalhadas pela sociedade, sem vínculos com uma categoria de trabalhador em particular. Com esses grupos, Eleanor lutou continuamente e defendeu persistentemente a liberdade de expressão e a abertura ao debate e à dissidência dentro dessas organizações. No entanto, como ressalta Sherman (2019), uma organização de participação voluntária pode cair na impossibilidade de agir coletivamente quando tenta acomodar uma variedade muito ampla de opiniões. A participação de Eleanor em organizações socialistas inglesas como *Socialist League* e *Social Democratic Federation* a fez entender que o “*English socialism remained profoundly schismatic*” (Sherman, 2019).

Karl Marx e seus colaboradores formaram a *First International Workingmen’s Association* (Primeira Associação Internacional de Trabalhadores) com o objetivo de promover a solidariedade da classe trabalhadora, disseminar a teoria marxista e fomentar mudanças sociais em toda a Europa. Conflitos entre os membros da organização levaram à sua dissolução. Situação similar a que a *Second International Workingmen’s Association* (Segunda Associação Internacional de Trabalhadores) encarou, mas que, de alguma forma, manteve sua coesão graças ao planejamento estratégico de Eleanor. Quando Eleanor retornou à Inglaterra, descobriu que uma onda de ações mais espontâneas estava em andamento, emergindo das fileiras socialistas. Vários grupos de trabalhadores na Inglaterra estavam um passo à frente do apelo da Segunda Internacional, especialmente no que se refere à jornada de trabalho de oito horas (Sherman, 2019).

Envolvida em várias ações trabalhistas durante o período, incluindo na manifestação de 1º de maio organizada em cumprimento às ações acordadas no Congresso inaugural da Segunda Internacional, Eleanor pediu o uso do poder do Estado, bem como da organização sindical. Conquistas derivadas das ações dessas organizações de menor escala só podem ser mantidas se reformarem as instituições existentes da sociedade, a reforma só florescerá em revolução se houver organizações de mudança social que permanecem na luta (Sherman, 2019).

Tal como Eleanor, Luxemburgo encarou os desafios de construir organizações de mudança social que pudessem atingir as instituições de grande escala da sociedade, além de também se envolver com a interação dinâmica entre organizações *top-down* e *bottom-up*.

Enquanto o pensamento de Eleanor é formulado a partir de seu grande ativismo, o pensamento de Luxemburgo pode ser bem observado por textos analíticos bem sustentados. Sua liderança no partido Social Democrata do Reino da Polônia (SDKP), formado em 1893 em resposta ao Partido Socialista Polonês (PPS) estabelecido, que defendia a independência polonesa, o que Luxemburgo opôs-se resolutamente; via-se incapaz de defender qualquer tipo de movimento nacionalista, a fez começar (e depois terminar) sua carreira dentro de uma divisão organizacional. Não obstante, Luxemburgo passou a maior parte de sua vida profissional comprometida com a dissidência dentro de uma “*big tent*” (Sherman, 2019). E, uma vez filiada, manteve a fidelidade ao partido por meio de muitas disputas e debates. A apreciação de Luxemburgo pela dissidência e debates internos marcou sua crítica à defesa de Lenin pela centralização da autoridade sobre o movimento socialista russo. No artigo *Organizational Questions of Russian Social Democracy* (Questões Organizacionais da Social Democracia Russa), Luxemburgo trata desse assunto (Sherman, 2019).

A flexibilidade doutrinária e a abertura organizacional que Luxemburgo tanto lutou para a concretização da social-democracia russa nos anos 1900 não se concretizou. Com a eclosão da Primeira Guerra Mundial, o SPD também falhou na sua promoção. Luxemburgo sentiu-se traída. Como resultado, ela rompeu com o partido e juntou-se a colegas de mesma opinião para formar o Partido Comunista Alemão. Depois que a Primeira Guerra Mundial terminou, as divisões sociais que haviam sido suprimidas em nome do nacionalismo ressurgiram. Como de praxe, Luxemburgo, ficou do lado da derrubada revolucionária do capitalismo. O SPD, outrora uma organização de mudança social, passou a defender o *status quo* institucional. *They ordered her assassination. She was murdered in 1919* (Sherman, 2019).

Dunayevskaya, por sua vez, fez uso do argumento de Luxemburgo duas décadas após sua morte: sem instituições democráticas a URSS não poderia ser verdadeiramente socialista. Na década de 1940, Dunayevskaya chegou à conclusão de que a URSS se aproximava mais de um *State Capitalist* do que de uma nação comunista. A propriedade estatal poderia ter substituído a propriedade privada, mas as relações de produção exploratórias permaneceram. A relação do governo com o cidadão nada mais era do que a relação entre o capitalista explorador, agora o Estado, com o explorado sem propriedade (Sherman, 2019).

Ao desenvolver sua crítica analítica das estruturas institucionais, seja da URSS, dos EUA ou de outras regiões, Dunayevskaya, assim como Eleanor e Luxemburgo, encarou os desafios das organizações de mudança social. Inicialmente, suas preocupações com o desenvolvimento da URSS a levaram a trabalhar como secretária pessoal de Trotsky durante seu exílio no México. Porém, em 1939, “*when she reached the judgment that the rot went*

deeper than Trotsky could admit” (Sherman, 2019, p. 200), ela deixou o cargo e passou a focar, principalmente a partir da década de 1950, nas preocupações humanistas e em novas filiações organizacionais. Diferentemente de Luxemburgo, Dunayevskaya não levou adiante a questão de dissidências internas no seio de uma organização. Ela pretendia deslocar os desacordos filosóficos internos para as relações externas de uma organização com outra. No seu entendimento, quando organizações distintas concordam com um objetivo específico para mudar algum aspecto das instituições de maior escala da sociedade, elas podem coordenar uma ação específica, mas não devem se fundir permanentemente (Sherman, 2019).

Em resumo, conforme Sherman (2019), nenhuma das três resolveu permanentemente a tensão existente entre espontaneidade e organização. Para todas, a revolução necessita de espaço para discordância e experimentação; quanto maior uma organização, maior a necessidade de permitir essa espontaneidade e maior a necessidade de oposição à centralização excessiva. Quando a espontaneidade é bem-sucedida, os ganhos precisam ser institucionalizados para não serem perdidos. As organizações que Eleanor ajudou a estabelecer para institucionalizar as conquistas trabalhistas das ações de 1888-1890 se tornaram um impedimento para novas mudanças. Os sindicatos, por exemplo, apesar de manterem concessões aos empregadores, bloquearam demandas radicalmente revolucionárias. Luxemburgo, por sua vez, intencionava preservar o espaço da espontaneidade ao permitir dissidências dentro das organizações que trabalham para coordenar a ação revolucionária e institucionalizar a mudança revolucionária. Já Dunayevskaya não viu solução entre espontaneidade e organização, porque *“even the second negativity, although it moves us forward, is not the end of history”* (Sherman, 2019, p. 201). A conclusão de Dunayevskaya é que não há um estado final utópico, pois quando as mudanças passadas são institucionalizadas, elas se tornam novas restrições.

Dunayevskaya, Luxemburgo e Eleanor concordavam que a derrubada do capitalismo não é suficiente porque a exploração da classe capitalista não é a única fonte de sofrimento humano. Há múltiplas dimensões de poder desigual inter-relacionadas com categorias como gênero, raça, nacionalidade e classe. Eleanor estava particularmente familiarizada com os danos causados por desigualdades de gênero, já que presenciou de perto os fardos carregados por sua mãe, Jenny Marx, e pela criada da família, Helen Demuth (Sherman, 2019). Ambas *“tied their fates to a man who was impeccably revolutionary, but that was no protection against the particular degradations endured by women as women in their time and place”* (Sherman, 2019, p. 201).

Em 1886, Eleanor e seu marido Edward Aveling foram co-autores de um ensaio publicado na *Westminster Review*, “The Woman Question, From a Socialist Perspective”, que mais tarde foi publicado como um panfleto independente. Neste trabalho, eles exploram a inter-relação de desigualdades entre classe e gênero, uma questão que diz respeito não somente à mulher, mas a toda sociedade. A exclusão das mulheres de postos de trabalhos mais bem remunerados as torna economicamente dependentes dos homens e alvos de quaisquer abusos arbitrários de poder. A questão é que a emancipação das mulheres pode beneficiar ambos os lados, visto que não haveria mais empecilhos para desfrutar das relações sociais advindas das experiências compartilhadas. Importante mencionar que Eleanor entendia que poucas mulheres seriam emancipadas de uma forma substantiva pelas demandas dos direitos das mulheres, então apresentadas por ativistas da classe alta. As trabalhadoras assalariadas ou dependentes do salário dos maridos não seriam aliviadas de sua exploração: “*extending the privileges already enjoyed by elite men to elite women would do nothing for the non-elite majority*” (Sherman, 2019, p. 202).

Luxemburgo, por seu turno, desejava que as divisões de gênero ou identidade nacional desaparecessem. Sempre rejeitou as tentativas iniciais da liderança do SPD de posicioná-la dentro da “questão da mulher”, pois suas ambições de ser influente dentro e fora do partido a fez enxergar que, uma vez aceita a problemática da “questão da mulher”, seria um passo a mais para sua marginalização no partido. Luxemburgo permaneceu, portanto, fora do radar da questão feminina, mas, mesmo assim, via o socialismo e a emancipação das mulheres como inseparáveis. Por um lado, Luxemburgo evitou se identificar muito com as questões das mulheres para manter sua influência em outras áreas, mas, por outro lado, ela cultivou uma amizade amiga de longa data com Clara Zetkin, que esteve por muitos anos à frente do Movimento Socialista das Mulheres na Alemanha. Vale ainda ressaltar que Luxemburgo estava intransigentemente comprometida com o sufrágio universal completo e via com desgosto aqueles que chamavam o sufrágio exclusivamente masculino de “universal” (Sherman, 2019).

Já em Dunayevskaya, novas discordâncias aparecem em relação às interpretações de Luxemburgo, particularmente quanto à leitura da filosofia da revolução de Marx. Na visão de Dunayevskaya, o proletariado é uma classe revolucionária, mas não a única. A explicação de Marx sobre o processo de mudança pode ser estendida a outros tipos de opressões coletivas, a outras subjetividades coletivas. Isso porque existem múltiplas dimensões de desigualdade e nenhuma dimensão é superior às demais. A resistência em múltiplas dimensões é necessária, enfatiza Dunayevskaya. Não existe uma ordem para resolver os problemas, “[we] cannot solve capitalist exploitation first, and then racism next, and then sexism” (Sherman, 2019, p. 205).

Por isso, a negação, no sentido que Dunayevskaya adaptou do hegelianismo de Marx, é mais poderosamente positiva quando é multifacetada. E foi na prática do Movimento das Mulheres que Dunayevskaya encontrou o princípio teórico da segunda negatividade na filosofia da revolução de Marx. Ela tinha certeza que o Movimento das Mulheres ou qualquer movimento de libertação poderia aprender com o marxismo ou com o humanismo marxista. O contrário também é válido: o marxismo também deve aprender com o feminismo (Sherman, 2019).

De uma forma ou de outra, Eleanor, Luxemburgo e Dunayevskaya viram a necessidade de batalhar pela emancipação feminina (Sherman, 2019).

Eleanor, Luxemburgo e Dunayevskaya viveram o complexo cruzamento entre pensamento e ação, e, como teóricas e ativistas, lutaram por um futuro melhor, por um futuro em que o florescimento humano sobrepujasse o sofrimento humano. O surgimento de uma consciência revolucionária entre as pessoas permite com que elas exerçam efetivamente seu poder de agência. As ambições de uma consciência transformada, caso fossem realizadas, seriam a matéria-prima do movimento social de massa que, por sua vez, refletiria na consciência daqueles tocados pela revolta. Como resultado, se instigaria o potencial de reformular as instituições de grande escala da sociedade. Como pensadores e ativistas, Eleanor, Luxemburgo e Dunayevskaya eram continuamente desafiadas com questões de quando, como e até que ponto institucionalizar os movimentos sociais dos quais participavam. Viam as desigualdades de classe, raça e gênero como inextricavelmente ligadas e lutaram com o desafio de agir com base nesse conhecimento quando nenhuma ação pode resolver tudo de uma vez. A revolução para a libertação humana não é uma tarefa que elas esperariam completar em seu tempo; é uma tarefa que nunca será concluída. Apesar disso, todas tinham certeza de que era uma luta que valia a pena ser enfrentada (Sherman, 2019).

Vida, obra e contribuição de Rosa Luxemburgo (1871 – 1919)

Rosa Luxemburgo nasceu em 1871 na Polônia, que se encontrava sob controle russo desde 1815. Após uma insurreição nacionalista em 1863-64, a área foi russificada e sua elite polonesa destruída. Já em 1881, após a morte de Alexandre II houve um aumento demasiado na repressão policial e no domínio russo das minorias do império, mediante isso a oposição ao regime czarista se intensificou (Kleer, 2000).

Em meados de 1882, durante seu ensino médio, Luxemburgo vivenciou o surgimento da organização terrorista *People's Will* na Rússia, e a criação de dois partidos socialistas na Polônia. Um deles, o Proletariado, estava no auge de sua influência entre os estudantes. Quando ela se formou em 1887, se tornou um membro ativo do Segundo Proletariado, partido que deu

continuidade ao Proletariado, uma vez que seus líderes foram executados e presos pelos russos em 1886. Durante os dois anos seguintes, ela conheceu as obras de Marx e Engels, e em 1889, para escapar da prisão por suas atividades revolucionárias, Luxemburgo foi contrabandeada para a Europa Ocidental (Kleer, 2000).

Conforme Kleer (2000), Luxemburgo cursava ciências naturais e matemática, na Universidade de Zurique e contava com o apoio financeiro de sua família, entretanto em 1892 mudou para a Faculdade de Direito, que então também englobava política e economia. Durante sua graduação, Luxemburgo desenvolveu sua postura marxista, e se envolveu fortemente na política do socialismo emigrante, do qual a Suíça era um importante centro. Sua principal contribuição nesse sentido veio em 1893, quando ajudou a formar um novo partido, a Social Democracia do Reino da Polônia (SDRP). Foi em parte uma reação ao programa do Partido Socialista Polonês (PSP), um grupo levemente marxista que enfatizava a independência nacional como pré-condição para melhorar a condição dos trabalhadores poloneses. O novo partido sempre foi pequeno, mas durou até a Primeira Guerra Mundial, após a qual assumiu a liderança na formação do Partido Comunista Polonês. Luxemburgo permaneceu ativa no SDRP até o fim de sua vida, servindo como sua força intelectual central e principal voz pública.

Em 1898, Luxemburgo mudou-se para a Alemanha e ofereceu seus serviços ao escritório local do Partido Social Democrata da Alemanha (PSDA) como agitadora entre os poloneses da Silésia nas próximas eleições do Reichstag (Dimand; Dimand; Forget, 2000). Já em 1899, dois conjuntos de artigos de Luxemburgo foram republicados como um panfleto sob o título, *Social Reform or Revolution? (Sozialreform oder Revolution?)* (Kleer, 2000).

Em dezembro de 1905, Luxemburgo mudou-se para Varsóvia sob uma identidade falsa, e lá ela começou a trabalhar tentando convencer os líderes socialistas, após o colapso naquele mês da terceira greve de massas da revolução, que o próximo passo lógico não era um golpe militar, mas um esforço contínuo para induzir no proletariado uma consciência de classe capaz de transbordar em um levante espontâneo e armado em massa. Luxemburgo foi presa e encarcerada em março de 1906, enquanto o impulso para a revolução desaparecia lentamente. Amigos subornaram funcionários para libertá-la da prisão, e então ela foi para a Finlândia para discussões com os líderes revolucionários russos ali reunidos (Kleer, 2000).

Após seis meses afastada da Alemanha, Luxemburgo encontrou em seu retorno um clima político bastante alterado o que a fez recuar do cenário político até 1910. Este afastamento foi facilitado por sua nomeação em outubro de 1907 para a Escola Central do Partido em Berlim, uma tarefa que a manteve ocupada seis meses a cada ano até a Primeira Guerra Mundial. Lá ela

estabeleceu uma reputação admirável, considera pelos estudantes uma professora capaz de apresentar o material mais difícil com clareza e entusiasmo (Kleer, 2000).

Em 1910, uma mudança no vento político forçou o executivo do SPD a se manifestar aberta e agressivamente contra a posição ativista de Luxemburgo, diante disso, nos meses que se seguiram, ela falou continuamente por toda a Alemanha em um esforço para radicalizar a campanha pela reforma do sufrágio. Uma de suas ações foi submeter ao *Onwards!* e a *New Age* um artigo incitando a liderança do SPD a encorajar o movimento de greve em massa e começar a agitar por uma república (Kleer, 2000).

Nos anos seguintes, Luxemburgo mais uma vez se retirou em grande parte para o trabalho intelectual; e foi durante este período que ela escreveu seu estudo teórico sobre o imperialismo capitalista, *The Accumulation of Capital (Die Akkumulation des Kapitals)* publicado em 1913 (Kleer, 2000).

De acordo com o exposto por Kleer (2000), nos meses seguintes, ela tentou organizar um grupo de membros do partido que estavam prontos para se manifestar contra as políticas oficiais do SPD e a guerra, criando a organização socialista de esquerda, *Spartacus*.

Em seguida, ela liderou a criação de um novo jornal, *Die International*, e como resultado destes esforços, foi presa e levada para uma prisão feminina em Berlim em fevereiro de 1915. Entretanto, através de guardas compassivos, ela pôde continuar escrevendo para o *Die International*, e ainda foi capaz de desenvolver duas obras no período de reclusão, “A crise da social democracia” (*Die Krise der Sozialdemokratie*) publicada em Zurique em 1916 sob pseudônimo; e *The Accumulation of Capital or the Disciple's Counter-Critique of Marxist Theory (Die Akkumulation des Kapitals oder was die Epigonen aus der Marxschen Theorie gemacht haben)*, publicado em 1921. Desde sua libertação, em janeiro de 1916, até sua nova prisão seis meses depois, Luxemburgo entrou em um período de intensa atividade política (Kleer, 2000).

Uma onda revolucionária que causou o colapso do regime imperial alemão em 9 de novembro de 1918, e realizou a substituição por um ministério liderado pelo SPD também fez com que Luxemburgo fosse libertada da prisão. Ainda assim, em 15 de janeiro de 1919, apenas alguns meses após a onda revolucionária, Luxemburgo, até então escondida, foi presa por um contingente de soldados e posteriormente executada; seu corpo foi jogado em um canal, cujo só pôde ser recuperado em maio (Kleer, 2000).

Para Aznar (2007), foi Joan Robinson em 1951 que publicou o livro mais conhecido de Luxemburgo. Robinson afirma que a autora traz pela primeira vez temas importantes para a

Economia, tais como: incentivo ao investimento, criado uma teoria de desenvolvimento dinâmica de capitalismo, com ênfase na demanda efetiva.

Women's suffrage and class struggle (1912)

Em 1898, Emma Ihrer (1857-1911)⁸, líder da união trabalhista alemã e feminista, se perguntava por que não há organizações de mulheres trabalhadoras na Alemanha? Luxemburgo (1912) afirma que passados quase quatorze anos dessa pergunta houve uma expansão do movimento de mulheres trabalhadoras. Um dos temas centrais da social-democracia é o sufrágio das mulheres.

Esses fatos podem fazer com que a questão do sufrágio das mulheres seja subestimada, afinal mesmo sem igualdade de direitos políticos, conseguimos progresso em educação e em organização e o sufrágio não é causa urgente. Engano! As mulheres trabalhadoras são sustentadas pelo sufrágio masculino, tomam parte dele, embora apenas indiretamente. Ainda é negado o direito de votar. Decidir diretamente sobre as pessoas representativas em legislatura e administração, ser um membro eleito desses corpos. Aqui o lema: “*Don't let things get started*”. *But things have been started* (Luxemburgo, 1912, In: Howard, 1971, p. 217).

Com o direito de sindicatos e assembleias, as mulheres proletárias têm tomado parte na vida do parlamento e nas campanhas de eleição. Consequência inevitável – resultado lógico – do movimento que milhões de proletárias “clame desafiadoramente e com autoconfiança: Façamos sufrágio!” (Luxemburgo, 1912, In: Howard, 1971p. 218). É sabido que sem a ajuda das proletárias o partido democrático social não teria a vitória gloriosa de janeiro de 1912. As mulheres proletárias, via movimento constante e poderoso, têm feito o estado capitalista consciente de sua maturidade.

O sufrágio das mulheres é o objetivo, mas o movimento de massa para consegui-lo não é trabalho apenas das mulheres, mas é uma questão comum das mulheres e homens do proletariado. “A monarquia e a falta de direitos das mulheres tornaram-se as ferramentas mais importantes da classe capitalista dominante” (Luxemburgo, 1912, In: Howard, 1971p. 219). O sufrágio é um horror para o estado capitalista porque por atrás dele está milhões de mulheres que fortalecem o inimigo – democracia social revolucionária. A mulheres da burguesia, não fazem parte da produção social, “são parasitas dos parasitas do corpo social” (Luxemburgo, 1912, In: Howard, 1971, p. 220).

⁸ Ver: <https://www.encyclopedia.com/women/encyclopedias-almanacs-transcripts-and-maps/ihrer-emma-1857-1911>

Economicamente e socialmente, as mulheres da classe exploradora não é um segmento independente da população, sua função social é ser ferramenta da propagação natural da classe dominante. As mulheres do proletariado são economicamente independentes, produtivas para a sociedade, como o homem. Não significa que não cuidam das crianças e das casas, mas esse trabalho não é produtivo no sentido da economia capitalista, não importa quão grande é a tarefa ou os sacrifícios e energia gastos. *This is but the private affair of the worker, his happiness and blessing, and for this reason nonexistent for our society* (Luxemburgo, 1912, In: Howard, 1971, p. 220)

Desde que o capitalismo e o sistema de salário dominam, o tipo de trabalho produtivo é o que produz valor excedente, cria lucro capitalista. Assim...*the music-hall dancer whose legs sweep profit into her employer's pocket is a productive worker, whereas all the toil of the proletarian women and mothers in the four walls of their homes is considered unproductive* (Luxemburgo, 1912, In: Howard, 1971, p. 220-221). Isso soa brutal e insano, mas corresponde a brutalidade e insanidade da nossa economia capitalista. *Seeing this brutal reality clearly and sharply is the proletarian woman's first task* (Luxemburgo, 1912, In: Howard, 1971, p. 221).

Desse ponto de vista, a reivindicação das mulheres proletárias sobre igualdade de direitos políticos está ancorada num argumento econômico, elas são produtivas no sentido mais restrito da nossa sociedade. A falta de direitos políticos das mulheres proletárias é uma injustiça, mas esse argumento não resolve, não depende da justiça da classe dominante, mas do poder revolucionário das massas trabalhadoras e sobre o curso do desenvolvimento social que pavimenta o chão para esse poder. ... “A injustiça por si só não é certamente um argumento para derrubar instituições reacionárias” (Luxemburgo, 1912, In: Howard, 1971, p. 222).

O medo da sociedade burguesa do sufrágio das mulheres é que com o sufrágio essas mulheres intensificariam a luta de classe proletária (Luxemburgo, 1912, In: Howard, 1971, p. 222)

Vida, obra e contribuição de Beatrice Webb (1858-1943)

Para Gorostiza (2007), a obra de Beatrice é difícil de ser enquadrada em uma especialização, abrangeu história econômica, metodologia das ciências sociais e das instituições políticas, estudo crítico das teorias econômicas, da reforma legal prática e a investigação sociológica aplicada.

Na companhia de seu marido, Sidney Webb, escreveu mais de 100 livros e informes parlamentares – *Minority Report* que marcariam algumas das ideias do que ia ser o estado de bem-estar na Europa após a IWW, antecipando o sistema de seguridade social.

A singularidade e influência de Webb a situam no lugar de honra na história do pensamento econômico junto com Janet Marcet, Harriet Martineau ou Rosa Luxemburgo. Publicou em 1891 *O movimento cooperativo da Grã-Bretanha*. Pensou que a pobreza seria resolvida com uma sociedade baseada em instalações industriais autogerenciadas; próprios trabalhadores fossem donos do capital, desaparecendo a figura do empresário capitalista. Se interessou pelo cooperativismo, mas não pelo sufrágio, chegou até a firmar manifesto antisufrágico que enfureceu Millicent Fawcett (Gorostiza, 2007),

Em 1880 se voltou para o estudo da economia política e escreveu *A história da economia inglesa* e *A teoria econômica de Karl Marx*. Entendia a economia política como um ramo inseparável do estudo global do comportamento humano na sociedade e das instituições sociais. Beatrice e Sidney se conheceram em 1890 e se tornaram bons amigos, se casaram em 1892. Mas, ela sempre deixou claro que: te amo, porém, amo mais meu trabalho (Gorostiza, 2007, p. 206).

O domicílio dos Webb se converteu em salão de discussão sobre o ideário socialista. Fruto do trabalho dos dois: estudar o sindicalismo, o governo local e o fenômeno da pobreza. O primeiro livro foi “A história do sindicalismo” de 1894 que foi introdução ao segundo “Democracia industrial” de 1897. Nesse último defendia o sindicalismo, atacava a teoria do fundo de salário e apontava para a ideia de um mínimo nacional. Se converteu ao socialismo quando de sua estadia em Lancashire, percebeu a importância de *Factory Acts* e da atuação do Governo para garantir seu cumprimento.

A exploração do trabalho era consequência lógica de permitir a atuação incontrolada da livre concorrência. Um passo em direção ao socialismo: defesa de uma renda nacional mínima de forma ideal para todos os cidadãos que permitisse levar uma existência civilizada e serviria ao mesmo tempo de “colchão” aos recorrentes períodos depressivos que caracterizam o capitalismo.

Beatrice ainda tinha fé no cooperativismo que lhe fazia confiar numa indústria controlada por uma democracia de trabalhadores, ainda que afirmava seu convencimento de que a busca pelo bem comum e a eliminação das prerrogativas de classe e dos interesses setoriais só seriam atingidos se os poderes públicos assumissem um papel mais relevante.

A sociedade Fabiana, teve os Webbs como membros, foi fundada em 1884 por um pequeno grupo de intelectuais britânicos de classe média. Não era um movimento de

trabalhadores, mas um conjunto de pessoas que compartilhavam uma mesma ideia – em termos de exigência ética – da necessidade de ação comunitária a favor dos setores sociais mais desamparados. Não nasceram com um programa definido, mas com objetivo genérico de chegar a uma sociedade mais justa via reformas sociais concretas.

Os Fabianos compartilhavam com o escândalo moral de Marx frente aos males do capitalismo – causas da pobreza, excessiva desigualdade e condições desumanas de trabalho – e também identificavam a instituição da propriedade privada como a principal força de tais males, mas, fora isso, diferiam em quase tudo da concepção marxista. O ponto de vista dos Fabianos parecia refletir mais as ideias de J. S. Mill sobre a ponte entre socialismo e utilitarismo benthamita. Mais do que impor uma determinada concepção de mundo e operar uma revolução política, eram favoráveis às reformas sociais graduais, em uma atitude pragmática.

“Evolução em vez de revolução” poderia ser uma boa síntese da *leitmotiv* Fabiano (Gorostiza, 2007, p. 212). O fabianismo queria representar uma solução de compromisso entre o socialismo revolucionário, que no final do século XIX avançava na Europa, e o capitalismo individualista. Outro ponto era a necessidade de difundir suas ideias via educação e propaganda. “Educar, agitar e organizar” era o lema. Aqui foi importante a *London School of Economics and Political Science*, fundada pelos Webb em 1895 e o seminário *The New Statesman* em 1913.

Os Fabianos tentaram generalizar a teoria da renda da terra ricardiana a outros temas, como capital e qualificação do trabalho. Eram favoráveis à eficácia, eram contra a democracia trabalhadora na direção das empresas públicas; socialismo e democracia eram compatíveis, mas o parlamento – e não a empresa – era o lugar de representação dos cidadãos e a gestão pública devia se igualar a eficácia da privada. Confiavam numa extensão gradual da propriedade pública porque não acreditavam no chamado mecanismo espontâneo da “mão invisível”. Os Fabianos exerceram influência e participaram da constituição do Partido trabalhista em 1906.

Além disso, os Webbs participaram de comissões parlamentares e não deixaram de trabalhar com outros partidos desde que fosse para levar adiante as reformas que acreditavam ser necessárias. Em 1905, foi formada a comissão real para estudar a reforma dos mecanismos de alívio dos pobres na Grã-Bretanha; Beatrice foi chamada para fazer parte dela e acabou escrevendo com Sidney o *Minority Report* que pedia o fim da Lei dos Pobres de 1834 – por ser uma simples correção que não ativava meios efetivos de prevenção que romperiam com o círculo vicioso da miséria.

Os Webbs defendiam o estabelecimento de oficinas de emprego na Grã-Bretanha e a melhora em serviços essenciais como educação e saúde – tentavam o padrão mínimo de vida

civilizada, um mínimo nacional em saúde, vida, renda e educação – seria entendido como a principal contribuição dos Webb ao pensamento social.

Em 1913, Beatrice impulsionou o Departamento Fabiano de investigação e nos anos de guerra se envolveu em vários comitês governamentais.

Vida, obra e contribuição de Flora Tristan (1803-1844)

Flora Tristan nasceu em 1803 em Paris, filha de uma francesa que se refugiou na Espanha durante a Revolução Francesa e de um coronel do exército espanhol, membro de uma importante família peruana. Seus pais se estabeleceram na França depois da guerra e a família Tristan desfrutou de privilégios aristocráticos somente até a morte do pai de Flora, em 1807. Quando as autoridades francesas descobriram que os Tristan não possuíam um certificado de casamento, o que fazia o casamento ilegal, a casa e as posses da família foram confiscadas.

Tristan passou a infância no interior da França, vivendo em relativa pobreza e sem acesso à educação formal. Ela voltou à Paris aos 15 anos e, forçada a trabalhar para sustentar a família, foi empregada pelo pintor e litógrafo André Chazal, com quem ela se casou em 1821 por vontade da mãe. Em 1825, Flora deixou o marido por conta de comportamentos violentos e abusivos, passando o resto de sua vida lutando para que as mulheres tivessem a permissão de se divorciar perante a lei francesa.

Tristan foi ao Peru para reivindicar seus direitos de nascimento, onde encontrou com seu tio, que lhe concedeu uma pequena pensão. Retornando à França, Tristan escreveu sobre sua aventura em uma narrativa autobiográfica, *Peregrinações de uma Pária* (1838). O livro foi um sucesso na França, o que fez seu tio revogar a pensão. Além disso, quando Tristan chegou à França, Chazal exigiu que ela e seus filhos voltassem a morar com ele e, por conta da resistência de Tristan, o marido atirou nela. Tristan sobreviveu e o acontecimento apenas gerou mais notoriedade para ela e seu livro.

Tristan passou a voltar sua atenção para os problemas sociais e principalmente para a questão das mulheres, sendo influenciada por Robert Owen e pelos Saint-Simonianos, fourieristas e outros socialistas. Ela costumava convidar intelectuais e trabalhadores franceses para seu apartamento, onde discutiam pautas sociais. Depois de publicar *A União Operária*, Flora viajou pela França conhecendo trabalhadores e apoiando o sindicato internacional. Em 1844, aos 41 anos, Flora Tristan faleceu por conta de um derrame enquanto sofria de febre tifóide. Suas anotações para o livro *A Emancipação das Mulheres* foram reescritas e publicadas em 1845 por Alphonse Constant.

O trabalho de Tristan foi considerado um prelúdio para algumas ideias socialistas e marxistas, sendo Tristan, segundo George Cole, “a primeira pessoa a apresentar um plano definitivo para uma Internacional Proletária inclusiva” (1963 *apud* Dimand; Dimand; Forget, 2000). Como uma grande crítica do sistema industrial e das condições dos trabalhadores fabris de seu tempo e tendo discutido principalmente as ideias de exploração e alienação, Tristan considerava que a desigualdade de gênero consistia na intersecção de problemas causados pelo capitalismo e pelo patriarcado. A autora acreditava que a igualdade entre homens e mulheres só era possível através da abolição tanto do patriarcado quanto da propriedade, além de concluir que a emancipação das mulheres era essencial para a emancipação de todos os trabalhadores.

CAPÍTULO 3 - Pensamento Austríaco

O que veremos?

Pensamento da escola austríaca e as mulheres da escola austríaca
Principais contribuições teóricas das economistas da Escola Austríaca
Vida, obra e contribuição de Vera Smith (1912 - 1976)

Pensamento da escola austríaca e as mulheres da escola austríaca

Três gerações de economistas vienenses trabalharam em Viena, seja na universidade ou em instituições econômicas privadas, entre a década de 1870 e o início da década de 1930 (Mises, 1984 *apud* Becchio, 2019). Eles são responsáveis por construir as bases da Escola Austríaca de economia. Esses homens eram um grupo coeso de economistas que desenvolveram uma teoria econômica combinando a dinâmica humana e social com o liberalismo clássico. À primeira geração pertencia ao pai fundador Carl Menger (1840-1921), que em 1871 publicou seus Princípios. Seus seguidores imediatos (e a segunda geração) foram: Joseph Schumpeter (1883-1950), Gottfried Haberler (1900-1995), Hans Mayer (1879-1975) e Ludwig Mises (1881-1973). Na terceira geração estão Friedrich Hayek (1899-1992), Paul Rosenstein-Rodan (1902-1985), Ludwig Lachman (1906-1990) e Fritz Machlup (1902-1983), (Holcombe, 2014; Boettke; Coyne, 2015 *apud* Becchio, 2019).

A Escola Austríaca de Economia concentrou seus estudos no desenvolvimento de uma teoria econômica que pudesse explicar a dinâmica automática da ação econômica individual e da inovação no âmbito de instituições livres que garantiam o crescimento econômico e o desenvolvimento social. Do ponto de vista metodológico, a característica comum dos estudiosos austríacos era sua forma incomum de pensar, conhecida como individualismo metodológico. Outra implicação do individualismo metodológico é a necessidade de compreender os processos individuais de tomada de decisão para explicar fenômenos macroeconômicos. Do ponto de vista teórico, lutaram contra qualquer tipo de economia organizada, mesmo durante os anos das guerras na Europa, e depois também contra o keynesianismo. Eles viam qualquer tipo de política econômica como uma violação da ordem econômica automática, embora imperfeita. Além disso, eles enfatizaram a importância da inovação na economia, especialmente nas ideias de empreendedorismo de Schumpeter. Essa perspectiva criativa está em contraste direto com a abordagem estática para maximizar a função utilidade/lucro esperado conforme apresentada na economia neoclássica (Becchio, 2019).

As economistas da Escola Austríaca compartilharam com seus mentores e colegas as principais características da economia austríaca: teoria econômica focada no plano individual

de coordenação e conhecimento descentralizado; a desutilidade de qualquer política monetária, bem como de qualquer intervenção governamental para minimizar distorções; o papel fundamental da inovação para explicar a ligação entre crescimento e desenvolvimento; e um interesse específico pela história da economia política (Becchio, 2019).

A partir do início do século XX, surgiram quatro gerações de mulheres economistas da Escola Austríaca. A primeira geração, até 1919, foi formada por estudantes de Böhm-Bawerk e Mises, embora tenham recebido sua formação acadêmica e diplomas fora da Áustria devido à proibição persistente de estudantes do sexo feminino nas universidades austríacas. Já a segunda geração finalmente teve a oportunidade de se matricular e se formar na Universidade de Viena: formalmente alunas de Mayer, elas foram massivamente influenciadas por Mises. A primeira e a segunda geração de economistas da Escola Austríaca compartilham algumas características peculiares: além de serem todas vienenses, elas pertenciam à classe média judaica e eram submetidas a rígidas atitudes anti-semitas na academia (e na sociedade em geral); elas apoiaram fortemente o liberalismo clássico como a visão inegociável para sua análise econômica; e foram muito ativas na luta pela emancipação das mulheres, especialmente por sua participação na esfera pública (Klausinger, 2014; Timms, 2009 *apud* Becchio, 2019). A terceira geração de mulheres economistas da Escola Austríaca já não era da Áustria: foi formada pelas alunas de Hayek na LSE (1930-1970) e pelas alunas de Mises na NYU (1938-1960). Uma quarta geração, mais recente, começou após o chamado renascimento austríaco na década de 1970 com o trabalho de Sudha Shenoy (Becchio, 2019).

Conforme Becchio (2019) dentre a primeira geração de economistas austríacas pode-se citar:

- Else Cronbach (1879-1913): aluna de Böhm-Bawerk e Wieser, recebeu seu Ph.D. em ciência política em Berlim. Ela se envolveu na fundação da futura Nationalökonomische Gesellschaft junto com seus amigos e colegas Ludwig von Mises, Emil Perels e Karl Pribram. Cronbach foi autora de várias publicações sobre comércio internacional, até que sua carreira foi abruptamente interrompida por sua morte aos 34 anos.

- Louise Sommer (1889-1964): aluna de Wieser e profundamente influenciada pelo trabalho de Menger, recebeu seu Ph.D. em 1919 na Universidade de Genebra, onde viveu durante o período entre guerras, ganhando a vida ensinando como adjunta e trabalhando como jornalista freelance. Sua pesquisa se concentrou principalmente em história econômica, história do pensamento econômico, metodologia e economia internacional.

- Antonia (Kassowitz) Stolper (1890-1988): matriculada em 1911 na faculdade de direito como a única aluna do sexo feminino, no entanto, foi forçada a se mudar para Berlim para obter

seu doutorado. Aluna de Böhm-Bawerk e Wieser, ela trabalhou principalmente em macroeconomia (política nacional). Em 1921, ela se casou com Gustav Stolper, editor do *Der Österreichische Volkswirt* e *Der Deutsche Volkswirt*, os jornais econômicos liberais mais respeitados dos países de língua alemã da época.

Já em 1919, as alunas vienenses foram finalmente autorizadas a se matricular na faculdade de direito da Universidade de Viena, onde também poderiam se matricular em programas de economia política. A partir do período entre guerras, as estudantes austríacas tiveram acesso concedido ou permissão para obter um Ph.D. na *Nationalökonomie* em Viena. Infelizmente, foi Mayer, não Mises, quem ficou com a cadeira de Wieser. De 1920 a 1934, tanto homens quanto mulheres estudantes de economia eram oficialmente alunos de Mayer, mas principalmente treinados por Mises em suas reuniões extramuros (BECCHIO, 2019). Alguns nomes da segunda onda de economistas austríacos são:

- Marianne Herzfeld (1893-1976) recebeu seu Ph.D. de história em Viena e trabalhou como secretária na Associação de Banqueiros Austríacos até 1938, quando fugiu de Viena para a Escócia.

- Martha (Hermann) Braun (1898-1990) estudou sob a supervisão de Wieser, Weber e Mises. Em 1921, seu Ph.D. em economia política foi um dos primeiros para mulheres graduadas em Viena, com uma dissertação sobre economia monetária. Na década de 1920, ela trabalhou na Câmara de Comércio de Viena. Ela foi forçada a emigrar para os Estados Unidos em 1939 (depois de um ano em Londres), onde trabalhou como analista econômica em nome do Departamento de Estado (1944-1947). De 1947 a 1969, lecionou no Brooklyn College, em Nova York. Após sua aposentadoria, ela lecionou na Universidade de Nova York.

- Helene Lieser (1898-1962) obteve um Ph.D. em política econômica em 1920 em Viena, onde foi membro regular da *Nationalökonomische Gesellschaft*, até à sua expulsão em 1938, e trabalhou na Associação de Banqueiros Austríacos até 1939, quando deixou a Áustria.

- Gertrud Lovasy (1902-1974) obteve seu Ph.D. em Viena em 1928, com uma tese sobre cartéis na indústria de ferro austríaca. Em 1938 ela deixou Viena. Em 1939, ela chegou aos Estados Unidos onde trabalhou em cartéis internacionais no Fundo Monetário Internacional.

- Elly (Offenheimer) Spiro (1903-2001) obteve seu Ph.D. em economia em Viena em 1922. Ela revisou vários livros para o *Zeitschrift für Nationaleconomie* e participou do seminário de Mises até 1929. Fugindo da Alemanha em novembro de 1938, ela se estabeleceu em San Francisco em 1941 e manteve contato com Mises, Machlup e Hayek.

- Ilse (Schüller) Mintz (1904-1978) era filha de Richard Schüller, um dos melhores alunos de Carl Menger. Depois de obter um Ph.D. em 1927, ela trabalhou no Instituto sob a supervisão de Hayek antes de fugir para os EUA na década de 30. Ela estudou estatística na Columbia, ganhando outro Ph.D. em 1951. Membro da equipe do National Bureau of Economic Research de 1951 a 1973, concentrou seu trabalho na teoria dos ciclos econômicos e na política de comércio exterior.

Segundo Becchio (2019), o Anschluss (1938) marcou o fim da Escola Austríaca de economia na Áustria e afetou o destino de suas economistas. De fato, a terceira geração de mulheres economistas austríacas foi formada pelas alunas de Hayek na LSE (1931-1945) e pelas alunas de Mises nos seminários da NYU (1951-1969). Embora nenhuma fosse de Viena, as economistas da terceira geração eram consideradas “austríacas” no sentido de que foram educadas nos princípios básicos da economia austríaca.

Duas mulheres economistas surgiram na LSE: Marjorie Grice-Hutchinson, cujos trabalhos tratavam especialmente da história do pensamento econômico, e Vera Smith Lutz, que estudou principalmente economia monetária e desenvolvimento econômico. Grice-Hutchinson (1909-2003) foi matriculada na LSE como Ph.D. estudante de economia e completou sua graduação sob a supervisão de Hayek. Ele sugeriu que ela trabalhasse nos manuscritos históricos da Escola de Salamanca. Smith Lutz (1912-1976) foi uma estudante britânica de Robbins e Hayek na LSE, recebendo seu Ph.D. em 1935 como protegida de Hayek: sua tese criticava o sistema bancário central (Becchio, 2019).

Na NYU, Mary Sennholz (1913-2017) e Bettina Bien Greaves (1917-) frequentavam regularmente os seminários de Mises, e ambas passaram muitos anos na Fundação de Educação Econômica (FEE) trabalhando para aprimorar a tradição da Escola Austríaca de economia. Sennholz editou um volume sobre Mises por ocasião de seu 60º aniversário (Sennholz 1956), e escreveu uma biografia de Leonard Read (Sennholz 1993); seu último livro foi uma coleção de artigos que ela editou para *The Freeman* (Sennholz 1997). Durante o mandato de Bien Greaves como editora do *The Freeman* (1955 a 1999), Bien Greaves concentrou seus interesses nos efeitos da tributação sobre o crescimento e o desemprego durante 1955-1970. Da década de 1970 até sua aposentadoria, ela continuou a editar muitas publicações sobre a economia de livre mercado e compilou uma bibliografia monumental sobre Mises. Além disso, Bien Greaves escreveu um plano de estudos sobre um curso básico de economia para estudantes do ensino médio. O programa era basicamente um manual sobre os princípios de economia da Escola Austríaca: parte da análise das necessidades individuais para esclarecer a natureza dos princípios econômicos (preços, poupança, empreendedorismo, trabalho, dinheiro, crédito,

concorrência, etc.), enriquecidos por exemplos da história do pensamento econômico e da história econômica (Becchio, 2019).

A última geração de economistas austríacos começou na década de 1970, durante o chamado renascimento austríaco, que ocorreu nos Estados Unidos. O renascimento austríaco começou depois que Hayek ganhou o Prêmio Nobel de Economia (1974) e continuou, especialmente por iniciativa de Lachman, Kirmer e Rothbard, que haviam sido alunas de Mises. Sob sua supervisão, uma conferência em South Royalton foi organizada pelo Instituto de Estudos Humanos em 1974. Um ano depois, Lachman e Kirzner iniciaram o "Seminário de Economia Austríaca" na NYU para preparar o caminho para uma circulação mais fácil de ideias entre os acadêmicos austríacos (Becchio, 2019).

Durante a reunião da conferência South Royalton (1974), foi dada particular atenção a questões metodológicas austríacas, como a definição da ação humana e o papel dos mercados numa perspectiva anti-neoclássica. Questões monetárias, como o *free banking* e o papel das instituições monetárias para desafiar a teoria neoclássica keynesiana, também foram prioridades na agenda (Dolan, 1976 *apud* Becchio, 2019). Entre os participantes, havia apenas uma mulher economista: a acadêmica indiana Sudha Shenoy (1943-2008). De acordo com uma entrevista que Shenoy deu alguns anos antes de sua morte, ela sempre foi uma estudiosa hayekiana, talvez ela tenha sido influenciada por seu pai, que foi aluno de Hayek na LSE. Ela aplicou a economia de Hayek não apenas a temas monetários contra o legado de Keynes, mas também à análise das economias da Europa Oriental e países em desenvolvimento (BECCHIO, 2019).

A quarta geração foi uma geração inteiramente nova de mulheres acadêmicas associadas à economia austríaca que lançou uma nova luz e perspectiva sobre suas propostas econômicas. A maioria delas obteve seus Ph.D.s na George Mason University e trabalhou especialmente em torno dos pontos em comum entre a economia austríaca, a Virginia School e o institucionalismo da Bloomington School. Entre elas está Karen Vaughn, que, em 1996, foi eleita a primeira presidente da Sociedade para o Desenvolvimento da Economia Austríaca, e cujos atuais interesses de pesquisa incluem uma visão pró-mercado do feminismo. Outras economistas austríacas de quarta geração incluem Bobbi Herzberg, Emily Chamlee Wright, Jayme Lemke, Diana Thomas, Shruti Rajagopalan, Abby Hall, Liva Palagashvili, Meghan Teague, Arielle John, Neera Badhwar e Audrey Redford (Becchio, 2019).

Principais contribuições teóricas das economistas da Escola Austríaca

As mulheres austríacas contribuíram de forma substancial para o desenvolvimento do paradigma da Escola Austríaca. Embora não seja possível cobrir a totalidade das suas

contribuições, é viável uma visão ampla de seu trabalho extraída de uma amostra significativa de suas pesquisas. De modo geral, as economistas da segunda, terceira e quarta geração - alunas de Mises e Hayek durante o período entre guerras e imediatamente depois -, lutaram contra a regulamentação do comércio internacional e também explicaram os danos causados ao desenvolvimento e ao crescimento pelo intervencionismo. Estas contribuições, especialmente após a Segunda Guerra Mundial, foram dirigidas em particular contra qualquer política keynesiana (Becchio, 2019).

Durante o período entre guerras na Alemanha e na Áustria, a hiperinflação tornou-se um perigoso problema econômico e social. Diante desta situação diversas economistas austríacas passaram a debater sobre a inflação em seus estudos, um exemplo disso é Stolper, que escreveu vários artigos no *Deutsche Vollenwirt*, onde ela insistia que a prosperidade trazida pela inflação era uma ilusão, uma vez que o valor dos salários reais diminuiria e, conseqüentemente, as classes médio-baixas sofreriam economicamente. Além disso, os empresários passariam de suas atividades produtivas para a especulação, o que aumentaria o desemprego. Em sumo, ela insistiu na inutilidade da inflação na redução da dívida nacional e do desemprego (Becchio, 2019).

Ainda sobre o impacto da inflação, um ponto de virada nessa pesquisa foi o primeiro livro de Braun (1929), uma tentativa de aplicar uma análise de microfundamento para a política econômica (Leischko, 2002; Backhaus, 2005 *apud* Becchio, 2019). Em seu livro, Braun desenvolveu uma análise microeconômica para mostrar a oportunidade decorrente da interferência do Estado nas forças de mercado e distinguiu a economia como uma disciplina teórica derivada da política econômica, que repousa fora da economia: a política monetária, que faz parte do componente teórico da economia, deve permanecer livre de qualquer interferência política, embora uma política moderada de intervenção estatal possa ser punida por algumas contingências (Becchio, 2019).

A mesma abordagem teórica foi seguida por Smith Lutz em sua tese de doutorado, baseada principalmente em Mises, ela propôs um sistema de *free banking*, enriquecido por exemplos históricos relativos ao sistema bancário central na Inglaterra, Escócia, França, EUA, Alemanha e Bélgica. A moeda de circulação privada dos bancos comerciais deveria competir com a moeda emitida nacionalmente, dado o fato de que, naquela época, os sistemas monetários nacionais geralmente funcionavam mal (Becchio, 2019).

A batalha contra o uso da política monetária para aumentar moderadamente a inflação continuou após a Segunda Guerra Mundial. Conforme Becchio (2019), Bettina Bien Greaves compartilhou com Mises a ideia de que a regulação governamental e o controle da vida

econômica são opostos à liberdade. Essa antipatia em relação à intervenção do governo abrangeu muitas políticas, incluindo manipulação de preços, fixação de salários, entrave às importações ou exportações e, acima de tudo, gestão da oferta monetária.

A livre circulação internacional de dinheiro e mercadorias era outra característica comum para as economistas da Escola Austríaca. Mais uma vez, como o argumento sobre a política monetária, as economistas de primeira geração estavam mais abertas a uma possível intervenção na regulação do comércio internacional. Enquanto as economistas da segunda geração eram definitivamente contra qualquer forma de intervenção do governo na regulação da economia (Becchio, 2019).

Outra importante contribuição das economistas austríacas, foram as críticas a economia keynesiana. Smith Lutz foi uma importante agente neste quesito, visto que seu livro, *Theory of Investment of the Firm*, tentou fundir a economia neoclássica e as teorias austríacas. O livro introduziu o tempo, como uma extensão da ênfase de Böhm-Bawerk, em um modelo padrão de investimentos em uma perspectiva anti-keynesiana ao integrar a teoria da produção com a teoria do capital como esta se aplica à empresa individual. Em seus trabalhos sobre a relação entre fatores monetários e taxa de emprego, Lutz defendeu a clássica dicotomia entre fatores reais e monetários, utilizando o modelo de Modigliani contra a visão keynesiana de que a quantidade de moeda e as preferências de liquidez são determinantes dos níveis reais das variáveis macroeconômicas. Smith Lutz também analisou o papel dos fatores monetários na política salarial sob concorrência perfeita e concorrência imperfeita, bem como a dependência dos fatores monetários da agenda de poupança e da demanda real por saldos de caixa, e descobriu que eles não estão relacionados com a redução do desemprego contra o emprego. Segundo ela, havia duas formas de lutar contra o desemprego. Uma seria atacar diretamente os elementos do poder de monopólio tanto no mercado de trabalho quanto no mercado de produtos. A outra seria introduzir o controle governamental sobre a taxa real de rendimentos por meios físicos (BECCHIO, 2019).

Outra feroz adversária do keynesianismo entre as economistas da Escola Austríaca foi Shenoy, que na conferência de Royalton (1974) apresentou um artigo sobre inflação, recessão e estagflação que mais tarde foi co-autora com O'Driscoll. Eles atacaram tanto o keynesianismo quanto o monetarismo por se basearem na suposição geral de que, no longo prazo, o lado real da economia estaria em equilíbrio e que os fatores monetários influenciariam apenas o nível de preços ou renda monetária e não a estrutura de preços relativos ou a composição da produção real. Os autores sugeriram como única alternativa possível ao keynesianismo e ao monetarismo,

um desenvolvimento da análise hayekiana baseada no fato de que quaisquer mudanças monetárias em termos reais quebrariam a ordem econômica espontânea (Becchio, 2019).

Conforme Becchio (2019), Shenoy reconheceu que a principal falha da macroeconomia de Keynes era sua negligência com a estrutura real da produção e sua insistência em conceitos macro agregativos. Segundo essa economista, a abordagem macroeconômica de Hayek, baseada na análise da estrutura dos preços relativos e suas inter-relações como ferramenta alocativa, é muito mais capaz de explicar a macrodinâmica do que a macroeconomia de Keynes.

A história das quatro gerações de economistas da Escola Austríaca foi negligenciada por décadas, com exceção de algumas referências nas memórias de Mises e algumas outras publicações muito recentes sobre o meio vienense em torno da Escola Austríaca de economia. Embora não tenham conseguido aceder a cargos acadêmicos em Viena, principalmente devido a uma combinação de condições adversas, as suas contribuições foram muitas vezes originais, e seu trabalho teve um papel importante na história da Escola Austríaca como um todo (Becchio, 2019).

As economistas da Escola Austríaca têm um lugar especial na história do pensamento econômico das mulheres, bem como no campo mais amplo da história da economia. Elas fizeram contribuições notáveis como acadêmicas e membros de uma escola coesa de economia, cujo papel na história da disciplina foi e ainda é enorme. Como liberais clássicas, as economistas da Escola Austríaca da primeira e da segunda gerações também foram exemplos impressionantes da história mais ampla da emancipação cultural das mulheres, que ocorreu na Europa a partir do final do século XIX. Essas mulheres desafiaram as limitações que a cultura impôs ao seu gênero, participando e contribuindo para uma profunda investigação acadêmica a partir de uma perspectiva liberal clássica; e, como liberais clássicas, as economistas da Escola Austríaca das gerações seguintes nunca pararam de lutar por liberdade em suas contribuições à teoria econômica (Becchio, 2019).

Vida, obra e contribuição de Vera Smith (1912 - 1976)

Segundo Sanchez (2007), Vera Constance Smith nasceu em 28 de abril de 1912 no condado de Kent, na Inglaterra. Aos 18 anos, em 1930, recebeu uma bolsa para estudar economia e se matriculou na *London School of Economics*, quando a instituição vivia os seus anos dourados. Ronald. H. Coase, laureado com o Nobel de Economia em 1991, conta que a atmosfera era estimulante e, sobretudo, muito receptiva a novas ideias.

Vera Smith frequentava seminários ao mesmo tempo em que seguia os cursos de T. E. Gregory, J. R. Hicks e D. H. Robertson; um dos mais famosos foi o de L. Robbins e F. A. Hayek, que havia chegado à Escola de Economia de Londres em 1931. Foi o professor austríaco, Hayek, que propôs a ela o tema da sua tese de doutoramento: um estudo histórico e analítico do desenvolvimento dos bancos centrais e dos argumentos a favor do *central banking* ao invés do *free banking*. Em 1936, um ano após receber seu Ph.D, sua tese foi publicada e tornou-se seu primeiro e mais conhecido livro: *The Rationale of Central Banking and the Free Banking Alternative*. Foi uma proponente teórica e doutrinária do "free banking", onde, essencialmente, os bancos podem emitir sua própria moeda, que irá circular em competição; o tema foi retomado posteriormente por Hayek.

Em abril de 1937, Vera Smith casou-se com o economista alemão Friedrich A. Lutz e, no mesmo ano, seu agora marido recebeu uma bolsa Rockefeller; ambos viajaram para os Estados Unidos. Depois de um ano e meio, o casal retornou aos Estados Unidos, estabelecendo-se em Princeton pouco antes do início da Segunda Guerra Mundial.

Durante a guerra, Vera Smith assumiu cargos nas equipes de pesquisa da Seção de Finanças Internacionais da Universidade de Princeton e depois da Liga das Nações. Em seu último cargo, ela trabalhou com alguns economistas famosos, como Alexander Loveday, Gottfried Haberler e Ragnar Nurkse, além de co-escrever a influente Teoria do Investimento com seu parceiro. Enquanto isso, o mesmo ocupou cargos de instrutor a professor titular na Universidade de Princeton e, em 1951, os Lutz retornaram à Europa, fixando-se em Zurique. Friedrich atuou como professor visitante em Friburgo e em 1953 mudou-se para a Universidade de Zurique, onde atuou até se aposentar em 1972 (Sanchez, 2007).

De 1950 a 1963, Vera Smith investigou o Banco da Itália, a Agência de Desenvolvimento do Sul da Itália e a *Banca Nazionale del Lavoro*. De 1963 a 1969, visitou Paris para pesquisar sobre o planejamento indicativo francês e nunca optou por aceitar uma posição como professora.

Segundo Sanchez (2007), entre os principais livros escritos por Vera Smith, figuram: *Italy, a Study on Economic Development* (1962) e *Central Planning for the Market Economy: An Analysis of the French Theory and Experience* (1969). Escreveu muitos artigos sobre dinheiro, crédito, bancos, finanças públicas, teoria da empresa, desenvolvimento econômico, planejamento econômico e mercado de trabalho. Além disso, Vera traduziu livros de Wilhelm Ropke, Oskar Morgenstern e Fritz Machlup do alemão para o inglês.

Friedrich Lutz morreu em Zurique em 1975; Vera Smith morreu, também em Zurique, no dia 20 de agosto de 1976. Vera e Friedrich foram membros proeminentes da Sociedade *Mont*

Pelerin, fundada por F. A. Hayek em 1947, cujos propósitos eram o combate ao socialismo e a revitalização do liberalismo clássico.

Uma representante da Escola Austríaca: Vera Smith

De acordo com Sanchez (2007), quase ninguém discutia a necessidade da existência de bancos centrais nos anos em que Vera Smith preparava a sua tese e, além disso, o sistema padrão de ouro estava em crise. Os únicos que se atreveram a questionar as ideias dominantes foram alguns economistas da Escola Austríaca de Economia, Ludwig von Mises e F. A. Hayek.

A tese de Vera Smith reflete algumas das ideias e teorias mais representativas da Escola de Viena, como a importância da história, das ideias e da teoria econômica; o fator tempo; a consideração de que os fenômenos sociais são consequência de uma evolução espontânea; o ceticismo a respeito da atuação do governo; a atenção às consequências indesejáveis das ações humanas e a confiança na autorregulação do mercado, dentre outros (Sanchez, 2007).

Para tentar demonstrar que, na realidade, o aparecimento dos bancos centrais é um fenômeno político, Vera Smith relatou uma história bancária, destacando os casos mais relevantes para o seu estudo. Pretendia conhecer os fundamentos históricos do direito exclusivo do Estado de cunhar moeda e, por fim, concluiu que este privilégio foi atribuído primeiro ao rei e depois ao Estado por motivos puramente fiscais.

Na época do debate que Vera Smith estudaria, o Banco de Inglaterra encontrava-se no cume do sistema bancário britânico. Na década de 1940 obteve o monopólio da cunhagem de notas. Por outro lado, o Banco da Escócia perdeu seu monopólio em 1716, o que possibilitou a criação de muitos bancos privados locais e deu origem a um sistema a nível nacional em que há competição por todos os serviços bancários. O resultado foi que, do ponto de vista bancário, a Escócia estava à frente da Inglaterra. Por conseguinte, existia um caso histórico em que o sistema bancário livre tinha sido aplicado com êxito (Sanchez, 2007).

Uma vez que na Escócia não existiam restrições ao acesso à atividade bancária, embora espontaneamente, os negócios começaram a concentrar-se em algumas sociedades anônimas fortes, mas ainda assim não deixou de existir uma forte concorrência entre os bancos. Este é um exemplo de como os mecanismos de mercado funcionam também em relação à moeda

Vera Smith, convencida da importância destas ideias, tal como Hayek, procura dismantelar os argumentos então avançados contra o banco livre. Distinguem-se neste debate: a Escola Monetária; a Escola Bancária e a *Free Banking School*. Depois de ter examinado os argumentos de um e de outro e, sobretudo, as objeções à tese do *free banking*, Vera Smith

conclui que não há qualquer razão científica para justificar a necessidade de um banco central e que é possível ter uma moeda sólida e estável sem tal instituição. Num sistema livre há autocontrole; a disciplina monetária não pode ser evitada e a manipulação é mais difícil. O freio contra a inflação viria da pressão que é exercida automaticamente entre os bancos por meio dos mecanismos de compensação bancária que também foram criados espontaneamente (Sanchez, 2007).

Em suma, a conclusão da sua tese de doutoramento é que a aparição dos bancos centrais não é o resultado de uma evolução natural da atividade bancária. Os bancos são resultado da intervenção dos governos que, em vez de limitarem a sua atividade à manutenção de um quadro jurídico em que se desenvolva livremente a concorrência entre emitentes, dedica-se a conceder privilégios a alguns bancos em detrimento de outros, em troca da assunção de determinadas responsabilidades por parte dos bancos favorecidos pelo Governo. Vera Smith considera que os bancos devem ser tratados como qualquer outra empresa comercial.

A tendência histórica estudada tinha sempre pendido para uma maior centralização e concentração do poder monetário. Vera Smith teria de esperar uma mudança no clima intelectual dominante para que as suas contribuições fossem tidas em conta.

Em seu estudo da economia italiana, Vera Smith aborda o desenvolvimento econômico da Itália, centrando-se sobretudo no período pós-Segunda Guerra Mundial e prestando maior atenção aos problemas do Mezzogiorno, o sul da Itália, a fim de explicar as causas do seu atraso. A chave reside na modernização da economia, na transição de uma economia agrícola para uma economia industrial.

Consequentemente é necessário, em primeiro lugar, aumentar o investimento no setor agrícola para aumentar a elasticidade dos seus produtos e evitar que os preços relativos reduzam os benefícios industriais. Uma política de desenvolvimento tem, pois, de melhorar a capacidade produtiva do setor agrícola (Sanchez, 2007).

No que diz respeito às medidas que defende para evitar a queda da taxa de lucro industrial em comparação à da agricultura, Vera Smith destacou as seguintes: aumentar a produtividade do setor agrícola; tentar reduzir a procura por produtos agrícolas; apoiar a exportação, não a importação, de produtos agrícolas e limitar o aumento dos salários industriais.

Por fim, como salienta Graziani⁹, na Itália o nome de Vera Smith está associado ao estudo do mercado de trabalho. A sua tese, mais uma vez destinada a chocar com a mentalidade

⁹ Augusto Graziani (1933-2014) foi professor de Economia e Economia Política. Um grande economista “heterodoxo”, foi responsável por contribuições importantes nos campos da economia monetária e do desenvolvimento da economia italiana.

dominante, é de que os sindicatos procuram essencialmente aumentar os salários e reduzir o tempo de trabalho, atuando nos setores em que podem fazê-lo mais facilmente (normalmente grandes empresas). Adiciona que os aumentos salariais alcançados nestes setores são prejudiciais para toda a economia, pois são contrários à lógica do mercado e criam uma situação de dualismo de salários. Para ela, como sempre foi para o seu professor Hayek, os sindicatos exercem pressão corporativa em busca de privilégios (Sanchez, 2007).

Sobre o mercado de trabalho e a imigração, Vera Smith considerava que, nos países com um importante atraso agrícola, a falta de mão-de-obra é sempre um obstáculo ao desenvolvimento. Propôs, então, a entrada de imigrantes como solução para o problema, embora sujeita a determinadas regras para que o trabalhador nacional não seja prejudicado.

Nos anos sessenta do século XX, Vera Smith teve a oportunidade de estudar o mecanismo do mercado de trabalho na Suíça, num momento em que o fenômeno migratório em larga escala era uma característica fundamental do desenvolvimento industrial de muitos países. À medida que a economia se desenvolve, os trabalhadores se qualificam cada vez mais e gradualmente abandonam o trabalho manual, menos qualificado. É evidente que os trabalhadores nacionais ocupam os empregos mais desejáveis e mais bem remunerados; deixam aos estrangeiros os empregos que já não lhes interessam. O mercado de trabalho do país importador de mão-de-obra não é, portanto, um mercado unificado; os trabalhadores nacionais e os imigrantes não têm as mesmas oportunidades. A diminuição dos salários recai quase exclusivamente sobre o emprego dos imigrantes, o que garante uma vantagem para os cidadãos natos sob a forma de uma melhoria relativa da sua posição (Sanchez, 2007).

Os melhores empregos podem ser reservados aos trabalhadores nacionais em função de diferentes exigências: educação, língua, exigências administrativas, etc., mas, chegará um momento em que os imigrantes terão ultrapassado os obstáculos iniciais e terão acesso a melhores empregos. O mercado deixará de estar segmentado e os nacionais perderão seus privilégios. Neste ponto, é provável que a atitude inicialmente favorável aos imigrantes seja abandonada e que haja conflitos. Contudo, como afirma Graziani, há uma diferença nesta análise entre a Suíça e a Itália. No caso suíço, entretanto, a autora não parece atribuir o dualismo do mercado de trabalho à atuação dos sindicatos.

Vera Smith escreveu em 1968 o livro *Central Planning for the Market Economy: An Analysis of the European Market Economy*. Tinha viajado várias vezes a Paris entre 1963 e 1969 para estudar esse planejamento que, de acordo com a maioria dos economistas, políticos e intelectuais da época, era um sucesso. Como escreve Vera, acreditava-se que havia sido descoberta uma nova forma de planejamento centralizado da economia que vários países

estavam dispostos a imitar. A economista realiza uma descrição e análise desta nova variante de planejamento econômico; da sua eficácia prática (comparando os objetivos propostos com os resultados obtidos) e a sua validade teórica, para acabar por manifestar o seu ceticismo (Sanchez, 2007).

Sanchez (2007) aponta que Vera Smith manifesta as suas dúvidas sobre a moda nos anos 60 do século XX de conciliar o planejamento com o liberalismo econômico. Estava convencida de que este tipo de planejamento está fadado ao fracasso, principalmente devido à inevitável incerteza e à falta de uniformidade das expectativas dos indivíduos, bem como à inexistência de uma visão comum do futuro que postule a concepção centralista. Além disso, as medidas de planejamento promovem um poder discricionário considerável, que pode determinar os objetivos, a natureza e o alcance da intervenção, pondo em perigo valores como a liberdade ou a democracia. Sempre fiel às ideias liberais aprendidas de Robbins e Hayek, pensava que a recuperação econômica francesa não se devia tanto ao planejamento como a vários fatores, alguns comuns a outros países.

Vera Smith (como tantas outras economistas) nunca foi valorizada por si mesma, somente como colaboradora do seu marido. Em alguns dicionários econômicos seu nome sequer aparece e, em muitos casos, aparece apenas como um dos membros de um casal de economistas (embora seja, como afirma G. Haberler, um dos maiores casais de economistas dos nossos tempos que sempre terá um lugar na história do pensamento econômico). Sempre manteve-se fiel às suas ideias liberais básicas; nunca negou os ensinamentos recebidos na Escola de Economia de Londres, embora isso significasse ir sempre contra a corrente, como Hayek, e permanecer intelectualmente isolada. Enquanto publicava suas obras, vivia em plena ortodoxia keynesiana, que, aliás, conhecia bem. Embora as suas obras fossem conhecidas e discutidas, não tiveram influência na política econômica do dia a dia. Além disso, a sua visão do funcionamento dos sindicatos chocava com a emergência destas associações de trabalhadores como forças sociais no final dos anos 60 (Sanchez, 2007).

Para Vera Smith, se o desenvolvimento econômico depende do aumento da produtividade e esta do grau de qualificação dos trabalhadores (da sua capacidade e da instrução recebida), o tema em que se deve insistir é precisamente o da educação, que deveria estar aberta a todos nas mesmas condições. Reconheceu que a educação recebida depende da posição de partida e, portanto, da distribuição inicial dos rendimentos; a distribuição do rendimento é um fenômeno ligado à estrutura social. Vera Smith não acreditava na luta de classes, ou na teoria da dependência, como explicação para a desigualdade social; na sua opinião, o desenvolvimento

econômico, e uma conseqüente maior igualdade social, ocorrerá se o mercado puder agir de acordo com as suas regras naturais, sem interferências (Sanchez, 2007).

Sanchez (2007) observa que Vera Smith afirma a necessidade da luta contra as formações monopolistas e contra o corporativismo. No caso italiano, acreditava que o sindicalismo mantém a ilusão de que o capitalismo se baseia na luta de classes, pela qual é orientada a vontade de aumentar salários à custa de lucros. Em suma, pode-se dizer que a tese sobre o banco central é realmente a sua obra mais reconhecida. No entanto, para alguns, como G. Haberler, o seu livro mais importante é *Italy: a Study in Economic Development*, publicado em 1962.

Para finalizar essa parte sobre Vera Smith, o quadro-resumo abaixo apresenta algumas de suas contribuições, dentro do arcabouço da chamada escola austríaca de pensamento econômico.

Quadro - Resumo das contribuições de Vera Smith

Escola de Viena	A tese de Smith reflete algumas das ideias e teorias desta escola, como: a importância da história, das ideias e da teoria econômica; o fator tempo; a consideração de que os fenômenos sociais são consequência de uma evolução espontânea; o ceticismo a respeito da atuação do governo; a atenção às consequências indesejáveis das ações humanas e a confiança na autorregulação do mercado, dentre outros.
Aparecimento dos bancos centrais	Não é resultado de uma evolução natural da atividade bancária, mas o resultado da intervenção dos governos. O privilégio de cunhar moeda foi atribuído primeiro ao rei e depois ao Estado por motivos puramente fiscais. Os bancos devem ser tratados como qualquer outra empresa comercial.
Necessidade de um banco central	Não existe qualquer razão científica para justificar a necessidade de um banco central e é possível ter uma moeda sólida e estável sem tal instituição. Num sistema livre há autocontrole, o freio contra a inflação viria da pressão que é exercida automaticamente entre os bancos
Economia Italiana	Ao abordar o desenvolvimento econômico da Itália a fim de explicar as causas do seu atraso, Smith conclui que a chave reside na modernização da economia e transição de uma economia agrícola para uma economia industrial. Para isso, é necessário: aumentar o investimento no setor agrícola, estabelecer uma política de desenvolvimento e evitar a queda da taxa de lucro industrial em comparação com a da agricultura.

Sindicatos	<p>Procuram essencialmente aumentar os salários e reduzir o tempo de trabalho. São prejudiciais para toda a economia; são contrários à lógica do mercado e criam uma situação de dualismo de salários. Os sindicatos exercem pressão corporativa em busca de privilégios.</p>
Mercado de trabalho e a imigração	<p>Nos países com um grande atraso agrícola, a falta de mão-de-obra é um obstáculo ao desenvolvimento, Smith propôs a entrada de imigrantes como solução para o problema, embora sujeita a determinadas regras para que o trabalhador nacional não seja prejudicado, tornando o mercado unificado; os trabalhadores nacionais e os imigrantes não têm as mesmas oportunidades.</p>
Planejamento Centralizado Francês	<p>Fadado ao fracasso devido à inevitável incerteza, à falta de uniformidade das expectativas dos indivíduos e à inexistência de uma visão comum do futuro que postule a concepção centralista. Além disso, as medidas de planejamento promovem um poder discricionário que pode pôr em perigo valores como a liberdade ou a democracia.</p>
Desenvolvimento Econômico	<p>Depende do aumento da produtividade e esta, do grau de qualificação dos trabalhadores. O tema em que se deve insistir é o da educação, que deveria estar aberta a todos. Mas, ao reconhecer que a educação depende da posição de partida e, assim, da distribuição inicial dos rendimentos: a distribuição do rendimento é um fenômeno ligado à estrutura social.</p> <p>O desenvolvimento econômico e uma maior igualdade social ocorrerão se o mercado puder agir de acordo com as suas regras naturais, sem interferências.</p>

FONTE: Relatório Final PIBIC/UFSC, 2022/2023.

CAPÍTULO 4 - Pensamento Neoclássico

O que veremos?

O Contexto

Vida, obra e contribuição de Mary Paley Marshall (1850-1944)

Vida, obra e contribuição de Edith Penrose (1914 - 1996)

O Contexto

Segundo Backhouse (2007), no final do século XIX, tanto na Grã-Bretanha como nos Estados Unidos, a economia havia passado por um processo de especialização; muitos homens e mulheres, acadêmicos em tempo integral, se especializaram no assunto. Na Europa continental, essas mudanças já haviam acontecido na Alemanha. Fundada em 1849, a Universidade Humboldt, de Berlim, estabeleceu uma forte tradição de pesquisa com o objetivo de dar segurança e liberdade aos professores frente a pressões para ensinar doutrinas particulares. Essa liberdade posteriormente se estendeu a outras universidades alemãs.

Outra importante mudança foram as ideias newtonianas, que inspiraram os economistas durante boa parte dos séculos XVIII e XIX. Porém, a ideia do "cientista" se estabelece em 1833; as pessoas deixam de se referir à ciência como "filosofia natural", ampliam a distância entre ciência e filosofia. Na economia, tentaram mimetizar as conquistas da física, considerada a ciência mais bem-sucedida, ao fortalecer os fundamentos do pensamento econômico baseando-o na psicologia experimental ou aplicando à economia ideias darwinianas sobre a evolução (Backhouse, 2007, p. 202).

De acordo com Brue (2006), na Alemanha, o tratado de paz que se seguiu às guerras napoleônicas deixou o país dividido em 39 estados separados, muitos deles monárquicos e antidemocráticos. A Áustria queria manter a Alemanha enfraquecida e fragmentada; a Grã-Bretanha esperava um fortalecimento da Prússia para impedir o ressurgimento da França; a Rússia queria para si os territórios da Polônia que ainda não haviam sido tomados pela Alemanha ou pela Áustria e a luta da Alemanha contra Napoleão trouxe de volta sentimentos patriotas e nacionalistas, o principal sendo o desejo de unificação.

Como as instituições britânicas se diferenciavam de certas instituições econômicas importantes alemãs do período, uma ideologia econômica diferente surgiu (BRUE, 2006). A concorrência e a liberdade comercial, admitidas pelos clássicos em suas análises econômicas, foram rigorosamente limitadas na Alemanha. As teorias britânicas tornaram-se inaplicáveis à situação teutônica. A escola histórica defendia e organizava o estilo de vida alemão,

questionando a importância histórica das doutrinas clássicas econômicas da Grã-Bretanha (BRUE, 2006).

Segundo Brue (2006), o pensamento marginalista dos anos de 1870 foi o divisor de águas entre a escola clássica e a escola neoclássica. As ideias centrais do marginalismo eram: ênfase na microeconomia, método abstrato dedutivo, livre concorrência, teoria dos preços orientada pela demanda, utilidade subjetiva, equilíbrio, mínimo envolvimento do Estado e comportamento econômico racional. Os representantes da escola marginalista foram Stanley Jevons, Carl Menger e Leon Walras.

Para Oliveira; Gennari (2009), a segunda metade do século XIX demarcou um período de expansão do capitalismo mundial, principalmente na Inglaterra - com ciclo de prosperidade no período de 1840 a 1873. Ocorreu a acumulação de capital em larga escala e a indústria inglesa experimentou uma extraordinária expansão. As exportações se expandiam e na estrutura industrial desabrochavam os trustes e cartéis. A economia baseada em pequenas unidades produtivas cedia gradativamente lugar para uma economia concentrada, dando origem aos oligopólios e às sociedades anônimas que povoariam a economia mundial a partir do início do século XX. O momento histórico presenciou conflitos sociais, com greves, motins e o desenvolvimento do pensamento socialista. A luta da classe trabalhadora para conquistar sua fatia nos ganhos de produtividade do capitalismo europeu se intensificou, culminando com os famosos conflitos da comuna de Paris. No campo do pensamento econômico havia uma efervescência que refletia o desenvolvimento das tensões sociais da época.

A advertência de Marx demonstrou representou uma fissura no pensamento econômico constituído, de um lado, pela Escola Marxista e, de outro, pela Escola Neoclássica. O final do século XIX assistiu a uma revolução no pensamento econômico. Ambas as escolas partiram dos ensinamentos dos clássicos, mas Marx radicalizou os estudos da teoria do valor-trabalho e descobriu a categoria da mais-valia, que representa uma crítica ao capitalismo e a revolução Jevoniana baseou-se na teoria do valor-utilidade, e trouxe a inovação da determinação do valor de troca, ou preço, pela utilidade marginal. Os marginalistas seguiam a tradição das escolas que defendiam a ideia da harmonia social e da inexistência da luta de classe. As ideias marginalistas desenvolvidas pioneiramente por Jevons, Menger e Walras formam o eixo intelectual do pensamento neoclássico (Oliveira, Gennari, 2009).

Para Pujol (2003), o paradigma neoclássico tem mais de cem anos e desde sua criação, por volta de 1890, se tornou dominante, construiu um poder hegemônico e excluiu abordagens alternativas. Ao examinar as origens do paradigma neoclássico, é possível identificar a ideologia Vitoriana que está na raiz do tratamento da mulher dentro desse paradigma. Os pais

fundadores – Marshall, Pigou, Edgeworth, e Jevons – escreveram como uma voz guiada pela condescendência patriarcal e essa atitude para com as mulheres continua a mesma.

CURIOSIDADE - John Stuart Mill

Mill, contrário a Jevons e Marshall, era contra qualquer legislação que limitasse o trabalho da mulher e o considerar dentro da ideia tradicional da mulher sujeita ao homem.

Em seu *Subjection of Women* (1869) explorou o patriarcado e a escravidão como expressões do auto interesse coletivo do grupo dominante na sociedade. Esse trabalho tornou a questão da mulher central para o debate nacional e internacional e representou o marco para o feminismo liberal clássico.

Mill influenciado por Harriet defendeu a liberdade de escolha individual como a única coisa que leva à adoção de processos melhores e coloca cada operação nas mãos daqueles que estão melhor qualificados. A contribuição de Harriet no *Principles* (1848), foi um mix de liberalismo clássico e utilitarianismo: ela adotou princípios utilitários para reforçar um acesso livre completo ao mercado de trabalho para homens e mulheres. Já que papéis de gênero são socialmente determinados, defendeu que o acesso da mulher ao mercado de trabalho porque sua presença poderia quebrar o monopólio masculino e aumentaria o nível geral de competição dentro da sociedade.

Harriet certamente influenciou Mill quando ele afirmou que restrições ao emprego de mulheres e dependência econômica eram resultados do patriarcado. Mas, a posição de Mill era típica do vitorianismo aos papéis de gênero dentro da família, Harriet, ao contrário, insistiu na importância de mulheres casadas terem sua própria renda.

Harriet defendeu que qualquer restrição social sobre as mulheres, como a segregação da maternidade, impediu-as de maximizar a felicidade. Ela aplicou o liberalismo filosófico clássico em favor da igualdade econômica das mulheres que é possível via educação apropriada e treinamento.

BECCHIO, G. *A history of feminist a gender economics*. Londres: Routledge, 2020. Cap. 1 – The Woman question and political economy.

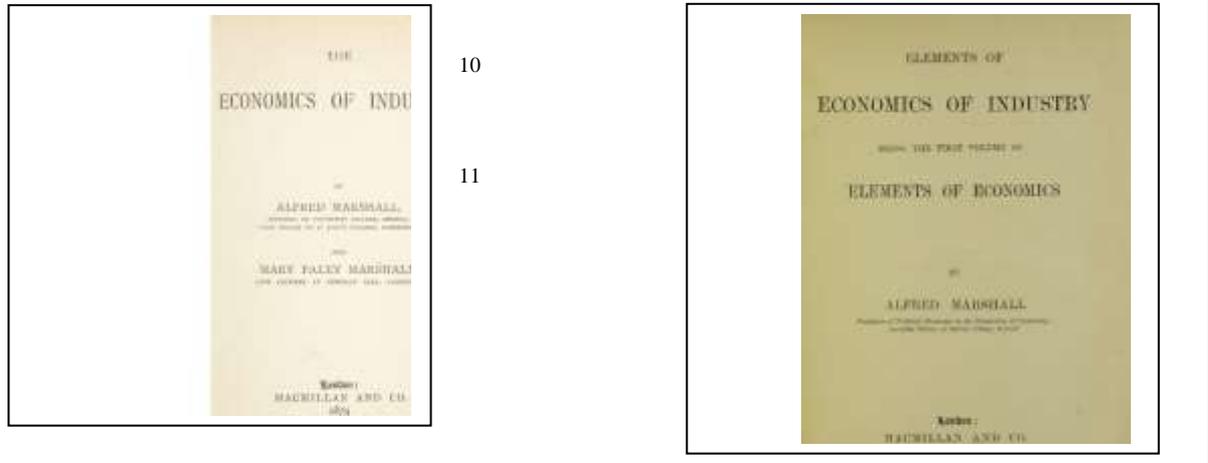
O maior representante da escola neoclássica foi Alfred Marshall (1842-1924), britânico, esposo de Mary Paley Marshall (de 1877 a 1924). A sua obra *Princípios de Economia* (1890) trata de teorias da oferta e da procura, da utilidade marginal e dos custos de produção.

As diferenças do pensamento neoclássico com o marginalista são: 1. neoclássicos: ênfase na oferta e demanda para determinar preços dos bens, serviços e recursos no mercado e marginalistas reforçam a demanda; 2. Muitos neoclássicos demonstraram maior interesse no papel da moeda na economia do que antigos marginalistas; 3. Neoclássicos expandiram a análise marginal para a estrutura de mercado além da livre concorrência, do monopólio e duopólio.

Curiosidade

O fato curioso que destacamos é que antes da obra de 1890, Marshall publicou *The Economics of Industry*, escrito com Mary Paley Marshall (1879). Como é possível verificar

nas imagens abaixo, na publicação de 1879 consta o nome de Mary Paley, o que não ocorreu na edição de 1892.



Em 1902, Marshall havia escrito seu *Plea for the Creation of a Curriculum in Economics*, propondo uma educação econômica em Cambridge para os filhos de empresários. Posteriormente, em seu artigo de revisão, Mary Paley sugeriu que a mesma educação deveria ser dada às filhas. No início do movimento de educação superior para mulheres, para meninas de classe média, a educação era vista como uma “apólice de seguro” e somente no final do século a educação começou a ser considerada uma alternativa ao casamento, dando escolha às mulheres.

Tais opiniões foram fortemente contestadas e criticadas por alguns, como Alfred Marshall, que argumentaram que as mulheres deveriam ser educadas na maternidade para o benefício da raça. Algumas passagens de notas de Marshall de 28 de maio de 1894¹² destacam: *Economics is like a fine chest of tools, which will not turn out anything of value except in skillful hands. This indicates that economics is a subject generally unsuited for advance by women.* Além disso, Marshall lista, nestas notas, algumas outras questões que poderiam estar adequadas aos talentos especiais das mulheres: - *Abundance of leisure*; - *Interest in the concrete*; - *Interest in personal matters*; - *Sympathies*; - *Access to the unimportant individually, but numerous and*

¹⁰ Fonte da primeira foto: https://image.invaluable.com/housePhotos/freemans/63/657163/H0062-L195896283_original.jpg?_gl=1*d5txt3*_ga*MTA4MTcyMjY1NC4xNjU0ODY5ODIx*_ga_0K6YBFZV6P*MTY1NDg2OTgyMC4xLjEuMTY1NDg2OTgyNS4w

¹¹ Fonte da primeira foto: https://image.invaluable.com/housePhotos/freemans/63/657163/H0062-L195896283_original.jpg?_gl=1*d5txt3*_ga*MTA4MTcyMjY1NC4xNjU0ODY5ODIx*_ga_0K6YBFZV6P*MTY1NDg2OTgyMC4xLjEuMTY1NDg2OTgyNS4w

¹² TULLBERG, Rita. Alfred Marshall and the male priesthood of economics (1991): <https://www.jstor.org/stable/43317515>

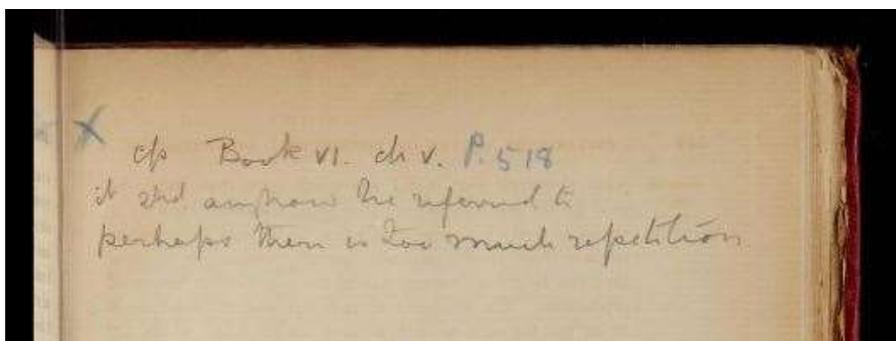
therefore important collectively;- Power of pursuing certain inquiries relating to women and children in which a man would be out of his element.

Segundo Trowell (2022), Mary Palley e outra estudante foram as primeiras a serem admitidas no *Moral Science Tripos*¹³. Passou no teste, mas não se graduaram, mas Mary Paley logo em seguida foi convidada para lecionar na universidade de Cambridge. Se casou com Marshall em 1876. Escreveram o *The Economics of Industry* que foi publicado com o nome dos dois em 1879. O livro foi muito bem avaliado por John Maynard Keynes e outros pensadores da época, mas Alfred não gostou do livro e solicitou a suspensão da sua publicação. Mais tarde, publica o *Princípios de Economia* (1890) como principal autor.

Mary Paley se casou com um homem que inicialmente era a favor da inclusão das mulheres e até incentivou-a a participar do exame *Moral Science Tripos*, mas depois voltou atrás e afirmou que o intelecto das mulheres não fornecia nada de útil.

Curiosidade

Existem evidências, nas provas do livro *Princípios de Economia*, que Mary Paley contribuiu na sua edição escrevendo nas margens das páginas, como mostra a imagem abaixo:



Fonte: <https://marshlib.blogspot.com/2022/03/writing-in-margins-mary-paley-marshall.html>

Mary Palley (1933) em uma carta para Joan Robinson (who chose Paley as godmother to her daughter) depois de sua publicação de *The Economics of Imperfect Competition*, aproximadamente uma década depois da morte de Marshall, escreve: “thank you for helping lift off the reproach cast on the Economic Woman!”

O livro *The Economics of Industry*, publicado em 1879 e reimpresso nove vezes, contém o princípio da Teoria da Distribuição de Marshall devido a sua importante colaboração na produção. No início da década de 1890, Marshall mandou suprimir o livro e, por muitos anos,

¹³ Ver: <https://www.irwincollier.com/cambridge-on-the-moral-sciences-tripos-james-ward-editor-1891/>

continuou a condená-lo. Há uma clareza e franqueza no estilo do *The Economics of Industry*, que deve ser atribuída a Mary Paley.

Parece improvável que Marshall pudesse ter produzido o livro sozinho; talvez a descrição mais apropriada do livro seja a interação entre o estudante expositor e o teórico original. O papel que Mary Paley desempenhou na produção dos principais livros de seu marido é incerto. Marshall foi generoso nos seus agradecimentos na primeira edição dos *Princípios de Economia* (1890). No entanto, estes agradecimentos davam a entender que Mary Paley se ocupou apenas com a edição, não com a elaboração da estrutura ou conteúdo. A ajuda e os conselhos dados por Mary Paley também foram reconhecidos em ambas as edições do *Industry and Trade* (1919 e 1921).

Apresentamos Mary Paley Marshall no âmbito da economia neoclássica e também Edith Penrose que estudou a firma numa perspectiva teórica e metodológica que divergiu dos pensadores neoclássicos.

Vida, obra e contribuição de Mary Paley Marshall (1850-1944)

Conforme Dimand; Dimand; Forget (2000), Mary Paley Marshall, nascida em 24 de outubro de 1850 no Reino Unido, era filha de Thomas Paley, Reitor da Ufford, e Ann Judith Wormald. Ela foi educada em casa e durante sua vida teve poucas oportunidades para conhecer outros jovens; fato que se tornou uma vantagem, pois seu desejo de estudar surgiu, ainda que indiretamente, do tédio proporcionado por essa solidão. Incentivada pelo pai, estudou para os exames locais superiores para mulheres com mais de dezoito anos de Cambridge e, devido aos seus bons resultados, ganhou uma bolsa de estudos em 1871. Tornou-se uma das cinco primeiras alunas do recém-fundado *Newnham College*. Inicialmente, assistiu a palestras sobre assuntos 'seguros' - latim, literatura, história e assim por diante - mas um amigo a convenceu a participar de uma palestra sobre economia política. Mary Paley foi, e lá permaneceu, primeiro como aluna e depois como professora. Alfred Marshall que, naquela época, não tinha objeções a mulheres que buscavam estudos avançados, lecionou economia política e incentivou suas duas melhores alunas, incluindo Mary Paley, a estudar para o exame Tripos de Ciências Morais (Dimand; Dimand; Forget, 2000).

Em 1874, Mary Paley foi colocada entre a primeira e a segunda classe. Seus resultados foram surpreendentes em comparação com muitos dos alunos que se formaram com honras naquela época. O primeiro e provavelmente mais importante legado de Mary Paley para as

mulheres foi demonstrar que as qualificações formais podem ser obtidas por uma mulher, e com louvor.

Logo após o exame de graduação, Mary Paley voltou para casa, onde deu uma série de palestras públicas. Como resultado, foi convidada a retornar ao *Newnham College* em 1875, agora como professora residente. Mary Paley se casou com Alfred Marshall em 1877.

Em 1876 foi inaugurado o *University College* em Bristol, onde o cargo de diretor foi oferecido a Alfred Marshall, que era um conhecido defensor da classe trabalhadora e da educação feminina. Mas Mary Paley também teve grande destaque; ela havia escrito artigos para o *Moral Sciences Tripos*. Em 1878, foi nomeada para assumir as palestras matinais de Marshall a pedido dele. Nota-se que Mary Paley deu mais aulas de ensino avançado do que seu marido, e seu trabalho foi lembrado por muito tempo. Dois anos após a morte de Marshall, ela foi homenageada por seu trabalho ao longo da vida como professora de economia com o prêmio do grau de D. Litt. pela Universidade de Bristol (Dimand; Dimand; Forget, 2000).

Em 1883, Marshall foi nomeado professor no *Balliol College*, em Oxford, e Mary Paley tornou-se uma bem-sucedida professora de economia; havia gostado de Oxford e sentia que o futuro do casal estava ali, mas, pouco tempo depois, seu marido foi nomeado para o cargo de Cátedra de Economia Política em Cambridge. Por ser uma professora experiente em economia, presumia-se que ela assumiria um alto perfil como professora em Newnham ao retornar a Cambridge, mas não foi o caso. A partir de 1885, lecionou disciplinas de ciências morais, mas não participou significativamente de outros assuntos de ensino universitário. As razões para isso podem ter sido que o número de estudantes que cursavam economia como matéria de Tripos era pequeno, e também para não envergonhar o marido, que havia se tornado um dos principais porta-vozes do movimento anti-mulheres na universidade (Dimand; Dimand; Forget, 2000).

Com a fundação da *Economics Tripos* em 1904, Mary Paley orientou 55 mulheres no novo exame e obteve um notável sucesso em 1908, ano em que se aposentou. Embora aposentada, continuou a aconselhar os alunos em seus estudos e atuou como Diretora de Estudos, organizando o seu ensino, aconselhando-os em suas escolhas de temas e leituras, acompanhando seus trabalhos semanais ou finais e avaliando seu progresso. A eclosão da guerra em 1914 adiou quaisquer planos que pudesse ter, mas finalmente se aposentou por completo dois anos depois. Mary Paley ainda era muito respeitada como uma 'pioneira', mas para as jovens do século XX, seu ensino carecia do *glamour* da erudição (Dimand; Dimand; Forget, 2000).

Ao longo de sua carreira docente, que se estendeu por mais de 40 anos, Mary Paley se dedicou a ajudar as mulheres a se firmarem nos primeiros passos do caminho acadêmico, ensinando às alunas os fundamentos da teoria e da análise econômica. Alguns reclamavam que Mary Paley seguia os textos do marido de forma muito escrava, mas pode-se dizer que a sua falta de originalidade não era somente produto da sua identificação com o trabalho de Marshall, mas também porque havia sido ensinada em uma tradição que encorajava o *coaching* personalizado, com o objetivo de passar em um exame ou alcançar uma posição elevada em um Tripos competitivo.

No entanto, a falta de erudição de Mary Paley não pode ser explicada de maneira tão simples. É necessário examinar outros aspectos de sua vida para chegarmos a uma explicação. Pouco depois de retornar a Newnham como professora, Mary Paley instituiu um esquema de Palestras de Extensão Universitária e tinha como objetivo a busca de um livro de economia didático simples e barato para seus alunos. *The Economics of Industry*, publicado em 1879 e reimpresso nove vezes, contém o princípio da Teoria da Distribuição de Marshall devido a sua importante colaboração na produção. No início da década de 1890, Marshall mandou suprimir o livro e, por muitos anos, continuou a condená-lo (Dimand; Dimand; Forget, 2000).

Dimand; Dimand; Forget (2000) afirmam que há uma clareza e franqueza no estilo do *The Economics of Industry*, que deve ser atribuída a Mary Paley. Parece improvável que Marshall pudesse ter produzido o livro sozinho; talvez a descrição mais apropriada do livro seja a interação entre o estudante expositor e o teórico original. O papel que Mary Paley desempenhou na produção dos principais livros de seu marido é incerto. Marshall foi generoso nos seus agradecimentos na primeira edição dos Princípios de Economia (1890). No entanto, estes agradecimentos davam a entender que Mary Paley se ocupou apenas com a edição, não com a elaboração da estrutura ou conteúdo. A ajuda e os conselhos dados por Mary Paley também foram reconhecidos em ambas as edições do *Industry and Trade* (1919 e 1921).

Durante os 15 anos que sucederam a publicação do *The Economics of Industry*, Mary Paley não publicou nada sobre economia, apesar de suas grandes facilidades como escritora; fez três contribuições de revisão para o *Economic Journal*, todas relacionadas à economia do trabalho. O terceiro deles mostra Mary Paley em sua forma mais independente ao revisar uma edição dos trabalhos de Clara Collet¹⁴ que descobriu que mulheres qualificadas de classe média

¹⁴ Clara Collet (1860 - 1948) foi uma economista e funcionária pública britânica. Conhecida por ter sido uma das primeiras mulheres a se formar na Universidade de Londres, por sua atuação em reformas que melhoraram os salários e condições de trabalho das mulheres em sua época e, também, pela coleta de evidências estatísticas e descritivas sobre a vida das mulheres trabalhadoras e pobres na Inglaterra.

recebiam e aceitavam baixos salários supondo que seu trabalho preenchia apenas um intervalo temporário antes do casamento (Dimand; Dimand; Forget, 2000).

Em 1902, Marshall havia escrito seu *Plea for the Creation of a Curriculum in Economics*, propondo uma educação econômica em Cambridge para os filhos de empresários. Posteriormente, em seu artigo de revisão, Mary Paley sugeriu que a mesma educação deveria ser dada às filhas. No início do movimento de educação superior para mulheres, para meninas de classe média, a educação era vista como uma “apólice de seguro” e somente no final do século a educação começou a ser considerada uma alternativa ao casamento, dando escolha às mulheres. Tais opiniões foram fortemente contestadas e criticadas por alguns, como Alfred Marshall, que argumentaram que as mulheres deveriam ser educadas na maternidade para o benefício da raça (Dimand; Dimand; Forget, 2000).

Após a morte de seu marido em 1924, Mary Paley deu várias palestras sobre Marshall sem mencionar sua própria contribuição para o trabalho dele. No entanto, ela destaca a fundação do Tripos Econômico como sua maior conquista e também sua importância como professora de economia em Newnham. Ela participava ativamente dos comitês da *Charity Organization Society* (COS) em Oxford e Cambridge.

Além de sua aptidão como escritora, Mary Paley também era uma talentosa pintora amadora. Através de sua arte encontrou um espaço em sua vida que Marshall não havia sido capaz de assumir.

Após a morte de Alfred Marshall, Mary Paley usufruiu da sua nova liberdade e dedicou tempo e dinheiro para assegurar que os estudantes pudessem ter acesso ao pré-requisito de uma boa erudição. A biblioteca privada de Marshall foi entregue à universidade e formou o núcleo da Biblioteca Marshall de Economia. Mary Paley estava lá todas as manhãs e terminou seus dias fazendo o que achava mais importante: ajudando jovens estudantes, homens e mulheres, a fazer o melhor uso de suas oportunidades educacionais (Dimand; Dimand; Forget, 2000).

- *On line Book pages by Clara Collet:*
<https://onlinebooks.library.upenn.edu/webbin/book/lookupname?key=Collet%2C%20Clara%20E%2E%20%28Clara%20Elizabeth%29%2C%201860%2D1948>

- *Women in Industry* (1911): <https://www.abebooks.com/signed-first-edition/Women-Industry-Clara-E-Collet-Economist/31004194208/bd#&gid=1&pid=1>

The Economics of Industry (1879)

O livro *The Economics of Industry* (1879) de Alfred Marshall e Mary Paley Marshall foi a principal obra da autora e tratou dos assuntos dos produtores, tanto empregadores como trabalhadores, e foi uma tentativa de construir, nas linhas estabelecidas pela Economia Política de John Stuart Mill, uma teoria do valor, dos salários e dos lucros.

O primeiro capítulo inicia com uma citação a Rousseau, "Muita filosofia é necessária para a observação correta das coisas que estão diante dos nossos olhos" (Marshall; Marshall, 1879, p. 1). Estamos tão habituados aos acontecimentos e costumes da vida cotidiana que deixamos de observá-los a menos que algo excepcional nos obrigue a isso (Marshall; Marshall, 1879). Segundo os autores, o mecanismo social conduz cada homem, mesmo aquele mais humilde, a obter diariamente coisas que ele mesmo não poderia produzir pelos seus próprios meios em muitas épocas. O estudo desse mecanismo é assunto da Economia Política, que tem como objetivo: examinar a produção, a distribuição e o consumo da riqueza; buscar as causas que determinam salários, lucros e renda; questionar até que ponto essas causas são determinadas por leis naturais e imutáveis, e até que ponto podem ser modificadas pelo esforço humano; e traçar a ligação existente entre o caráter do trabalhador e o caráter do seu trabalho.

Para Marshall; Marshall (1879) a nação costumava ser chamada de "corpo político" e os homens pensavam nos interesses de toda a nação quando usavam a palavra "política"; então "economia política" servia como nome para a ciência. Mas "interesses políticos" passaram a significar os interesses de apenas uma parte ou partes da nação; de modo que se tornou preferível deixar este nome de lado e falar simplesmente de Ciência Econômica ou Economia. A economia é uma ciência; reúne muitos fatos semelhantes e descobre que são casos especiais de alguma grande uniformidade que existe na natureza. Descreve esta uniformidade como uma lei, já que na ciência uma lei estabelece que um determinado conjunto de causas sempre produzirá o mesmo resultado.

Ao traçar conexões entre diferentes leis, muitas vezes provando que algumas são contidas em outras ou explicadas por outras, a ciência torna-se capaz de prever eventos futuros com confiança e precisão. Mas isso é tudo o que uma ciência pode fazer; ela não pode ser um guia na vida ou estabelecer regras para a conduta prática. Essa, segundo Marshall; Marshall (1879), é uma tarefa daquilo que antigamente costumava ser chamado de arte. A arte considera algum fim prático importante e guia os homens em seus esforços para obtê-lo. A economia não pode, por si só, ser um guia nos assuntos práticos da vida, mas responde a um certo número de perguntas difíceis.

A economia deve ser classificada entre as Ciências Morais ou Sociais; trata apenas de coisas inanimadas e tem como objetivo principal: procurar as leis morais e sociais pelas quais o comportamento dos homens é determinado no trabalho cotidiano da sua vida e investigar as causas que determinam tanto o trabalho cotidiano de um homem, quanto a forma como ele gasta os seus rendimentos e a influência que o seu trabalho exerce sobre o seu caráter (Marshall; Marshall, 1879).

De acordo com os autores, o economista precisa evitar o erro de considerar a experiência atual da humanidade como de validade universal, confundindo fases locais ou temporárias do caráter humano com a natureza humana; a única segurança contra isto, seria o cultivo mental liberal.

Os fenômenos sociais não podem ser compreendidos corretamente de modo separado, mas isto não significa que não sejam suscetíveis a generalizações úteis; no entanto, essas generalizações devem ser relativas a uma determinada forma de civilização e a uma determinada fase do progresso social.

Marshall; Marshall (1879) em "*Material Wealth*" definem que a riqueza pode ser material ou pessoal, imaterial:

Riqueza material são as fontes materiais de prazer que são capazes de ser apropriadas e trocadas. "Assim, inclui não somente mercadorias, mas também máquinas e outras coisas que são feitas ou apropriadas para ajudar o homem a produzir mercadorias" (Marshall; Marshall, 1879, p. 6)

A "riqueza pessoal" ou "imaterial" consiste em aquelas energias humanas, faculdades e hábitos, físicos mentais e morais, que contribuem diretamente para tornar os homens industrialmente eficientes, e que, portanto, aumentam seu poder de produção de riqueza material (Marshall; Marshall, 1879, p. 6).

Sobre o termo "produtivo", tem-se que:

O trabalho é produtivo quando produz riqueza, seja pessoal ou material. Em geral, o trabalho produtivo não pode ser dividido claramente do trabalho improdutivo. Um pastor é muitas vezes classificado como um trabalhador improdutivo, mas se ao exercer influência moral ele tornar os trabalhadores mais sóbrios, honestos e eficientes, ele é até agora produtivo de riqueza pessoal (Marshall; Marshall, 1879, p. 6- 7).

A palavra produtivo é frequentemente aplicada não somente ao trabalho, mas também ao consumo.

No segundo capítulo, Marshall; Marshall (1879) iniciam a discussão sobre os agentes de produção e comentam: ao produzir riqueza, o homem age sobre as coisas que a natureza fornece. A produção significa reorganização e não criação; seria um erro supor que o trabalho daqueles que transportam ou vendem bens não é produtivo, pois eles contribuem tornando os materiais fornecidos pela natureza mais úteis ao homem. A cada nova invenção de máquinas, o

trabalho é transferido dos músculos para a força natural e, à medida que a civilização avança, o trabalho mental torna-se cada vez mais importante do que o trabalho manual.

Os agentes de produção seriam as forças da natureza e a força do homem, que geralmente é mais eficiente quando aplicada de modo a controlar as forças da natureza, em vez de as neutralizar. A riqueza de um país depende da maneira como as forças da natureza e a força do homem trabalham juntas (Marshall; Marshall, 1879).

Sobre a eficiência do trabalho do homem na produção, Marshall; Marshall (1879) classificam as condições das quais ele depende como: a sua força física e energia. Isso diz respeito ao clima e condições da natureza que podem favorecer ou desfavorecer a eficiência do homem. No que se refere ao conhecimento e capacidade mental do trabalhador:

A cada aumento da inteligência do trabalhador diminui a quantidade de supervisão exigida do empregador e dos seus capatazes. E à medida que a civilização avança, o progresso posterior torna-se cada vez mais dependente da difusão da educação entre as classes trabalhadoras (Marshall; Marshall, 1879, p. 11).

A educação pode ser classificada como geral (procura induzir o homem a formar opiniões e recursos para enfrentar novas emergências) ou técnica (visa compreender os processos e mecanismos do trabalho em que o trabalhador está envolvido, permitindo que se adapte a novas máquinas ou meios de produção).

Os autores também ressaltam a relevância do caráter moral do trabalhador:

A justiça e confiança mútua são condições necessárias para o aumento da riqueza. O caráter de uma nação depende principalmente das mães da nação, pois “é na infância e em casa que o trabalhador deve aprender a ser sincero e confiável, limpo e cuidadoso, energético e minucioso, a reverenciar os outros e a respeitar a si mesmo (Marshall; Marshall, 1879, p. 11).

Por fim, a indústria não pode alcançar plena liberdade e eficiência a menos que, como diz Mill, seja protegida pelo Governo e para o Governo.

Já vimos que a terra e o trabalho são dois dos requisitos para produção e, segundo os autores, o terceiro é o capital. Este é o tema do terceiro capítulo e tem como definição: “Capital é resultado do trabalho e da abstinência. É constituído por todas as riquezas que se destinam a serem empregadas de forma produtiva” (Marshall; Marshall, 1879, p. 13).

O capital quando gasto de modo a ser reproduzido é gasto de forma produtiva, enquanto o capital destinado a produzir coisas que devem ser consumidas de forma improdutiva sustenta os trabalhadores durante o processo, mas não produz uma nova oferta de capital.

Segundo os autores, no departamento da economia um ato, um hábito, uma instituição, uma lei, dá à luz não só a um efeito, mas a uma série de efeitos. Destes, apenas o primeiro é imediato; ocorre simultaneamente à sua causa e é visível. Os outros se manifestam em sucessão

e não são visíveis, mas é bom para nós se eles forem previstos. Um mau economista só tem em conta o efeito visível; um bom economista tem em conta os efeitos visíveis e os que são necessários prever.

Um dos princípios da economia mais importantes afirma que "a indústria é limitada pelo capital". Isto significa que: "O trabalho requer apoio e ajuda do capital. A busca por mão-de-obra num distrito não pode, a longo prazo, ser aumentada por qualquer dispositivo que não conduza a um aumento da oferta de capital nele" (Marshall; Marshall, 1879, p. 16).

A partir desta proposição, conforme Marshall; Marshall (1879) chega a algumas conclusões. Em primeiro lugar: A destruição das coisas não é boa para o comércio.

Por exemplo, não é bom para o comércio que os vestidos sejam feitos de material que desgaste rapidamente. O comércio de confecção de roupas será beneficiado pelo aumento das encomendas, mas se ocorrer uma queda repentina na demanda de vestidos, os costureiros sofrerão por serem obrigados a procurar uma nova ocupação.

Pode-se dizer que algum conhecimento de luxos parece ser uma condição necessária para o progresso. Muitas nações foram despertadas de um estado de apatia pelo desejo de obter luxos estrangeiros, o que as fez esforçar-se. Mas qualquer aumento no consumo de produtos de luxo, a menos que conduza a um aumento da energia na produção de riqueza, diminui a poupança e, por conseguinte, trava a acumulação de riqueza (Marshall; Marshall, 1879).

O princípio retratado anteriormente, de que a indústria é limitada pelo capital, nos mostra que: "A longo prazo, não é bom para o comércio impedir a livre entrada de mercadorias em um país, provocando assim uma procura artificial de certos tipos de produção nacional" (Marshall; Marshall, 1879, p. 18).

Muitas das conclusões práticas mais importantes da economia estão contidas na declaração:

Regulamentações que impedem os homens de fazer o que estão mais qualificados para fazer não beneficiam o país em seu conjunto, quer sejam feitas por governos, por profissões liberais ou por sindicatos" (Marshall; Marshall, 1879, p. 18).

Sobre a declaração de que o trabalho requer apoio e ajuda do capital, nota-se que é conveniente ter nomes separados para a porção do capital que sustenta, e para a porção que ajuda o trabalho.

O capital remunerativo ou salário-capital consiste em alimentos, roupas, abrigo, etc. que sustentam a mão-de-obra. O capital auxiliar é o que ajuda a mão-de-obra. É constituído por ferramentas, máquinas, fábricas e outros edifícios que são utilizados para fins comerciais, ferrovias, canais, estradas, navios, etc.; também matérias-primas (Marshall; Marshall, 1879, p. 19).

Uma rápida conversão de remuneração em auxílio pode prejudicar temporariamente os trabalhadores.

Esta distinção está ligada a uma que deve ser feita entre capital circulante e capital fixo. O capital circulante diz respeito ao capital que “cumpre a totalidade do seu ofício, na produção em que está envolvido, por uma única utilização” (Marshall; Marshall, 1879, p. 19). O capital fixo é definido como o capital que “exista sob qualquer forma duradoura e cuja rentabilidade se distribua por um período de duração correspondente” (Marshall; Marshall, 1879, p. 19).

Há também uma terceira distinção para a qual estes nomes são por vezes utilizados, mas para a qual parecem ser necessários outros nomes:

Sempre que o capital for concebido para ser utilizado num comércio, surge alguma dificuldade em desviá-lo para outro; se esta dificuldade for grande, o capital é especializado, se não for grande, o capital não é especializado (Marshall; Marshall, 1879, p. 20).

Não é possível traçar uma linha claramente delimitada entre estes dois tipos de capital. Quase toda a riqueza pessoal é, ou pode ser, capital pessoal.

No quarto capítulo, os autores buscam a Lei da Fertilidade da Terra, a Lei do Aumento da População e a Lei do Crescimento do Capital. As duas últimas leis dependem da primeira, que é chamada de Lei do Retorno Decrescente.

Os autores ilustram o significado deste nome da seguinte maneira: um aumento do montante dos ganhos que se deve ao trabalho de cada trabalhador adicional pode ser chamado de retorno; quanto maior o número de trabalhadores empregados em uma terra, menor será o retorno devido ao trabalho de um trabalhador adicional (Marshall; Marshall, 1879).

O exemplo anterior representa um agricultor enviando trabalhadores adicionais para sua fazenda e, em seguida, percebendo um aumento da produção devido ao trabalho ou do retorno ao seu trabalho. Podemos supor que ele aumenta em doses sucessivas o capital que aplica à terra, e então percebe o aumento (retorno) devido à cada dose sucessiva. Quando a terra já está bem cultivada, a aplicação de doses adicionais de capital causará um aumento proporcionalmente menor do retorno: temos um Retorno Decrescente.

Marshall; Marshall (1879) enunciam a Lei do Retorno Decrescente do seguinte modo:

Depois de um certo montante de capital ser aplicado à terra, cada aumento da produção é obtido por um aumento de capital mais do que proporcional; a menos que as técnicas da agricultura sejam melhoradas (Marshall; Marshall, 1879, p. 22).

Esta lei contém duas condições para qualificação - uma relativa ao progresso das técnicas agrícolas e outra às circunstâncias especiais de um novo país em que pouco capital é aplicado à terra. Podemos, segundo os autores, considerá-las separadamente.

No que diz respeito ao progresso nas técnicas agrícolas, novos métodos de cultivo são descobertos de tempos em tempos e terão doses menores de eficácia devido às anteriores. No entanto, a Lei do Retorno Decrescente não afirma que essa diminuição começará imediatamente em todos os casos, tudo o que ela estabelece é que o retorno deve diminuir após a aplicação de muitas doses. Quando um país se torna muito povoado, ele tem grande facilidade em organizar o suprimento de alimentos do exterior e a emigração de seu povo para outros países. O progresso da civilização, enquanto pressiona os recursos da terra, aumenta esses recursos.

Com relação às circunstâncias especiais de um novo país, a Lei foi contestada por Henry Charles Carey¹⁵, que estava à frente da Escola Americana de Economia. Os economistas desta escola argumentaram que a história mostra que as melhores terras não são aquelas que são cultivadas primeiro, mas que a ordem de povoamento de novos países é a passagem do solo mais pobre para o mais rico. Os escritores fizeram um bom trabalho ao insistir que, até certo ponto, quanto maiores os números de um país, maior será o poder de organizar o trabalho e o capital e, assim, maior será o retorno da terra. Pode-se dizer que a terra produziria um retorno crescente, não decrescente.

Um motivo desta diferença de opinião entre economistas americanos e ingleses é possivelmente porque, à época, na América havia, e na Inglaterra não havia, uma grande quantidade de terra rica esperando para ser cultivada.

Em seguida, Marshall; Marshall (1879) consideram a Lei de Aumento da Produção Mineral. A Lei do Retorno Decrescente não se aplica exatamente tanto aos produtos minerais quanto aos agrícolas, há uma diferença fundamental entre eles: a riqueza das terras cultivadas provavelmente aumentará de modo que, se a demanda por produtos permanecer igual, poderá ser satisfeita com cada vez menos esforço; já quando todos os estratos minerais forem descobertos, será mais difícil satisfazer a demanda por produtos minerais, mesmo que ela se mantenha. Os aperfeiçoamentos nas técnicas de mineração podem retardar a aplicação desta Lei, mas não podem impedi-la. Também argumentam que é impossível aumentar dez vezes a produção comum de um jardim bem cultivado em um ano com qualquer quantidade de trabalho, já a produção levantada de uma mina em um ano pode ser aumentada em dez vezes sem aumentar mais de dez vezes o trabalho empregado nela; desde que houvesse um suprimento suficiente.

¹⁵ Henry Charles Carey (1793 - 1879) foi um economista e funcionário público estadunidense. Conhecido por ter sido um dos principais nomes da Escola Americana e consultor econômico de Abraham Lincoln durante sua presidência.

Embora a Lei do Retorno Decrescente não se aplique da mesma forma para as duas produções, a exaustão dos extratos minerais pode, em última análise, exercer uma influência muito séria na história do mundo.

Considerando a influência desta lei na dificuldade de obtenção de matéria-prima, os autores destacam que não se deve esquecer que as técnicas da manufatura estão em constante progresso; para que haja uma diminuição contínua na dificuldade de obter coisas cujo custo é o preço da matéria-prima.

No quinto capítulo, Marshall; Marshall (1879) afirmam que a aplicação da Lei do Retorno Decrescente é retardada pelo progresso nas técnicas de agricultura e de manufatura, e pelo cultivo de terras frescas. É possível que, quando o mundo todo for bem cultivado, possamos sustentar cinco ou dez vezes mais pessoas. Mas um limite para o crescimento da população deve ser finalmente alcançado.

Em países selvagens as pessoas casam-se cedo e o crescimento da população seria muito rápido se não fosse pelo infanticídio, pela guerra, pelas pragas e pela fome. Quando deixam o estado selvagem e vivem sob um governo estabelecido, as pessoas muitas vezes mantêm os hábitos de imprevidência do selvagem a menos que sejam educados e tenham algum tipo de ambição para si mesmos e seus filhos.

Essa mudança pode ser descrita dizendo que seu padrão de conforto está aumentando. Assim,

Quando qualquer classe adquire tais hábitos de premeditação e planejamento a ponto de não querer se casar sem expectativas de poder desfrutar de uma quantidade de confortos, necessidades e luxos, então essa quantidade é chamada de Padrão de Conforto para essa classe da população (Marshall; Marshall, 1879, p. 28).

O progresso econômico depende muito de mudanças no padrão de conforto das pessoas e, portanto, da força de seus afetos familiares.

A Lei da População de Marshall; Marshall (1879) é dada por:

Um aumento na taxa de salários causa um aumento no padrão de conforto dos homens, ou um aumento no número de casamentos e nascimentos. Um aumento no padrão de conforto certamente irá aumentar a quantidade de crianças que crescem e se tornam trabalhadores eficientes. Assim, um aumento nos salários quase sempre aumenta, e uma queda nos salários quase sempre diminui a taxa de crescimento da população (Marshall; Marshall, 1879, p. 29).

Como um rápido crescimento da população geralmente se seguiu de um aumento dos salários, os economistas da época de Locke assumiram que os salários de trabalhos não qualificados nunca foram mais do que suficientes para permitir que eles continuassem a espécie. Mas Adam Smith observou que é bem possível que as classes trabalhadoras mudem sua

definição de necessidades. Atualmente, a definição varia muito de um país a outro, e até de uma parte do mesmo país para outra.

Malthus publicou seu ensaio sobre a população em 1798. Para Marshall; Marshall (1879) pode valer a pena comentar sobre porque nenhum outro livro ter sido tão discutido e, também, sobre as circunstâncias em que foi escrito.

A Lei dos Pobres inglesa agiu de forma a promover o crescimento da população em quantidade, mas não em qualidade. Valorizava os casamentos precoces, ao mesmo tempo em que desencorajava todo tipo de premeditação. As consequências desses arranjos equivocados estavam aparecendo em uma miséria generalizada. Malthus pôs-se a trabalhar e chegou à conclusão de que as propensões naturais do homem farão com que a população cresça tão rápido quanto os meios de sustentá-la ou mais rápido do que isso; portanto, os esforços do legislador e do moralista devem ser dirigidos para melhorar o caráter do povo; e no sentido de desencorajar, em vez de encorajar, um rápido aumento de números (Marshall; Marshall, 1879).

Segundo Marshall; Marshall (1879), com isso Malthus pediu autocontrole moral como medida preventiva ao crescimento excessivo da população, mas o que disse foi muito mal compreendido. Pensou-se que ele pretendia impor dificuldades aos pobres, apesar de que Malthus somente aconselhava o adiamento do casamento com o argumento de que, sem vínculos fortes e duradouros, o casamento geralmente é mais produtor de miséria do que de felicidade, e que para formar tais vínculos deve-se dar tempo para descobrir disposições afins. Ao examinar um após o outro os vários países do mundo nos tempos antigos, medievais e modernos, Malthus descobriu que em muitos países a mão do homem habitualmente restringia o crescimento da população pelo infanticídio e pela guerra; que em todos os países que foram habitados por muitos séculos onde a população não foi controlada por esses meios, a natureza a conteve pelo que ele chamou de Controles Positivos, isto é, pobreza, fome, mortalidade infantil e por pragas e pestes.

Segundo os autores, as afirmações de Malthus sobre a miséria de épocas passadas foram confirmadas por historiadores, mas as conclusões que ele deduziu delas são passíveis de contestação; ele poderia ter previsto as invenções e descobertas que estavam prestes a serem feitas e que ajudaram a população a lidar com a questão do alimento. Vale lembrar que o crescimento da população depende do número dos que crescem até a maturidade, não do número dos que nascem.

A melhor resposta prática para a pergunta que os autores se propusera a discutir neste capítulo parece ser: Um homem é obrigado a dar às crianças uma educação melhor e mais completa do que ele mesmo recebeu.

Quando as pessoas estão em condições de fazer isso, elas conferem um benefício ao Estado ao se casarem e sua adoção geral nos livraria da competição por comida que parece perseguir os saltos do progresso.

Marshall; Marshall (1879) comentam sobre a questão que Malthus levantou quanto à boa administração da Lei dos Pobres. Atualmente, a gestão das taxas cobradas para o auxílio dos pobres é confiada aos Guardiões dos Pobres; esses guardiões, com a ajuda de funcionários pagos, decidem quanta ajuda deve ser dada em cada caso. Este auxílio pode ser interno, impopular por assemelhar-se à prisão e geralmente levar à demolição de casas, dificultando uma eventual saída e recomeço de vida, ou externo, que pode ser obtido por quaisquer pequenos ganhos do homem ou de sua família, e talvez por alguma ajuda de parentes ou outros amigos. O auxílio externo é menos oneroso para o pagador, bem como mais agradável para quem o recebe, do que o auxílio interno.

Porém, enquanto os pobres honestos sofrem grandes dificuldades, aqueles que são desonestos geralmente recebem auxílio externo ao mesmo tempo em que suas necessidades são abundantemente supridas pela caridade privada, tornando uma parte da população ociosa e vil, em suma, empobrecida.

Portanto, se considerou correto oferecer incentivo aos guardiões para aplicar “o teste do Workhouse”; ou seja, oferecer apenas auxílio interno em casos comuns, de modo que a incapacidade dos solicitantes possa ser testada. Uma lei foi aprovada em 1870, pela qual as despesas dos trabalhadores em toda Londres eram suportadas por uma taxa metropolitana, para que as despesas das casas de trabalho recaiam sobre os condados, ou grandes áreas, enquanto cada distrito arca com as despesas de seu próprio auxílio externo.

Segundo os autores, como os funcionários não têm o tempo necessário para detectar as falsidades dos indignos e os pobres devem ser elevados a uma condição melhor, para isso são necessários centenas de trabalhadores que encontram-se entre os voluntários. Então, o caso de cada requerente de auxílio deve ser decidido por um comitê, que pode ser os Guardiões dos Pobres ou um Comitê Voluntário, que deve receber três relatórios. O primeiro deve ser de um oficial pago que deve fazer seu estudo para aprender os truques do desonesto. O segundo deve ser resultado da organização das várias sociedades de caridade que deve permitir ao Comitê saber com certeza que ajuda o solicitante já está recebendo. O terceiro deve vir de um visitante voluntário que tenha entrado na história do solicitante (Marshall; Marshall, 1879).

O Comitê pode decidir que o caso deve ser encaminhado a alguma sociedade de caridade privada ou que o auxílio pode ser dado de alguma forma melhor do que uma doação em dinheiro. Mas se o Comitê decidir que o caso do requerente não foi atendido por nenhuma

instituição; que ele tinha sido prudente, abnegado, o trabalhador deveria receber auxílio externo; então tal auxílio poderia ser dado sem medo de que tendesse a empobrecer o povo. Muito pouco auxílio externo seria dado sob tal sistema, mas as pessoas merecedoras não seriam forçadas a um asilo. Segundo os autores, Miss Octavia Hill fez muito para mostrar a necessidade e a viabilidade de um plano como este para diminuir os males do pauperismo. Ela sugeriu as seguintes regras:

É melhor fazer cumprir todos os deveres; é muito melhor dar trabalho do que dinheiro ou bens; é mais útil fortalecer a simpatia e aconselhar o esforço enérgico que trará resultados futuros; é essencial lembrar que cada homem tem sua própria visão de sua vida e deve ser livre para realizá-la. Nosso trabalho é antes levá-lo ao ponto de considerar e julgar corretamente, do que considerar ou julgar por ele; os pobres precisam do desenvolvimento de todo poder que possa dar-lhes fontes de alegria (Marshall; Marshall, 1879, p. 35).

No sexto capítulo, Marshall; Marshall (1879) visam examinar a Lei de Crescimento do Capital, que depende do poder e da vontade de poupar. O poder de poupar depende da quantidade de riqueza, a partir da qual a poupança pode ser feita. Segundo Mill, o excedente do produto do trabalho após a satisfação das necessidades da vida de todos os envolvidos na produção é o fundo do qual se pode economizar; não se pode economizar mais do que esse excedente. Este seria o verdadeiro produto líquido de um país.

A produção total da indústria aumenta tanto por um acréscimo à quantidade quanto por uma melhoria proporcional na qualidade do trabalho. Mas é diferente com o produto líquido da indústria, já que para encontrá-lo, devemos deduzir do produto total as necessidades dos trabalhadores. O poder que um país tem de acumular capital depende principalmente da eficiência de seu trabalho. E essa eficiência, além de depender das qualidades do trabalhador individual, depende também de sua organização.

Nos próximos capítulos, Marshall; Marshall (1879) mostram como a organização aproveita ao máximo os recursos de um país, trazendo trabalho e capital para os empregos em que serão mais úteis. Quanto à vontade de poupar, depende de condições morais e sociais que variam em diferentes épocas e países, conforme:

(a) O Intelecto: “A inclinação para poupar surge da esperança de obter alguma vantagem futura, e essa vantagem futura, se for para fornecer motivo para ação, deve ser realizada” (Marshall; Marshall, 1879, p. 37). Por exemplo, os pobres, que mesmo em países altamente civilizados, não se importam com o futuro pois estão muito empenhados em satisfazer suas necessidades imediatas (Marshall; Marshall, 1879).

(b) As Simpatias: Podemos notar que a afeição pelos outros é um dos principais motivos para acumulação de capital. “A temperança geralmente aumenta sua vontade

de poupar para o benefício de seus filhos, e também de criá-los bem e investir neles” (Marshall; Marshall, 1879, p. 38).

(c) A esperança de ascender no mundo: “Se as pessoas sentirem que estão presas por um tipo de regulamento de castas a uma posição na vida, elas não pouparão para melhorar sua posição e terão poucos motivos para serem frugais” (Marshall; Marshall, 1879, p. 38).

(d) Os incentivos para poupar serão grandes se as vantagens sociais forem obtidas pela posse de riqueza. A parcimônia aprendida durante a pressão causada pela grande guerra é sem dúvida uma das principais causas do enorme crescimento do capital durante a geração seguinte (Marshall; Marshall, 1879).

(e) Segurança política e comercial: Uma pessoa que poupa espera que ela e sua família possam desfrutar em segurança dos frutos desta poupança (Marshall; Marshall, 1879).

As despesas de especialização dos homens para o trabalho são custeadas pelo país e são extraídas principalmente dos salários. Então pode-se dizer que os salários são a principal fonte de acumulação de capital pessoal.

Os autores destacam que durante a maior parte da história, a renda da terra foi a principal fonte de poupança. Hoje, economiza-se muito do aluguel; existem duas causas para isto, em primeiro lugar, a renda derivada da terra é muito grande em relação à renda derivada do capital e em segundo lugar, enquanto a maior parte da terra na Inglaterra pertence a um número comparativamente pequeno de homens, a terra no continente e em novos países é dividida entre um número muito grande da população.

O camponês proprietário pode dar à sua terra cada hora de trabalho, cada centavo de capital que tiver de sobra, e ter a certeza de ter sempre à sua frente os frutos de seu esforço e abnegação. A ausência de proprietários camponeses é, portanto, uma perda para a Inglaterra em muitos aspectos; mas era inútil reclamar disso. A maquinaria moderna e os métodos modernos de agricultura dão, como veremos, uma grande vantagem às grandes fazendas em competição com as pequenas fazendas. Um homem inteligente, que possui uma pequena terra, quase sempre pode obter uma renda maior vendendo sua terra e usando o preço dela na agricultura ou em algum outro comércio, do que ele mesmo cultivando (Marshall; Marshall, 1879).

Marshall; Marshall (1879) tratam de até que ponto a acumulação de capital depende da taxa de lucros e da taxa de juros que o proprietário do capital pode obter emprestando-o a outros. Uma alta taxa de juros oferece uma recompensa liberal de abstinência e estimula a poupança de todos os que ambicionam ganhar posição social por sua riqueza. A maioria dos que fazem

tal provisão o faria igualmente se a taxa de juros fosse baixa ou alta. Quando um homem uma vez decidiu fornecer uma certa renda anual, descobrirá que precisa economizar mais se a taxa de juros for baixa do que se for alta. Mais uma vez, uma alta taxa de juros é um grande incentivo para se aposentar cedo dos negócios e viver dos juros do que já foi acumulado.

Via de regra, porém, a própria queda da taxa de juros é resultado de uma grande acumulação de capital; e a renda derivada de uma grande quantidade de capital a uma baixa taxa de juros geralmente dá um poder total de poupança maior do que a renda derivada de uma pequena quantidade de capital a uma alta taxa de juros (Marshall; Marshall, 1879).

Mas, conforme os autores, o progresso da invenção está continuamente encontrando emprego lucrativo para o capital de novas maneiras. Uma queda na taxa de juros promoveria de certa forma a produção e a acumulação de riqueza. E, de fato, enquanto a população da Inglaterra está crescendo a uma taxa de cerca de 1,3% ao ano, a capital da Inglaterra está crescendo a uma taxa média de cerca de 3% ao ano.

Marshall; Marshall (1879) finalizam a discussão dos três requisitos da produção de riqueza e, antes de passar a examinar os métodos modernos de produção e troca, comentam que será bom ver como esses métodos cresceram gradualmente. Assim, inicia-se o sétimo capítulo.

Para os autores, as tribos selvagens são compostas de várias pessoas, todas fazendo o mesmo trabalho. Mas, mesmo entre os selvagens, os homens mostram aptidões especiais para determinados tipos de trabalho. Surge gradualmente aquela divisão do trabalho que torna a sociedade um todo vivo. A transição seguinte foi para o estado agrícola, e neste a propriedade da terra cultivada formava uma base sólida sobre a qual a sociedade poderia ser construída.

Em alguns casos, uma aldeia inteira se dedicava a uma ocupação, como o trabalho de ferreiro ou sapateiro. Muitas vezes acontecia que cada ofício se tornava hereditário em uma família. Por exemplo, cada aldeia tinha seu próprio ferreiro, que era filho do último ferreiro e cujo filho seria o próximo ferreiro. Os homens quase não tinham liberdade na escolha de suas ocupações. Os costumes fixos que assim controlavam a vida dos homens eram especialmente poderosos no Oriente. Nenhum tirano jamais tentou, ou mesmo desejou, controlar cada ação da vida de seus súditos. O costume também regula o salário de cada tipo de serviço e o preço de cada mercadoria com uma regra inflexível.

Para Marshall; Marshall (1879), o sistema industrial das cidades da Grécia e Roma baseava-se na escravidão. Eles deliberadamente aceitaram a crença de que havia multidões de homens que a natureza havia consignado em seu nascimento a uma labuta cansativa em benefício de outros, e que não era uma questão de momento se esses homens viviam vidas ignorantes, degradadas ou não. As raças teutônicas que povoaram a Europa Ocidental pareciam

estar em perigo de serem arruinadas, não pela escravidão, mas por um sistema de servidão que não era muito melhor. Mas eles sempre tiveram uma reverência pelo homem como homem, e essa reverência foi promovida pela religião cristã e fomentada pelo caráter popular da igreja medieval. Eles não tratavam deliberadamente como uma questão de indiferença se aqueles que trabalhavam duro para eles viviam vidas degradadas. Os costumes rígidos que sobrecarregaram o Oriente em todas as épocas parecem ter pressionado severamente, mas muito menos severamente, nossos antepassados anglo-saxões. Eles viviam em um clima revigorante e eram muito enérgicos para suportar muita tirania, seja do homem ou do costume. E enquanto nossos antepassados eram totalmente ignorantes, a única linha de ação que eles podiam tomar por si mesmos era pilhar e saquear seus vizinhos.

Segundo Marshall; Marshall (1879), esse modo de vida proporcionava muita excitação, mas muito pouco conforto. Gradualmente, o conhecimento e o gosto pelo conforto cresceram com o crescimento das cidades; os homens aprenderam a se importar muito pouco em saquear os outros e a não gostar muito de serem saqueados. Um homem faria apenas coisas de um tipo, ou talvez apenas partes de coisas de um tipo. Isso pode ser expresso em breve, dizendo que a indústria das cidades se tornou altamente organizada. Em uma cidade após a outra, as corporações de ofício, ligando-se, derrubaram a corporação da cidade e obtiveram o domínio da cidade. E com o passar do tempo veio uma reação.

Quando as Guildas deixaram de fazer mais bem do que mal, seu poder começou a diminuir e, por fim, perderam completamente. A liberdade de circulação voltou a aumentar até que restassem poucos obstáculos para que um homem ganhasse a vida como quisesse. Enquanto isso, os bancos cresciam.

Avançando para tempos mais modernos, encontramos um crescimento contínuo da especialização ou divisão do trabalho. A divisão mais ampla é aquela entre trabalho agrícola e manufatureiro. Mas, à medida que a agricultura se sistematizou, à medida que a maquinaria passou a ser usada na manufatura e à medida que a habilidade dos artesãos treinados aumentou, a população agrícola gradualmente ganhou cada vez menos para si mesma e comprou cada vez mais das cidades. Nesses distritos, uma nova divisão ou especialização cresceu, e ofícios separados buscaram localidades distintas (Marshall; Marshall, 1879).

Os autores afirmam que a experiência mostra que os artesãos habilidosos são inteligentes e confiantes, mesmo quando seu trabalho é monótono. Eles escaparam do domínio do costume e estão aptos a considerar se não podem melhorar sua condição movendo-se de um lugar para outro, e mesmo de uma ocupação para outra. Nos tempos modernos, muitas

mudanças sociais e econômicas aumentaram à medida que a distribuição da riqueza é determinada pela livre concorrência.

Mas os autores mostram que o progresso dos acontecimentos colocou esses pequenos senhores em desvantagem cada vez maior na competição com os donos de grandes fábricas. Grandes fábricas concentradas em um só lugar enviam seus produtos para o mercado em todo o mundo. O fabricante, o operário, e o lojista de Manchester dependem para seu bem-estar não apenas da conduta um do outro, mas também do curso dos acontecimentos em outras partes da Inglaterra e em outros países. A sociedade tornou-se o complexo corpo de trabalhadores mutuamente dependentes que agora vemos, a passos tão pequenos que ano após ano os arranjos industriais têm mostrado aos homens exatamente o que eram antes, por mudanças tão insensíveis quanto aquelas pelas quais uma semente passa.

Essas mudanças foram mais marcantes na Inglaterra do que em qualquer outro país. As raças aventureiras que povoaram seus litorais trouxeram consigo um espírito empreendedor que foi transmitido aos seus descendentes. Seus mares e rios promoveram o comércio, e com ele aquela flexibilidade de hábitos que é causada pelo livre intercâmbio com lugares distantes. Seu clima tem sido singularmente favorável às rápidas mudanças na agricultura. Estando entrincheirada pelo mar, ela escapou das guerras devastadoras que desencorajaram a acumulação de capital no continente (Marshall; Marshall, 1879).

A crescente inteligência do trabalhador e a facilidade de deslocamento de uma parte do país para outra têm causado uma estreita comunicação e, em certa medida, uma livre circulação de trabalho entre os vários centros industriais. A livre circulação do capital não pode eliminar as desigualdades decorrentes dessas causas. Mas faz com que a taxa de juros à qual um comerciante pode pedir dinheiro emprestado, com boa garantia, seja quase a mesma em todas as cidades e em todos os negócios do reino.

Os autores iniciam o oitavo capítulo comentando a respeito do elogio aos egípcios feito por Platão, por terem aproveitado seu conhecimento do fato de que a divisão do trabalho aumenta a destreza de cada trabalhador em particular. Quando a divisão do trabalho é levada muito longe, toda a atenção de um homem está concentrada em uma operação. Muitos trabalhadores em fábricas de metal não fazem nada além de encaixar um pedaço de metal em um soquete e puxar uma alça para perfurar ou estampar o metal de alguma maneira particular. Existem muitos tipos de habilidade que não são, estritamente falando, manuais, mas que se assemelham à habilidade manual, exigindo prática desde a primeira infância. Tal é, por exemplo, o trabalho do classificador de lã, que separa uma lã em oito ou dez montes de qualidades diferentes.

Uma segunda vantagem da divisão do trabalho é a economia de habilidade e de outras excelências mentais e físicas, que se obtém mantendo o homem sempre ocupado na mais alta classe de trabalho para a qual está apto. Para cada nova ideia líder em relação a processos e máquinas tem muitas aplicações práticas. Se, no entanto, o trabalho do pensamento está confinado aos poucos, a divisão do trabalho é levada longe demais. Diz-se que qualquer superioridade que a América tenha sobre a Inglaterra em invenções mecânicas e melhorias na manufatura, deve-se em grande parte ao incentivo que os empregadores americanos dão ao pensamento independente e originário entre seus trabalhadores (Marshall; Marshall, 1879).

Em seguida, os autores comentam sobre a economia de máquinas. Assim como há desperdício sempre que um homem habilidoso se dedica a um trabalho em que sua habilidade é inútil, também há desperdício sempre que uma máquina fica ociosa. Um ferreiro pode às vezes encontrar uso para um martelo a vapor, mas seria tão inútil mantê-lo ocioso a maior parte do dia, que ele não pode se dar ao luxo de tê-lo. Muitas coisas continuam a ser feitas à mão, o que há muito tempo teria sido feito melhor e mais barato por máquinas, se houvesse uma grande demanda por elas.

A despesa e o risco envolvidos em inventar e patentear um novo processo, ou uma nova máquina, são os mesmos, quer a invenção seja aplicada à produção de muitos bens ou de poucos. Isso às vezes é feito dando novos movimentos às ferramentas que são acionadas por uma máquina, mas na maioria das vezes consiste em fazer algum novo encaixe fixo ou móvel para segurar firmemente o material exatamente como ele é desejado (Marshall; Marshall, 1879).

Para os autores, as vantagens da divisão do trabalho não podem ser obtidas na produção de qualquer mercadoria, a menos que seja aquela cuja demanda é muito grande, de modo que seja produzida em quantidades muito grandes. Esta questão é muito importante, porque a esperança de ascender no mundo é um dos principais incentivos à ação enérgica e aos hábitos econômicos. A prosperidade da nação depende muito de quão longe as classes superiores são recrutadas pela melhor força e habilidade que nasce entre as classes inferiores. Veremos que algumas das vantagens da divisão do trabalho só podem ser obtidas em fábricas muito grandes, mas que muitas delas, mais do que parece à primeira vista, podem ser garantidas por pequenas fábricas e oficinas, desde que haja muitas fábricas. Mas se a quantidade total da mercadoria produzida for muito grande, pode ser lucrativo dedicar pequenas fábricas separadas a cada uma dessas etapas.

Há, por exemplo, grandes obras em que a maquinaria pretendida para os ofícios de lã é feita por muitas máquinas complexas. O pagamento de mercadorias é facilitado por eles, pois a transferência de mercadorias é feita pelas ferrovias. Mas, além disso, eles passam o comando

sobre o capital de mão em mão, e a ajuda que eles dão para novos homens, que têm pouco capital próprio, é talvez a mais importante das forças que se opõem à tendência moderna para a concentração da manufatura nas mãos de algumas grandes empresas. Mas as pequenas fábricas, quaisquer que sejam seus números, estarão em grande desvantagem em relação às grandes, a menos que muitas delas sejam reunidas no mesmo distrito (Marshall; Marshall, 1879).

A localização da Indústria promove a educação de habilidade e gosto, e a difusão do conhecimento técnico; onde grandes massas de pessoas estão trabalhando no mesmo tipo de comércio, elas educam umas às outras. A habilidade e o gosto necessários para o seu trabalho estão no ar, e as crianças os respiram à medida que crescem. Tanto as grandes como as pequenas fábricas são beneficiadas pela localização da indústria e pela assistência de comércios subsidiários. Mas esses benefícios são mais importantes para as pequenas fábricas e as livram de muitas das desvantagens sob as quais, de outra forma, trabalhariam em concorrência com as grandes fábricas.

Para Marshall; Marshall (1879), uma grande fábrica ainda tem muitas vantagens especiais, pode se dar ao luxo de ter uma máquina para fazer um trabalho que é feito à mão em uma pequena fábrica. É verdade que uma pequena fábrica dedicada a um curto estágio do processo de fabricação pode ter as melhores e mais especializadas máquinas. Mas tal fábrica não existiria até que a vantagem de ter maquinário especial para este estágio estivesse bem estabelecida.

Se houver uma grande demanda por qualquer tipo de máquina, pode valer a pena um homem gastar muito dinheiro e dificuldade em tentar fazê-la, com a intenção de patentear-la, e obter *royalties* em cada máquina que é feita. Ele pode gastar uma grande quantia tentando um novo processo ou um novo tipo de máquina sem sentir a perda se o experimento falhar. Se for bem-sucedido, é muito mais provável que ele obtenha um bom retorno sobre seu desembolso antes que outros possam tirar vantagem disso do que um fabricante menor. Mas muitas vezes as vantagens mais importantes para as grandes empresas consistem em suas facilidades de compra e venda.

A despesa envolvida na compra de uma grande quantidade de bens é sempre menor em proporção do que na compra de uma pequena quantidade. Em alguns negócios, uma grande empresa ganha muito com a variedade de seus produtos. Um construtor, que deseja muitos acessórios de latão, gosta de encomendá-los a uma firma que tem muitos moldes e pode atender a um grande e variado pedido com seus próprios recursos (Marshall; Marshall, 1879).

Para os autores, existem alguns ofícios, particularmente aqueles relacionados aos metais mais valiosos, em que as grandes empresas estão em geral em desvantagem em relação às pequenas em matéria de superintendência. Não têm grande vantagem sobre as fábricas menores no trabalho de produção, mas têm aquelas vantagens gerais na compra, venda e organização que um grande capital deve ter sempre sobre um pequeno. Quando o proprietário de tal fábrica deseja investir mais capital em seu negócio, pode responder ao seu propósito de construir teares para transformar seu inhamo em chita. Essa mudança se deve em parte às modernas facilidades para o crescimento de firmas que administram grandes somas de capital. Isso levou à formação de grandes empresas em quase todos os ramos de negócios.

Segundo Marshall; Marshall (1879), alguns deles realizam empreendimentos para os quais nenhum capital privado seria suficiente. A *London and North Western Railway Company* detém um capital maior do que toda a riqueza acumulada de muitos dos estados cujos nomes ocupam um lugar importante na história. Não parece haver qualquer limite para a quantidade de riqueza que uma única empresa comercial pode administrar com lucro em um negócio que pode ser gerenciado pela rotina, e não requer o empreendimento ousado e a decisão rápida de uma única mente. A crescente variedade das necessidades do homem, os crescentes recursos de invenção pelos quais eles são atendidos, continuamente abrem oportunidades pelas quais novos homens abrem caminho para os negócios.

Para os autores, a partir de uma olhada no *Trade Directory* de Londres ou em qualquer outra grande cidade manufatureira para notar uma surpreendente variedade de negócios que estão quase inteiramente nas mãos de pequenos mestres. Qualquer que seja o resultado da disputa entre grandes e pequenas fábricas, parece certo de que a divisão do trabalho aumentará continuamente. Diz-se que a divisão do trabalho aumenta a incerteza da indústria. Por outro lado, a divisão do trabalho acostuma os produtores a vender em mercados muito distantes, e não é muito provável que todos fiquem deprimidos ao mesmo tempo. Mais uma vez, a divisão do trabalho às vezes permite que um homem passe facilmente entre ofícios que costumavam ser totalmente distintos.

À medida que prosseguirmos, encontraremos outras razões para pensar que qualquer tendência para uma crescente incerteza da indústria deve ser atribuída a outras causas que não a divisão do trabalho. Mas a divisão do trabalho inquestionavelmente causa alguma monotonia. Este é um mal muito grande no caso de trabalho que envolve tensão muscular contínua ou longas horas de trabalho em um ambiente ruim. Mas quando o trabalho é leve e as horas de trabalho não são excessivas, a monotonia não é muito prejudicial. Isso é o resultado da maquinaria, que tira a necessidade do trabalho bruto e eleva a posição intelectual e moral das

classes trabalhadoras. O trabalho do mecânico, mesmo quando aparentemente monótono, torna-se astuto, cauteloso e ágil. O trabalhador em uma cidade cujas energias mentais e físicas não são sobrecarregadas por seu trabalho dificilmente pode deixar de ser educado pela variedade e entusiasmo dos vários trabalhos que estão acontecendo ao seu redor (Marshall; Marshall, 1879).

Os autores argumentam que quando a demanda por uma mercadoria se torna muito grande, o processo de fabricação é geralmente dividido entre várias classes distintas de trabalhadores, cada um com seus próprios aparelhos, e cada um auxiliado por indústrias subsidiárias; pois tal divisão diminui a dificuldade de fazer a mercadoria. O custo de produção de uma mercadoria manufaturada diminui sempre que um aumento na demanda por ela leva a uma maior divisão do trabalho na sua produção.

O trabalho da agricultura não pode ser dividido em muitas partes, cada uma das quais executada por um grupo de trabalhadores que dedicam suas vidas a adquirir uma habilidade especial neste tipo de trabalho. A agricultura, no entanto, parece estar seguindo os passos da manufatura. Máquinas de campo a vapor estão se tornando comuns. Os campos exigem a cada dia menos trabalhadores e um número maior de mecânicos inteligentes. Essa mudança está exercendo uma influência importante na competição entre pequenas e grandes propriedades; cada ano coloca o pequeno em maior desvantagem em relação ao grande agricultor. Essa desvantagem é diminuída, mas não removida, pelo rápido crescimento de uma indústria subsidiária, que realiza a lavoura a vapor, debulha, etc. O crescimento desta indústria é o passo mais importante para a obtenção das vantagens da divisão do trabalho que a agricultura já fez (Marshall; Marshall, 1879).

Os autores apontam que em comparação com um pequeno agricultor, um grande agricultor ganha algo em economia de edifícios e em economia de materiais. Ele pode, geralmente, emprestar capital dos bancos com mais facilidade do que um pequeno agricultor. Por último, é provável que o grande agricultor tenha mais conhecimento e maior habilidade e empreendedorismo do que o pequeno agricultor.

Essas vantagens permitem que a criação de pássaros seja tão bem sucedida em pequenas propriedades quanto em grandes propriedades. Um jardineiro inteligente que cultiva alguns hectares com o seu trabalho, de sua família e talvez de um ou dois trabalhadores contratados, pode pagar um alto aluguel por seu cultivo e ainda ganhar bons salários para si mesmo e bons lucros sobre seu capital. Mas a maior parte das pequenas propriedades do continente tem geralmente a vantagem de pertencer a quem cultivá-los.

Ao iniciar o capítulo nove, Marshall; Marshall (1879) comentam que ao traçarmos a organização gradual da indústria, nota-se como, em tempos antigos, a terra não era propriedade

de ninguém e, quando surgiu a agricultura, tornou-se propriedade das comunidades aldeãs. Pesquisas históricas mostram que em partes da Europa, da Ásia, e provavelmente em alguns outros lugares, a terra de cada comunidade era geralmente dividida em três partes, ou, em três marcas. O marco da vila continha as casas; a marca arável que era dividida em três campos: um deixado em repouso a cada ano e os outros dois cultivados e na maioria dos países, os lotes eram redistribuídos periodicamente; e o restante da terra era marca comum, que não era cultivada, e cada família tinha direitos iguais de pastagem e de corte de madeira. Este sistema de comunidades aldeãs tem algumas vantagens: miséria extrema raramente é encontrada; os homens levam vidas pacíficas e satisfeitas, ainda que monótonas. A comunidade vigia zelosamente para que ninguém adote métodos de cultivo contrários aos seus interesses, e assim desenvolve-se ao longo do tempo uma rede de regras, que dificultam a liberdade e a iniciativa dos indivíduos e que impedia o melhoramento agrícola de todo tipo (Marshall; Marshall, 1879).

Neste sistema, as noções de propriedade e governo eram tão misturadas que o soberano era considerado como proprietário da terra e seus súditos a retiveram sob a condição de prestar-lhe serviços quando necessário. Gradualmente, os direitos do soberano sobre a terra foram suspensos e as pessoas privadas agora têm praticamente posse dela, mas até os dias atuais os ganhos sobre a terra não são determinados pela livre concorrência; cada país tem leis, costumes e sentimentos especiais em relação à transferência e posse da terra. O *metayer* tem o direito hereditário de cultivar um pequeno pedaço de terra com a condição de dar uma certa parte da produção, geralmente a metade, ao proprietário. O senhorio fornece a totalidade ou parte, de acordo com os costumes locais, do capital necessário para trabalhar na terra.

Os autores destacam que a terra da América é cultivada por aqueles que a possuem. A facilidade com que os homens obtêm terra impede o crescimento de qualquer classe considerável de trabalhadores agrícolas atualmente, de modo que o território da terra na América se assemelha em muitos aspectos ao dos proprietários camponeses. Mas as fazendas não são pequenas, e os fazendeiros geralmente são homens educados, cheios de energia e de muitas outras maneiras contrastam com os proprietários camponeses pacientes e sem iniciativa da Europa, entre os quais a terra e o método de cultivá-la descendem com pouca mudança de pai para filho. Mas neste livro o termo “aluguel” sempre significará aquele pagamento que o proprietário da terra pode obter por livre concorrência para emprestar o uso dela a outros.

Em um país populoso onde há uma grande demanda por alimentos, e onde, portanto, alguns alimentos têm de ser obtidos com grandes despesas de terras pobres, o valor dos produtos obtidos das terras ricas será mais do que suficiente para pagar as despesas para aumentá-la. Essa mais-valia o proprietário retém se ele mesmo cultivar a terra. Mas na Inglaterra e em alguns

outros países há sempre capitalistas dispostos a cultivar a terra com seu próprio capital e a pagar esse excedente ao proprietário na forma de aluguel. Este sistema tem a grande vantagem de dar a gestão da terra a quem tem capital, habilidade agrícola e gosto pelo trabalho. A ação combinada de todas essas causas está aumentando o tamanho médio das fazendas e elevando o status do agricultor (Marshall; Marshall, 1879).

Para os autores, na Escócia e em algumas partes da Inglaterra prevalece um sistema de longos arrendamentos que assegura ao agricultor quase todo o benefício de sua habilidade e energia. O irlandês *Cottier* paga um aluguel pelo uso de sua terra e a cultiva por sua conta e risco. O *Cottier* é um camponês pobre e sem instrução que aluga um pequeno pedaço de terra diretamente de seu proprietário ou de um intermediário que ganha a vida sublocando a terra. A ignorância e imprudência do camponês irlandês e sua sede de terra muitas vezes o induzem, sob o estresse da competição, a pagar um aluguel mais alto do que ele pode pagar.

A discussão da questão de qual é o melhor sistema de posse da terra tem sido complicada por alguma incerteza quanto ao significado do termo “o melhor sistema”. Pode ser, para alguns, melhor o maior produto bruto, para outros o maior produto líquido ou excedente após dedução das necessidades da vida dos trabalhadores, enquanto outros ainda querem dizer o que é a contribuição para o bem-estar geral do homem. Os economistas não concordam sobre qual sistema melhor promove o bem-estar geral. Se um voto pudesse ser tomado de todos os economistas do mundo, provavelmente seria dado a favor do sistema sob o qual a terra é propriedade de seu cultivador, seja em grandes fazendas como em novos países, ou em pequenos lotes como em antigos; esta visão é adotada agora por muitos ingleses. Mas, quase todos os economistas ingleses da geração passada tinham uma forte preferência pelo sistema de grandes fazendas (Marshall; Marshall, 1879).

É fácil ver que essa renda será aumentada por qualquer coisa que permita ao agricultor produzir uma produção maior com um determinado desembolso, ou por qualquer coisa que lhe dê um mercado melhor para sua produção. Os autores afirmam que é importante examinar os primeiros princípios da teoria do valor.

Para finalizar essa parte sobre Mary Paley Marshall, o quadro-resumo abaixo apresenta algumas de suas contribuições, dentro do arcabouço da chamada escola neoclássica de pensamento econômico, a partir do livro escrito em co-autoria com Alfred Marshall.

Quadro - resumo das contribuições de Mary Paley Marshall

Mecanismo Social	Meio que conduz cada homem a obter diariamente coisas que ele mesmo não poderia produzir pelos seus próprios meios em muitas épocas.
Economia	É uma Ciência Moral ou Social que tem como objetivo investigar as causas que determinam o trabalho cotidiano de um homem, a forma como ele gasta os seus rendimentos e a influência que o seu trabalho exerce sobre o seu carácter.
Riqueza Material	Consiste nas fontes materiais de proveito que são capazes de ser apropriadas e trocadas; inclui não somente mercadorias, mas também máquinas e outras coisas que são feitas ou apropriadas para ajudar o homem a produzir mercadorias.
Riqueza Imaterial	Também chamada de Riqueza Pessoal, consiste em energias, faculdades e hábitos físicos, mentais e morais que contribuem para tornar os homens industrialmente eficientes, e que, assim, aumentam seu poder de produção de riqueza material.
Trabalho Produtivo	É o trabalho que produz riqueza, seja pessoal ou material. Em geral, o trabalho produtivo não pode ser dividido por uma linha claramente definida de improdutivo.
Agentes de Produção	São as forças da natureza e a força do homem, que geralmente é mais eficiente quando aplicada de modo a controlar e dirigir as forças da natureza, em vez de as neutralizar.
Eficiência do trabalho	A eficiência do trabalho de um homem depende das seguintes condições: a sua força física e energia, seu conhecimento e capacidade mental (esta educação pode ser classificada como geral ou técnica), e seu carácter moral.
Capital	É o resultado do trabalho e da abstinência. Constituído por todas as riquezas que se destinam a ser empregadas de forma produtiva.
Capital Remunerativo	Também chamado de salário-capital, consiste em alimentos, roupas, abrigo e outros que sustentam a mão-de-obra.
Capital Auxiliar	É o que ajuda a mão-de-obra. Constituído por ferramentas, máquinas, fábricas e outros edifícios que são utilizados para fins comerciais, ferrovias, canais, estradas, navios; também matérias-primas.
Capital Circulante	O capital que cumpre a totalidade do seu ofício, na produção em que está envolvido, por uma única utilização.
Capital Fixo	O capital que existe sob qualquer forma duradoura e cuja rentabilidade se distribua por um período de duração correspondente.
Capital Especializado e Não Especializado	Sempre que o capital for concebido para ser utilizado num comércio, surge alguma dificuldade em desviá-lo para outro; se esta dificuldade for grande, o capital é especializado, se não for grande, o capital não é especializado
Lei do Retorno Decrescente	Tem como definição: “Depois de um certo montante de capital ter sido aplicado à terra, cada aumento da produção é obtido por um aumento de capital cada vez maior; a menos que as técnicas da agricultura sejam melhoradas” (MARSHALL; MARSHALL, 1879, p. 22). E contém duas condições de qualificação: (i) o progresso das

	técnicas da agricultura: “o progresso da civilização, enquanto pressiona os recursos da terra, aumenta esses recursos”, (ii) as circunstâncias especiais de um novo país em que muito pouco capital é aplicado à terra
Lei da População	Pode-se definir como: “Um aumento na taxa de salários causa um aumento no padrão de conforto dos homens, ou um aumento no número de casamentos e nascimentos. Um aumento no padrão de conforto certamente irá aumentar a quantidade de crianças que crescem e se tornam trabalhadores eficientes. Assim, um aumento nos salários quase sempre aumenta, e uma queda nos salários quase sempre diminui a taxa de crescimento da população” (MARSHALL; MARSHALL, 1879, p. 29).
Lei de Crescimento do Capital	Depende de duas condições: (1) do poder de poupar que irá depender da quantidade de riqueza a partir da qual a poupança pode ser feita e do poder que um país tem de acumular capital depende principalmente da eficiência de seu trabalho que depende das qualidades do trabalhador individual e também de sua organização; (2) da vontade de poupar, que irá variar pelo intelecto (esperança de obter alguma vantagem futura), pelas simpatias (a afeição pelos outros é um dos principais motivos para acumulação de capital, temperança), pela esperança de ascender no mundo (faz com que as pessoas poupem para melhorar sua posição), pelos incentivos para poupar que serão grandes se as vantagens sociais forem obtidas pela posse de riqueza e pela segurança política e comercial
Aluguel	A maior fonte de poupança não advém mais da renda da terra e sim do aluguel. Pois, enquanto a maior parte da terra pertence a um número pequeno de homens, a terra no continente e em novos países é dividida entre um número muito grande da população.
A Acumulação de Capital	Ao analisar até que ponto a acumulação de capital depende da taxa de lucros e da taxa de juros que o proprietário do capital pode obter emprestando-o a outros, os autores concluíram que uma alta taxa de juros oferece uma recompensa liberal de abstinência e estimula a poupança de todos os que ambicionam ganhar posição social por sua riqueza. No entanto, a maioria dos que fazem tal provisão a fariam mesmo se a taxa de juros fosse baixa ou alta. E que a própria queda da taxa de juros é resultado de uma grande acumulação de capital. Mas o progresso da invenção está continuamente encontrando emprego lucrativo para o capital de novas maneiras. Assim, uma queda na taxa de juros promoveria de certa forma a produção e a acumulação de riqueza.

FONTE: Relatório Final PIBIC/UFSC, 2022/2023.

Vida, obra e contribuição de Edith Penrose (1914 - 1996)

A exposição sobre a vida e obra de Penrose tem por base o texto de Dimand; Dimand; Forget (2000). Segundo os autores, é bastante raro que o nome de uma mulher seja tão distinto no discurso da economia. Edith Penrose foi uma exceção, pioneira ao buscar entender como funcionava a firma; a "firma Penrosiana" imortalizou seu nome.

Nascida em 15 de novembro de 1914, em Sunset Boulevard, Edith Elura Tilton Penrose cresceu em condições pioneiras. Seu pai, George Tilton, era engenheiro civil e trabalhava para a Administração Pública, e sua mãe, Hazel Sparling, era descendente direta de William Brewster, um dos peregrinos seniores do Mayflower.

A família instalou-se em San Luis Obispo, onde Edith se formou como número um de sua turma, ingressando na Universidade da Califórnia em Berkeley. Aos 18 anos, casou-se com David Denhardt, um aspirante a político que conheceu quando estava em Berkeley. Menos de um ano depois, ele foi baleado em um acidente de caça. Com menos de 20 anos, Edith era uma viúva com um filho bebê. Mesmo assim, ela obteve seu bacharelado em economia em 1936.

Seu primeiro emprego foi como assistente social em 1939. A oportunidade surgiu quando Edith recebeu uma oferta em Genebra, no *International Labour Office*, trabalhando com Pen, seu ex-professor e inglês. Com a guerra se formando, eles se envolveram em ajudar judeus a escapar da Alemanha. Por conta da ameaça de invasão alemã da Suíça, o diretor, Winant, decidiu transferir temporariamente a sede da ILO para Montreal, no Canadá.

Em 1940, foi publicado o *Edith's Food Control in Great Britain*. Em 1941, Pen tornou-se Conselheiro Econômico do embaixador americano em Londres e Edith foi nomeada sua Assistente Especial. A pedido especial de Eleanor Roosevelt, Edith passou a investigar as condições sociais na Grã-Bretanha durante a guerra.

Edith e Pen se casaram em 1945, ano em que ele se juntou à delegação dos Estados Unidos nas Nações Unidas. Após um ano, Edith deu à luz a um filho, Trevan, que morreu na infância. Dois outros filhos, Perran e Trevear, nasceram em 1947 e 1948.

Para Dimand; Dimand; Forget (2000), em 1947, eles se mudaram para a Universidade Johns Hopkins, onde Edith fez pós-graduação, dirigida por Fritz Machlup que, posteriormente, a nomeou para uma bolsa de pesquisa em um programa de intercâmbio entre faculdade e empresas no ano de 1954. Seu trabalho de campo na *Hercules Powder Company* foi o ponto de partida de seus estudos que aparecem refletidos em *Teoria do Crescimento da Firma* (1959).

Os Penrose foram apanhados durante a Guerra Fria, Pen se desiludiu com os EUA e tirou uma licença sabática prolongada. Primeiro, a família foi para a *Australian National University* em Camberra em 1955, onde Edith trabalhou em sua principal obra e desenvolveu interesse por empresas multinacionais. Em 1957 mudaram-se para o Iraque, para a Universidade de Bagdá, onde Edith foi professora associada de 1957 a 1959, desenvolvendo uma *expertise* única na indústria do petróleo. *The Large International Firm in Developing Countries: The International Petroleum Industry*, publicado em 1968, foi uma grande influência em uma

geração de economistas iraquianos. Juntos, Pen e Edith escreveram *Iraq: International Relations and National Development*, publicado em 1978.

Na década de 60, os Penrose foram expulsos do Iraque. De volta à Europa, Edith trabalhou na *London School of Economics* e na *The School of Oriental and African Studies* (SOAS), onde se tornou professora titular em 1964, cargo que ocupou até 1978, quando se tornou professora de economia política no INSEAD, a escola de negócios em Fontainebleau. A cadeira obtida em uma universidade britânica pode ser considerada um marco, pois era uma categoria universitária muito raramente alcançada por uma economista mulher. Ao assumir o cargo acadêmico, Edith não prosseguiu com o crescimento da agenda de pesquisa da firma ou palestras sobre assuntos relacionados. No LSE e na SOAS, suas preocupações centraram-se no desenvolvimento econômico.

Dando continuidade à sua vida viajante, em 1972 ela foi professora visitante na Universidade de *Dar es Salaam*, que incluiu uma missão sensível no *University College of Rhodesia*, onde debateu sobre a convivência da mesma com a segregação racial. Nestes anos, Edith foi muito ativa em instituições orientadas para a política, nacional e internacional. No campo da gestão acadêmica, foi vice-reitora de Pesquisa e Desenvolvimento entre 1982 e 1984.

Após a morte de seu marido aos 90 anos em Fontainebleau, Edith retornou à Grã-Bretanha para viver perto de seus filhos até sua morte em 1996. Durante esses anos, foi agradavelmente surpreendida por um surto de interesse no seu livro de 1959 e apreciou a fama que o seu trabalho merecia (Dimand; Dimand; Forget, 2000).

A Teoria do Crescimento da Firma (1959)

Apesar de *Theory of the Growth of the Firm*, publicado em 1959, ser lido e citado entre economistas, a maneira de Edith estudar a firma não agradou economistas modernos. Dimand; Dimand; Forget (2000) salienta três razões para isso: (i) a principal pesquisa de Penrose cobriu a relação entre a empresa e o mercado, um terreno que a economia ortodoxa considerava difícil; (ii) sua metodologia contrastava com a lógica dedutiva, preferida dos teóricos modernos; (iii) seus objetivos e realizações foram estruturados e limitados por eventos do mundo real e de sua própria vida.

Era distinta da teoria estática da firma que focava no tamanho de equilíbrio, proporções de fatores, produção e preços, Penrose procurou se concentrar explicitamente na questão dinâmica do que determinava o crescimento da empresa operando em um mundo de diversificação de produtos, inovação, mudança tecnológica e atividades de fusão.

A metodologia de pesquisa de Penrose envolvia observação atenta e documentação detalhada de firmas individuais. Mas ela usou a observação para refinar seu modelo conceitual, não para testar hipóteses. Pode-se dizer que o método de Penrose era interpretativo e negava as dicotomias positivistas implícitas em muitas pesquisas econômicas entre teoria e evidência, positivo e normativo, fato e valor, teoria e prática.

As críticas implícitas e explícitas de Penrose aos dualismos hierárquicos padrão, sua metodologia e elevação do estudo de caso como um meio pelo qual conhecer e compreender encontrariam simpatia das economistas feministas contemporâneas.

Edith Penrose inicia sua obra, *The Theory of the Growth of the Firm* de 1959, com a proposta totalmente inovadora, para sua época, de buscar uma teoria geral do crescimento das firmas. Desafiando qualquer ideia de que este estudo possa ser, talvez, impossível de construir, desnecessário, trivial ou fora do âmbito da economia propriamente dita.

Nesta obra, Penrose (2009) está preocupada com o crescimento das firmas, e apenas eventualmente com seu tamanho. O termo 'crescimento' é usado com duas conotações diferentes: às vezes denota aumento de quantidade e outras vezes implica um aumento de tamanho ou uma melhoria na qualidade como resultado de um processo de desenvolvimento. Os termos 'crescimento econômico' e 'desenvolvimento econômico' são usados de forma intercambiável.

Apesar de o tamanho das firmas não ser visto deste modo na análise econômica tradicional e se presumir que existe um tamanho de firma “mais lucrativo” e que não é necessária nenhuma explicação, além da busca pelo lucro. Este tipo de abordagem será rejeitado por Penrose (2009) que demonstra que a teoria tradicional sempre teve problemas com os limites do tamanho das firmas.

E, além das abordagens tradicionais, houve tentativas de desenvolver teorias tratando as firmas como organismos com processos de crescimento iguais aos organismos vivos da natureza. Este tipo de abordagem possui muitos problemas, sendo um dos mais sérios o fato de que a motivação e decisão humana consciente não têm vez no processo de crescimento.

Segundo Penrose (2009), apesar de se afastar dos métodos tradicionais de análise do comportamento das firmas, muitas das ideias que fornecem a base de sua estrutura analítica são encontradas na literatura de economia teórica e aplicada.

Para Penrose (2009), a validade da teoria dos limites da taxa de crescimento das firmas reside inteiramente na medida em que ela é consistente com a teoria do processo de crescimento, em sua lógica e em sua aceitabilidade intuitiva. A respeito da natureza do argumento, a teoria do crescimento da firma deve explicar vários tipos de crescimento qualitativamente diferentes

e deve também levar em conta o efeito das mudanças externas à firma e além de seu controle. O desenvolvimento de uma teoria deve proceder em etapas.

Após discutir as características da firma de negócios, suas funções e o que influencia seu comportamento, Penrose (2009) examina as forças inerentes à natureza das firmas que, simultaneamente, criam as possibilidades e limitam a quantidade de expansão que pode ser realizada ou planejam realizar em um determinado período. Mostra, então, que esse limite é temporário.

Em toda a discussão, Penrose (2009) coloca ênfase nos recursos internos de uma firma e mostra que os recursos com os quais uma determinada firma está acostumada a trabalhar moldarão os serviços produtivos que sua gestão é capaz de prestar e também que a experiência da gestão afetará a produtividade dos serviços. “À medida que a administração tenta fazer o melhor uso dos recursos disponíveis, ocorre um processo de interação verdadeiramente "dinâmico", que incentiva o crescimento contínuo, mas limita a taxa de crescimento” (PENROSE, 2009, p. 4). Até mesmo a "demanda" é amplamente condicionada pelos serviços produtivos disponíveis a ela e isso será discutido em uma análise da economia da diversificação.

Segundo Penrose (2009), a teoria do crescimento é desenvolvida, primeiro como uma teoria do crescimento interno (sem fusão e aquisição), que permite uma análise das mudanças na taxa de crescimento das firmas à medida que crescem e leva a uma discussão sobre o processo de concentração industrial.

Todo o estudo desenvolvido por Penrose (2009) está voltado para a firma industrial operada para lucro privado, não regulamentada pelo estado, e é aplicável apenas a uma economia onde a corporação é a forma dominante de organização industrial.

A adaptação da corporação, ou sociedade de responsabilidade limitada, ao negócio de manufatura privado removeu a limitação mais importante no crescimento e tamanho final da firma de negócios quando destruiu a conexão entre a extensão e a natureza das operações de uma firma e a posição financeira pessoal dos proprietários. Enquanto os proprietários fossem pessoalmente responsáveis pelas ações de seus agentes, bem como pelas finanças de suas firmas, havia, em geral, um limite nítido para o risco associado a extensos compromissos financeiros, em particular em ativos industriais ilíquidos, de que os proprietários estariam dispostos a assumir, bem como um limite próximo à delegação de autoridade na gestão que poderia ser permitida com segurança. A organização empresarial ou burocracia nunca poderia tornar-se uma entidade de direito próprio, independentemente da posição pessoal dos proprietários da firma, como tende cada vez mais a se tornar hoje. (Penrose, 2009, p. 5)

Segundo Penrose (2009) devemos olhar para a organização como um todo para descobrir as razões do seu crescimento, diferentemente da análise econômica tradicional da "firma" na "teoria da firma" do economista. E, para evitar um suposto "problema tautológico" que alguns temiam ser inerente a uma teoria do crescimento das firmas, não estaremos preocupados com firmas que não crescem; o foco será apenas com o processo de crescimento

e com os limites da taxa de crescimento e, portanto, apenas com as firmas que crescem. E nem por isso é circular.

Não estou perguntando o que determina se uma firma em particular pode crescer, mas sim a questão muito diferente: supondo que algumas firmas possam crescer, quais princípios governarão seu crescimento e com que rapidez e por quanto tempo elas podem crescer? Ou, alternativamente, supondo que existam oportunidades de expansão em uma economia, o que determina o tipo de firma que irá aproveitá-las e em que medida? Enquanto houver oportunidades de investimento lucrativo, haverá oportunidades para o crescimento das firmas (Penrose, 2009, p. 6).

Em “A firma em teoria”, Penrose (2009) afirma que a firma de negócios é a unidade básica para a organização da produção em uma economia industrial de firmas privadas. Os padrões da vida econômica, incluindo os de consumo e produção, são moldados pela multiplicidade de decisões individuais tomadas pelos empresários que orientam as ações das firmas. Em consequência, a firma sempre ocupou um lugar de destaque na análise econômica.

Cada analista é livre para escolher quaisquer características das firmas que lhe interessem, para definir as firmas em termos dessas características e, posteriormente, chamar a construção assim definida de 'firma'. Mas Penrose (2009) destaca que aqui reside uma potencial fonte de confusão com a qual é essencial lidar logo no início do seu estudo.

Devido à sua complexidade e diversidade, uma firma pode ser abordada com muitos tipos diferentes de análise – sociológica, organizacional, de engenharia ou econômica – e de qualquer ponto de vista dentro de cada tipo de análise que pareça apropriado ao problema em questão.

Sobre “A 'firma' na teoria do preço e da produção”, “a teoria da firma” foi construída com o propósito de auxiliar na investigação teórica de um dos problemas centrais da análise econômica e é uma das bases da teoria mais ampla do valor. Sua vida é derivada de sua conexão com este sistema geral, basicamente incontestado para a análise econômica do problema de determinação de preços e alocação de recursos. Nesse contexto, apenas os aspectos do comportamento das firmas serão relevantes (Penrose, 2009).

Uma vez que a teoria do valor se preocupa com os fatores que determinam os preços de determinados produtos ou serviços produtivos, o modelo apropriado da “firma” é um modelo que representa as forças que determinam os preços e as quantidades produzidas de determinados produtos na firma individual; o ‘equilíbrio’ da ‘firma’ é, em essência, a ‘saída de equilíbrio’ para um determinado produto (ou determinado grupo de produtos) do ponto de vista da firma. Não pretende ser um ‘equilíbrio’ da firma se a firma for representada de qualquer outra forma, ou se quaisquer outras considerações a afetarem além daquelas permitidas na teoria de preço e produção. Portanto, se nos interessarmos por outros aspectos da firma, fazemos perguntas que a “teoria da firma” não foi projetada para responder. Nessa teoria, o ‘crescimento’ de uma firma nada mais é do que um aumento na produção de determinados produtos, e o ‘tamanho ótimo’ da firma é o ponto mais baixo na curva de custo médio de seu determinado produto; a questão sobre o que limita o tamanho de uma firma é a questão sobre o que limita a quantidade que ela produzirá de determinado produto ou produtos em relação aos quais se aplicam os esquemas de custo e receita que são usados para representar a ‘firma’. O modelo não é projetado para a análise de uma ‘firma’ livre para variar o tipo de produtos que produz à medida que cresce (Penrose, 2009, p. 10).

Segundo Penrose (2009), quando discutindo “Os limites do 'tamanho'”, argumenta que as condições da análise de equilíbrio exigem que haja algo para impedir a expansão indefinida da produção da firma individual. No modelo de competição pura, o limite para a produção é encontrado supondo que o custo de produção do produto individual deve aumentar após um certo ponto à medida que quantidades adicionais dele são produzidas; já no modelo de competição monopolista, o limite se encontra parcialmente na queda da receita à medida que quantidades adicionais do produto são vendidas. Sem tal limite para a produção de um determinado produto nenhuma posição de equilíbrio pode ser postulada.

Essa noção de que o mercado limita o tamanho das firmas decorre da suposição de que uma firma está vinculada a determinados produtos, que um grupo específico de mercados rege as suas possibilidades de expansão. No entanto, se abandonada essa suposição, teremos um conceito diferente de 'firma' e outro tipo de análise torna-se mais apropriado. Com um conceito diferente de firma, podemos reconhecer que quando os recursos apropriados estão disponíveis, uma firma pode produzir qualquer coisa para a qual possa ser encontrada e criada uma demanda (Penrose, 2009).

E dizer que a expansão de uma firma que pode produzir novos produtos não especificados é limitada pela "demanda" é dizer que não há produtos que a firma possa produzir com lucro. Isso, é claro, não é o que se entende na teoria da firma, simplesmente porque sua "firma" não é uma firma (Penrose, 2009, p. 11).

Sobre “A 'firma' não é uma firma”, as dificuldades com as explicações do 'tamanho' das firmas surgem quando se tenta aclimatar a teoria a um ambiente estranho e adaptá-la à análise da expansão das organizações inovadoras e multiprodutos.

Faz pouca diferença na teoria da firma se as mudanças nas características da firma individual, por exemplo, sua capacidade gerencial, ou mudanças nas expectativas do empreendedor sobre o curso futuro dos eventos, são tratadas como causadoras de mudanças no tamanho de uma única firma ou como causadora da criação de uma série de 'novas firmas'. Mas como essas mudanças são tratadas faz muita diferença para o teórico preocupado com o crescimento da firma definida, digamos, como uma organização administrativa no mundo real. Além disso, não apenas é inconveniente representá-las assim, mas também enganoso, pois só aumenta a confusão envolvida em uma falha em distinguir claramente a firma na teoria dos preços da firma como é vista pelos empresários (Penrose, 2009).

Em “A firma como Organização Administrativa”, Penrose (2009) tem o objetivo de investigar o crescimento da firma industrial (não financeira) como entidade econômica no sentido mais amplo. Como uma análise econômica do crescimento das firmas só tem sentido se

houver alguma função econômica ou efeito econômico em relação ao qual o tamanho e o crescimento das firmas sejam relevantes, a definição do que constitui uma “firma completa” para os propósitos da autora depende de sua função essencial como entidade econômica.

Em “A Função e Natureza da firma Industrial”, a autora menciona que seria geralmente aceito que a função econômica primária de uma firma industrial é fazer uso de recursos produtivos com o propósito de fornecer bens e serviços à economia de acordo com planos desenvolvidos e implementados dentro da firma. E o crescimento do 'tamanho' da unidade administrativa industrial é importante; quanto maior for essa unidade, menor será a extensão em que a alocação de recursos produtivos para diferentes usos e horas extras é regida diretamente pelas forças do mercado e maior é a margem para o planejamento consciente (Penrose, 2009).

Um aspecto importante da definição da firma para os propósitos da autora envolve seu papel como uma unidade autônoma de planejamento administrativo. Todas essas unidades têm alguma forma de direção gerencial central responsável pelas políticas gerais sob as quais opera a hierarquia administrativa da firma, que a autora chama de 'tribunal de última instância' na firma. Na prática, é composto por alguma combinação do conselho de administração, o presidente e gerentes gerais da firma. Apenas quem está incluído na gestão central varia de firma para firma. Qualquer que seja o grupo efetivo, ele deve ser aceito na prática como a autoridade máxima dentro da estrutura administrativa da firma e deve ser pequeno o suficiente para tomar decisões acordadas. Em geral, a direção central é responsável por criar ou alterar a estrutura administrativa da firma, estabelecer políticas gerais e tomar decisões sobre os assuntos em que nenhum executivo subordinado foi autorizado.

Em um ambiente imutável, por exemplo, uma firma estabelecida que tenha conseguido criar procedimentos administrativos ótimos e estruturar um conjunto ótimo de políticas, poderia operar com sucesso sem nenhum ato explícito de 'gerência central'; mesmo novas nomeações poderiam ser feitas de acordo com os regulamentos estabelecidos. As funções gerenciais e de supervisão podem ser exercidas por funcionários apropriados em diferentes níveis da firma dentro da estrutura fornecida pela organização administrativa e pelas “diretivas” políticas existentes. Em tais circunstâncias, o problema administrativo é “resolvido” uma vez que uma estrutura foi estabelecida (Penrose, 2009, p. 15).

A autora pontua que a adaptação à mudança apresenta problemas um pouco diferentes, como: o ajuste às condições de 'curto prazo' (decisões do dia a dia, mês a mês exigidas nas operações), o ajuste às mudanças de 'longo prazo' e a tomada de decisões de 'longo prazo' (políticas de alcance).

Quando Penrose (2009) trata do “Tamanho e Coordenação Administrativa”, afirma que tem sido frequentemente levantado se uma firma pode ficar "grande demais" para permitir que ambos os tipos de problemas sejam tratados com eficiência. Ao mesmo tempo, era aceito que

tal ponto seria alcançado à medida que uma firma crescesse em tamanho, que a administração era um "fator fixo" que necessariamente daria origem a retornos decrescentes e custos de operação crescentes em algum momento. Por trás dessa noção está a ideia de que a consistência do comportamento requer uma direção "única", que é limitada em seu escopo possível.

Segundo Penrose (2009), parece provável que essa "unicidade mental" possa ser alcançada por meio de uma forma apropriada de organização herdada do passado. É a capacidade da firma de alterar sua estrutura administrativa de um modo que decisões não rotineiras, que exigem julgamento, possam ser tomadas por muitas pessoas dentro da firma sem destruir a unidade essencial da firma, que torna tão difícil dizer que há um ponto em que uma firma é muito grande ou muito complexa para ser gerenciada com eficiência.

No momento atual, pelo menos, não se pode dizer que as grandes firmas na economia sejam incapazes de competir efetivamente com as firmas menores, nem que elas tendam a se desintegrar devido à ineficiência burocrática e à pura incapacidade da administração de lidar com o tamanho desordenado. Pelo contrário, as grandes firmas parecem extremamente bem-sucedidas e não há nenhuma evidência de que sejam administradas de forma ineficiente quando lhes foi concedido tempo suficiente para fazer os ajustes e adaptações de sua estrutura administrativa adequados ao aumento do tamanho. As técnicas de descentralização da organização administrativa foram desenvolvidas ao máximo, e a tarefa da administração central aparentemente não é tentar compreender e administrar toda a organização, mas sim intervir em algumas áreas cruciais e definir o 'tom' da organização (Penrose, 2009, p. 16).

O controle operacional é feito em maioria por meio de dispositivos contábeis altamente centralizados. Aparentemente, o que acontece à medida que as firmas crescem, é que com o aumento do tamanho, a estrutura administrativa e gerencial sofreu mudanças fundamentais que afetam profundamente a natureza do próprio "organismo". Para Penrose (2009), não há razão para supor que, à medida que as grandes firmas crescem cada vez mais, elas se tornarão ineficientes; é muito mais provável que sua organização se torne tão diferente que deve ser encarada diferentemente.

Sobre as firmas industriais e os fundos de investimento, destaca:

... as técnicas adequadas para analisar o crescimento das firmas envolvidas na organização real da produção e distribuição são provavelmente muito diferentes daquelas exigidas para a análise do crescimento de uma organização puramente financeira. Segue-se, portanto, que se definimos a firma industrial com referência à sua estrutura administrativa dentro da qual as atividades industriais são coordenadas, podemos nos preocupar com seu crescimento apenas como tal organização. É a 'área de coordenação' - a área de 'comunicação autoritária' - que deve definir os limites da firma para nossos propósitos e, conseqüentemente, é a capacidade de uma firma de manter coordenação administrativa suficiente para satisfazer a definição de uma firma que estabelece o limite de seu tamanho como firma industrial (Penrose, 2009, p. 17).

A 'comunicação autoritária' consiste na transmissão de instruções detalhadas através de uma hierarquia de funcionários e da mera existência, entre um grupo de pessoas de políticas aceitas, de metas e procedimentos administrativos estabelecidos em algum tempo no passado.

Para Penrose (2009), o conceito de firma desenvolvido até o momento não depende das ramificações da propriedade de ações ou da mera existência do poder de controle. Se uma corporação é controlada pela ou por causa da propriedade de ações, é classificada como subsidiária de uma grande corporação, é parte da firma maior somente se houver evidência de uma coordenação administrativa das atividades das duas corporações e, se parecer operar independentemente dos planos gerenciais e arranjos administrativos da firma maior, não deve ser classificada como parte da firma maior. Embora muitas firmas industriais estejam mais ou menos ligadas, a existência de tais conexões não é por si só evidência suficiente de que a coordenação administrativa é eficaz e adequada o suficiente para justificar o nome de tal agrupamento de firma.

É essencial distinguir entre a extensão do poder econômico e o tamanho da firma industrial propriamente dita. Para uma análise do poder econômico, não há dúvida de que a firma industrial não é a unidade mais relevante; de fato, homens individuais, assim como corporações, podem estender seu poder econômico estendendo seus interesses de propriedade, e uma tentativa de definir a firma de acordo com grupos de poder produziria um conceito muito amorfo para lidar; a análise de 'crescimento', de expansão e tamanho seria de um tipo muito diferente. Não está claro em que sentido econômico um 'grupo financeiro' pode ser chamado de 'firma', ou o que significaria o reinvestimento em tal 'firma'. A extensão do poder desse tipo é em grande parte uma questão de oportunidades legais, instituições legais e limitações legais; no entanto, em certo sentido, uma firma, ao estender seu poder financeiro, continua a 'crescer', mas em outro sentido que não o nosso; seu crescimento ainda tem significado econômico, não tanto para a organização da produção quanto para a concentração do controle financeiro e para as possibilidades de uso desse controle para manipular o uso de recursos no interesse do poder financeiro do grupo controlador. As políticas públicas, ou os perigos da especulação financeira, e não as condições relativas à organização e administração da produção, definem os limites desse tipo de crescimento (Penrose, 2009, p. 19).

Em “Continuidade na 'História' de uma Firma”, a autora afirma que não só às vezes é difícil determinar os limites de uma determinada firma em um determinado momento; também é difícil, ao rastrear o crescimento de uma firma, determinar quando uma sucessão de firmas juridicamente diferentes deve ser tratada como eventos na história de uma única firma. Na prática, o nome de uma firma, seu pessoal administrativo, seus proprietários, os produtos que ela produz, sua localização geográfica e sua forma jurídica podem mudar e, ainda no curso normal dos eventos, nós a consideramos ser a mesma firma e podemos escrever a história de sua 'vida'. A identidade da firma não pode sobreviver à dispersão de seus ativos e pessoal nem à absorção completa em uma estrutura administrativa totalmente diferente.

Uma firma pode deixar de sobreviver em qualquer forma identificável sem falhar no sentido financeiro. A sobrevivência, nesse sentido, às vezes é determinada tanto pela estrutura legal dentro da qual uma firma opera quanto pela 'viabilidade' econômica da firma. As leis que regulamentam a falência e a reorganização societária, bem como a atitude dos tribunais, podem ser decisivas em muitos casos. Uma vez que qualquer firma em particular é uma instituição legal e também econômica, essas considerações não devem ser ignoradas; eles são de grande importância prática para o crescimento e tamanho de muitas firmas na economia, mas ao mesmo tempo tornam extremamente difícil usar a sobrevivência como um teste de 'custos privados comparativos' ou de adaptabilidade ao meio ambiente, como alguns economistas tentaram fazer (Penrose, 2009, p. 20).

Em “A Firma como um Conjunto de Recursos Produtivos”, Penrose (2009) destaca que as atividades da firma industrial distinguem-se por sua relação com o uso de recursos produtivos com a finalidade de produzir e vender bens e serviços. Deste ponto de vista, o tamanho da firma é mais bem avaliado por alguma medida dos recursos produtivos que ela emprega.

Os recursos físicos de uma firma consistem em coisas tangíveis – instalações, equipamentos, terrenos e recursos naturais, matérias-primas, produtos semi-acabados, produtos residuais e subprodutos e até mesmo estoques não vendidos de produtos acabados. Todos eles são coisas que a firma compra, aluga ou produz, parte e parcela das operações de uma firma e com os usos e propriedades com os quais a firma está mais ou menos familiarizada (Penrose, 2009, p. 21).

Há também recursos humanos disponíveis em uma firma, que podem estar na folha de pagamento por períodos consideráveis de tempo, mesmo que seus serviços não possam ser usados adequadamente no momento.

A importante distinção entre recursos e serviços reside no fato de que os recursos consistem em um pacote de serviços potenciais e podem, na maioria das vezes, ser definidos independentemente de seu uso, enquanto os serviços não podem ser definidos assim.

Para os propósitos de Penrose (2009), o tamanho de uma firma deve ser medido em relação ao valor presente do total de seus recursos usados para seus próprios propósitos produtivos.

Sobre “A motivação da firma”, a autora aponta que é normal supor que as pessoas que tomam decisões em nome de uma firma agem por algum propósito. A teoria do crescimento da firma pode ser útil de duas formas: produz conclusões que correspondem a eventos reais que podem ser 'observados' no crescimento das firmas reais e nos ajuda a entender as ações por trás desses eventos. Em ambos os casos, a utilidade da teoria só pode ser testada contra fatos relativos a firmas específicas.

Na discussão do motivo do lucro, Penrose (2009) se baseia na suposição de que o crescimento das firmas pode ser melhor explicado se pudermos assumir que as firmas estão em busca de lucros. A 'motivação do lucro', quando aplicada a firmas, pode estar no interesse em obter lucros para pagar dividendos aos proprietários. Em geral, as decisões financeiras e de investimento das firmas são controladas pelo desejo de aumentar os lucros totais de longo prazo à taxa marginal de retorno do investimento, e as firmas vão querer expandir o mais rápido que puderem as oportunidades de expansão que consideram lucrativas. Os lucros seriam desejados para o bem da firma e para obter mais lucro por meio da expansão.

Sobre “Lucros e Crescimento de Longo Prazo”, Penrose afirma que:

... se os lucros são uma condição para o crescimento bem-sucedido, mas os lucros são buscados principalmente para o bem da firma, ou seja, para reinvestir na firma, em vez de reembolsar os proprietários pelo uso de seu capital ou seu “risco”, então, do ponto de vista da política de investimento, crescimento e lucro tornam-se equivalentes como critérios para a seleção de programas de investimento. Aumentar os lucros totais de longo prazo da firma no sentido discutido aqui é, portanto, equivalente a aumentar a taxa de crescimento de longo prazo. Portanto, não importa se falamos de 'crescimento' ou 'lucros' como o objetivo das atividades de investimento (Penrose, 2009, p. 26).

Para Penrose (2009), não é necessário negar que outros 'objetivos' são muitas vezes importantes, basta reconhecer que a obtenção desses fins, geralmente, está associada à capacidade de obter lucros. Existe pouca dúvida de que a direção e a taxa de crescimento de uma firma dependem de sua disposição para agir sobre oportunidades de investimento lucrativo. A falta de iniciativa em uma firma impedirá ou retardará substancialmente seu crescimento (Penrose, 2009, p. 27).

Quadro - resumo das contribuições de Edith Penrose

Crescimento	O termo é usado com duas conotações diferentes: às vezes denota aumento de quantidade e, outras vezes, implica um aumento de tamanho ou uma melhoria na qualidade como resultado de um processo de desenvolvimento. Os termos 'crescimento econômico' e 'desenvolvimento econômico' são usados de forma intercambiável.
Ênfase nos recursos internos	Os recursos com os quais uma determinada firma está acostumada a trabalhar moldarão os serviços produtivos que sua gestão é capaz de prestar e também que a experiência da gestão afetará a produtividade dos serviços.
Adaptação da corporação ao negócio de manufatura privado	Destruíu a conexão entre a extensão e a natureza das operações de uma firma e a posição financeira pessoal dos proprietários, responsável pela maior limitação no crescimento e tamanho final da firma.
Firma de negócios	É a unidade básica para a organização da produção em uma economia industrial de firmas privadas. Os padrões da vida econômica são moldados pela multiplicidade de decisões individuais tomadas pelos empresários que orientam as ações das firmas. A firma sempre ocupou um lugar de destaque na análise econômica.
Limites do tamanho	Em um modelo de competição pura, o limite para a produção é encontrado supondo que o custo de produção do produto individual deve aumentar após um certo ponto à medida que quantidades adicionais dele são produzidas; já no modelo de competição monopolista, o limite se encontra parcialmente na queda da receita à medida que quantidades adicionais do produto são vendidas. Sem tal limite para a produção de um determinado produto nenhuma posição de equilíbrio determinada pode ser postulada.
A 'firma' não é uma firma	“E dizer que a expansão de uma firma que pode produzir novos produtos não especificados é limitada pela "demanda" é dizer que não há produtos que a firma possa produzir com lucro. Isso, é claro, não é o que se entende na teoria da firma, simplesmente porque sua "firma" não é uma firma” (PENROSE, 2009:11).

A Função e Natureza da firma Industrial	A função primária de uma firma industrial é fazer uso de recursos produtivos com o propósito de fornecer bens e serviços à economia de acordo com planos desenvolvidos e implementados dentro da firma. A diferença essencial entre a atividade econômica dentro da firma e a atividade econômica no 'mercado' é que a primeira é exercida dentro de uma organização administrativa, enquanto a segunda não.
A direção central	Responsável por criar ou alterar a estrutura administrativa da firma, estabelecer políticas gerais e tomar decisões sobre os assuntos em que nenhum executivo subordinado foi autorizado a agir ou onde não foram estabelecidos princípios claros em avançar.
Tamanho e Coordenação Administrativa em uma firma “grande demais”	É a capacidade da firma de alterar sua estrutura administrativa de tal forma que decisões gerenciais não rotineiras que exigem julgamento real possam ser tomadas por muitas pessoas diferentes dentro da firma sem destruir a unidade essencial da firma, que torna tão difícil dizer com confiança que há um ponto em que uma firma é muito grande ou muito complexa para ser gerenciada com eficiência. O que acontece à medida que as firmas crescem não é que se tornaram ineficientes, mas que, com o aumento do tamanho, tanto a função gerencial quanto a estrutura administrativa básica sofrem mudanças fundamentais que afetam profundamente a natureza do próprio organismo.
Firmas industriais e fundos de investimento	Não está claro em que sentido econômico um 'grupo financeiro' pode ser chamado de 'firma', ou o que significaria o reinvestimento em tal 'firma'. A extensão do poder desse tipo é em grande parte uma questão de oportunidades legais, instituições legais e limitações legais; no entanto, em certo sentido, uma firma, ao estender seu poder financeiro, continua a 'crescer', mas em outro sentido que não o trabalhado pela autora; seu crescimento ainda tem significado econômico, não tanto para a organização da produção quanto para a concentração do controle financeiro e para as possibilidades de uso desse controle para manipular o uso de recursos no interesse do poder financeiro do grupo controlador.
Continuidade na 'História' de uma Firma	A identidade da firma pode ser mantida por meio de muitos tipos de mudanças, mas não pode sobreviver à dispersão de seus ativos e pessoal nem à absorção completa em uma estrutura administrativa totalmente diferente.
A Firma como um Conjunto de Recursos Produtivos	A firma é também um conjunto de recursos produtivos cuja disposição entre diferentes usos e ao longo do tempo é determinada por decisão administrativa. Quando consideramos a função da firma privada desse ponto de vista, o tamanho da firma é mais bem avaliado por alguma medida dos recursos produtivos que ela emprega, sejam físicos ou humanos.
Distinção entre recursos e serviços	Reside no fato de que os recursos consistem em um pacote de serviços potenciais e podem, na maioria das vezes, ser definidos independentemente de seu uso, enquanto os serviços não podem ser definidos assim, a própria palavra 'serviço' implicando uma função, uma atividade.
A motivação da firma	Em geral, as decisões financeiras e de investimento das firmas são controladas pelo desejo de aumentar os lucros totais de longo prazo à taxa marginal de retorno do investimento. As firmas vão querer expandir o mais rápido que puderem, tomando vantagem de oportunidades de expansão que consideram lucrativas. Os lucros seriam desejados para o bem da própria firma e para obter mais lucro por meio da expansão.

Lucros e Crescimento de Longo Prazo	<p>Do ponto de vista da política de investimento, crescimento e lucro tornam-se equivalentes como critérios para a seleção de programas de investimento. “Aumentar os lucros totais de longo prazo da firma no sentido discutido aqui é, portanto, equivalente a aumentar a taxa de crescimento de longo prazo. Portanto, não importa se falamos de 'crescimento' ou 'lucros' como o objetivo das atividades de investimento” (PENROSE, 2009, p.25).</p>

FONTE: Relatório Final PIBIC/UFSC, 2022/2023.

CAPÍTULO 5 - Pensamento Institucionalista

O que veremos?

O contexto

Vida, obra e contribuição de Charlotte Perkins Gilman (1860 – 1935)

Vida, obra e contribuição de Hazel Kyrk (1886–1957)

O contexto

O pensamento Institucionalista surgiu no período entre a Guerra de Secessão e a Primeira Guerra Mundial, no começo do século XX. O nome mais associado à corrente é o de Thorstein Veblen, estadunidense, e seus dogmas fugiam um pouco de outras escolas vigentes da época, como o neoclassicismo e principalmente o marginalismo. Alguns de seus aspectos notáveis são: a defesa do holismo, da importância das instituições (como seu nome sugere), e da lógica Darwinista em detrimento da psicologia prazer-esforço, do *laissez-faire* e da ideia de equilíbrio. Ambas as pensadoras que serão discutidas são representantes desta escola de pensamento econômico (Brue, 2006).

Para Brue (2006), as ideias centrais do Institucionalismo são: Perspectiva holística ampla, Ênfase nas instituições, Abordagem evolutiva de Darwin, Rejeição da ideia de equilíbrio normal, Choque de interesses e Rejeição da psicologia prazer-esforço. Na obra Teoria da Classe Ociosa de Thorstein Veblen (1899), considerado o fundador do institucionalismo norte americano são apresentadas os seguintes temas: Consumo conspícuo, - Propensão a evitar trabalho útil, Conservadorismo, - Comportamento, - Papel da mulher nos diferentes momentos históricos, - Diferenciação de trabalho (honorífico x indigno).

Brue (2006) explica a teoria institucional levando em conta seu contexto, teses, principais nomes e a contribuição que essa escola de pensamento deu à economia, quebrando os conceitos pré-existentes das escolas neoclássicas e que estavam firmemente arraigados ao ensino da disciplina até então.

Segundo Brue (2006), o Institucionalismo surge nos Estados Unidos em um período em que o desenvolvimento capitalista começava a demonstrar seus primeiros sinais de crise. O fim do século XIX foi marcado pelo início da era dos monopólios, em que o crescimento econômico, ao invés de levar ao aumento dos salários, foi, no entanto, acompanhado pelo desemprego, pobreza e negligência dos direitos trabalhistas. Essas contradições criadas pelo “livre mercado” colocavam em xeque o argumento liberal de que a economia era um instrumento auto regulável que tendia por si só ao equilíbrio.

É nesse contexto que o Institucionalismo aparece para defender a intervenção do Estado para criação de maior bem-estar social e estabilidade. De caráter reformista, o movimento estimulava medidas como redistribuição de renda, ampliação do emprego e estipulação do salário mínimo, via planejamento do governo (Brue, 2006).

Para Brue (2006), entre os principais pressupostos da escola de pensamento institucionalista, está um olhar mais abrangente para a economia; ela passa a ser vista como um organismo maior e não mais como simplesmente um conjunto de ações individuais tomadas a partir das decisões de um “indivíduo racional e maximizador de lucros”, como era para os neoclássicos. Ao contrário, para os institucionalistas, a economia seria composta de seres sociais influenciados pelo contexto em que estão inseridos; pela cultura, tradições, política e ideologias, ou seja: pelas instituições.

Supondo que as instituições mudam dadas as circunstâncias, com passar da história e a evolução da sociedade, é preciso, para os institucionalistas, ter consciência de que a economia não é uma ciência de verdades absolutas, alheias ao seu tempo e espaço. Muito menos os fenômenos econômicos podem ser previstos por meio modelos matemáticos simplificados, os modelos econômicos estáticos da teoria neoclássica (BRUE, 2006).

Pelo contrário, a economia, para os institucionalistas, consiste em um sistema de mudanças cumulativas que se movem em ciclos econômicos. Além disso, acreditam que no atual sistema não é possível chegar a um estágio de equilíbrio e satisfação para todos, dados os choques de interesses entre diferentes os grupos sociais. Não há uma tendência natural para o equilíbrio, mas períodos de expansão e retração que são normais conforme sucedem os acontecimentos (Brue, 2006).

Thorstein Veblen, o maior nome do Institucionalismo, explora os conceitos de “classe ociosa” e de “consumo conspícuo” em sua teoria. O consumo conspícuo seria um tipo de consumo que contraria a lei da demanda, no sentido que representa o aumento da procura por bens supérfluos conforme o aumento do preço desses bens. Tal comportamento seria típico das classes altas e teria relação simplesmente a natureza “esbanjadora” dos ricos e sua busca por status social, por meio da aquisição de bens (Veblen, 1987, *apud* Brue, 2006). Veblen (1987, *apud* Brue, 2006) define como classe ociosa aquela camada privilegiada da sociedade que tem acesso ilimitado à riqueza mesmo sem exercer nenhum trabalho produtivo e, ainda, sendo elas classes conservadoras no que diz respeito à manutenção das instituições que garantem seus privilégios.

Ao argumentar que o ser humano tem instinto para o trabalho, desde que não desempenhado de modo excessivo, ele reforça que esse trabalho deva ser necessariamente útil,

não deva haver desperdício e seu fim seja o sustento próprio e da comunidade. No entanto, após a Revolução Industrial, as inclinações para o lucro, para o desperdício e para a exploração do trabalho se chocam com esses pressupostos (Veblen, 1914, *apud* Brue, 2006).

Veblen (1946, *apud* Brue, 2006) denuncia a classe empresária que tem seu foco não na produção de bens para atender as necessidades básicas das pessoas, mas no ganhar dinheiro; não na estabilidade, mas nos lucros que podem obter através da especulação; não no aumento da produtividade, mas na conservação dos preços altos. Veblen se destaca por criticar a explicação neoclássica exatamente por ela ser tão conveniente para os empresários e para as classes privilegiadas, de modo que não levam em conta os problemas sociais e, pelo contrário, justificam ou omitem a questão atual da má distribuição de renda.

O Institucionalismo se comprometeu a trazer mais realismo para o estudo da economia, fugindo das abstrações (Brue, 2006). Wesley Clair Mitchell, principal sucessor de Veblen, foi responsável por aplicar a estatística em suas análises econômicas. Nesse tipo de estudo, diferentemente da criação de modelos dedutivos, é possível analisar dados reais e chegar a conclusões mais específicas acerca das questões econômicas, levando em conta variáveis que muitas vezes são tratadas pelos neoclássicos como “externalidades” (Brue, 2006).

Percebe-se que a economia institucional surge em resposta a um mundo onde as economias estavam se tornando cada vez mais interligadas e complexas, de modo que os modelos ortodoxos não davam conta de explicá-las; onde o capitalismo, quando deixado sem intervenção, avançava cada vez mais rápido para sua autodestruição por meio de sucessivas crises e não para o equilíbrio; onde, percebida a intensificação das desigualdades, a economia não podia deixar de adquirir um caráter menos individual e mais social. A percepção de tais problemas econômicos e a necessidade de entendê-los sob a ótica das instituições sociais motivou o aparecimento dessa nova teoria.

No âmbito do pensamento institucional, na perspectiva do institucionalismo original *a la* Thorstein Veblen e seu “feminismo”¹⁶, destacamos as pensadoras Charlotte Perkins Gilman e Hazel Kyrk.

¹⁶ Para uma discussão sobre feminismo e institucionalismo original, ver Susin, Marin, Bohn (2024). Nils (1999) apresenta o feminismo negligenciado de Veblen. Ver, também, Alves (2024) para uma discussão sobre as instituições Gilmaniana.

Vida, obra e contribuição de Charlotte Perkins Gilman (1860 – 1935)

Charlotte Perkins Gilman, assim como Thorstein Veblen, beberam das mesmas fontes e escreveram suas obras mais famosas quase simultaneamente. Veblen publicou a *Teoria da Classe Ociosa* em 1899 e Gilman publicou *Women and Economics* em 1898.

Dimand; Dimand; Forget (2000) descrevem os principais acontecimentos sobre a vida e obra de Charlotte Perkins Gilman e servem de base para a apresentação da autora. Gilman, filha de Frederick Perkins, nasceu como membro adjacente da família Beecher, mas foi criada em substancial pobreza uma vez que seus pais se separaram. Devido à sua situação financeira e às mudanças relativamente frequentes, a educação formal de Gilman foi impedida. Ela construiu para si um currículo com a ajuda de leituras recomendadas pelo seu pai e frequentou a *Rhode Island School of Design* por alguns anos, não se formou, e isso terminou sua escolaridade formal.

Em 1884, casou-se com o artista Walter Stetson em uma tentativa de cumprir os papéis convencionais de esposa e mãe, que resultaram em uma deterioração mental temporária. Mais tarde, Walter se casou com Grace Ellery Channing, amiga próxima de Gilman, com quem ele criou a filha do antigo casal.

Vivendo inicialmente na Califórnia, Gilman dirigia uma pensão enquanto começava a fazer nome em círculos de sufragistas e progressistas como escritora e oradora. Ela apresentava palestras perante uma enorme variedade de audiências nos EUA e na Inglaterra e os periódicos através dos quais ela publicou eram igualmente variados. Seu livro mais famoso, *I* (1898) foi publicado como uma obra autônoma, mas a maioria de suas outras monografias e romances apareceram pela primeira vez na revista *The Forerunner*, onde ela publicou sem lucro monetário por mais de oito anos.

Dimand; Dimand; Forget (2000) afirmam que apesar de Gilman ter sido uma figura pública notória em seu tempo, seu trabalho foi negligenciado desde sua morte até sua redescoberta em 1956 pelo historiador Carl Degler e tornou-se um foco de interesse para economistas feministas.

O estilo desenvolvido por Gilman informa muito de seu trabalho, ela desenvolveu trabalhos que interessavam e persuadiam; descobriu que o público reagia com a inteligência mais do que com argumentos cuidadosos. (Dimand; Dimand; Forget, 2000)

Quando Gilman se casou com seu primo Houghton, ela já havia se estabelecido como escritora e palestrante; continuou a sustentar a si mesma e ao marido, mas o declínio da demanda por oradores públicos na década de 1920, coincidindo com a ascensão do rádio, prejudicou sua

renda. Ela cometeu suicídio em 1935, quando um câncer inoperável atingiu um estágio avançado e doloroso em que não podia mais trabalhar.

Para Dimand; Dimand; Forget (2000), a economia de Gilman foi profundamente influenciada pelo sociólogo Lester Ward, um darwinista social que atribuiu um papel central ao conceito de ginecocentrismo. Enquanto darwinista social feminista, Gilman analisou os papéis do lar e da mulher confinada à casa na evolução da humanidade. Muitos de seus métodos conceituais fazem parte da “caixa de ferramentas” padrão do economista convencional. Ela pensou cedo nas questões ambientais e de saúde pública como áreas produtoras de externalidades e realmente brilhou em seu pensamento sobre mercado e atividade não comercial, desenvolvimento de mercado e crescimento econômico, consideração cuidadosa de contratos e análise dos incentivos oferecidos não apenas por contratos específicos, mas por todo um sistema econômico. Suas percepções neste domínio, particularmente suas aplicações ao status econômico das mulheres, ainda rendem revelações substanciais para os economistas de hoje. A análise de seu trabalho continua a ser desafiadora e inspiradora.

Hill; Deagan (2002) destacam que o amigo de Gilman, William Dean Howells, sugeriu que a relação entre Gilman/Veblen era mútua; Gilman escreveu *Women and Economics* em 1898, um ano antes de Veblen (1899) cunhar o conceito de consumo conspícuo em sua obra *A teoria da Classe ociosa*. Lewis and Sebberson (1997 apud Hill; Deagan, 2002, p. xvii) argumentam que Gilman e Veblen resituate “economics in the world of the living for the purpose of social progress” and want to empower actors in their everyday lives.

Para Hill; Deegan (2002), uma ligação significativa entre Gilman e Veblen é a posição remarcadamente forte sobre as mulheres:

Much of his work can be seen as a defense of women; Veblen regarded women as the great oppressed cadre, whether they were the slaves of maturing tribes and thus the first “private propriety” or the 19th-century slaves of fashion who bore the brunt of male emulation; in trinsically freer than men of such superstitions as nationalism, the women were the core carriers of social decency and simplicity under the perversions and rituals created and dominated by men (Riesman, 1953: 41 apud Hill, Deegan 2002, p. xiv)

Mulheres e Economia (1900)

No primeiro capítulo de *Women and Economics* (1900), Gilman afirma que, além de sermos afetados pelo clima e pela localização, pelas forças físicas, químicas, elétricas, estamos também sob efeito de outra condição específica para o *status* humano, ou seja, condições sociais. Com o olhar ainda sobre a influência dos fatores sociais, tratando o ser humano meramente como um animal individual, vemos que ele, mesmo sob toda a influência das instituições sociais, é inexoravelmente modificado por seus meios de subsistência. O animal

humano é afetado, como qualquer outro ser vivo, pelo que ele faz por sua vida. Mais evidente é o efeito das condições econômicas.

Na clara linha de argumento de que funções e órgãos são desenvolvidos pelo uso, que o que mais usamos é desenvolvido e que os processos diários de suprir necessidades econômicas são os processos que mais usamos, segue-se que, quando encontramos condições econômicas especiais que afetam qualquer classe especial de pessoas, podemos procurar resultados especiais, e encontrá-los (Gilman, 1900, p. 5).

Diante disso, Gilman (1900) chama a atenção para uma condição econômica marcante e peculiar que afeta a raça humana, e inigualável no mundo orgânico: somos a única espécie em que a fêmea depende do macho para se alimentar, a única espécie em que a relação sexual é também uma relação econômica. O *status* econômico da fêmea humana é relativo à relação sexual. Embora haja exceções, não estamos acostumados a enfrentar esse fato, além da generalização de que era "natural". Para muitos esta visão não parecerá clara no início; é o caso das mulheres camponesas, trabalhadoras ou das mulheres de tribos selvagens, e da indústria doméstica em geral. O que elas recebem não depende de seu trabalho, e sim do poder e vontade do outro. A mulher humana, tanto individual quanto coletivamente, é economicamente dependente.

Ao estudar a posição econômica dos sexos coletivamente, a diferença é ainda mais clara. Como um animal social, o *status* econômico do homem repousa na combinação e na troca de serviços de muitos indivíduos progressivamente especializados. O *status* econômico de qualquer raça a qualquer momento, depende de seu trabalho em todo o mundo e de seu livre intercâmbio. O progresso econômico, no entanto, é quase exclusivamente masculino, pois tais processos econômicos, como o das mulheres, são dos mais antigos e mais primitivos (Gilman, 1900).

Gilman (1900) destaca que tirar os trabalhadores masculinos de qualquer comunidade a paralisaria economicamente em um grau muito maior do que remover suas trabalhadoras. O trabalho agora realizado pelas mulheres poderia ser realizado pelos homens, mas os trabalhos realizados pelos homens não poderiam ser feitos tão bem pelas mulheres em seu atual grau de desenvolvimento econômico. Isso se deve à condição atual da mulher, impedindo a opção por este grau de capacidade econômica.

Para Gilman (1900), a situação econômica da raça humana é regida principalmente pelas atividades do macho, enquanto a fêmea obtém sua participação no avanço racial somente através dele. "Os homens produzem e distribuem riqueza; e as mulheres a recebem em suas mãos" (Gilman, 1900, p. 9). Este fato é mais claramente visível quando se percebe que as necessidades da própria vida que a mulher recebe são obtidas pelo marido e dadas por ele.

Quando deixada sozinha e tentando satisfazer suas próprias necessidades econômicas, as dificuldades que enfrentam provam conclusivamente qual é o *status* econômico geral da mulher. Mas há a opinião concebida de que, embora os homens façam e distribuam riqueza, as mulheres ganham a sua parte como esposas. Pressupondo ou que o marido está na posição de empregador e a esposa como empregada, ou que o casamento é "parceria", e a esposa é um fator de igualdade com o marido na produção de riqueza (Gilman, 1900).

No sentido mais amplo, todos os seres vivos são economicamente dependentes de outros - os animais dos vegetais e o homem de ambos. Em um sentido mais restrito, toda a vida social é economicamente interdependente, o homem produzindo coletivamente o que ele não poderia produzir separadamente. Mas, na interpretação mais próxima, a independência econômica individual entre os seres humanos significa que o indivíduo paga pelo que recebe, trabalha pelo que recebe, dá ao outro um equivalente pelo que o outro lhe dá. [...] Desde que o que recebo seja obtido pelo que dou, sou economicamente independente (Gilman, 1900, p. 10-11).

As mulheres consomem bens econômicos, mas que produto econômico ofertam em troca do que consomem? A alegação de que o casamento é uma parceria, na qual as duas pessoas casadas produzem riqueza que nenhuma delas poderia produzir separadamente não será examinada por Gilman (1900).

O bem-estar que um homem tem com sua esposa não é a natureza de uma parceria de negócios; não é, em nenhum sentido, uma parceria de negócios, a menos que contribua com capital, experiência ou trabalho. Como a esposa não é verdadeiramente uma parte do negócio, pode-se dizer que ela tem suas necessidades atendidas pelo marido por meio de serviço doméstico. Embora não sejam produtoras de riqueza, as mulheres servem nos processos finais de preparação e distribuição; seu trabalho no lar tem um valor econômico genuíno (GILMAN, 1900).

Para Gilman (1900), o trabalho das mulheres na casa permite que os homens produzam mais riqueza do que de outra forma poderiam; e desta forma as mulheres são fatores econômicos na sociedade (Gilman, 1900). O trabalho que a esposa realiza no lar é dado como parte de seu dever funcional, não como emprego, mas tanto a esposa de um homem pobre quanto de um homem rico tem direito a uma remuneração justa pelos serviços prestados. E se as esposas, como assalariadas por meio do serviço doméstico, são remuneradas com o salário de cozinheiras, enfermeiras, costureiras ou empregadas domésticas, e nunca a mais; isso naturalmente reduziria o dinheiro gasto pelas esposas dos ricos e a colocaria fora do poder do homem pobre para sustentar uma esposa. O fato é: qualquer que seja o valor econômico da indústria doméstica das mulheres, elas não o obtêm. "Seu trabalho não é dado nem tomado como um fator de intercâmbio econômico" (Gilman, 1900, p. 15). O motivo pelo qual as

mulheres ganham seu sustento com o trabalho doméstico é imediatamente abandonado, e é dito que elas obtêm seu sustento como mães (Gilman, 1900).

Gilman (1900, p. 15-16) afirma que:

Se assim for, se a maternidade é um bem permutável dado por mulheres em pagamento por roupas e alimentos, então é claro que devemos encontrar alguma relação entre a quantidade ou qualidade da maternidade e a quantidade e qualidade do pagamento. Sendo assim, então as mulheres que não são mães não têm nenhum status econômico; e o status econômico das que são mães deve ser demonstrado como relativo a sua maternidade. Isto é obviamente absurdo.

Apesar de haver alguma verdade nisso entre as raças primitivas, a afirmação da maternidade como fator de intercâmbio econômico é falsa hoje em dia.

Então nos restam aqueles que negam que as mulheres são sustentadas por homens, afirmando que a função da maternidade não se adequa a uma mulher para a produção econômica e, portanto, é correto que ela seja apoiada por seu marido. É esta a condição da maternidade humana? Gilman (1900) afirma que não.

A mãe humana trabalhou muito mais do que uma égua, trabalhando sua vida no serviço, não apenas de seus filhos, mas de homens; maridos, irmãos, pais, qualquer parente masculino que ela tenha; para mãe e irmã; para a igreja um pouco, se ela for permitida pela sociedade, se ela for capaz; para caridade e educação e reforma (Gilman, 1900, p. 20).

As mulheres extravagantes, cujos bens econômicos são grandes, muitas vezes não são nem trabalhadoras domésticas nem mães, mas sim as mulheres que detêm mais poder sobre os homens que têm mais dinheiro. A mulher da espécie humana é economicamente dependente deles. Ele é o seu abastecimento alimentar (Gilman, 1900).

No segundo capítulo, Gilman (1900), sabendo o quão importante é a relação econômica, busca encontrar efeitos peculiares à nossa raça; explicar e relacionar fenômenos, separando o que é devido ao desenvolvimento normal da raça do que é devido a esta relação sexo-econômica anormal.

“Os graves perigos e problemas da vida humana surgem das dificuldades de adaptação ao nosso ambiente social, e não ao nosso ambiente físico” (Gilman, 1900, p. 24). Nossa história está cheia de fósseis e relíquias de raças extintas, raças que morreram de doenças internas e não de causas naturais. É facilmente visto que havia algo em nosso próprio comportamento que nos fazia mal, mas o que não vemos é a causa natural de nossa conduta não natural, e como alterá-la (Gilman, 1900).

Gilman (1900) classifica duas linhas principais de ação neste desajuste da vida na evolução social. Uma é a ordenação do desenvolvimento do casamento monogâmico; um desenvolvimento natural, inevitável no curso do progresso social; não uma condição artificial. Temos que a qualidade moral do casamento monógamo depende de sua verdadeira vantagem

para o indivíduo e para a sociedade. Mas como o processo natural de avanço social passou a ser um processo não natural, errático e mórbido, tornando a relação sexual da humanidade uma fonte de maldade? Quais são as características naturais e não naturais do caso? (Gilman, 1900). Para isto, a autora empreende um pequeno estudo da evolução dos processos de reprodução.

“Muito cedo no desenvolvimento das espécies foi constatado pelos experimentos lentos mas seguros da natureza que o estabelecimento de dois sexos em organismos separados, e sua diferenciação, era vantajoso para as espécies” (Gilman, 1900, p. 29). À medida que a distinção aumenta, há mais atração até cumprirem seu uso na reprodução das espécies. A característica antinatural pela qual nossa raça mantém uma distinção muito grande reside justamente nisso:

O animal humano manifesta um excesso de atração sexual que não só fere a raça através de sua ação mórbida sobre os processos naturais de reprodução, mas que fere a felicidade do indivíduo através de sua reação mórbida sobre seus próprios desejos (Gilman, 1900, p. 31).

Para Gilman (1900), a distinção sexual normal manifesta-se em todas as espécies em características sexuais primárias, essenciais para a reprodução, e secundárias, modificações de estrutura e função, que não são essenciais. Estas distinções são necessárias apenas para os processos de preservação da raça, não para a auto-elevação. Podendo ser desfavorável aos seus ganhos pessoais, se quando muito desenvolvidas, interferem com sua atividade. Esta é exatamente a condição da raça humana, nossa excessiva distinção sexual deu origem a um grau de atração que exige um grau de indulgência que fere diretamente a maternidade e a paternidade.

Para encontrar as condições causadoras destes fenômenos, Gilman (1900) examinou o equilíbrio de forças pelo qual a autopreservação e a preservação da raça são conduzidos no mundo. Sendo a autopreservação, o gasto de energia em atos que tendem à principal tenacidade da vida individual, e a preservação da raça, em atos que tendem ao principal significado da vida racial, até mesmo ao sacrifício completo do indivíduo. Na autopreservação, a seleção natural atua sobre o indivíduo, desenvolvendo aquelas características que lhe permitem ser bem-sucedido na sobrevivência. Na preservação da raça, a seleção sexual age sobre o indivíduo, desenvolvendo aquelas características que lhe permitem ter sucesso na reprodução.

Segundo Gilman (1900), pela dependência econômica da fêmea em relação ao macho, a seleção natural não controla a ação da seleção sexual, mas coopera com ela. O homem, ao apoiar a mulher, tornou-se seu ambiente econômico. Sob a seleção natural, o homem, como alimentador da mulher, torna-se a força modificadora mais forte em sua condição econômica, e sob a seleção sexual, a necessidade econômica se acrescenta à atração sexual; temos as duas grandes forças evolutivas agindo juntas para desenvolver a distinção sexual na fêmea humana.

Esta é uma tendência sexual anormal, produzida e mantida pela relação econômica anormal que faz um sexo viver do outro pelo exercício das funções sexuais (Gilman, 1900).

Gilman (1900) chega à demonstração de que “a distinção sexual na raça humana é tão excessiva que não apenas afeta prejudicialmente seus próprios propósitos, mas também impede e perverte o progresso da raça, isso se torna um assunto para consideração mais séria” (Gilman, 1900, p. 37). Ao estabelecer a alegação de excessiva distinção sexual na raça humana, no terceiro capítulo, Gilman (1900) explica mais a fundo o termo. As distinções sexuais primárias em nossa raça consistem nos órgãos e funções essenciais da reprodução; as distinções secundárias consistem em todas aquelas diferenças de aparência, hábito, maneira, método, ocupação e comportamento. Além disso, temos também a de conduta.

Nas distinções primárias, a energia sexual em sua manifestação primordial é exibida no macho da espécie humana em um grau muito maior do que o necessário para os processos de reprodução. Essa demanda desordenada é uma distinção sexual excessiva. No caso da mulher, fisicamente, “ela se desenvolveu nas linhas de ação às quais estava confinada; e essas eram sempre linhas de atividade sexual” (Gilman, 1900, p. 44). Em consequência disso, o corpo da mulher, de forma geral, manifesta predominantemente a distinção sexual, fazendo sua utilidade sexual e humana serem prejudicados (Gilman, 1900).

Para Gilman (1900), na manifestação psíquica dessa intensa distinção sexual, o instinto primordial da atração sexual desenvolveu-se sob as forças sociais em uma paixão consciente e igualmente excessiva em ambos os sexos. Até certo ponto é bom para o indivíduo e para a raça ter desenvolvido tal grau de amor apaixonado, mas não é bom que esse sentimento se torne tão intenso a ponto de anular todas as outras faculdades humanas. Essa devoção, levada a tal ponto que leva ao descasamento de indivíduos com seus prejuízos pessoais e sociais, é uma distinção sexual excessiva (Gilman, 1900).

Mas, como afirma Gilman (1900), é nas relações sociais comuns que a predominância da distinção sexual nas mulheres se manifesta mais. Falando de maneira ampla, as mulheres foram desde o início, mencionadas de forma bastante expressiva como “o sexo”, demonstrando claramente que esta é a principal impressão que elas causaram aos observadores e registradores. “As características comuns ao sexo predominaram sobre as características distintivas do indivíduo” (Gilman, 1900, p. 50-51).

Desde o nascimento, devemos estar vestidos de maneira diferente, não por causa das necessidades pessoais, que são exatamente semelhantes neste período, mas para que nem eles, nem ninguém que os veja, possam por um momento esquecer a distinção de sexo. Usamos todos os meios conhecidos para acentuar a distorção sexual tanto no menino quanto na menina; temos

crescido considerando a maioria dos atributos humanos como atributos masculinos, pela simples razão de que eles eram permitidos aos homens e proibidos às mulheres (Gilman, 1900).

Como Gilman (1900) demonstrou, na espécie humana os processos de preservação da raça alcançaram um certo grau de elaboração; mas os processos de autopreservação foram muito mais longe. Todas as linhas de autopreservação deveriam ser comuns a ambos os sexos. No entanto, todo o campo do progresso humano tem sido considerado como uma prerrogativa masculina, mostrando-nos novamente a excessiva distinção sexual da raça humana, que ultrapassa todos os seus limites, de modo que tudo é marcado como "macho" ou "fêmea". Muito lentamente, e com a mais cruel oposição, está sendo gradualmente estabelecido que “o trabalho humano é tanto o da mulher quanto o do homem” (Gilman, 1900, p. 57).

Quadro - Resumo das contribuições de Charlotte Gilman

Condições sociais	Além de afetados por nosso ambiente, estamos sob efeito de uma outra condição específica para o status humano: condições sociais. E mesmo sob a influência das instituições sociais, somos inexoravelmente modificados pelos meios de subsistência. Ainda mais evidente é o efeito das condições econômicas.
Status econômico da mulher	Elas são economicamente dependentes dos homens, seu <i>status</i> econômico é relativo à relação sexual. A situação econômica da raça humana é regida principalmente pelas atividades do macho, enquanto a fêmea obtém sua participação no avanço racial somente através dele.
A Indústria Doméstica	Embora as mulheres não sejam produtoras de riqueza, servem nos processos finais de preparação e distribuição. Seu trabalho no lar tem um valor econômico genuíno, mas qualquer que seja o valor econômico da indústria doméstica das mulheres, elas não o obtêm. Seu trabalho não é dado nem tomado como um fator de intercâmbio econômico.
Relação sexo-econômica anormal	O processo natural de avanço social passou a ser um processo não natural e prejudicial através de um excesso de diferenciação dos sexos e excesso de atração sexual que fere os processos naturais de reprodução e a felicidade do indivíduo através de sua reação mórbida sobre seus próprios desejos. A condição causadora destes fenômenos é a seleção natural não controlar a ação da seleção sexual. Fazendo com que o homem, ao apoiar a mulher, torne-se seu ambiente econômico e assim, torne-se uma força modificadora. Esta é uma tendência sexual anormal, produzida e mantida pela relação econômica anormal que existe entre nós.
Distinções sexuais	As primárias, em nossa raça, consistem nos órgãos e funções essenciais da reprodução, enquanto as distinções secundárias consistem em todas aquelas diferenças de aparência, hábito, maneira, método, ocupação e comportamento. Além disso, temos também a de conduta. A distinção sexual nas mulheres, falando de maneira ampla, fez com que as características comuns ao sexo predominaram sobre as características distintivas do

	<p>indivíduo.</p> <p>A excessiva distinção sexual da raça humana faz com que tudo seja marcado como "macho" ou "fêmea". E, enquanto todo o campo do progresso humano tem sido considerado como uma prerrogativa masculina, as mulheres ficam presas às atividades ditas como "femininas".</p>
--	---

FONTE: Relatório Final PIBIC/UFSC, 2022/2023.

*Vida, obra e contribuição de Hazel Kyrk (1886–1957)*¹⁷

Dimand; Dimand; Forget (2000, p. 251-253) discorrem sobre a vida e obra de Hazel Kyrk e seu livro será a base para nossa apresentação da autora. Hazel Kyrk nasceu em 19 de novembro de 1886 em Ohio, filha única de Jane Kyrk e Elmer Ellsworth Kyrk. Após o ensino médio, Hazel se sustentou como professora; ingressou na Universidade Wesleyana de Ohio no ano de 1904 e foi empregada como doméstica na casa do professor de economia, Leon Carroll Marshall. Kyrk acompanhou a família quando se mudou para a Universidade de Chicago, e continuou seus estudos de graduação; completou seu Ph.D. em 1910.

De 1911 a 1912, Kyrk atuou como instrutora no *Wellesley College*. Depois, retornou a Chicago para prosseguir seu doutorado em economia sob a direção de James Alfred Field. Em 1914 atuou como instrutora e depois como professora assistente de economia no *Oberlin College*. Em licença durante os anos de 1918 a 1919, contribuiu como estatística em Londres para o *Allied Maritime Transport Council* durante a guerra. Após seu retorno ao Oberlin, Kyrk completou sua tese, que foi aceita em 1920, e premiada com o prêmio Hart Schaffner e Marx por pesquisa em economia.

Durante os anos de 1923 a 1924, Kyrk foi associada ao Instituto de Pesquisa Alimentar da Universidade de Stanford, onde realizou pesquisas que levaram a uma monografia. Entre 1924 e 1925 estudou no Iowa State College e, no outono de 1925, recebeu uma nomeação conjunta no Departamento de Economia e no Departamento de Economia Doméstica da Universidade de Chicago. Sendo promovida a professora em 1941 e permaneceu em Chicago até sua aposentadoria em 1952 (Dimand; Dimand; Forget, 2000).

Para os autores, Kyrk foi pioneira na área de economia do consumo, um estudo empírico dos padrões de gastos domésticos entre vários grupos culturais e econômicos dentro da sociedade, em *A Theory of Consumption* (1923) e em seu estudo *The Economic Problems of the Family* (1929). Em decorrência disso, Kyrk teve um grande interesse no trabalho aplicado

¹⁷ Arruda, Marin, Bohn (2024) demonstram o apagamento da contribuição de Kyrk no estudo e no ensino da teoria do consumo nas universidades brasileiras.

de várias agências governamentais. Entre os verões de 1938 e 1941, serviu como economista principal no Gabinete de Economia Doméstica do Departamento de Agricultura dos Estados Unidos. Durante a Segunda Guerra Mundial, trabalhou no Escritório de Administração de Preços e, de 1945 a 1946, presidiu uma comissão técnica que aconselhou o governo federal sobre a revisão do índice de preços no consumidor a fim de refletir sobre a inflação do pós-guerra.

Ao longo de sua carreira acadêmica, vários de seus livros trataram dos papéis das mulheres nas famílias contemporâneas. Durante vários anos, Kyrk ensinou na *Bryn Mawr Summer School for Women Workers* e serviu ao conselho de administração da Liga Sindical das Mulheres de Chicago. Embora nunca tenha se casado, criou e educou uma filha adotiva. Hazel Kyrk morreu em West Dover, Vermont, em 5 de agosto de 1957.

A Teoria do Consumo (1923)

Segundo Arruda, Marin, Bohn (2024), embora a teoria do consumo de Kyrk flerte conceitualmente com a abordagem neoclássica, suas contribuições se aproximam à Economia institucional, uma vez que a Economia Doméstica se apropria das teorias de Thorstein Veblen, como é o caso do consumo conspicuo e da Teoria do Instinto. Kyrk (1976)[1953] quando trata sobre pobreza e padrões de consumo, menciona Veblen e sua teoria da classe ociosa para destacar a importância de considerar os valores sociais e a relação de poder entre as diferentes classes.

Em “A natureza e o âmbito de aplicação de um estudo sobre o consumo”, capítulo inicial de *A Theory of Consumption* (1923), a autora caracteriza “consumidores” como sendo todos nós, o público em geral; a busca e a realização de interesses comuns definem os grupos de consumidores. O termo “consumidor” sugere coisas muito diferentes para pessoas diferentes. “O quão diferentes seriam as teorias do consumo construídas para satisfazer a estes diferentes pontos de vista é evidente” (Kyrk, 1923, p. 3). Mas, é preciso compreender que o estudo empreendido por Kyrk (1923) deve ser encarado como uma tentativa de analisar um conjunto importante de atividades humanas e de compreender a forma como estas são desenvolvidas. Devido a um interesse direto no processo de consumo como uma fase importante do comportamento humano, cuja compreensão é essencial para enfrentar alguns dos problemas econômicos fundamentais.

Quando se trata de uma definição formal, a palavra “consumo” abrange duas coisas perfeitamente distintas: é geralmente entendida como a utilização de bens na satisfação das necessidades humanas e, também, como despesa de dinheiro. Em contrapartida ao papel passivo

do consumidor como “utilizador” de bens, “ele aparece como uma força ativa, com necessidades e propósitos que procura realizar através do processo econômico organizado da escolha” (Kyrk, 1923, p. 5). A escolha é sempre em referência ao uso, enquanto o uso é apenas o último passo de algo que a escolha começou. Será neste complexo de impulsos nativos e interesses adquiridos, que se expressam hoje em dia em escolhas sobre um mercado, que será centrada a atenção (Kyrk, 1923).

Segundo Kyrk (1923), existem três problemas do comportamento e das instituições humanas que nos conduzem ao estudo do consumo: o problema do controle e orientação da atividade econômica; o problema da escolha – dos valores e da valoração; e o problema do bem-estar humano em função da riqueza. A opinião popular de que a ordem industrial funciona em desvantagem do consumidor, colocando-o numa posição fraca e explorável, torna de fundamental importância saber de onde se originam as turbulências industriais e quais os propósitos por detrás delas. Surgindo assim:

Novas questões relativas ao bem-estar humano e à sua relação com a organização industrial. [...] Já não se sente que a única questão a ser levantada em relação ao funcionamento da ordem econômica é a de saber quanta riqueza pode-se vir a resultar (Kyrk, 1923, p. 8).

O estudo do consumo nos leva ao problema do controle e da orientação da atividade econômica; é enquanto “escolhedores” de bens econômicos que os consumidores desempenham o seu papel na organização e na direção dos assuntos industriais. O problema do consumo é fundamentalmente um problema de escolha, de seleção entre valores. Torna-se inevitavelmente o problema dos valores e da valoração porque é a realização de interesses, fins e propósitos de todos os graus de relevância ética; são as escolhas do indivíduo como consumidor que determinam o que a sociedade retira do seu esforço produtivo, o estudo do consumo faz parte do problema do bem-estar humano em função da riqueza (Kyrk, 1923).

Para Kyrk (1923), a ligação entre os processos de produção e os de consumo está nas escolhas dos consumidores que, dentro dos limites fixados pela política geral, a eficácia da produção e do rendimento individual, manifestam-se no mercado e resultam em modos de vida objetivos. “Toda a elaboração e engenhosidade da técnica produtiva e toda a profusão de recursos naturais são inúteis, se não houver algum princípio consciente ou inconsciente orientando sua utilização o que, de alguma forma, contribui para o bem-estar” (Kyrk, 1923, p. 12).

Os primeiros escritores a debaterem o tema do consumo, apenas o reconheceram como a *raison d'être* da produção e não se preocuparam com todas as fases das atividades que são chamadas de produção, mas apenas com aquelas que são afetadas por um interesse econômico.

As atividades dos indivíduos enquanto consumidores só se tornaram importantes na medida em que afetam a sua eficiência e força como produtores e na medida em que as suas poupanças vão aumentar o aparato de produção. O efeito sobre a produção não surge diretamente com as atividades dos consumidores enquanto tal, mas na medida em que estes últimos são também produtores e investidores (Kyrk, 1923).

Kyrk (1923, p. 12) destaca que outro aspecto que também chamou a atenção dos economistas foi “a possibilidade de desperdício depois de os bens terem chegado às mãos do consumidor”. A utilização incorreta dos bens, o seu armazenamento descuidado e a deterioração precoce por negligência têm sido reconhecidos como desperdícios de recursos sociais pelos quais o consumidor é responsável. Para Kyrk (1923), as possibilidades de "desperdício" são muito maiores na aplicação de recursos para fins indesejáveis do que no manuseio inapropriado após as mercadorias terem tomado formas tangíveis e estarem nas mãos do consumidor.

Para Kyrk (1923), a Escola Clássica Inglesa e seus sucessores, em sua preocupação com a produção, negligenciaram o estudo do consumo. Mas também pode-se dizer o mesmo do grupo posterior de economistas, a Escola de Utilidade Marginal, que se preocupou com os desejos, a sua natureza e leis, e com a demanda do mercado, mas não prosseguiram o estudo do consumo além do que consideraram necessário para permitir-lhes formular as leis de preço. Pela análise teórica da utilidade marginal, o consumo é um processo praticamente atemporal e sem espaço, divorciado de todas as realidades da vida. Nenhuma das escolas fez dos problemas do consumidor, nem do carácter das suas atividades, uma questão de preocupação e investigação prioritárias (Kyrk, 1923).

Kyrk (1923) estava diante de um campo novo que nunca havia sido devidamente mapeado e explorado. O consumidor deveria ser estudado. Era necessário proceder uma análise das posições do consumidor, das fontes da sua fraqueza e da extensão da sua força.

O grupo de pessoas a quem o problema do consumo é mais próximo e que, nas suas atividades diárias, incorporam de forma mais completa o público em geral que escolhe e utiliza bens, são as mulheres que são chefes de famílias modernas (Kyrk, 1923, p. 20)

Uma teoria adequada do consumo deveria considerar o lugar e a função do consumidor neste esquema industrial; as circunstâncias do tempo e lugar que constatarão que as escolhas dos consumidores só se tornam poderosas quando afetam os níveis de preços e as margens de lucro, e que toda a evolução e o resultado do consumo são significativamente afetados pela distribuição do poder de compra; e reconhecer as condições práticas com as quais é provável que o consumidor individual esteja tão preocupado. Deve, portanto, compreender uma teoria

adequada da escolha, explicar como surgiram as normas, hábitos de consumo e padrões e o poder que exercem sobre as atitudes e o comportamento dos indivíduos (Kyrk, 1923).

No segundo capítulo, “A liberdade formal de escolha do consumidor”, Kyrk (1923) afirma que as atividades compostas ao consumo refletem em grande parte as peculiaridades do sistema industrial. Quase todas as características da sociedade industrial têm alguma consequência para o consumidor, e quase todas as mudanças que ocorrem nas condições da estrutura industrial ou limitam, de alguma forma, o modo e a forma de consumo.

“Numa economia regulada pelos preços, o consumidor tem liberdade formal de escolha e é a autoridade final que decide o que será produzido” (Kyrk, 1923, p. 23). Ele tem o poder de orientar o seu próprio rumo sem limitações externas arbitrárias à sua liberdade de ação (Kyrk, 1923).

Para Kyrk (1923), quanto ao carácter geral dos acordos econômicos e seu funcionamento não há espaço para divergências. Os agentes ativos na produção sob este sistema são a variada assembleia de empresários, seus conselheiros e agentes, que são imediatamente responsáveis pela criação, continuação, extensão ou redução de empresas industriais. De outro ângulo estes homens são mais corretamente chamados de tomadores de riscos, buscadores de lucro, ou contabilistas de custos. Eles produzem constantemente com referência a um processo de comercialização e de valorização; oferecem os seus produtos em condições pecuniárias que, à medida que se realizam as trocas, tornam-se as cotações de preços do dia e do local (Kyrk, 1923).

Esta análise evidencia o lugar formal e a função do consumidor no sistema industrial, que representa a "procura". Os agentes ativos do exercício da atividade econômica corrente são controlados pelo preço e, também, pelos fatores que determinam o preço. “Não haveria preço, nem termos de troca, se não tivesse comprador” (Kyrk, 1923, p. 25). O que quer que o empresário possa fazer para influenciar os resultados pecuniários em seu favor, ele deve, sob a atual organização econômica, colocar seus bens no mercado e pagar por eles o preço que alguém está disposto a pagar (Kyrk, 1923).

Segundo Kyrk (1923), o preço pago e o valor retirado são desse ângulo uma expressão das escolhas e preferências do consumidor. Por trás dos preços estão os "desejos" dos indivíduos e sua relativa urgência, ponderados por seus rendimentos relativos.

Os preços também exprimem a relativa abundância ou escassez, as condições de abastecimento, as dificuldades ou os custos de produção; indicam as condições em que os bens são produzidos. Mas cabe ao consumidor dizer se quer os bens nessas condições. Registra-se a procura e, uma vez registrada, irá se refletir na organização da indústria (Kyrk, 1923, p. 26).

Kyrk (1923) cita Schäffle¹⁸, em "A Quintessência do Socialismo", assinalando três funções do mercado especulativo atual e o seu significado para o consumidor: "(1) determinação social da procura coletiva; (2) determinação da quantidade e da qualidade do produto exigido; (3) estabelecimento contínuo de um valor de câmbio tal que a manutenção do equilíbrio econômico entre a produção e o consumo" (Kyrk, 1923, p. 26). O valor de câmbio manterá o equilíbrio entre produção e consumo via controle da produção por meio de margens de lucro e através do controle do consumo através de preços que representam uma proporção variável do poder de compra. Os preços indicam a oferta relativa; são um meio através do qual a sociedade controla o consumo; exprimem as condições pecuniárias em que os desejos podem ser satisfeitos. "Somente em uma sociedade organizada por preços, o consumidor tem o poder de escolha e o processo de produção está mesmo nominalmente sob seu controle" (Kyrk, 1923, p. 27). Para observar o que esta disposição significa, tanto para a sociedade como para o indivíduo, basta comparar com condições em que o consumidor não dispõe desta liberdade ou a vê restringida ou retirada (Kyrk, 1923).

Numa sociedade primitiva, ou mesmo na posterior economia feudal, a liberdade de escolha individual no consumo estava, naturalmente, fora de questão. A organização social fora concebida para atingir fins fixos, e a atividade individual era controlada de modo a conformar-se a esses fins. Foi somente quando a organização pecuniária substituiu a ordem econômica baseada na autoridade que o indivíduo adquiriu a sua atual liberdade econômica. Mas, mesmo nessa situação, "a sociedade na presença de uma grande guerra encontra-se confrontada com a mesma situação que os povos primitivos e medievais tiveram de enfrentar" (Kyrk, 1923, p. 29). Há duas necessidades sociais pendentes: um mínimo de subsistência e uma guerra bem sucedida, que exigem uma organização rígida e inflexível que subordina todos os interesses sociais menores a um único objetivo (Kyrk, 1923).

Conforme Kyrk (1923) seria impossível:

Tornar o sistema de preços, complementado pela propaganda, tão eficiente para fins de guerra como o controle direto e autoritário sobre os recursos e a força de trabalho. Para que este método sirva o objetivo de guerra com a máxima eficácia, seria necessário não só que cada indivíduo tivesse constantemente em mente o desejo de promover a empreitada da guerra como motivo dominante, mas também que conhecesse exatamente e definitivamente as atividades essenciais para esse propósito (Kyrk, 1923, p. 31).

Kyrk (1923) se volta para o processo de organização dos recursos nacionais para fins bélicos na Grã-Bretanha durante seus quatro anos de experimentação,

O governo controlava o uso das principais instalações industriais, das importantes matérias-primas, dos alimentos, das minas e minerais, dos meios de transporte terrestre e marítimo. Por requisição, por

¹⁸ Albert Eberhard Friedrich Schäffle (1831-1903) foi um economista, político e sociólogo alemão, além de ter sido ministro do comércio da Áustria em 1870.

exercício do poder de licenciamento, ou por proibição ou ordem expressa, direcionava o uso de recursos produtivos e alocava cada um em sua devida proporção às várias finalidades civis e militares essenciais (Kyrk, 1923, p. 32).

Esta gestão unificada tornou possíveis muitas economias, mas estas não foram as principais razões para a mudança de controle, e sim para assegurar a mais completa utilização dos recursos para a empreitada em andamento (Kyrk, 1923).

A situação do consumidor neste regime era de limitação da liberdade de escolha, desenvolvida através da substituição do controle por autoridade pelo controle de preços. A liberdade de empresa e a liberdade contratual foram muito limitadas, o leque de *commodities* sujeitos à propriedade privada foi reduzido, o direito de utilização e o direito de colocar à venda foram restringidos. Os acontecimentos em tempos de guerra fizeram com que a questão da "melhor" forma de controlar a atividade econômica fosse colocada em primeiro plano (Kyrk 1923).

Kyrk (1923) argumenta que a guerra nos deu uma economia dominada por um fim supremo para que todas as outras coisas sejam ordenadas de acordo com suas contribuições para tal fim. "O sistema de preços com direitos pessoais de propriedade intatos funcionaria com grande incerteza" (Kyrk, 1923, p. 34) e "o tempo e as energias gastas na educação e na propaganda ainda assim não dariam resultados à altura dos obtidos com o apelo a um controle autoritário" (Kyrk, 1923, p. 35).

Em contraste a isso, Kyrk (1923) assume as condições de paz e de abundância relativas que são supostamente normais para a civilização atual. O perigo de desvio da energia produtiva para produtos não-essenciais pode não ser tão grande para justificar um controle autoritário do consumo. Note que existem três formas de proteção contra as utilizações da energia produtiva consideradas imprudentes: se a dificuldade reside na distribuição do poder de compra, a solução pode consistir em medidas destinadas a assegurar uma distribuição mais equitativa; se a dificuldade reside na natureza das escolhas dos consumidores, a solução pode consistir na formulação de novas normas e valores; e será através de um controle autoritário, imposto por aqueles em quem o poder político está alojado, devido a existência de fins definidos para os quais existe acordo comum para sacrificar, se necessário, todos os outros. As definições de "necessidade", "luxo" ou "desperdício" tornam-se uma questão de julgamento dos que estão no controle (Kyrk, 1923).

Para Kyrk (1923), a proibição da produção e da utilização de certos produtos é um exemplo.

Mas é evidente a dificuldade de conseguir um acordo comum sobre um grande número de mercadorias cujo consumo deve ser obrigatório ou proibido. Até que exista tal acordo, o controle autoritário está fora

de questão. Então, parece que o recurso a um controle autoritário dos usos a que se aplica a atividade econômica é sempre acompanhado de duas coisas. Em primeiro lugar, uma necessidade social primária, clara e definida, à qual todas as outras estão subordinadas; e em segundo lugar, o receio de que os recursos sociais sejam insuficientes para satisfazer adequadamente essa necessidade. Quando o grupo no seu conjunto está consciente de que não há um propósito tão supremo a realizar, parece necessário permitir que a escolha individual determine a utilização dos recursos sociais (Kyrk, 1923, p. 37).

Por outro lado, o controle de preços “coloca as forças produtivas da sociedade sob o controle dos interesses e das atitudes representadas pelos consumidores” (Kyrk, 1923, p. 37). E, dentro dos limites estabelecidos pelas condições da própria organização pecuniária, cada grupo ou classe é livre para elaborar o seu próprio conceito de bem-estar (Kyrk, 1923).

Se forem impostos os juízos e os padrões daqueles que detêm autoridade, Kyrk (1923) defende que teremos uma antítese da liberdade individual. “Frente aos riscos e aos desperdícios inevitáveis de dar liberdade de escolha ao indivíduo, devem ser colocados os possíveis ganhos associados a tal disposição” (Kyrk, 1923, p. 37). O programa socialista é especialmente interessante nesta conexão, ele propõe alterar radicalmente o sistema de propriedade e outros direitos individuais, a fim de assegurar uma distribuição mais equitativa da renda e uma repartição mais equitativa do poder entre os produtores.

Pode ser verdade que haveria uma visão mais clara quanto aos valores reais se o enviesamento da mensuração pecuniária fosse removido. Mas ainda seria necessário um consenso comum quanto aos fins supremos e às suas reivindicações relativas. As autoridades do Estado socialista ficariam sujeitas às mesmas limitações de julgamento em relação às necessidades primárias que nós estamos hoje (Kyrk, 1923, p. 38-39).

Mas as condições em que o controle autoritário pode funcionar corretamente não são facilmente asseguradas. Na maioria dos casos é aceito como "necessário" aquilo que, ao bom senso da época, parece necessário. Tudo o que sabemos da irracionalidade da conduta humana, da variabilidade dos desejos humanos, da natureza dinâmica das normas, da multiplicidade dos interesses humanos, lança sérias dúvidas sobre a viabilidade de um sistema de controle autoritário (Kyrk, 1923).

O livre-arbítrio dos consumidores caracteriza, portanto, a atual ordem econômica, tal como a liberdade de empresa dos produtores. Para Kyrk (1923), o primeiro pré-requisito para a liberdade real é o reconhecimento formal do poder de escolha e disposições que permitam a expressão dos desejos individuais. Quando falamos das diversas formas de liberdade (econômica, política, religiosa, intelectual), cabe a nós termos claramente em mente o que constitui esta "liberdade". Ou seja, significa simplesmente que há poucas, ou nenhuma, limitações políticas sobre a atividade do indivíduo. No entanto, existem todos os tipos de tentativas deliberadas de moldar e influenciar as crenças religiosas e políticas do indivíduo até que, de certo ponto de vista, o indivíduo parece bastante impotente para formar julgamentos

independentes. Além de limitações econômicas que podem seriamente limitar a liberdade individual verdadeira.

Para Kyrk (1923), outra forma de expressar a diferença entre um poder de ação formal e um poder de ação real é afirmar que todas as formas de liberdade individual têm aspectos negativos e positivos. O aspecto negativo da liberdade é a ausência de um controle autoritário do exterior e os aspectos positivos envolvem questões relativas ao campo real do exercício da escolha, ao conteúdo positivo do direito formalmente reconhecido ou à ausência de limitações práticas à liberdade do indivíduo. Serão puramente formais se tiverem apenas aspectos negativos, e são reais e eficazes na medida em que os positivos também estão presentes.

Talvez não haja liberdade individual, de cujas limitações e aspectos negativos estejamos tão conscientes, como no caso da liberdade de escolha de bens de consumo. A liberdade de demanda do indivíduo é condicionada e limitada; só é exercida dentro dos limites do poder de renda ou de compra. “Esta limitação econômica à expressão de escolhas e preferências é tão óbvia e tão vivamente sentida, que a liberdade individual, em qualquer sentido real, parece bastante formal e negativa” (Kyrk, 1923, p. 43). Mas estas limitações não são as únicas que afetam a liberdade de escolha do consumidor; mesmo com poder de compra não se pode comprar tudo, nem se pode encontrar no mercado todos os bens desejáveis. Todos os progressos nas artes, todas as conquistas do homem sobre a natureza, todas as melhorias dos processos técnicos contribuem para o valor positivo da liberdade de escolha do consumidor (Kyrk, 1923).

A autora conclui que a liberdade absoluta de escolha é quase inconcebível mesmo sem as severas limitações econômicas mencionadas. Para compreender os atuais problemas de consumo, é preciso fazer um levantamento da forma em que o atual sistema industrial promove a efetividade do poder de escolha do consumidor e das limitações práticas que este impõe à sua liberdade.

Sobre “A liberdade de escolha do consumidor e a distribuição desigual de riqueza”, Kyrk (1923) afirma que a barreira criada pela dimensão da sua renda é a principal entre as limitações à liberdade de escolha do consumidor. “É através da dimensão da sua renda, juntamente com a necessidade de um esforço contínuo e sustentado na produção para garanti-la, que o indivíduo enfrenta o problema econômico fundamental, o problema da escassez” (Kyrk, 1923, p. 52), o familiar impasse entre os interesses humanos e os modos materiais de sua realização.

A autora pontua duas maneiras de aumentar a renda real do indivíduo: através de uma expansão dos poderes produtivos da sociedade, de uma maior soma total de bens; e através de um aumento da sua cota de distribuição, dos seus rendimentos monetários. Mas o processo de

distribuição de renda é apenas um método pelo qual as reivindicações dos consumidores individuais são ajustadas (Kyrk, 1923).

Segundo Kyrk (1923), a determinação dos rendimentos individuais, ou direitos a bens e serviços, por meio de uma valoração pecuniária no mercado, substitui os métodos anteriores que acompanhavam um regime de status em que os direitos e obrigações de cada indivíduo eram fixados pelo nascimento e pelo costume. O atual sistema de distribuição é um subproduto de todo o arranjo institucional da atual ordem econômica.

As ações do consumidor, ou os direitos sobre bens e serviços, são ajustados pelo mesmo mecanismo que coloca o controle formal da produção nas suas mãos. [...] Hoje, a autoridade econômica está localizada no proprietário, em direitos sobre bens que podem ser transferidos para outros (Kyrk, 1923, p. 48).

O fato de que as possibilidades de escolha do consumidor individual são limitadas pelo poder de compra dos seus rendimentos implica uma grande variação na eficácia dos desejos dos consumidores. Grande desigualdade nas rendas afeta as necessidades, interesses e propósitos que vêm a ser realizados. O processo do consumo será muito diferente em tal grupo do que seria num grupo onde os rendimentos são mais iguais. Isso implica que, com a desigualdade de renda, um volume desproporcional de bens e serviços flui para as mãos de algumas pessoas. A liberdade de escolha daqueles que podem apoiar seus desejos com dinheiro, é real (Kyrk, 1923). “Os resultados de uma grande desigualdade na renda são surpreendentes na falta de economia e de eficiência com que os recursos produtivos são aplicados às necessidades da sociedade” (Kyrk, 1923, p. 50). Isso leva a conclusões sempre iguais: o total de bem-estar humano aumentaria se os ricos se tornassem mais pobres e os pobres mais ricos.

Conforme Kyrk (1923):

Os custos ou perdas sociais envolvidas na distribuição desigual são mais aparentes quando as discrepâncias são máximas, e os rendimentos no nível mais baixo são insuficientes para manter os indivíduos mesmo na sua eficiência física, ou para lhes permitir obter os requisitos mínimos de decência e autoestima de acordo com os padrões prevalecentes. Quando esta discrepância no poder de compra significa doença, morte prematura, crianças desnutridas, ignorância, crime, pauperismo, degradação, a sociedade deve ter alguma consciência dos desperdícios envolvidos na utilização dos seus recursos produtivos (Kyrk, 1923, p. 51).

Portanto, para a autora, é a distribuição da riqueza que decide como a produção é colocada a trabalhar e induz o consumo do tipo mais desnecessário, é a desigualdade de renda que significa inevitavelmente uma aplicação desproporcionada das forças produtivas para satisfazer os desejos de poucos.

Certamente não há dúvida de que os cânones do necessário, do decente, do desejável, que são incorporados nos padrões atuais de consumo e despesa, são moldados em grande parte pelos gastadores e desperdiçadores conspícuos, por influências peculiares a um regime de emulação pecuniária. (Kyrk, 1923, p. 54).

Especulando sobre as mudanças prováveis nos nossos hábitos de consumo e se, de algum modo, fosse possível alcançar uma substancial igualdade de renda, Kyrk (1923) conclui que “a concorrência no consumo não desapareceria presumivelmente enquanto persistisse o desejo de distinção, o desejo de suscitar a inveja ou a aprovação dos outros” (Kyrk, 1923, p. 55). Todas as formas de consumo "socializado" remediavam em parte as dificuldades associadas a uma distribuição desigual da riqueza. O consumo "socializado" é uma utilização coletiva ou um proveito comum de bens econômicos e seus serviços, e não uma utilização individual e exclusiva. “A prestação de serviços gratuitos não é a única forma de a sociedade poder reduzir os perigos decorrentes de rendas insuficientes. Há outras maneiras de colocar ricos e pobres em pé de igualdade no seu comando sobre as mercadorias. Através do controle dos preços” (KYRK, 1923, p. 59). E, mais uma vez, a experiência de guerra mostrou que a desigualdade de renda não implica necessariamente desigualdade de poder de compra em todos os setores do consumo.

O controle de preços é um importante instrumento para garantir a distribuição econômica de um determinado produto de oferta insuficiente entre os consumidores. Os preços máximos fixados evitam ou anulam um aumento dos preços por conta da escassez. O racionamento deve acompanhar a fixação dos preços em caso de escassez de um produto essencial (Kyrk, 1923).

Mesmo com todas as suas dificuldades e problemas, Kyrk (1923) enfatiza que o controle de preços é uma tentativa de manter um mínimo social, um nível de vida, abaixo do qual nenhuma classe pode cair, independentemente das diferenças de poder de compra.

Quando a sociedade estabelece tal mínimo, quer dizer que, em certos elementos essenciais básicos, deve haver igualdade de oportunidades para o consumo, independentemente da forma como uma avaliação do mercado "livre" tenha distribuído o poder de compra. Esta é a raiz da questão, quer se procure através de ordens de salários-mínimos, quer através da fixação de preços e do racionamento, quer através do fornecimento de um consumo socializado, gratuito (Kyrk, 1923, p. 63).

Para finalizar essa parte sobre Hazel Kyrk e sua importância para a área de economia, destaca-se abaixo algumas de suas contribuições.

Quadro - Resumo das contribuições de Hazel Kyrk

Consumidores	Entende-se como sendo todos nós, o público em geral; a busca e a realização de interesses comuns o que define os grupos de consumidores. Quando se trata de uma definição formal, a palavra "consumo" abrange duas coisas distintas: a utilização de bens na satisfação das necessidades humanas e, também, a despesa de dinheiro. Em contrapartida ao papel passivo do consumidor como “utilizador” de bens, ele aparece como uma força ativa, com necessidades e propósitos que
--------------	---

	procura realizar através do processo econômico organizado da escolha.
O problema do controle e da orientação da atividade econômica	O estudo do consumo nos leva a ele, pois é enquanto "escolhedores" de bens econômicos que os consumidores desempenham o seu papel na organização e na direção dos assuntos industriais. E o problema do consumo, é fundamentalmente um problema de escolha, de seleção entre valores. A ligação entre os processos de produção e os de consumo está nas escolhas dos consumidores que, dentro dos limites fixados pela política geral, da eficácia da produção e do rendimento individual, manifestam-se no mercado e resultam em modos de vida objetivos. Somente em uma sociedade organizada por preços o consumidor tem o poder de escolha e o processo de produção está mesmo nominalmente sob seu controle.
Desperdício	As possibilidades de "desperdício" são muito maiores na aplicação de recursos para fins indesejáveis do que no manuseio inapropriado após as mercadorias terem tomado formas tangíveis e estarem nas mãos do consumidor.
Liberdade	A diferença entre um poder de ação formal e um poder de ação real pode ser vista através da "liberdade"; que significa simplesmente que há poucas, ou nenhuma, limitações políticas sobre a atividade do indivíduo. No entanto, existem todos os tipos de tentativas deliberadas de moldar e influenciar as crenças religiosas e políticas do indivíduo até que, de certo ponto de vista, o indivíduo parece bastante impotente para formar julgamentos independentes. Além de limitações econômicas que podem seriamente limitar a liberdade individual verdadeira
O problema da Escassez	É através da dimensão da renda, juntamente com a necessidade de um esforço contínuo e sustentado na produção para garanti-la, que o indivíduo enfrenta o problema econômico fundamental, o problema da escassez. Os resultados de uma grande desigualdade na renda são surpreendentes na falta de economia e de eficiência com que os recursos produtivos são aplicados às necessidades da sociedade. Existem duas maneiras de aumentar a renda real do indivíduo: através de uma expansão dos poderes produtivos da sociedade, de uma maior soma total de bens; e através de um aumento da sua cota de distribuição, dos seus rendimentos monetários
O controle de preço	É um instrumento útil para assegurar uma distribuição econômica de uma oferta insuficiente de um determinado produto entre os consumidores. Os preços máximos fixados destinam-se a evitar ou anular um aumento dos preços devido a essa escassez. Mas se os preços não forem autorizados a subir em caso de escassez, o fardo será suportado igualmente pelos ricos e pelos pobres. Mesmo com todas as suas dificuldades e problemas, o controle de preços é uma tentativa de manter um mínimo social, um nível de vida, abaixo do qual nenhuma classe pode cair, independentemente das diferenças de poder de compra.

FONTE: Relatório Final PIBIC/UFSC, 2022/2023.

CAPÍTULO 6 - Pensamento Keynesiano **O que veremos?**

- Pensamento keynesiano e os pós keynesianos
Ester Boserup (1910-1999)
Joan Robinson (1903-1983)

Pensamento keynesiano e os pós-keynesianos

Para Ferrari (1991), o principal objetivo da teoria pós-keynesiana são: criticar e refutar o paradigma neoclássico cada vez mais difundido na teoria econômica. Os pós-keynesianos, ao resgatarem a essência do pensamento de Keynes, desenvolveram algumas linhas de pesquisa em Economia que estão associadas à ideia de economia monetária de Keynes, "(...) economia na qual as variações de pontos de vista sobre o futuro são capazes de influenciar a quantidade de emprego e não somente sua direção".

As discussões estão quase sempre centradas no papel da incerteza, no caráter histórico do tempo e no papel da moeda e das instituições financeiras. Dentre os economistas que desenvolvem estudos em teoria pós-keynesiana, destacam-se dois grupos de pensamento econômico: os keynesianos de Cambridge e os keynesianos "fundamentalistas".

Os keynesianos de Cambridge, Inglaterra, cujos principais representantes são Joan Robinson, N. Kaldor, R. Harrod e L. Pasinetti, foram os primeiros a questionarem a teoria ortodoxa "keynesiana" a partir das óticas do crescimento e da distribuição de renda.

Partindo do pressuposto de que os modelos neoclássicos de crescimento e de distribuição de renda são incompatíveis com a visão capitalista de Keynes, esses keynesianos criticam e refutam a consistência lógica e o realismo da teoria neoclássica do capital.

Os keynesianos "fundamentalistas", de certa maneira identificados com o *Journal of Post Keynesian Economics*, cujos expoentes são P. Davidson e H. Minsky, desenvolveram seus trabalhos a partir de três frentes de pesquisa que não deixam de ser interdependentes: o papel da incerteza, a natureza da moeda e a instabilidade do sistema financeiro.

Destacaremos duas pensadores: Joana Robinson como representante do pensamento keynesiano e Ester Boserup que também tratou, no escopo do keynesianismo, do tema do desenvolvimento econômico.

Vida, Obra e contribuição de Joan Robinson (1903-1983)

Joan Robinson nasceu em 1903 em uma família de intelectuais de classe média em Surrey, na Inglaterra. Seu avô paterno, F.D. Maurice, autor de obras filosóficas, esteve envolvido nas primeiras tentativas de estabelecer a educação superior para mulheres na Inglaterra, em 1848. Seu pai era um historiador militar, biógrafo e jornalista. Seu tio Edward Marsh era um estudioso, apreciador das artes e colecionador de esculturas e pinturas, cuja influência fez Joan Robinson desenvolver o mesmo interesse artístico.

Como uma aluna brilhante, Joan teve a oportunidade de estudar na Escola St Paul para Meninas e, em 1921, ganhou a Bolsa Gilchrist de estudos para o Girton College, em Cambridge, numa época em que era incomum para uma menina frequentar a universidade mesmo se ela fosse das classes altas. Ela concluiu sua graduação em economia em 1925, mas não obteve seu diploma na Universidade de Cambridge até 1948, já que esse direito só foi permitido às mulheres a partir desse ano. O ensino teórico em economia em Cambridge naquela época era dominado pelas ideias de Marshall conforme interpretadas principalmente por Pigou e Shove.

Em 1926, Joan casou-se com Austin Robinson e viveu na Índia com ele, tendo se envolvido no apoio dos estados indianos contra as leis do governo britânico e ajudado o secretário de relações exteriores na apresentação do caso indiano para os estados indianos. Sua estadia na Índia introduziu-a às questões dos países subdesenvolvidos, com as quais ela permaneceu profundamente preocupada durante toda a carreira.

Os Robinsons retornaram a Cambridge em 1929. No início de 1930, discussões entre Joan Robinson, Richard Kahn, Austin Robinson e a teoria de Piero Sraffa deram origem ao conceito de concorrência imperfeita. Eles negavam a afirmação tradicional de que cada empresa era limitada apenas por suas próprias condições internas de produção, sugerindo que elas eram, na verdade, afetadas por questões externas relacionadas à demanda.

No auge da crise econômica da década de 1930, Robinson achou cada vez mais difícil aceitar a ortodoxia marshalliana. Ao contrário da doutrina do mercado de concorrência perfeita, composto por muitas pequenas empresas, Robinson ressaltou um mundo real composto por poucas grandes firmas que podiam operar abaixo da capacidade, como foi visto durante o período da Grande Depressão.

Ela também analisou as implicações dos monopólios e da exploração do trabalho. Robinson estabeleceu dois lados do monopólio, o mercado de trabalho monopolista e o mercado de bens monopolista. O primeiro era responsável pela exploração do trabalhador, que foi definida por Robinson como “um estado em que a remuneração de um fator é menor que o valor

de sua produção física marginal” (Robinson, 1933 [1969], pp. 310–11 *apud* Dimand, R.; Dimand, M.; Forget, 2000). O segundo aparecia quando os preços de mercado eram maiores que os custos de produção, tornando a curva de demanda menos elástica.

Em 1930, Robinson foi membra de um grupo de cinco economistas que se reuniam para discutir as ideias de Keynes. Ela interpretou a teoria de Keynes como reconhecimento da especificidade histórica do sistema capitalista de livre iniciativa, reconhecendo que a importância da sua obra estava “na mudança da concepção de equilíbrio para a concepção histórica; na mudança dos princípios da escolha racional para os problemas de decisões baseadas em suposições incertas ou convenções” (Robinson, 1973, p. 170). Ela acrescentou que “a outra metade da revolução keynesiana” se pautava no reconhecimento do papel dos salários monetários na influência dos preços em economias industriais (Robinson, 1973, p.173).

Em 1942, Robinson publicou *Um Ensaio Sobre Economia Marxista*, em que ela diferencia a abordagem histórica de Marx da teoria “a-histórica” ortodoxa, simpatizando com o método marxista. Em 1953, Robinson publicou seu famoso artigo “A Função de Produção e a Teoria do Capital”, onde ela afirma que “é impossível para um sistema chegar a uma posição de equilíbrio” (Robinson, 1953, p. 120 *apud* Dimand, R.; Dimand, M.; Forget, 2000). Em 1956, ela publicou *A Acumulação de Capital*, concluindo que a taxa de crescimento e a taxa de lucro dependem do progresso técnico e dos aumentos de produtividade, que são determinados pela acumulação de capital. Em 1963, publicou *Ensaio na Teoria do Crescimento Econômico*, onde ela busca distanciar a análise econômica de equilíbrio estático e *Filosofia Econômica*. Em “História versus Equilíbrio”, de 1974, ela se opôs novamente à “confusão neoclássica”, ao comparar diferentes situações de equilíbrio com uma análise histórica do processo de acumulação.

Joan Robinson morreu em agosto de 1983 aos 79 anos, em Cambridge, na Inglaterra.

Vida, Obra e contribuição de Ester Boserup (1910–99)

Ester Boserup nasceu em 1910 em uma família de classe alta em Copenhague, na Dinamarca. Antes mesmo de entrar para a universidade, ela já participava do Movimento Marxista Dinamarquês do ensino médio. Em 1929, ela começou a estudar economia na Universidade de Copenhague, onde conheceu Mogens Boserup, com quem se casou em 1929. Os dois trabalharam juntos até a morte de Boserup, em 1978.

Ester e Mogens Boserup foram membros importantes dos círculos intelectuais marxistas na Dinamarca na década de 1930. Ester Boserup foi, a partir de 1931, editora do

jornal marxista *Monde* (que mudou seu nome para *Plan* em 1932). Mais tarde, o casal se envolveu intimamente com o jornal *Clarte*, do movimento estudantil marxista. Apesar de marxistas e comunistas, os Boserup não eram ligados ao Partido Comunista da Dinamarquês (Larsen, 1986; Bredsdorff, 1982 *apud* Dimand, R.; Dimand, M.; Forget, 2000).

Em 1935, Ester Boserup se graduou em economia. De 1936 a 1947 ela trabalhou no Banco Central da Dinamarca no departamento de controle de câmbio, tendo se tornado chefe do departamento em 1938. Apesar disso, ela nunca deixou de publicar ativamente nos jornais marxistas. Em 1936, ela apresentou um artigo em um encontro nórdico para jovens pesquisadores economistas sobre Marx e Keynes, com ênfase na similitude dos dois autores, argumentando que a *Teoria Geral* reforçava o argumento de Marx contra a redução dos salários dos trabalhadores.

Em 1947, Ester e Mogens Boserup foram trabalhar em Genebra para a Divisão de Pesquisa do Secretariado da Comissão Econômica da Europa das Nações Unidas, de 1947 a 1957, e na Índia, de 1957 a 1960. Nessa época, o maior projeto de pesquisa em que trabalharam foi *O Drama Asiático: Uma Investigação Sobre a Pobreza das Nações*, de Gunnar Myrdal. O tempo que passaram em Genebra proporcionou aos Boserup que tivessem contato com muitos dos principais economistas europeus, como Gunnar Myrdal, Nicholas Kaldor e Jan Tinbergen.

Em 1960 o casal voltou para a Dinamarca. Ester trabalhou como pesquisadora autônoma em diferentes projetos, tendo publicado trabalhos que ficaram internacionalmente conhecidos, como *As Condições do Crescimento Agrícola: a Economia da Mudança Agrária sob Pressão Populacional* (1965). No livro, ela argumenta que a transição de formas menos intensivas do uso da terra para formas mais intensivas é motivada pelo crescimento populacional, responsável por conduzir os desenvolvimentos econômicos na agricultura. Contrariando a teoria malthusiana, Ester sustentava que a produção de alimentos acompanha o crescimento populacional, porque o crescimento da população é justamente resultado dos investimentos na agricultura que resultam em maior produtividade per capita (Boserup, 1965 *apud* Dimand, R.; Dimand, M.; Forget, 2000).

Ester também analisou a questão feminina. Seu livro *O papel das mulheres no desenvolvimento econômico*, de 1970, critica o apagamento do papel das mulheres no cultivo agrícola e sua subjugação como trabalhadoras não pagas na terra dos maridos fazendeiros. Em 1981, ela publicou *Population and Technological Changes* como uma continuação do livro de 1965, na tentativa de “ampliá-lo e aprofundá-lo”. Na mesma linha do desenvolvimento econômico ela publicou, em 1990, *Relações Econômicas e Demográficas no Desenvolvimento*.

Ester foi nomeada doutora honorária da Universidade Holandesa de Agricultura em Wageningen (1978), da Universidade de Copenhague (1979) e da Universidade Brown, de Rhode Island (1985), além de ganhar diversos prêmios. Ester Boserup morreu no ano de 1999. Sem ser vinculada a nenhuma escola de pensamento, ela foi reconhecida como uma economista de raízes marxistas que teve destaque nas áreas da teoria do desenvolvimento, economia agrícola e no debate sobre as mulheres.

CAPÍTULO 7 - Pensamento latino-americano e brasileiro

O que veremos?

- Pensamento latino-americano e brasileiro
- Vida e obra de María Lugones (1944-2020)
- Vida e obra de Maria da Conceição Tavares (1930-2024)
- Vida, obra e contribuição de Lélia Gonzalez (1935-1994)

Pensamento latino-americano e brasileiro

É importante destacar que, numa releitura da história do pensamento econômico é necessário considerar o papel das mulheres pensadoras a margem das discussões no cenário euro-americano. Por isso, nosso objetivo é resgatar o trabalho de pensadoras latinas. São resgatadas María Lugones e sua contribuição para o pensamento decolonial e a vida e obra de Maria da Conceição Tavares e Lélia Gonzalez.

Vida e obra de María Lugones (1944-2020)

Maria Cristina Lugones foi uma filósofa argentina graduada com honras na Universidade da Califórnia, reconhecida pelas suas contribuições teóricas aos feminismos decoloniais, o seu ativismo como mulher de cor nos Estados Unidos e, posteriormente, na Bolívia. Como uma costura que pode nos ajudar a fechar e curar a ferida colonial, inspirada em Audre Lorde, a sua metáfora das “peregrinações” ou “viagens pelo mundo” é decisiva para uma poética política feminista de coalizões.

Lugones nasceu na cidade de Buenos Aires, em 26 de janeiro de 1944. Sua infância transcorreu em Los Toldos e na cidade de Morón, onde a sua família tinha uma casa de fim de semana. A sua morte ocorreu na cidade de Syracuse, Nova York, Estados Unidos, em 14 de julho de 2020.

A família Lugones estava formada por duas filhas e dois filhos. A mãe era de ascendência catalã de origem humilde. O pai foi o primeiro reitor da Faculdade de Bioquímica da Universidade de Buenos Aires, presidente do centro estudantil em 1932 e presidente da Federação Universitária dois anos depois.

O tratamento hostil do pai para com Lugones se manifestou já na adolescência. A liberdade de exercer sua sexualidade foi punida pelo pai com o confinamento e, posteriormente, com um tratamento psiquiátrico cruel em um Hospital. Essa situação levou Maria a decidir viajar para os Estados Unidos. É nesse novo contexto que ela vivencia sua identidade lésbica e de mulher de cor.

Em 1973 obteve o Mestrado em Filosofia no Departamento de Filosofia da University of Wisconsin, Madison. Em 1978 obteve o título de Doutora em Filosofia pela mesma universidade, com uma tese sobre moralidade e relações pessoais e institucionais, que teve como foco o conceito de amizade na *Ética a Nicômaco*, de Aristóteles.

Costumava se definir como uma pedagoga popular, o que lhe valeu a inserção nas comunidades latinas e chicanas; nessa linha, fundou a “Escuela Popular Norteña” em Valdés, Novo México. Além de começar a trabalhar com grupos feministas em Madison, ela se aprofundou nos métodos pedagógicos de Paulo Freire e Myles Horton.

Chamada de “La Negra” pela sua família, Lugones começou a perceber o racismo e a homofobia muito cedo. Como pensadora da coalizão “Mulheres de Cor”, foi fiel à linha de pensamento de chicanas e afro-americanas como Gloria Anzaldúa, Audre Lorde, Chela Sandoval e Patricia Hill Collins.

No final da década de 1980 escreveu o artigo “Playfulness, ‘World’-Travelling, and Loving Perception”, publicado na Revista *Hypatia* em 1987. Ela vivenciou o “viajar-mundos” desta forma: “Pode-se viajar entre “mundos” e pode-se habitar mais de um desses “mundos” ao mesmo tempo” (1987: 10-11). No início da década de 1990, conheceu a experiência da Oficina de História Oral (THOA) em La Paz, Bolívia, fundada pela socióloga boliviana Silvia Rivera Cusicanqui. Filomena Miranda Casas foi a sua professora de aimará, língua que começou a aprender em diversas viagens, quando a sua saúde lhe permitia. A cosmovisão aimará, a exploração capitalista e a opressão colonial selaram seu compromisso com os feminismos de Abya Yala.

Lugones conheceu o sociólogo peruano Aníbal Quijano na Binghamton University de Nova York, onde lecionou como professora no Departamento de Literatura Comparada e no Programa de Estudos sobre Mulheres, Gênero e Sexualidade. Quijano começou a perceber a sofisticação de seu pensamento. Ela contestou a sua tese sobre o conceito de “colonialidade do poder” em um texto publicado em 2006, o que, para Quijano, significou uma epifania para sua própria teoria.

Na década de 1990 María Lugones já fazia parte do programa modernidade/decolonialidade, ou virada decolonial, ao lado de Walter Dignolo e Catherine Walsh, entre outros. Suas contribuições foram fundamentais para o feminismo decolonial, ao que pôde também oferecer subsídios para o problema da colonialidade de gênero, raça e decolonialidade (Bidaseca, 2021).

De acordo com Lugones, em *Colonialidad y género* (2008), os feminismos de mulheres racializadas, vigentes tanto nos Estados Unidos quanto nos países de Terceiro Mundo, e as

versões feministas da jurisprudência, contribuíram para que o tema da interseccionalidade ganhasse evidência, desnudando o teor hegemônico – e orientado pela e para a branquitude – presente em grande parte das lutas com vistas à libertação da mulher.

Conforme Aníbal Quijano (2000 *apud* Lugones, 2008), o poder capitalista orbita a modernidade e a colonialidade do poder, estruturada por meio da dominação e do conflito da subjetividade, do sexo, do trabalho, dos recursos e produtos dos seres humanos. É a colonialidade do poder que classifica a sociedade em termos de raça, e a análise de seu funcionamento permite que haja a compreensão do desenrolar dos conflitos por sexo, trabalho, recursos e etc., no decorrer da história. O termo “colonialidade do poder” revela, assim, que os conflitos históricos se expressam na colonialidade, no poder capitalista eurocentrado.

A já mencionada interseccionalidade presta o importante papel de mostrar como algumas opressões, oriundas das categorias geradas pela colonialidade do poder e invisibilizadas sob a categoria “mulher”, precisam ser compreendidas e combatidas na luta a favor das mulheres. Tendo em vista, por exemplo, as categorias “mulher” e “negro”, é importante pontuar a falha da interseccionalidade em abarcar a “mulher negra”, uma vez que essas categorias não conseguem contemplar precisamente a vivência de uma mulher negra. É a partir daí que, mostrando-nos o que se perde com a intersecção de categorias, a interseccionalidade estende uma tarefa aos estudiosos: a de reconceitualizar as categorias firmadas e a intersecção em si, compreendendo gênero e raça como fusionados, para que possamos enxergar e dar voz às mulheres racializadas (Lugones, 2008).

Conforme trazido por María Lugones (2008), os medos sexuais dos colonizadores das Américas, que consideravam a sexualidade como binária quando em relação aos homens e mulheres brancos e burgueses, levaram-nos a imaginar os indígenas americanos como seres hermafroditas e intersexuais, dotados de um físico díspar e, portanto, apartados da categorização binária da sexualidade. O que essa interpretação colonial exhibe é quão vinculado às categorias de raça e de classe está o conceito da divisão sexual, precedendo a suposta determinação biológica dos seres vivos e firmando-se sobre categorias pensadas, de modo a perpetuar o imaginário elaborado pelos detentores do poder: “*La asociación colonial entre anatomía y género es parte de la oposición binaria y jerárquica, central a la dominación de las anahembras1 introducida por la colônia*” (Lugones, 2008, p. 87).

Segundo a pesquisadora oxunista nigeriana Oyéronké Oyewùmi, em *La Invención de las Mujeres* (1997), a imposição das raças seguida da inferiorização dos africanos e das “*anahembras*” foi crucial para o processo de colonização, restringindo as possibilidades para tais grupos e destituindo-os de espaços econômicos importantes (Oyewùmi, 1997 *apud*

Lugones, 2008). Foi forçadamente produzida, portanto, a inferiorização cognitiva, política, econômica e reprodutiva das mulheres racializadas.

Por sua vez, a nativa americana Paula Gunn Allen, em *The Sacred Hoop. Recovering the Feminine in American Indian Traditions* (1986), interpreta a inferiorização imposta às mulheres indígenas como algo umbilicalmente vinculado à dominação e transformação da vida tribal, a qual teve grande metamorfose na sua estrutura social, no seu entendimento de gênero e na sua distribuição econômica, que anteriormente seguia um sistema de reciprocidade (Lugones, 2014). A autora atenta para o fato de que a heterossexualidade integrante das relações de gênero vigentes é produzida pela colonialidade e pela modernidade, estando presente na totalidade da colonialidade do gênero e, portanto, integrando diversas formas de opressão.

Em resumo, María Lugones (2008) define a conformação do sistema moderno/colonial de gênero como algo oriundo de processos lentos e heterogêneos proporcionados pela colonialidade do poder, que agiram em prol da inferiorização das mulheres colonizadas, utilizando para tal as categorias de gênero e raça. Importante frisar que a colonialidade do poder e o sistema de gênero não possuem uma “ordem de origem”, sendo um constitutivo do outro, ainda que ambos se sustentem: “*el sistema de género moderno colonial no puede existir sin la colonialidad del poder, ya que la clasificación de la población em términos de raza es una condición necesaria para su posibilidad*” (Lugones, 2008, p. 68). A problematização do dimorfismo biológico, tendo em vista a construção dicotômica do gênero, presta um papel importante na compreensão. O termo “*anahembras*” refere-se ao conceito de fêmea, no sentido anatômico, estabelecido na sociedade Yoruba das opressões impostas pelo sistema colonial/moderno de gênero, e é a partir dessa problematização que o combate a esse sistema encontra vazão.

Vida e obra de Maria da Conceição Tavares (1930-2024)

Maria da Conceição Tavares, uma importante economista brasileira, nasceu em Portugal em 1931. Depois de se formar em matemática na Universidade de Lisboa em 1953, Tavares imigrou para o Rio de Janeiro em 1954 e tornou-se cidadão brasileiro em 1957. Em meados e final da década de 1950 trabalhou como estatística em instituições governamentais e formou-se economista na Universidade do Brasil (atual Universidade Federal do Rio de Janeiro, UFRJ). A virada em sua vida profissional ocorreu em 1960-61, quando fez pós-graduação no Centro de Desenvolvimento Econômico criado em conjunto pela CEPAL (Comissão Econômica das Nações Unidas para a América Latina, conhecida como CEPAL nos países da América Latina)

e o BNDE (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico do Brasil) no Rio. Na CEPAL, Tavares foi fortemente influenciado por conhecidos economistas estruturalistas latino-americanos, como Raul Prebisch, Celso Furtado e, principalmente, Aníbal Pinto. O trabalho de Tavares tem sido muito na tradição da abordagem histórico-estrutural da CEPAL, sem quaisquer vestígios de sua formação matemática. Em 1961 foi convidada a integrar o Centro de Desenvolvimento Económico, o que fez; ela também lecionou em meio período no Departamento de Economia da UFRJ (Boianovsky, 2000).

Durante os anos 1960 e início dos anos 1970 Tavares produziu para a CEPAL alguns ensaios sobre o desenvolvimento da economia brasileira, que logo se tornaram clássicos e firmaram sua reputação como uma das principais intérpretes da industrialização substitutiva de importações no Brasil. Após passar quatro anos na sede da ECLA em Santiago do Chile, retornou ao Brasil em 1972 e, ao deixar a ECLA em 1974, envolveu-se profundamente com a criação de programas de pós-graduação em economia na UFRJ e na Universidade de Campinas (UNICAMP). Como parte de sua nova posição como professora universitária e pesquisadora em tempo integral, Tavares escreveu duas longas peças sobre o padrão cíclico de crescimento econômico no Brasil na década de 1970. Participou intensamente dos debates sobre desenvolvimento econômico e política econômica no Brasil, incluindo a polêmica dos anos 1970 sobre as causas e efeitos da distribuição desigual de renda e as reações à crise da dívida e aos ajustes recessivos dos anos 1980. Tavares se aposentou de seus cargos universitários em meados da década de 1990 e, como membro do Partido Trabalhista, foi eleita para o Congresso Brasileiro em 1995 (Tavares, 1975 *apud* Boianovsky, 2000).

A contribuição mais influente de Tavares para a literatura sobre a industrialização brasileira pode ser encontrada em seu primeiro ensaio, publicado em inglês e espanhol no Boletim Econômico para a América Latina da CEPAL. Vale ressaltar que, além de uma nota de rodapé, não foi atribuída a autoria do ensaio de 1964. Assim, Hirschman (1968 *apud* Boianovsky, 2000) se referiu ao artigo de 1964 como 'influyente', sem citar o nome do autor, mas retificou que na reimpressão de 1971. A obra de Tavares de 1964 foi considerada a primeira análise sistemática da dinâmica do processo de substituição de importações no Brasil e na América Latina e, particularmente, de seu esgotamento no início dos anos 1960 (Boianovsky, 1988; Amor, 1994 *apud* Boianovsky, 2000).

De acordo com Tavares (1964 *apud* Boianovsky, 2000), a dinâmica do processo de desenvolvimento por substituição de importações pode ser considerada como 'uma série de respostas aos sucessivos desafios apresentados pelas restrições no setor externo, em virtude das quais a economia torna-se gradualmente menos quantitativamente dependente de fontes

externas, e também efetua uma transformação na natureza dessa dependência'. Historicamente, o processo de substituição de importações na América Latina começou como uma reação aos gargalos externos impostos pela depressão mundial na década de 1930. Em sua primeira fase, a substituição concentra-se na produção doméstica de bens de consumo não duráveis previamente importados, pois as exigências tecnológicas são mais simples e menos intensivas em capital nesse setor e, mais importante, há um maior mercado inexplorado para esses bens. Dado o padrão de distribuição de renda que prevalecia no início da industrialização substitutiva de importações, a produção industrial doméstica estava principalmente voltada para o atendimento da demanda insatisfeita dos grupos de alta renda. Nas etapas iniciais do processo, o mercado se expandiu pelo aumento da renda desses grupos e pela incorporação dos trabalhadores empregados nos novos setores dinâmicos. No entanto, como explica Tavares a substituição de importações se estende aos bens de consumo duráveis, seu crescimento é decidido basicamente apenas pelo poder de compra das faixas de alta renda, já que a relação capital-produto, agora mais elevada, impede a absorção massiva de mão de obra, e, além disso, grandes setores da população não podem participar do mercado de bens de consumo duráveis devido ao seu alto preço relativo. Ao mesmo tempo, a estrutura de importação muda por um declínio na proporção de bens de consumo e um aumento na proporção de bens intermediários e de capital.

Outra característica importante do processo de industrialização é que, dada a sua natureza substitutiva, a tecnologia adotada é importada de países desenvolvidos. Isso coloca obstáculos para a continuação do processo quando se torna necessário iniciar a substituição em setores produtivos com crescentes problemas de escala e complexidade tecnológica, a saber, os setores de bens intermediários e de bens de capital. Para Tavares, o gargalo externo estimulou o processo de industrialização apenas na medida em que havia demanda interna inexplorada de importação de bens de consumo, o que levou à expansão do mercado interno e conseqüente demanda por capital e bens intermediários mercadorias, seguida por outra rodada de gargalo e substituição externa. A partir do momento em que o processo chega a um estágio em que as importações ainda não substituídas consistem principalmente de bens de capital e intermediários, e, além disso, os setores de bens de consumo esgotaram o mercado criado pelo gargalo externo, 'este último deixa de atuar como incentivo ao investimento e daí ao crescimento, e torna-se apenas um obstáculo, cuja remoção não pode mais ser o motivo subjacente à dinâmica da economia. Nessa perspectiva, o problema estratégico enfrentado pela economia brasileira no início da década de 1960, segundo Tavares, era como fazer a transição de um modelo de substituição de importações para um modelo de crescimento autossustentável.

Ela sugeriu que o aumento da relação capital-produto observado na economia brasileira levaria (sob a premissa de capacidade totalmente utilizada) a retornos decrescentes na indústria como um todo, seguido por uma desaceleração na taxa de crescimento econômico (Boianovsky, 2000).

O sabor estagnacionista das seções finais de Tavares (1964 *apud* Boianovsky, 2000) foi difundido no pensamento estruturalista latino-americano no final do período de substituição de importações em meados da década de 1960 e foi reforçado pelo desenvolvimento de 'teoria da dependência' na época. No entanto, a economia latino-americana e especialmente a economia brasileira voltou a crescer rapidamente no final da década de 1960. Isso foi acompanhado por um curto período de crise na escola de pensamento da CEPAL, pois as teorias estagnacionistas haviam negligenciado o padrão cíclico do desenvolvimento capitalista e as transformações no sistema capitalista mundial. Foi nesse contexto que Tavares e Serra escreveram em 1971 um ensaio que tem sido descrito como 'a primeira crítica das teorias estagnacionistas' na América Latina (Palma, 1987 *apud* Boianovsky, 2000).

Tavares e Serra (1973 *apud* Boianovsky, 2000) afirmavam que, em vez de um sinal de estagnação estrutural de longo prazo, a crise que se seguiu ao declínio do processo de substituição nas economias latino-americanas deveria ser interpretada como uma condição transitória para um novo padrão de desenvolvimento capitalista, com o reforço de algumas características do modelo de crescimento substitutivo (como a distribuição desigual de renda), mas também apresentando características dinâmicas ausente deste último. Para compreender o novo modelo, Tavares e Serra tentaram, em primeiro lugar, dissipar a noção de que a estagnação era uma consequência necessária de uma relação capital-produto crescente. Apontaram que a relação capital-produto é uma variável *ex post*, ou seja, um resultado e não um determinante do processo econômico. A variável relevante na determinação da demanda de investimento é a taxa de lucro esperada. A retração econômica brasileira de meados da década de 1960 foi provocada pela impossibilidade de a taxa de investimento sustentar o crescimento econômico após o esgotamento da substituição de importações. A falta de novos investimentos maciços foi explicada por problemas relacionados à composição da demanda (distribuição de renda altamente concentrada e demanda de baixo consumo dos setores médios) e à falta de financiamento (relação salarial-excedente), que foram resolvidos por meio da distribuição ascendente de renda em favor dos grupos médio e alto e redução dos salários reais dos trabalhadores de baixa qualificação. As reformas financeiras introduzidas em meados da década de 1960 foram fundamentais para a transferência do excedente (lucros corporativos) para o

financiamento da compra de bens de consumo duráveis pelas classes médias e estão por trás do estabelecimento do que Tavares chama de capitalismo financeiro no Brasil.

As principais características da nova fase de crescimento econômico da economia brasileira nas décadas de 1960 e 1970 (após o declínio do processo de substituição de importações) consistem na crescente importância dos bens de consumo duráveis na estrutura produtiva acompanhada de mudanças nas tendências distributivas e pela demanda de investimentos realizada basicamente por empresas estrangeiras do setor moderno em resposta ao crescimento da demanda por 'bens de luxo'. O processo de incorporação e disseminação do progresso técnico liderado pelas empresas multinacionais provoca ciclos de modernização nos setores dinâmicos e acentua a heterogeneidade estrutural da economia. As interações entre distribuição de renda, demanda de investimento e estrutura produtiva proposta por Tavares e Serra foram formalizadas por Bacha e Taylor em um modelo de três setores com oferta elástica de mão de obra não qualificada, levando a uma espiral de crescimento desigual (Boianovsky, 2000).

As peculiaridades do processo de acumulação de capital em economias dependentes e subdesenvolvidas como o Brasil foram aprofundadas por Tavares em diversos estudos realizados na década de 1970 onde ela afirmou que, além da contradição geral salário-lucro, as economias desenvolvidas são assoladas por uma contradição específica entre consumo capitalista (ou seja, trabalhadores do setor moderno com altos salários) e consumo do trabalhador. Nesse estágio, Tavares sentiu-se atraída pela conhecida divisão kaleckiana da economia em três departamentos, que aplicou para investigar as 'desproporções dinâmicas' entre a composição da demanda e a capacidade produtiva do sistema econômico. Ela argumentou que (seguindo os fatos estilizados mencionados acima e adotando uma estrutura de análise kaleckiana) um crescimento contínuo dos lucros a uma velocidade superior ao crescimento dos salários só é possível se a taxa de investimento for acelerada, ou seja, o setor de bens de capital deve expandir continuamente à frente dos outros setores. Apesar da taxa de lucro crescente, a taxa de investimento acabará por diminuir devido ao excesso de capacidade gerado no setor de bens de capital (e, com isso, a taxa de lucro também diminuirá no final), o que explica a virada superior. A virada mais baixa é decidida, como antes, pela recuperação do setor produtor de bens de consumo duráveis para o consumo capitalista.

Como apontam Tavares e Serra (1973 *apud* Boianovsky, 2000), o ciclo de crescimento em países dependentes como o Brasil é mais curto do que nas economias do centro desenvolvido, pois a inviabilidade da generalização interna do progresso técnico juntamente com o a distribuição desigual de renda abrevia os períodos em que o excedente cambial deve

ser reorientado ainda mais intensamente e provoca ciclos curtos e intensos de crescimento da capacidade produtiva e do consumo (Boianovsky, 2000).

Com a crise da dívida e ajuste recessivo após o início dos anos 1980, Tavares mudou o foco de seus esforços analíticos do estudo do processo de desenvolvimento econômico desigual dos anos 1960 e 1970 para a discussão de alternativas de política econômica durante o período de 'estagflação' na América Latina. economia americana. A crise do dólar e o primeiro choque do petróleo no início da década de 1970 foram os primeiros sintomas de que o longo boom da expansão capitalista do pós-guerra havia chegado ao fim. A quebra da hegemonia norte-americana na época foi acompanhada pela introdução de um sistema de câmbio flutuante e pela liberalização financeira internacional, que, juntamente com o choque do petróleo, trouxeram um período de crescimento liderado pela dívida no Brasil, em grande parte baseado no endividamento por empresas estatais (Tavares; Teixeira, 1981 *apud* Boianovsky, 2000). Segundo Tavares, as políticas econômicas seguidas pelos EUA desde 1979 (o chamado 'choque Volcker'), com a combinação de uma política fiscal expansionista e uma política monetária restritiva, resultaram em taxas de juros mais altas e na atração de fluxos financeiros para aquele país. Isso marcou o início do que Tavares (1985 *apud* Boianovsky, 2000) chamou de 'renascimento da hegemonia americana, que levou outros países industrializados a redirecionar suas próprias políticas para alinhá-los com o centro americano. Isso, somado à súbita interrupção dos empréstimos externos em 1982, forçou o Brasil (e outros países da América Latina) para implementar um processo de ajuste drástico; e para realizar mudanças profundas em sua estrutura comercial.

A drástica redução do ritmo de crescimento da economia brasileira na década de 1980 e início da década de 1990, aliada ao intenso processo inflacionário, decorreram das políticas macroeconômicas adotadas na tentativa de reverter os crescentes desequilíbrios domésticos e internos, conforme discutido por Tavares (1993 *apud* Boianovsky, 2000) em trabalho apresentado em reunião realizada em Washington no Banco Interamericano de Desenvolvimento em janeiro de 1993. Tavares argumentou que a política monetária restritiva implementada por meio do aumento da dívida pública era ineficaz no Brasil, pois a dívida emitida pelo governo em aberto mercado funciona como 'dinheiro indexado' com alta liquidez, no que ela descreveu como 'carrossel financeiro'. Além disso, as desvalorizações da taxa de câmbio não costumam afetar os preços relativos dos bens comercializáveis, mas, ao contrário, tiveram um forte impacto sobre a dívida das empresas estatais e sobre o nível de preços internos devido ao aumento dos preços dos bens intermediários importados.

Mais importante, como aponta Tavares (1993 *apud* Boianovsky, 2000), a taxa de juros e a taxa de câmbio funcionam como 'preços de referência' para a formação das expectativas e para o nível médio dos *mark-ups* sobre os custos por produtores, o que significa que o aumento das taxas de juros e câmbio tem um efeito perverso em economias inflacionárias sem um padrão monetário confiável. Após a retomada de uma entrada líquida positiva de recursos externos no início da década de 1990, e o conseqüente aumento das reservas, o governo brasileiro desvendou com sucesso o mecanismo de indexação que perpetuou a inflação e alcançou a estabilização por meio da criação de uma nova moeda e do uso do câmbio taxa como âncora nominal. Tavares, no entanto, tem criticado a recente exposição excessiva do Brasil a movimentos cíclicos de capital de curto prazo, que ela descreveu como uma 'nova forma de dependência'. Numa reflexão metodológica sobre a crise da teoria econômica, Tavares criticou a economia ortodoxa por negligenciar o fato de que a acumulação de capital e o progresso tecnológico não são propícios à felicidade humana no atual estado de instabilidade e imprevisibilidade da economia mundial. No que diz respeito aos países latino-americanos, a questão básica, segundo Tavares (1990 *apud* Boianovsky, 2000), não é a distância entre crescimento e estagnação, mas o fato de que várias décadas de 'modernização conservadora' não afetaram a matriz estrutural desigual do capitalismo em suas economias.

Vida, obra e contribuição de Lélia Gonzalez (1935-1994)

Lélia de Almeida Gonzalez, antropóloga, filósofa, professora e ativista feminista e do movimento negro, nasceu no dia 1º de fevereiro de 1935 em Belo Horizonte, e faleceu em 10 de julho de 1994, na cidade do Rio de Janeiro. Seu nome de nascimento é Lélia de Almeida. Foi a décima-sétima de uma família com dezoito filhos. Assim como seus irmãos mais velhos, trabalhou desde cedo; seu primeiro emprego foi como babá. Mas, diferentemente do restante da família, teve mais oportunidades educacionais e seguiu seus estudos em escolas públicas. Lélia conseguiu isso em parte pelo fato de seu irmão mais velho, Jaime de Almeida, ter sido jogador de futebol. Depois do Colégio, cursou a universidade; obteve os títulos de bacharel em História e Geografia e em 1962, tornou-se bacharel em Filosofia pela Universidade Estadual da Guanabara, atual UERJ (Rios, 2021).

No ambiente universitário Lélia conheceu e se casou com Luiz Carlos Gonzalez, em 1964, de quem recebeu o sobrenome que carregou por toda a vida. O matrimônio foi marcado por amor, cumplicidade e reflexão racial, mas foi responsável por um grande trauma em sua vida por conta da rejeição que Lélia sofreu por parte da família (europeia) de seu marido, que

não admitiu o laço conjugal. Tal acontecimento é retratado nas palavras da própria Lélia Gonzalez:

No Brasil, é aceitável que um homem branco tenha um caso com uma mulher negra, mas casamento é outro assunto. Quando eles descobriram que nos casamos, ficaram furiosos. Me chamaram de preta suja. Era isso que eu tinha me tornado aos olhos deles, apesar da minha educação, apesar da minha posição (Gonzalez, 2020a, p. 283-284).

Gonzalez lecionou em universidades como a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), a Universidade Gama Filho (UGF), a Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), e, também, em Colégios, como o Santo Inácio e o Colégio de Aplicação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (CAP-UERJ). Lélia Gonzalez não atuou apenas no âmbito acadêmico, mas sobretudo na esfera social e política. Fez parte do grupo de fundadores do Movimento Negro Unificado - MNU, principal canal de ressurgimento da luta pela igualdade racial, nos anos 70, do Instituto de Pesquisa das Culturas Negras do Rio de Janeiro – IPCN-RJ, do Nzinga Coletivo de Mulheres Negras, do Olodum (Salvador). No período de 1981-1984 compôs o primeiro diretório nacional do Partido dos Trabalhadores - PT, sempre preocupada com o ponto de vista marxista do PT sobre a questão racial. Foi candidata a deputada federal em 1982, com sua exclusão da coordenação do MNU, seguida a decepção com o PT do Rio de Janeiro. Apesar de suas críticas ao PT, Gonzalez considerava que o fundamental era o compromisso do partido com o movimento social.

Em 1983, publicou um artigo na Folha de São Paulo com uma crítica ao programa de TV veiculado pelo PT, que foi apresentado em rede nacional sem mencionar a questão racial. Entre os temas abordados pelo PT, não houve referência à situação da população negra nem ao racismo. Lélia considerou a atitude como “racismo por omissão”, um dos aspectos da ideologia do branqueamento (Gonzalez, 2021).

Gonzalez foi assessora de Benedita da Silva, eleita vereadora no Rio Janeiro, de 1983-84. Em 1985, desfilou-se do PT do Rio de Janeiro por não ter trabalho efetivo na questão racial, e em 1986, se candidatou à deputada estadual pelo PDT. Participou da assembleia constituinte em 1987. Em 1989, foi exonerada do cargo no Planetário da Gávea e rompeu com o PDT. No período de 1991 a 1994 atuou no centro Hilton Cobra. Quando faleceu, em 10 de julho de 1994, ocupava o cargo de diretora do Departamento de Política e Sociologia da PUC-Rio.

Dentre os seus ensaios se destacam: *Racismo e Sexismo na Cultura Brasileira* (1983), *A mulher negra no Brasil* (1984), *Por um Feminismo Afro-latino-Americano* (1988), *A categoria político-cultural de amefricanidade* (1988), ed dentre seus artigos, *E a trabalhadora negra, cumé que fica?* (1982), no Jornal Mulherio, *A questão negra no Brasil* (1981), nos Cadernos

Trabalhistas, *A importância da organização da mulher negra no processo de transformação social* (1988), no Jornal Raça e Classe.

Entre os livros publicados estão *Lugar de Negro* (1982), em coautoria com o sociólogo argentino Carlos Hasenbalg, *Festas Populares no Brasil* (1987), premiado na Alemanha, *Primavera para as rosas negras: Lélia Gonzalez em primeira pessoa* (2018), compilação de artigos, textos e depoimentos de Lélia e de entrevistas com pessoas que conviveram com essa intelectual, organizado pela União dos Coletivos Pan-Afrikanos de São Paulo, e *Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, interpretações e diálogos* (2020), que é uma reunião de artigos, textos e entrevistas de Lélia Gonzalez.

Algumas contribuições de Lélia

Para Rios; Lima (2020), Gonzalez teceu críticas aos chamados intérpretes do Brasil. Destacou o arianismo de Oliveira Vianna (1883-1951); o elogio a mestiçagem de Gilberto Freyre (1900-1987); as tintas patriarcais das formulações de Caio Prado Jr (1907-1990); as relações raciais brasileiras de Florestan Fernandes (1920-1995) e a especificidade do capitalismo no Brasil e América Latina de Fernando Henrique Cardoso (1931-). No âmbito da sociologia faz uma interlocução com o pensamento sobre nação e relações raciais de Alberto Guerreiro Ramos (1915-1982) e com a escola baiana de Thales Olympio Góes de Azevedo (1904-1994). Na antropologia, estuda as formulações culturalistas de Arthur Ramos (1903-1949) e as reflexões estruturalistas de Roberto Da Matta (1936-).

Rios; Lima (2020) ainda destacam que Gonzalez foi influenciada pelo pensamento europeu. Foi particularmente impulsionada pelo Feminismo no pós Segunda Guerra Mundial, especialmente o de Simone de Beauvoir, sobre valores e papéis de homens e mulheres. Do Marxismo, resgata a reflexão sobre classes, ideologia e consciência, importante para a análise do contexto da Ditadura Militar no Brasil. Da psicanálise de Freud e Lacan, relembra o foco no aspecto cultural da dominação via linguagem. Da África, reaviva a influência do anticolonialismo de Amílcar Lopes Cabral (1924-1973), da América Latina e Caribe, recebe influência do pensamento feminista dos países americanos, e dos caribenhos, recebe a discussão sobre colonialismo.

Para Rios; Lima (2020), apesar de o centro do trabalho de Gonzalez ter estado na temática da mulher, a autora se preocupou também com outros assuntos: democracia racial, feminismo, movimento negro, questão nacional, cultura brasileira, democracia, racismo, sexismo, resistências sociais, culturais e políticas e organização coletiva e crítica ao

eurocentrismo. Gonzalez adotou um arcabouço teórico que vai da história à filosofia, passando pela psicanálise, antropologia e sociologia. A partir dessa formulação e com conceitos de áreas diversas, interpretou não apenas a sociedade brasileira, mas também a América Latina com o conceito de amefricanidade e de estaríamos, na verdade, numa Améfrica Ladina. Rebateu as formulações do pensamento social brasileiro que entendiam o mestiço como ponto positivo de nossa nacionalidade. Seu ponto de partida:

Na verdade, o grande contingente de brasileiros mestiços resultou de estupro, de violentação, de manipulação sexual da escrava. Por isso existem os preconceitos e os mitos relativos à mulher negra: de que ela é 'mulher fácil', de que é 'boa de cama' (mito da mulata) etc. e tal (Rios; Lima, 2020, p.14-5)

Gonzalez ainda compartilhou com outros intelectuais negros, como Abdias do Nascimento (1914-2011), e com brancos antirracistas, como Florestan Fernandes (1920-1995) e Octavio Ianni (1926-2004), a ideia de que a superação do mito da democracia racial era a condição necessária não apenas para o combate ao racismo, mas também para o estabelecimento da verdadeira democracia (política) no país (Rios; Lima, 2020, p. 15).

Rios; Lima (2020) ressaltam que Gonzalez tem sido referência para movimentos antirracistas e feministas e a partir da produção sobre seu pensamento. É possível mencionar três abordagens: a decolonial, a interseccional e a psicanalítica. A decolonial estabelece uma crítica ao viés eurocêntrico das ciências sociais e do feminismo ocidental. O olhar interseccional envolve as dimensões da dominação sexual, de classe e de raça articuladas nas formas de opressão e hierarquização racial, bem como na formação de identidade de afirmação coletiva. A abordagem psicanalítica, especialmente de Jacques Lacan e Sigmund Freud, permite a reflexão sobre a cultura via canais de comunicação entre a psicanálise e as ciências sociais, mediante explicações interdisciplinares. É possível destacar que, além da contribuição de Lélia no âmbito do movimento feminista e antirracista, sua originalidade conceitual contribuiu para a interpretação do capitalismo brasileiro com termos como pretuguês e racismo por denegação.

Para Oliveira (2020, p. 94), as experiências pessoais, intelectuais e de militância de Gonzalez geraram sua inquietação sobre as discussões no campo teórico ao não se atentarem para o fato de se darem no campo das relações sociais da sociedade brasileira: “racismo e sexismo se encarnam na figura da mulher negra provocando uma diversificação de papéis muitas vezes ambíguos entre si”.

A partir dessas inquietações, Gonzalez estabelece suas críticas aos intérpretes brasileiros e à visão romantizada sobre o processo de formação do capitalismo no Brasil. Gonzalez foi original e construiu novas categorias e conceitos. O seu termo “pretuguês” significa uma espécie de africanização ou criouliização do idioma falado no Brasil e representa uma

descolonização epistemológica (Oliveira, 2020). Além disso, a discussão do racismo por denegação e não apenas o racismo por segregação tendo como suporte a psicanálise de Freud e Lacan e amefricanidade – uma identidade afro-latino-americana – como uma categoria política-cultural, que, a seu ver, ultrapassa as barreiras territoriais, linguísticas e ideológicas, permite construir um entendimento mais profundo de toda a América, contestando a apropriação do termo para definir apenas os estadunidenses (Rios; Lima, 2020, p. 20).

A obra de Lélia pode ser entendida, conforme Araújo (2020), em duas fases. Na primeira, anos 1970 aos 1980, está presente o interesse na compreensão da formação do capitalismo brasileiro levando em conta o papel das questões raciais, com uma aproximação crítica da perspectiva marxista. Nos anos 1980, as categorias marxistas de análise cedem lugar para um diálogo com a psicanálise, com o feminismo e uma perspectiva ligada ao afrocentrismo.

Gonzalez (2020b), quando trata de cultura, etnicidade e trabalho: efeitos linguísticos e políticos da exploração da mulher, texto original de 1979, trabalha com o entendimento do funcionamento do modo de produção capitalista no Brasil como desigual e combinado. Para Araújo (2020), Gonzalez defendia a existência de um capitalismo desigual e dependente; o que torna sua análise particular é a centralidade do racismo e das relações de gênero – estão integrados na conformação do capitalismo. Gonzalez se apoiou nas formulações do intelectual argentino José Nun (seus conceitos de superpopulação relativa, exército industrial de reserva e massa marginal) para defender que a população negra ocupa um lugar de massa marginal nas relações de trabalho no Brasil.

Para Gonzalez (2020b), quando Nun retorna a questão da funcionalidade da superpopulação relativa, afirma que no Brasil grande parte dela se torna supérflua e constitui a massa marginal em face do processo de acumulação hegemônico das grandes empresas monopolistas. O desemprego e o subemprego incidem sobre a massa marginal. Segundo Araújo (2020), o conceito de massa marginal, para Gonzalez, serviu para explicar as relações de trabalho no capitalismo brasileiro – desigual, dependente, racista e sexista.

Gonzalez (2020b) verifica de que maneira o gênero e a etnicidade são manipulados de forma que, no caso do Brasil, os mais baixos níveis de participação na força de trabalho, coincidentemente, pertencem às mulheres e à população negra. Segundo Araújo (2020), Gonzalez recupera a história da escravidão e da abolição para demonstrar que não ocorreu uma transformação do trabalhador escravizado no trabalhador livre assalariado do capitalismo modelo dos países centrais. Embora vínculos de formas pré-capitalistas de mão de obra, as relações escravistas ainda existem em parte do mundo rural após a abolição, na visão de

González. A permanência dessas formas não significava a sobrevivência arcaica de um de um sistema de produção ultrapassado, que desapareceria com o desenvolvimento do capitalismo. Para Gonzalez o capitalismo brasileiro dependente teria integrado e aproveitado dessas relações de trabalho. “O racismo, portanto, não está em descompasso com o capitalismo, mas é parte integrante dele; não é um atraso, mas uma tecnologia produtora de desigualdade, apropriada para a acumulação” (Araújo, 2020, p. ?).

Para Gonzalez (2020b), o debate em torno do “dualismo estrutural” (sociológico e econômico) das formações periféricas, por exemplo, não se apercebe de que, num sistema cujas partes apresentam contradições estruturais que o ameaçam, a manutenção do equilíbrio consiste em minimizar a interdependência dessas partes, em fragmentar de certo modo o conjunto. A não funcionalidade da massa marginal se converte em “afuncionalidade”, o que favorece os diferentes níveis de autonomia dos subsistemas em que se acha contida.

Gonzalez (2020b) destaca que as diferentes posições teóricas explicam a situação da população de cor, mas seguem a razão ocidental. O distanciamento científico quanto ao objeto (negro e o mulato) revela a necessidade de desconsiderar que: “enquanto brasileiros, não podemos negar nossa ascendência negra/indígena, isto é, nossa condição de povo de cor” (Gonzalez, 2020b, p. 31)

Gonzalez (2020b, p. 32) também discute as tendências na análise das relações raciais no Brasil. Na sociologia acadêmica a integração e assimilação do negro decorreria das exigências do industrialismo e da modernização; a marginalização seria consequência do despreparo do ex-escravo para assumir os papéis de homem livre, inclusive na esfera do trabalho. No Marxismo ortodoxo, a categoria raça foi diluída numa temática econômica; discriminação é um instrumento manipulado pelo capitalista que visa, mediante a exploração das minorias raciais, dividir o operariado. Os grupos racialmente subordinados são as minorias que internalizam o processo de colonização. No Brasil, a ideologia do branqueamento esteve articulada ao mito da democracia racial. Um exemplo seria Oliveira Vianna, representante do grupo racionalmente dominado que internalizou e reproduziu a linguagem do grupo dominante.

Quando trabalha com as relações raciais no Brasil após a abolição, Gonzalez (2020b) afirma que o legado da escravidão foi uma distribuição geográfica da população negra; concentração no chamado Brasil subdesenvolvido (regiões em que predominam as formas pré-capitalistas de produção com sua autonomia relativa). No capitalismo monopolista, a população negra constitui massa marginal, e no capitalismo industrial, se configura em exército industrial de reserva.

O racismo – enquanto articulação ideológica e conjunto de práticas – denota sua eficácia estrutural por estabelecer uma divisão racial do trabalho e é compartilhado por todas as formações socioeconômicas capitalistas e multirraciais contemporâneas (Gonzalez, 2020b, p. 35). Gonzalez faz alguns questionamentos: tanto brancos quanto negros pobres sofrem os efeitos da exploração capitalista? Possuem o mesmo tratamento em preenchimento de vagas de trabalho, acesso à educação e relação nível educacional/nível de renda e estão livres da discriminação ocupacional?

Gonzalez (2020b) destaca as relações raciais no Brasil após a abolição e afirma que o regime escravista esteve presente nas regiões de *plantation* e mineração com processos de mestiçagem e emergência de uma população de cor livre. A região sudeste foi a última a deslocar a massa escrava sendo local de instalação tardia do regime escravista.

Note-se que a existência de um Brasil subdesenvolvido, que concentra a maior parte da população de cor, de um lado, e de um Brasil desenvolvido, que concentra a maior parte da população branca, de outro, não é algo que esteja desarticulado de toda uma política oficial que, de meados do século XIX até 1930, estimulou o processo de imigração europeia, destinada a solucionar o problema da mão de obra no Sudeste (Gonzalez, 2020b, p. 36-7). Gonzalez (2020) relembra a afirmação de Florestan Fernandes de que até 1930 a população negra foi marginalizada do processo competitivo quanto ao mercado de trabalho, foi substituída pela mão de obra imigrante.

Nas relações raciais no Brasil após a abolição, Gonzalez (2020b) menciona a educação e nível de renda e realça o acentuado diferencial de renda entre brancos (relação linear entre educação e renda) e negros com mesmo nível educacional. A explicação estaria na discriminação ocupacional. Uma prova da discriminação é a Lei Afonso Arinos (1951), promulgada por Getúlio Vargas em 03/07/51, que proíbe a discriminação racial no Brasil. Todos iguais perante a lei e que o negro é um “cidadão igual aos outros”, pois, graças a Lei Áurea, nosso país é o grande complexo de harmonia inter-racial a ser seguido por aqueles em a que a discriminação racial é declarada. Esse é o mito da democracia racial, modo de representação/discurso que encobre a trágica realidade vivida pelo negro no Brasil (p. 38): “Se o negro não ascendeu socialmente e não participa com maior efetividade nos processos políticos, sociais, econômicos e culturais, o único culpado é ele próprio” (GONZALEZ, 2020b, p. 38). Para Araújo (2020), ao debater o capitalismo com foco no racismo, Gonzalez afirmou a existência da discriminação racial que atravessa as diferentes classes sociais; o racismo beneficia a burguesia e os trabalhadores brancos.

Para Gonzalez (2020b), a mulher negra, após a abolição da escravatura, é a viga mestra de sua comunidade, e nos dias atuais, a situação é semelhante. Gonzalez destaca os dados dos Censos sobre educação e inserção no mercado de trabalho; afirma que dos anos 50 aos anos 70, quando estava escrevendo, ocorreu a deterioração das possibilidades quanto ao mercado de trabalho da população negra.

O lema do abolicionismo de que o negro poderia ser doutor parece cada vez mais ilusório, e Gonzalez (2020b, p. 42) se pergunta quais mecanismos foram utilizados pelas classes dominantes para neutralizarem a participação negra nos diferentes níveis da sociedade brasileira. Menciona que a resposta poderia ser encontrada numa análise de Oliveira Viana, ideólogo do racismo brasileiro. As exigências do sistema são a explicação fundamental. A presença do racismo cultural além da discriminação efetiva que leva tanto algozes como vítimas a considerarem natural o fato de a mulher em geral e a negra em particular desempenharem papéis sociais desvalorizados em termos de população economicamente ativa. Para Araújo (2020), as mulheres negras, massa marginal, estavam em atividades específicas em consequência das relações de gênero, além das de raça; estavam na prestação de serviços domésticos junto às famílias de classe média e alta e nos serviços “refúgios”: serventes em supermercados, escolas e hospitais.

Gonzalez (2020b) era crítica dos textos feministas pelo seu atraso nessa discussão e pelo fato de que as categorias usadas neutralizavam a questão da discriminação racial. O que persistia era a presença dos mecanismos do ideal de branqueamento e do mito da democracia racial. Junto a isso, estava o atraso político dos movimentos feministas brasileiros porque está presente a necessidade de denegação do racismo. Aqui está uma das grandes contribuições de Gonzalez com o chamado racismo por denegação para denotar as sociedades de origem latina.

Gonzalez (1988) afirma que na estratégia utilizada pelos países europeus em suas colônias, o racismo teve papel fundamental na internalização da superioridade do colonizador pelos colonizados, e ele representa duas faces que só se diferenciam enquanto táticas que visam ao mesmo objetivo: exploração/opressão. Gonzalez se refere ao racismo aberto e ao racismo disfarçado. O primeiro predomina nas sociedades de origem anglo-saxônica, germânica ou holandesa; negra é a pessoa que tenha tido antepassados negros e a miscigenação é algo de impensável (embora o estupro e exploração sexual da mulher negra sempre tenha ocorrido), na medida em que o grupo branco pretende manter sua pureza e reafirmar sua superioridade. A única solução é a segregação dos grupos não brancos. No caso das sociedades latinas, tem-se o racismo disfarçado – racismo por denegação; prevalecem as teorias da miscigenação, da assimilação e da democracia racial. “A chamada América Latina que, na verdade, é muito mais

ameríndia e amefricana do que outra coisa, apresenta-se como o melhor exemplo de racismo por denegação” (Gonzalez, 1988, p. 72).

Gonzalez (2020b, p. 43) utiliza essa necessidade de denegar o racismo para afirmar que o discurso do movimento feminista no Brasil “é predominantemente de esquerda, enfatizando a importância da luta junto ao empresariado, de denúncias e reivindicações específicas. Todavia, é impressionante o silêncio com relação à discriminação racial”. A atribuição do atraso ao movimento feminista brasileiro decorre do seu silêncio quanto à discriminação racial e a não consideração de que “a libertação da mulher branca tem sido feita às custas da exploração da mulher negra” (ibid., p. 43)

Aqui também se destaca a situação da juventude negra no Brasil. “Um dos mecanismos mais cruéis da situação no negro brasileiro na força de trabalho se concretiza na sistemática perseguição, opressão e violência policiais contra ele” (Gonzalez, 2020c, p. 46). Na questão da distribuição de renda, está presente a necessidade do trabalho infantil nas famílias negras. Os jovens negros se revoltam contra falta de oportunidades e os estereótipos e as jovens negras estão, na sua maioria em trabalho doméstico, prostituição e na profissão de mulata. A juventude negra, com divisão racial do trabalho, é a mais atingida pelo desemprego aberto ou disfarçado.

O quadro abaixo resume algumas das contribuições originais de Lélia Gonzalez.

Quadro - Resumo das contribuições de Lélia Gonzalez

Pretugês	Significa uma espécie de africanização ou criouliização do idioma falado no Brasil e representa uma descolonização epistemológica.
Racismo por denegação	No caso das sociedades latinas, tem-se o racismo disfarçado – racismo por denegação; prevalecem as teorias da miscigenação, da assimilação e da democracia racial. “A chamada América Latina que, na verdade, é muito mais ameríndia e amefricana do que outra coisa, apresenta-se como o melhor exemplo de racismo por denegação” (GONZALEZ, 1988, p. 72).
Amefricanidade	Uma identidade afro-latino-americana – como uma categoria política-cultural, que ultrapassa as barreiras territoriais, linguísticas e ideológicas, permite construir um entendimento mais profundo de toda a América, contestando a apropriação do termo para definir apenas os estadunidenses.
Abordagem decolonial	Crítica ao viés eurocêntrico das ciências sociais e do feminismo ocidental.
Abordagem interseccional	Envolve as dimensões da dominação sexual, de classe e de raça articuladas nas formas de opressão e hierarquização racial, bem como na formação de identidade de afirmação coletiva.
Abordagem psicanalítica	Especialmente a partir de Jacques Lacan e Sigmund Freud, permite a reflexão sobre a cultura via canais de comunicação entre a psicanálise e as ciências sociais, mediante explicações interdisciplinares.

FONTE: Elaborado pelas autoras.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O resgate das mulheres que discutiram temas econômicos e daquelas que trouxeram a mulher como objeto de análise econômica não ocorrerá se o estudo tiver como base os tradicionais manuais de História do Pensamento Econômico (HPE). Tal tarefa demanda esforço de reconstrução da importância da HPE, assim como da HPE das mulheres, contada a partir da lente feminina e feminista – uma *herstory* plural livre de valores patriarcais e positivistas, como enfatizado pelas diferentes pensadoras.

O esforço na construção de uma *herstory* feminina e feminista demanda o percorrer outros contextos de época e de pensamento econômico. Mas, nosso objetivo é lançar luzes para que as mulheres, dentro dos diferentes paradigmas, sejam resgatadas da escuridão!

REFERÊNCIAS

ABAROA, Elena Gallego; REEDER, Joan. Las três primeiras mujeres economistas de la historia: Janet Marcet, Harriet Martineau y Millicent Garrett Fawcett. In: BLAS, Luis Perdices de; ABAROA, Elena Gallego (coord.). *Mujeres Economistas. Las aportaciones de las mujeres a la ciência económica y su divulgación durante los siglos XIX y XX*. Madrid: Ecobook, 2007.

ABAROA, Elena Gallego. La Liberación de las mujeres y la economía segun Harriet Taylor Mill (1807-1858). In: BLAS, Luis Perdices de; ABAROA, Elena Gallego (coord.). *Mujeres Economistas. Las aportaciones de las mujeres a la ciência económica y su divulgación durante los siglos XIX y XX*. Madrid: Ecobook, 2007.

ALVES, Allan Mikayo Rodrigues. Como surgem e se perpetuam as instituições que causam a excessiva distinção sexual e a subordinação das mulheres? Uma leitura institucional das obras da pensadora Charlotte Perkins Gilman. *Monografia*. Curso de Economia, UFSC, 2024.

ANDERSON, Elizabeth. “Feminist Epistemology and Philosophy of Science”, *Stanford Encyclopedia of Philosophy*, Edward N.Zalta (ed.), Disponível em: <<http://plato.stanford.edu/archives/sum2004/entries/feminism-epistemology>>, 2001.

ANDERSON, Elizabeth. Feminist Epistemology: An interpretation and a Defense. *Hypatia*, 10(3): 50-84, 1995.

ARIDA, Pêrsio. A História do Pensamento Econômico como Teoria e Retórica. TD, n. 54, PUC-Rio de Janeiro. Disponível em: <http://www.econ.puc-rio.br/uploads/adm/trabalhos/files/td54.pdf>

ARRUDA, Jaqueline Zamboli; MARIN, Solange Regina; BOHN, Liana. Teoria do consumo na economia: um resgate da contribuição de Hazel Kyrk. In: XXVII *Encontro de Economia da Região Sul*, 11 e 12 de julho de 2024 - UEM, Maringá-PR. Disponível em: https://www.anpec.org.br/sul/2024/submissao/files_I/i1-65ad13d04c4eb4a5f18d46e97ab70b68.pdf

AZNAR, Estrella Trincado. Rosa Luxemburgo y el pensamiento marxista. In: BLAS, Luis Perdices de; ABAROA, Elena Gallego (coord.). *Mujeres Economistas. Las aportaciones de las mujeres a la ciência económica y su divulgación durante los siglos XIX y XX*. Madrid: Ecobook, 2007.

BACKHOUSE, Roger E. *História da economia mundial*. São Paulo: Estação Liberdade, 2007.

BARKER, Drucilla; KUIPER, Edith (ed.) *Toward a feminist philosophy of economics*. New York: Routledge, 2003. Introduction: sketching the contours of a feminist philosophy of economics.

BECCHIO, Giandomenica. Austrian school women economists. In: MADDEN, Kirsten; DIMAND, Robert W.. *The routledge handbook of the history of women's economic thought*. Nova York: Routledge, 2019. p. 309-324.

BECCHIO, G. *A history of feminist and gender economics*. Londres/Nova York: Routledge, 2020.

BETANCOURT, Rebecca Gómez; ESPINEL, Camila Orozco. The invisible ones: women at CEPAL (1948-2017). In: MADDEN, K.; DIMAND, R.W. *The Routledge handbook of the history of women's economic thought*. Londres/Nova York: Routledge, 2019.

BIDASECA, Karina. María Lugones. Blogs de Ciência da Universidade Estadual de Campinas: *Mulheres na Filosofia*, 7(2), 2021.

BOIANOVSKY, Mauro. Maria da Conceição Tavares. In: DIMAND, Robert W.; DIMAND, Mary Ann; FORGET, Evelyn L.. *A biographical dictionary of women economists*. Northampton: Edward Elgar Publishing, 2000. p. 415-421.

BRUE, Stanley L. *História do pensamento econômico*. São Paulo: Thomson Learning, 2006.

CURIEL, Ochy. Construindo metodologias feministas a partir do feminismo decolonial. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque (org.). *Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais*. Rio de Janeiro: Bazar do tempo, 2020.

DIMAND, R. W.; DIMAND, M.; FORGET, E. L.. *A biographical dictionary of women economists*. USA: Edward Elgar, 2000.

FAWCETT, Millicent Garret. (1911] *Political Economy for Beginners*. London: Macmillan and Co. Limited.

FERRARI, Fernando. Os keynesianos neoclássicos e os pós-keynesianos. *Ensaio FEE*, 12(2): 340-348, 1991.

GILMAN, Charlotte Perkins. *Women and Economics. A study of the economic relation between men and women as a factor in social Evolution*. Boston: Small, Maynard & Company, 1900.

GILMAN, Charlotte Perkins. *The dress of women: a critical introduction to the symbolism and sociology of clothing*, edited with an introduction by Michael R. Hill and Mary Jo Deegan. United States: United Press, 2002.

GONZALEZ, Lélia. A categoria político-cultural de amefricanidade. *Rev. TB*, v. 92/93, p. 69-82, 1988.

_____. Lélia fala de Lélia. *Estudos Feministas*, v. 2, n. 2, p. 383-386, 1994. (Extraído de depoimento dado a Carlos Alberto M. Pereira e Heloísa Buarque de Hollanda, publicado em *Patrulhas Ideológicas*, São Paulo: Brasiliense, 1980)

_____. (2020a) “Duas mulheres comprometidas em mudar o mundo”. In: RIOS, Flávia; LIMA, Márcia. (Org.). *Por um feminismo afrolatinoamericano: ensaios, intervenções e diálogos*. Rio de Janeiro: Zahar, 2020, pp. 281-285.

_____. (2020b) “Cultura, etnicidade e trabalho: efeitos linguísticos e políticos da exploração da mulher”. In: RIOS, Flávia; LIMA, Márcia. (Org.). *Por um feminismo afrolatinoamericano: ensaios, intervenções e diálogos*. Rio de Janeiro: Zahar, 2020. Pp. 25-44.

_____. (2020c) “A juventude negra brasileira é a questão do desemprego”. In: RIOS, Flávia; LIMA, Márcia. (Org.). *Por um feminismo afrolatinoamericano: ensaios, intervenções e diálogos*. Rio de Janeiro: Zahar, 2020, pp. 45-48.

_____. “Racismo por omissão”. In: LOURENÇO, Ana Carolina; FRANCO, Arielle. *A radical imaginação política das mulheres negras brasileiras*. São Paulo: Oralituras, 2021. p. 80-85.

GOROSTIZA, José Luis Ramos. Beatrice Webb y el socialismo Fabiano. In: BLAS, Luis Perdices de; ABAROA, Elena Gallego (coord.). *Mujeres Economistas. Las aportaciones de las mujeres a la ciencia económica y su divulgación durante los siglos XIX y XX*. Madrid: Ecobook, 2007.

HARDING, Sandra. Existe um método feminista. In: Sandra Harding (ed.), *Feminism & Methodology*, Bloomington: Indiana University Press, 1987, pp.:1-14.

HARDING, Sandra. Gênero, democracia e filosofia da ciência. *RECIIS*, Rio de Janeiro, v.1, n.1, p. 163-168, 2007.

KLEER, Richard. Rosa Luxemburg. In: DIMAND, Robert W.; DIMAND, Mary Ann; FORGET, Evelyn L. *A biographical dictionary of women economists*. Northampton: Edward Elgar Publishing, 2000. p. 261-280.

KUIPER, Edith. *A Herstory of Economics*. New York: Wiley, 2022.

KYRK, Hazel. *A theory of Consumption*. Boston: Houghton Mifflin Company, 1923.

KYRK, Hazel. *The family in the American economy*. Chicago: University of Chicago Press, [1953]1976.

- LUGONES, María. Colonialidad y género. *Tabula Rasa*, n.º 9: 73-101, 2008.
- LUXEMBURGO, Rosa (1912). "Women's suffrage and class struggle". In: HOWARD, Dick. *Selected Political Writings, Rosa Luxemburg*. Londres: Monthly Review Press, 1971.
- MARCET, Janet. *Conversations on Political Economy*. London: Longman, 1827 [1816].
- MARSHALL, Mary Paley. Letter from Mary Paley Marshall to Joan Robinson, 11 June 1933. Available in: Letters from Mary Paley Marshall to Joan Robinson, 1932 - 1939, GBR/0272/JVR/7/281. Archive Centre, King's College, Cambridge. Accessed on 09/27/2021. <https://archivesearch.lib.cam.ac.uk/agents/people/4004>
- MARSHALL, Alfred; MARSHALL, Mary Paley. *The economics of industry*. London: Macmillan and Co, 1879
- MARTINEAU, Harriet. *Ilustrações de economia política. Life in the Wilds*. London: William Clowes, 1832 [1832-1834].
- MELO, Hildete Pereira de. "As sufragistas brasileiras: relegadas ao esquecimento?" *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio de Janeiro*, 32(23), 2016.
- MILL, Harriet Taylor (1851). "The Enfranchisement of Women". In: ROBSON, J. (ed.). *Collected Works of John Stuart Mill: Volume XXI. Essays on Equality, Law, and Education*. Toronto: Toronto University Press, 1984, 393-416.
- MILL, John Stuart (1859). "Dissertations and Discussions." In: ROBSON, J. (ed.). *Collected Works of John Stuart Mill: Volume XXI. Essays on Equality, Law, and Education*. Toronto: Toronto University Press, 1984, 393-416.
- MONTEIRO, Maria Conceição. Figuras errantes na época vitoriana: a preceptora, a prostituta e a louca. *Fragmentos*, 8(1): 61-71, 1998.
- MYRDAL, Alva; KLEIN, Viola. *Women's two roles: home and work*. London: Routledge & Kegan Paul, 1968. [1956].
- NELSON, Julie. Economic Methodology and feminist critiques. *Journal of Economic Methodology*, 8:1: 93-97, 2001.
- NELSON, Julie. Feminism and Economics. *Journal of Economic Perspective*, 9 (2):131-148, 1995.
- NELSON, Julie; FERBER, Marianne. Introduction: The social construction of economics and the social construction of gender. In: FERBER, Marianne; NELSON, Julie. *Beyond Economic Man. Feminist Theory and Economics*. Chicago: The University Press, 1993.
- NELSON, Julie. The Study of women and gender in Economics. In: BENERIA, Lourdes; BERIK, Günseli; FLORO, Maria. *Gender, Development and Globalization: Economics as if all People Mattered*. London: Routledge, 2016, pp. 41-92.

NELSON, Julie. The Study of Choice or the Study of Provisioning? Gender and the Definition of Economics. In: FERBER, M.; NELSON, J. (ed.) *Beyond Economic Man: Feminist Theory and Economics*. Chicago: University of Chicago Press, 1993. pp. 23-36.

NILS, Gilman. Thorstein Veblen's Neglected Feminism. *Journal of Economic Issues*, XXXIII (3):689-711, 1999.

OLIVEIRA, Ana Caroline Amorim. Lelia Gonzalez e o pensamento interseccional? Uma reflexão sobre o mito da democracia racial no Brasil. *Revista Interterritorios*, v. 6, n. 10, p. 89-104, 2020.

PENROSE, Edith Tilton. *The Theory of the Growth of the firm*. New York: Oxford University Press, 2009 [1959].

PUJOL, Michéle. Into de Margin! In: DRUCILLA, Barker; KUIPER, Edith. *Toward a Feminist Philosophy of Economics*. London: Routledge, 2003.

RIOS, Flávia. Blogs de Ciência da Universidade Estadual de Campinas: *Mulheres na Filosofia*, v. 7, n. 2, p. 32-41, 2021. Disponível: <https://www.blogs.unicamp.br/mulheresnafilosofia/lelia-gonzalez/>

RIOS, Flávia; LIMA, Márcia. (Org.). *Por um feminismo afrolatinoamericano: ensaios, intervenções e diálogos*. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

SANCHEZ, Paloma de la Nuez. La escuela austríaca representada em la obra de Vera Smith. In: BLAS, Luis Perdices de; ABAROA, Elena Gallego (coord.). *Mujeres Economistas. Las aportaciones de las mujeres a la ciência económica y su divulgación durante los siglos XIX y XX*. Madrid: Ecobook, 2007.

SANCHEZ-CASCADO, Paloma. La escuela austríaca representada en la obra de Vera Smith. In: BLAS, Luis Perdices y ABAROA, Elena Gallego (coord.). *Mujeres Economistas. Las aportaciones de las mujeres a la ciencia económica y a su divulgación durante los siglos XIX y XX*. Madrid: Ecobook, 2007, pp. 411-433.

SANTOS, Magda Guadalupe. Os feminismos e suas ondas. *CULT*, n.º 219, p. 32-35, 2016.

SCHIENBINGER, Londa. *O Feminismo mudou a Ciência?* Bauru: EDUSC, 2001.

_____. *Tiene sexo la mente: las mujeres en los orígenes de la ciencia moderna*. Madrid: Cátedra, 2004.

SCHMIDT, Rita Terezinha. Na literatura, mulheres que reescrevem a nação. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque (Org.). *Pensamento feminista brasileiro: formação e contexto*, Rio de Janeiro: Bazar do tempo, 2019, 65-79.

SHERMAN, Zoe. The point to change it: three lives of Applied Marxism. In: MADDEN, Kirsten; DIMAND, Robert W.. *The routledge handbook of the history of women's economic thought*. Nova York: Routledge, 2019.

Susin, Eduarda Magrinelli; Marin, Solange Regina Marin; Bohn, Liana. “Pensamento Econômico e as Mulheres: *uma her-story feminina e feminista*.” Relatório Final de Pesquisa PIBIC/CNPq, UFSC, 2024.

TROWELL, Clare. Writing in the margins: Mary Palley Marshall on Internacional Women’s Day 2022. In:Marhall Library Blog, 2022. Disponível: <https://marshlib.blogspot.com/2022/03/writing-in-margins-mary-paley-marshall.html>

YATES, Gayle Graham (ed.). *Harriet Martineau on Women*. New Jersey: Rutgers University Press, 1985.